revista

hydra

v.7 n.13 (2023)

revista hydra

EXPEDIENTE

Revista Hydra é uma publicação acadêmica semestral, Capes B2, com avaliação duplo-cego, produzida por iniciativa dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Aceitamos artigos livres e dossiê (graduades e pós-graduandes como coautores), entrevistas, resenhas e notas de pesquisa (graduandes, graduades e pós-graduandes).

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Secretaria de Pós-Graduação
A/C: Conselho Editorial da Revista Hydra
Estrada do Caminho Velho, 333 - Bairro dos Pimentas
Guarulhos/SP - CEP: 07252-312
E-mail:revistahydra@gmail.com
Instagram: @revistahydra
Facebook: Revista Hydra

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da EFLCH/UNIFESP

Revista Hydra (recurso eletrônico) / Universidade Federal de São Paulo.
Programa de Pós-Graduação em História. Vol. 7, n. 13 (2023) Dados eletrônicos. – São Paulo: Ed. Unifesp, 2023.

Semestral a partir de março de 2016. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web: https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/index

ISSN: 2447-942X

1. História. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós- Graduação em História

revista hydra

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO

Vice-Reitora: LIA RITA AZEREDO BITTENCOURT

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Konder Comparato

Vice-Diretora: Sandra Regina Leite de Campos

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: André Roberto de Arruda Machado

Vice-Coordenador: José Carlos Vilardaga

CONSELHO EDITORIAL

Editores-chefe

Augusto Antônio de Assis

Fabiana Bueno Ferrarezi

Conselho Científico

Natália Maria Gaspar

Samara Akemi Saraiva

Conselheires Editoriais

Agenor Manoel da Silva Filho

Bruno de Carvalho Artico

Carlos Augusto Correia Rocha

Débora Pinese Frias

Daniele de Souza Somensari

Erika Cristina Damião

Giulia Cristiano

José Alberto dos Santos Junior
João Guilherme Carini da Silva Fonseca
Julio Cesar Aquino Teles Ferreira
Lucas Arantes Lorga
Maria Julia Fonseca Nascimento
Tairini Ayhu Cruz Aparicio de Almeida
Victória Siqueira Pereira

CONSELHO PERMANENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Alexandre Pianelli Godoy
Ana Lúcia Lana Nemi
André Roberto de Arruda Machado
Andréa Slemian
Antônio Simplício de Almeida Neto
Bruno Guilherme Feitler
Clifford Andrew Welch
Denilson Botelho de Deus
Edilene Teresinha Toledo
Fabiano Fernandes
Fábio Franzini
Fernando Atique
Gilberto da Silva Francisco
Glaydson José da Silva
Jaime Rodrigues
Janes Jorge
José Carlos Vilardaga
Luigi Biondi
Luis Antonio Coelho Ferla
Luís Filipe Silvério Lima
Maria Luiza Ferreira de Oliveira

Maria Rita de Almeida Toledo
Mariana Martins Villaça
Odair da Cruz Paiva
Patrícia Teixeira Santos
Rafael Ruiz Gonzalez
Samira Adel Osman
Wilma Peres Costa

CONSELHO CONSULTIVO

Alessandro Baristella (UFRGS)
Alexandre Pianelli Godoy (UNIFESP)
Ana Carolina Santos Leal da Rocha (IESLA)
André de Souza Santos (UEL)
André Luiz dos Santos Vargas (UFG)
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior (UFMT)
Augusto Antônio de Assis (UNIFESP)
Bruno Corrêa de Sá e Benevides (Fiocruz)
Bruno Guilherme Feitler (UNIFESP)
Bruno Miranda Braga (MUSA)
Caio de Souza Gomes (USP)
Cátia Franciele de Paula (UNIR)
Cila Lima (USP)
Clovis Antonio Brighenti (UNILA)
Cristabell Palomino (UNB)
Diana Gonçalves Vidal (USP)
Delmo Mattos da Silva (ITA)
Edilene Teresinha Toledo (UNIFESP)
Edson dos Santos Junior (UNILA)
Elizabete Mayumy Kobayashi (UNIVAP)
Eloísa Rosalen (UFSC)

Erivaldo Fagundes Neves (UEFS)
Fabiana Bueno Ferrarezi (UNIFESP)
Fabio Lucas da Cruz (IFPR)
Fabrício Pinto Monteiro (UFU)
Felipe Nascimento de Araújo (UERJ)
Felipe de Souza Noto (FAUUSP)
Felipe Tavares de Moraes (UFOPA)
Flávia Rodrigues de Castro (EGN)
Flávio Thales Ribeiro Francisco (UFABC)
Francisco Isaac Dantas de Oliveira (PUC/SP)
Gabriela Nery (UNICAMP)
Guilherme Ignácio Franco de Andrade (UFMS)
Helena Mirando Mollo (UFOP)
Hugo Quinta (UNESP)
Iago Oliveira Porfirio da Silva (UFBA)
Ilva Ruas de Abreu (UNIMONTES)
Jecson Girão Lopes (UFC)
Jorge Henrique Cardoso Leão (UFF)
Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho (UFMT)
Kátia Lorena Novais Almeida (UNEB)
Klissy Kely Guimarães (USP)
Larissa Biato de Azevedo (UNESP)
Leonardo Mendes (UERJ)
Lizandro Lui (FGV)
Ludmila Caliman Campos Vinhas Alcuri (FACELI)
Marcello Felisberto Morais De Assunção (UFRGS)
Marcelo Sevaybricker Moreira (UFLA)
Marco Aurelio Maia Barbosa de Oliveira Filho (UFSCAR)
Maria Cláudia Moraes Leite (UFRGS)
Maria Luiza Ferreira de Oliveira (UNIFESP)

Mariana Amabile Boscariol (CHAM)
Marina Annie Martine Berthet Ribeiro (UFF)
Marina Mesquita Camisasca (UFJF)
Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)
Matheus Vargas de Souza (UNIRIO)
Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior (UFSC)
Monique Sochaczewski Goldfeld (FGV/RJ)
Murilo Leal Pereira Neto (UNIFESP)
Natália Maria Gaspar (UNIFESP)
Paula Almeida Mendes (Universidade do Porto)
Paulo César Gonçalves (USP)
Rafaela Silva Rabelo (FACED)
Regina Cândida Gualtieri (USP)
Renata Felipe Monteiro (UFC)
Renato Amado Peixoto (UFRN)
Ricardo Mendes (UERJ)
Roberto Marques (UECE)
Rosângela Figueiredo Miranda (IFBaiano)
Roseli Maria Martins D'Elboux (MACKENZIE)
Rodrigo dos Santos (UNEMAT)
Samara Akemi Saraiva (UNIFESP)
Sênia Regina Bastos (UAM)
Sérgio Odilon Nadalin (UFPR)
Solange Munhoz (Fatec Carapicuíba)
Tiago Barros de Oliveira Rosa (UNESP)
Vanessa Pironato Milani (UNESP)
Valquiria Elita Renk (PUC/PR)
Victor de Jesus (UFES)
Waldeir Eustáquio dos Santos (PUC/MG)
Zeus Moreno (UEL)

revista hydra

COLABORARAM COM ESTE NÚMERO

Amanda Cristina Nery Venancio da Silva

André Luiz Mendes Athayde

Andrey Henrique Sartori Camargo Perdoncini

Barbara Fonseca

Bruna Doimo

Clivya Nobre

Diego Leonardo Santana Silva

Elisângela Gonçalves Lacerda

Fernando Atique

Frederico Renan Hilgenberg Gomes

Gabriela de Oliveira

Georgia de Proença dos Santos

Georgiane Garabely Heil Vázquez

Iasmim de Oliveira Cezar

João Gabriel da Silva

João Vítor Sand

Kauan Willian dos Santos

Leandro Freitas Oliveira

Luís Fernando de Souza Alves

Natalia da Paz Lage

Otávio Vítor Vieira Ribeiro

Rodrigo de Morais Guerra

Romerito Valeriano da Silva

Rosane Marcia Neumann

Vinicius Kleyton de Andrade Brito

Vitor Nunes

Capa: Thiago Costa

revista hydra

EDITORIAL

A Revista Hydra, publicação semestral e totalmente discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, sempre manteve, em sua linha editorial, diálogo com as dinâmicas sociopolíticas que afetam o fazer histórico. Nesse sentido, a temática principal do presente e 13º número visa trabalhar e discutir problemáticas concernentes aos processos migratórios, em suas múltiplas facetas, dinâmicas e temporalidades, por meio do dossiê temático "Rotas de fuga e caminhos forçados: migrações ao longo da História".

À diversidade e qualidade dos 8 textos que compõem o dossiê, introduzidos na apresentação, somam-se 8 artigos de temática livre e 3 resenhas. Além disso, encerra o número uma breve nota informativa a respeito do *1º Concurso para Capa da HYDRA*, que teve por objetivo eleger a arte gráfica que estampa a edição.

Por fim, direciona-se um agradecimento aos autores e autoras, pelas valorosas contribuições, à assessoria ad hoc, pela manutenção da qualidade do número e a todo o corpo editorial da Revista Hydra, que não mediu esforços para viabilizar o volume. Além disso, agradece-se ao apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo e à CAPES que, por meio do programa PROAP/2023, financiou a presente edição.

Resta apenas um sincero convite à apreciação do material proposto, acompanhado, para tanto, de bons votos!

Augusto Antônio de Assis

Editor-Chefe da Revista Hydra

Guarulhos, 27 de dezembro de 2023

revista hydra

APRESENTAÇÃO

ROTAS DE FUGA E CAMINHOS FORÇADOS: MIGRAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA

A presente edição nasceu da necessidade de dar vazão ao debate sobre um fenômeno social permanente e expressivo na história humana. Nesse sentido, o 13º número da Revista Hydra, cujo tema do dossiê é "Rotas de fuga e caminhos forçados: migrações ao longo da História", teve como objetivo oferecer um espaço de destaque para as questões que envolvem os processos migratórios em diferentes espaços e temporalidades históricas. O estudo do processo migratório possibilita compreender problemáticas intrínsecas à formação social que vão além das discussões do deslocamento de um indivíduo e/ou grupos mais numerosos, seja ele voluntário ou involuntário.

Carlos Nolasco[1] já apontava que a conceitualização e as categorias que auxiliam na compreensão da migração e do sujeito migrante são insuficientes para abordar toda a complexidade desse fenômeno. Por outro lado, elas podem auxiliar na introdução desta temática ao propor distinções entre migrações internas e internacionais, temporárias e permanentes.

Dentre as motivações que acarretam a migração, podemos apontar para as questões econômicas, as políticas que determinam a legalidade ou ilegalidade do migrante, as oportunidades laborais, as mudanças climáticas, bem como as questões relacionadas às pautas étnico-raciais e de gênero. Outro ponto a ser considerado é o das representações sociais que o sujeito ou grupo migrante assume no novo espaço que ocupa, colocando em xeque a questão identitária acerca do sentido de pertencimento.

Partindo dessa perspectiva, o dossiê contém discussões relevantes no tocante a formação social brasileira quando ainda era uma colônia

[1] NOLASCO, Carlos. *Migrações Internacionais*: Conceitos, Tipologia e Teoria. Oficina do Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Março de 2016, p. 1-32.

portuguesa. O trabalho de Iasmim de Oliveira Cezar parte da problematização do comércio transatlântico para tratar dos caminhos sertanejos utilizados para a redistribuição dos escravos no interior da colônia. Clivya Nobre, por sua vez, apresenta uma outra perspectiva da formação nacional, ao investigar o processo migratório de africanos escravizados e portugueses degredados, estabelecendo uma análise historiográfica dos escritos do historiador Tarcísio Medeiros na década de 1980.

O trabalho de Vinicius Kleyton de Andrade Brito, por sua vez, abre espaço para pensar como o incentivo à migração portuguesa para o Brasil, durante o século XIX, contribuiu para o processo de substituição da mão de obra escrava, com foco na Companhia Seropédica Fluminense, estabelecendo, ainda, uma discussão sobre as condições trabalhistas ao traçar uma analogia à escravidão.

A questão étnico-racial também aparece por meio da ideia de miscigenação, propagandeada no Brasil durante o século XX. Nessa seara, Natalia da Paz Lage apresenta uma discussão seminal extraída de um estudo sobre a imigração portuguesa na primeira metade do século XX. Busca-se compreender a formação da comunidade de imigrantes portugueses de Santa Isabel, em Petrópolis, analisando como as relações matrimoniais estavam baseadas em uma seleção étnica contrária à proposta de miscigenação, incentivada pelas políticas de branqueamento.

A questão climática é outro fator que tem contribuído para o crescimento do número de migrações e que aparece nesta edição com o trabalho de Vítor Nunes. O autor buscou traçar a relação entre o fenômeno da migração interna provocado pelo período de seca na primeira metade do século XX, na região Nordeste brasileira, além de discutir os desdobramentos das políticas públicas, sobretudo das redes clientelistas que exerciam forte dominação sobre a população sertaneja.

No campo internacional, Bruna Doimo e Marcela de Oliveira Santos Silva apresentam uma discussão sobre o deslocamento forçado da população

alemã no período após a Primeira Guerra Mundial, relacionando as questões étnicas e as políticas firmadas entre os Estados europeus que implicaram na anexação de parte da população alemã. Em uma abordagem próxima, os autores João Vítor Sand e Rosane Marcia Neumann tratam do deslocamento de alemães no pós-Segunda Guerra Mundial, analisando cartas de migrantes destinadas à Cruz Vermelha, que possuía uma filial no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, entre os anos de 1946 e 1949.

Encerrando o dossiê, Romerito Valeriano da Silva e Elisângela Gonçalves Lacerda tratam de uma migração contemporânea a partir dos aportes da Geografia da População. O objetivo do artigo é avaliar o impacto, ou não, no aumento de solicitações de refúgio no Brasil por parte de indivíduos provenientes da Turquia, após a tentativa de golpe de Estado ocorrida neste país em 2016. Para tanto, os autores se valem, principalmente, dos instigantes dados fornecidos pelo Observatório das Migrações Internacionais.

Ademais, na seção de artigos livres foram reunidos trabalhos de diferentes segmentos que merecem destaque tanto pela densidade, quanto pela qualidade das discussões. Andrey Henrique Sartori Camargo Perdoncini buscou explicar as motivações que conduzem o encarceramento de indivíduos com base em um perfil específico, determinado pelo fator cor/raça, a partir do Mapa do encarceramento de 2015. Diego Leonardo Santana Silva, por sua vez, apresenta um debate acerca da supremacia racial dentro do paradigma do revisionismo histórico nos Estados Unidos, fundamentado no Destino Manifesto.

O artigo de Leandro Freitas Oliveira e Gabriela de Oliveira aborda uma revisão bibliográfica do conceito de poder enquanto potência em algumas obras consideradas canônicas, como O Leviatã de Thomas Hobbes (1588-1679) e A sociedade punitiva de Michel Foucault (1926-1984).

Luís Fernando de Souza Alves e André Luiz Mendes Athayde retomam o período da Ditadura Militar brasileira tendo como cenário a cidade de Montes

Claros, em Minas Gerais, dividindo o artigo em três partes para tratar de três fatos históricos interligados pelo território e pelo período.

Adentrando na seara jornalística, Barbara Fonseca e Amanda Cristina Nery Venancio da Silva discutem as relações entre o Movimento Paranista e o Museu Paranaense com base na análise das edições do jornal A Republica entre 1902 a 1922. Frederico Renan Hilgenberg Gomes e Georgiane Garabely Heil Vázquez, a seu turno, problematizam como o HIV/Aids foi apresentado na revista Manchete entre os anos de 1985 a 1990, ao examinar as cartas de leitores durante o período.

Para pensar alguns elementos no campo da estrutura e infraestrutura, Otávio Vítor Vieira Ribeiro buscou, na obra A Amazônia – aspectos econômicos (1892), de José Veríssimo (1857-1916), compreender quais foram as bases políticas e científicas que fundamentam o projeto de revitalização social e econômica na Amazônia do século XIX. Outrossim, Georgia de Proença dos Santos e Fernando Atique partem do processo de remodelação de espaços urbanos, a partir do Plano de Avenidas, para discutir algumas mudanças que afetaram diretamente a população de São Paulo a partir do final dos anos 1930.

Para encerrar, a atual edição conta com três resenhas que transitam pela História Transnacional, História Política e História da Educação. Em Resistência e rebeldia: a perspectiva zapatista diante da luta global contra a Hidra Capitalista, Rodrigo de Morais Guerra debate as críticas zapatistas ao sistema capitalista, representado pela figura mitológica da Hidra através do conjunto de discursos do Subcomandante Insurgente Galeno (2021), compilada na obra Contra a Hidra Capitalista.

Kauan Willian dos Santos, por sua vez, também utiliza a figura do ser de várias cabeças, porém, para representar os vários setores que configuraram as classes populares e sobretudo os anarquistas no século XIX. O autor aborda as contribuições de Constance Bantman (2021) sobre o debate historiográfico do anarquismo francês entre os anos 1854 e 1939 ao focar na história de vida

de Jean Grave, um jornalista francês e ativista que desempenhou um papel relevante no movimento anarquista do período.

Por fim, João Gabriel da Silva abre espaço para pensar as Potencialidades e Limites de uma História Transnacional da Educação ao resenhar a obra de Diana Vidal (2020), intitulada Sujeitos e artefatos: territórios de uma História Transnacional, indagando como as relações de trocas culturais e políticas internacionais implicaram na estruturação do modelo educacional brasileiro.

Em suma, acreditamos que os trabalhos do presente dossiê contemplam parte considerável das complexidades inerentes à temática, além de instigar novos debates que possibilitem a construção de diferentes perspectivas. Dessa maneira, a equipe editorial da Hydra agradece a significativa contribuição dos autores e autoras, e convida o público leitor a apreciar os trabalhos a seguir. Uma ótima leitura!

Fabiana Bueno Ferrarezi

Editora-chefe da Revista Hydra

Guarulhos, 22 de dezembro de 2023.

revista hydra

CAMINHOS FORÇADOS: O COMÉRCIO INTERNO DE ESCRAVIZADOS E OS ROTEIROS DE REDISTRIBUIÇÃO NOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA

Iasmim de Oliveira Cezar[1]

Resumo: A cidade da Bahia (Salvador), durante o setecentos, exerceu função significativa como entreposto comercial transatlântico, principalmente por ser um ponto estratégico de abastecimento de africanos escravizados, destinados aos mercados consumidores dos sertões da América portuguesa. Com isso, é de interesse desta pesquisa compreender o abastecimento do mercado negreiro presente no interior da América portuguesa, concentrando-se na redistribuição de escravos ao longo dos principais caminhos sertanejos. O foco está nos mecanismos de operacionalização, especialmente nessa fase que foi chamada de "terceira perna do tráfico".

Palavras-Chave: Sertões; comércio interno; caminhos.

WAYS FORCED: THE INTERNAL SLAVE TRADE AND THE REDISTRIBUTION ROUTES IN THE BACKLANDS OF PORTUGUESE AMERICA

Abstract: The City of Bahia (Salvador), during the 7th century, had a significant role as a transatlantic commercial warehouse, mainly because it was a strategic point of supply for enslaved Africans, destined to the consumer markets of the backlands of Portuguese America. Therefore, it is in the interest of this research to understand the supply of the slave market present in the interior of portuguese America, trying to understand the process of redistribution of slaves from the main ways, analyzing it with a special focus to operationalization mechanisms in this phase that was called "Third leg of the traffic".

Keywords: Backlands; trade internal; ways.

Introdução

Em 16 de março de 1726, Jerônimo Rodrigues despachava para as minas do ouro pelos caminhos dos sertões cerca de 36 escravizados. Após o pagamento do direito pela entrada aos sertões no valor de 9 mil réis, o transporte do comboio fora delegado à pessoa de Diogo Henriques. Tendo a carta de guia em mãos, o próximo destino do carregador seria a vila de Cachoeira,

[1] Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contato: cezariasmimoliveirade@gmail.com.

por "onde se deticiarão os ditos escravos".[2] Ou seja, a serviço do mercador de escravos, Jerônimo Rodrigues, o redistribuidor Diogo Henriques, partia da Bahia em direção às minas levando escravizados para o abastecimento do mercado sertanejo.

Comerciante de escravos atuante na cidade da Bahia (Salvador), Jerônimo Rodrigues tinha fortes vínculos mercantis com a capitania de Minas Gerais. Entre 1721 e 1725, o agente mercantil comercializou mais 125 escravos para as minas por meio do caminho dos sertões e do Rio de Janeiro.[3]

O comércio interno de escravizados para os sertões fora uma prática iniciada ainda nas primeiras décadas do século XVIII evidenciando, portanto, a chegada do projeto colonizador ao interior da América portuguesa. Mapear os caminhos que viabilizaram a extensão do comércio de escravizados para os mercados sertanejos de abastecimento, sobretudo regiões onde havia altas demandas pela mão de obra do africano escravizado, figura-se como o principal objetivo deste artigo. Portanto, entender como a Bahia estava diretamente ligada ao comércio de escravizados no contexto mercantil escravista atlântico também é um ponto imprescindível para a compreensão dessa modalidade do trato negreiro.

Para isso, este estudo tem por base o *Catálogo de Alvarás 1778-1797,* um conjunto de guias de passaportes que abarcam os registros das remessas de escravizados recém-chegados ao porto baiano e com destino aos sertões da América portuguesa.[4] Para a capitania da Bahia, por exemplo,

---

[2] AHU, Bahia Avulsos, cx. 22, doc. 81, (*Carta do provedor-mor da Fazenda Real Bernardo de Sousa Estrela ao rei João V sobre a viagem para as Minas pelos caminhos do sertão de Jerônimo Rodrigues e Manuel Coelho de Oliveira, Bahia, 12 de março de 1726*).

[3] APEB, Seção Colonial e Provincial, *Maço 248*, *Livro de registros de Pedidos de passaportes para escravos e guias para despachos de embarcações*, 1718-1729, fólios: 160f; 83v; 139f; 158v. Ainda não dispomos de documentações capazes de elucidar aspectos mais abrangentes sobre a vida social e econômica do comerciante Jerônimo Rodrigues, bem como do carregador Diogo Henriques. No entanto, os despachos realizados por Rodrigues revelam-nos sua importância e atuação marcante no comércio de escravos empreendido da Bahia em direitura a Capitania de Minas Gerais.

[4] Apesar de ter sido registrado pelo APEB com a periodização entre 1778-1797, o Catálogo de Alvarás registra os despachos dos escravos até o ano de 1798. Agradeço a Urano de Cerqueira Andrade pela indicação desta fonte. Este códice está sendo trabalhado por Cândido Domingues, Urano Andrade e eu no projeto Dos portos aos Sertões: rotas de comércio, capitães negreiros e outros agentes do tráfico atlântico de escravos. Bahia, século XVIII.

cerca de 4.494 africanos escravizados foram redistribuídos entre ao anos de 1778-1798.[5]

Tal documentação possuía um caráter fiscal e fora implementada pela Coroa portuguesa para evitar os descaminhos de negros no interior da colônia. Assim como Jerônimo Rodrigues despachara 161 escravizados para as minas por meio de registros de passaportes, as remessas legais de cativos saídos do porto baiano deveriam ser liberadas mediante pagamento de direitos comprovados pelas Guias de Despachos.[6] Este artigo concentra-se na análise dos caminhos forçados que levaram escravizados aos sertões da Bahia setecentista, durante a segunda metade do século XVIII.

Ao longo da vigência do comércio transatlântico de escravizados, a Bahia tinha o segundo maior porto de desembarque de africanos no Brasil, ficando atrás apenas da região Sudeste. Sabe-se que, a partir do século XVI, o embarque de escravizados da Península Ibérica para o Novo Mundo iniciara um novo fenômeno na experiência humana capaz de sustentar o modelo de sociedade colonial baseado no sistema escravista.[7] O comércio transatlântico de escravizados provocou a maior migração forçada já registrada na História, promovendo o deslocamento de grandes contingentes populacionais para abastecer os mercados negreiros americanos.[8]

Portanto, a Bahia foi decisiva na constituição das redes comerciais capazes de conectar as costas brasileira e africana. O porto baiano tornara-se uma das mais importantes vias de acesso, sendo usada por comerciantes de escravos. Por meio de suas instalações, eram realizados embarques e desembarques a fim de articular o comércio de mercadoria e, ao mesmo tempo,

---

[5] CEZAR, Iasmim de Oliveira de. *A última rota atlântica: o comércio interno de escravizados rumando os sertões da Bahia setecentista, c. 1759 - c. 1798*. Dissertação de Mestrado (PPGH – UFBA), Salvador/Bahia, 2020 pp.88-89.

[6] AHU, Bahia Avulsos, cx. 22, doc. 81, (*Carta do provedor-mor da Fazenda Real Bernardo de Sousa Estrela ao rei João V sobre a viagem para as Minas pelos caminhos do sertão de Jerônimo Rodrigues e Manuel Coelho de Oliveira, Bahia, 12 de março de 1726*). Sobre a fiscalização implementada pela Coroa portuguesa para controlar a circulação de escravizados no interior da colônia ver CEZAR, *op. cit*, 2020.

[7] ELTIS, David & RICHARDSON, David. "A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade". In: Extending the frontiers: essays on the new transatlantic salve trade database, New Haven/ London: Yale University Press, 2008, p. 01.

[8] ELTIS; BEHRENDT; RICHARDSON & FLORENTINO, The Transatlantic Slave Trade: a Database. Disponível em: https://www.slavevoyages.org/. Acesso em agosto de 2023.

incrementar a comercialização de escravos africanos que se constituíam como a principal mercadoria negociada nesse entreposto comercial.[9]

O historiador Alexandre Vieira Ribeiro, em seu estudo sobre o tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, evidenciara que essa cidade era o principal centro fornecedor de escravos para o abastecimento interno da América portuguesa. Segundo o autor, no início do século XVIII, a saída de negreiros da Bahia acompanhava o aumento da produção mineradora na região das Minas Gerais.[10] A Bahia estava diretamente conectada ao comércio transatlântico de escravos, recebendo grandes cifras de africanos escravizados, e atrelada ao mercado de comercialização interna, sendo uma importante praça de redistribuição de cativos.

Enfatizando a ligação entre os mercados mineiros e suas principais regiões abastecedoras de mercadorias e mão de obra, o pesquisador Kelmer Mathias salienta que tais trânsitos suscitaram na formação de novos circuitos mercantis articulados dentro de uma dinâmica comercial que abrangia a participação de várias regiões da América portuguesa. A existência da circularidade mercantil escravista foi dada em função da demanda por escravos no interior do continente, sobretudo, após as descobertas das regiões auríferas.[11]

Esse fator possibilitou ao comércio transatlântico remodelar a sua estrutura de funcionamento para atender a essa nova extensão do comércio de africanos escravizados. Para Katia Mattoso, a ampliação das rotas de comercialização de escravizados para os sertões da América lusa tornou mais complexa a estrutura mercante do tráfico, o que promoveu o surgimento de mercados sertanejos pautados na transferência ou no escoamento de escravos para o sertão mediante o processo denominado *tráfico interno*.[12]

---

[9] CEZAR, *op. cit*, 2016, pp.12-13.

[10] RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750 – c.1800)*. Tese de Doutorado, PPGHS/ UFRJ, 2009, pp. 19-21.

[11] MATHIAS, Carlos L. Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756*. Rio de Janeiro, Mauad, 2012, pp. 27-51.

[12] MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 53-57. Sobre a discussão referente ao termo "sertão", uma categoria construída durante a colonização, ver AMADO, Janaína. "Região, sertão, nação". In: *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 15 (1995), pp. 145-151.

Assim, o presente estudo buscou conhecer os mecanismos que viabilizaram a introdução das levas de escravizados na América portuguesa pelos caminhos sertanejos. O comércio interno movimentava os sertões pelo sistema de redistribuição de cativos, que possuía um modelo de operacionalização voltado para complementar o mercado de mão de obra sertanejo. Na primeira seção, a cidade da Bahia é apresentada como um entreposto comercial importante para o desenvolvimento das relações mercantis entre Brasil e África. Na sequência, serão abordados aspectos estruturais relativos ao desembarque de escravizados africanos na costa baiana e, posteriormente, a chegada desses cativos aos sertões da capitania devido, principalmente, à carência por escravos no interior. Por fim, serão apresentadas as principais rotas usadas pelos agentes do comércio interno de escravizados para abastecer distintos mercados negreiros nos sertões da América portuguesa.

Caminhos marítimos: o comércio de escravizados e a praça mercantil baiana

A abertura do Atlântico Sul a partir do século XV possibilitou a existência de interações comerciais e culturais entre as sociedades situadas no espaço chamado de "Mundo Atlântico".[13] No caso da colônia luso-brasileira, o comércio de africanos foi a principal atividade comercial estabelecida entre as costas brasileiras e africanas, "representando o instrumento essencial de reprodução física dos escravos e, por meio deles, da própria estrutura produtiva".[14]

Nesta perspectiva, o comércio transatlântico passou a ser pensado como um empreendimento importante para a acumulação de capital. Analisando o comércio de escravizados como um negócio com lógica de funcionamento e estrutura empresarial próprias à dinâmica mercantil escravista, Manolo Florentino ressalta que o trato negreiro para o Brasil acabou se tor-

[13] THOMPSON. Estevam C. "O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (Séculos XV-XIX)". In: Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Vol. 4, n. 2 (Ago/Dez 2012), p. 81.

[14] RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 - c.1830.* Dissertação de mestrado, PPGHS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005, p. 15.

nando o item de maior peso nas importações coloniais devido ao grande volume de africanos desembarcados em portos brasileiros.[15]

Para compreender o comércio de escravizados no cenário mercantil da América lusa, é preciso considerar que tal atividade mercante fazia parte de um modelo pautado na dependência dos recursos do comércio ultramarino por parte do império português.[16] A lógica econômica do mercado escravista contribuiu para situar o Brasil como a maior região de desembarque de africanos na América durante a vigência do comércio negreiro. A Bahia exerceu papel significativo no estabelecimento de relações comerciais entre Brasil e África. O entreposto da capital baiana foi uma das mais importantes vias de acesso, utilizadas por comerciantes de escravos.

A função comercial protagonizada pela primeira capital do Brasil, era percebida por olhares estrangeiros. "A frota, que vem todos os anos vem de Portugal, traz vinhos, farinhas, azeite [...] e todas as mercadorias necessárias", escreveu o viajante francês Froger, que permaneceu na Baia de Todos-os-Santos de 20 de junho a 7 de agosto de 1696.[17]

Três anos mais tarde, o capitão William Dampier encontraria "aqui na Bahia cerca de 30 grandes navios da Europa, com dois vasos de guerra do Rei de Portugal para comboiá-los".[18] A presença frequente de frotas portuguesas em terras brasílicas apenas reforça o caráter mercantil da praça baiana, pois essas ocorrências eram corriqueiras e pertenciam à lógica econômica do sistema colonial atlântico.

A historiadora Katia Mattoso considera a cidade da Bahia um grande centro que reunia todas as riquezas coloniais. Tal posição econômica estaria

---

[15] FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, p. 23.

[16] FRAGOSO, João; Guedes, Roberto; Krause, Thiago. *A América Portuguesa e os Sistemas Atlânticos na Época Moderna: Monarquia Pluricontinental e o Antigo* Regime. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp.38-40. Sobre a economia colonial baseada na mão de obra africana e os fatores que influenciaram a consolidação da escravatura africana na América ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

[17] FROGER, Sier Le. "Relations du Voyage de M. de Gennes au detroit de Magellan, fait em 1695, 1696 et 1697" apud VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987, p. 101.

[18] DAMPIER, William. "Voyages: fait em 1699. Amsterdam, 1705apud VERGER, *op. cit.*, 1987, p. 77.

revista hydra

ligada à função desempenhada pelo principal porto baiano, que, além de importar e exportar produtos variados, redistribuía mercadorias vindas da Europa, da África e da Ásia para várias localidades da América portuguesa.[19]

Fundada em 1549, a cidade da Bahia foi a sede da administração portuguesa até a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763. No entanto, segundo Avanete Pereira Sousa, a transferência da capital não representou a perda da condição de centralidade econômica da cidade, pois, ao longo dos séculos XVIII e XIX, ela continuou sendo um relevante centro mercantil para a colônia, por localizar-se em um ponto comercial estratégico para o Império atlântico português.[20] Para a autora,

> Salvador e sua Baía de Todos os Santos tornaram-se estratégicas no interior do Império atlântico português. A cidade mantivera-se, ao longo dos séculos XVIII e XIX, como espaço urbano fundamental nas relações comerciais que envolviam o Brasil, a Europa e a África, além de, isoladamente, articular uma rede atlântica de comércio que excluía a Europa e englobava territórios portugueses na África e nas Ilhas Atlânticas.[21]

A imagem a seguir apresenta um panorama ilustrativo da cidade atlântica (cidade da Bahia), desenhada pelo viajante francês Frézier, que permaneceu na Bahia de 26 de abril a 7 de maio de 1714.[22]

---

[19] MATTOSO, Katia. "Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549 – 1763)". In: MATTOSO, Katia. *Da revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador, Corrupio, 2004, p. 285.

[20] SOUSA, Avanete Pereira. "A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII". In: SOUZA, Evergton Sales; Marques Guida; Silva, Hugo R. (Orgs). Salvador da Bahia: Retratos de uma cidade atlântica. Salvador e Lisboa, EDUFBA e CHAM 2016, p. 102.

[21] SOUSA, Avanete Pereira Souza. "Trânsitos mercantis de uma cidade capital (Salvador, séc. XVIII)". In: Revista Mosaico, vol. 7, n. 2 (Jul/dez2014), p. 174. Ainda sobre a cidade da Bahia e o poder local concentrado nas mãos de um seletivo grupo social ver SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2003.

[22] FRÉZIER, A. F. Relation du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chily et du Perou. (1712-1714) apud VERGER, *op. cit*., 1987, p. 82.

revista hydra

Figura 1 – Cidade atlântica (Salvador), século XVIII
Planta da cidade de Salvador, c. 1714. Disponível em: http://www.bahia-turismo.com/salvador/antiga/salvador-frezier.htm. FONTE: FRÉZIER, Amédée François. *Relation du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chily et du Perou*. Paris, 1716.

Quanto ao roteiro mercantil firmado entre a Bahia e África, as relações comerciais que envolviam as duas costas foram observadas por Luis dos Santos Vilhena. Em seus escritos, o autor ressalta a mobilidade existente entre as duas regiões, afirmando que o acesso aos portos africanos era dado no intuito de "trocar os nossos gêneros de tabaco, açúcar e aguardente por escravos, para trabalharem e servirem nas nossas colônias do Brasil".[23] Entre tais mercadorias, o fumo foi o produto que mais se destacou como moeda de troca nas relações comerciais com o continente africano, mais especificamente, com a Costa da Mina.

Durante o século XVIII, o fumo possibilitou aos negociantes da Bahia a constituição de um movimento comercial com a Costa da Mina que escapava ao controle de Lisboa. Ou seja, devido ao tabaco, as relações mercantis passaram a ser realizadas de forma bilateral. Naquele período, a Costa da Mina era a principal fornecedora de escravos para a Bahia. Segundo Carlos da Silva Junior,

> A imensa maioria dos minas, ardras e jejes na Bahia destinavam-se aos trabalhos nas plantations açucareiras no Recôncavo ou nas atividades de ganho na cidade da Bahia (Salvador). Havia

[23] VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, vol. 1, 1969, p. 135.

> também aqueles enviados para as vilas de Jacobina e Rio de Contas, áreas mineradoras da capitania da Bahia.[24]

Os escravos falantes das línguas gbè (ardras, minas e jejes) eram provenientes da costa Ocidental africana. O comércio entre as duas costas atlânticas iniciou-se ainda no século XVII. No entanto, as relações comerciais iriam se tornar mais intensas a partir da expedição do Alvará de 1687, que apontava aos capitães negreiros a troca de rota do Reino de Angola, devido ao um surto de bexiga, para a região da Costa da Mina.[25]

Para Pierre Verger, o principal fator que viabilizou a formação da conexão comercial entre as duas regiões foi justamente o desenvolvimento da cultura do tabaco na Bahia, durante o setecentos. No alvorecer do mesmo século, o padre jesuíta André João de Antonil já descrevia como era realizado o despacho do tabaco na alfândega da Bahia para a Costa da Mina. De acordo com seus relatos, a extração de 13 mil arrobas para a costa africana devia ser arrumada em "cinco mil rolos pequenos de três arrobas, os quais também pagam a setenta réis por cada rolo".[26]

Debruçando-se sobre um extrato de carregações de mercadorias da Bahia para a Costa da Mina entre 1767 e 1770, por meio da corveta *Nossa Senhora da Esperança e São José*, de quem era capitão Antônio da Costa Basto, podemos avaliar o volume do tabaco transportado por esse capitão na tentativa de "vender, e empregar o seu produto a troco de Escravos". O extrato possui, ao todo, 51 carregações contendo a quantidade e o valor dos produtos destinados à costa africana. Entre as demais mercadorias (açúcar, aguardente, búzios, sedas e algumas miudezas), o tabaco foi o produto de maior destaque nesse cenário comercial, pois foram importados 1.523 rolos, sendo cada rolo de tabaco baiano avaliado em 12$800, correspondendo a uma *onça*, moeda da Costa da Mina.[27]

---

[24] SILVA JUNIOR, Carlos Francisco da. "Ardras, minas e jejes, ou escravos de "primeira reputação": políticas africanas, tráfico negreiro e identidade étnica na Bahia do século XVIII". In: Revista *Almanack*. Guarulhos, n.12, p.11.

[25] VERGER, *op. cit*., 1987, pp. 39-79.

[26] VERGER, op. cit., 1987, p. 38. ANTONIL, André João, Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, introdução e notas de Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007 [1ª Ed 1711].

[27] AHU, Bahia Avulsos, cx. 169. doc. 01. (*Extrato das carregações que o capitão Antônio da Costa Basto levara da Bahia para a Costa da Mina datado de 02 de Janeiro de 1770, Lisboa*).

A ligação comercial existente entre as referidas regiões era norteada por reciprocidade e pode ser compreendida pelas palavras de Luis Viana Filho, que, em 1946, descreveu que "A Bahia tinha fumo e queria escravos. A Costa da Mina tinha escravos e queria fumo".[28] Tais fatores acabaram por tornar o porto baiano um grande exportador de tabaco e importador de africanos escravizados ao longo do século XVIII.

Caminhos sertanejos: o desembarque de africanos na cidade da Bahia e os roteiros de redistribuição para os sertões da América portuguesa

As levas de escravos importados para o Brasil eram provenientes de diversas regiões da África, sobretudo da África Ocidental e Centro-ocidental. Eles passaram a ser comercializados dentro de uma rede mercantil que possuía ligações firmadas desde o interior do continente africano até regiões mais afastadas do litoral brasileiro. Segundo Alexandre Vieira Ribeiro,

> O escravo africano chegava ao porto de Salvador num estado de exaustão física e moral após a longa travessia do Atlântico que durava em torno de dois meses. Em sua terra de origem, fora capturado, posto a ferros, separado de seus familiares, percorrera longas distâncias até ser embarcado em navios apinhados de africanos, onde conhecera as desventuras de uma viagem forçada, convivendo com os maus tratos dos seus condutores, a fome, a sede, a promiscuidade, as doenças e a morte.[29]

Os escravos chegavam à cidade da Bahia por intermédio da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia.[30] Localizada na região do porto de Salvador, a freguesia era o ponto de chegada de muitos navios carregados com uma variação de produtos para o consumo da colônia portuguesa. Assim como as demais mercadorias (vinhos, farinha de trigo, tecidos

[28] VIANA FILHO, Luis. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro, (Coleção Documentos Brasileiros), 1946, p. 67.

[29] RIBEIRO, Alexandre Vieira. "E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII". In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina- MG, 2006, p. 02.

[30] DOMINGUES, Cândido. "*Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII*". Dissertação de Mestrado, PPGH/UFBA, Salvador, 2011, p. 49. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. "Sacramento ao pé do mar: batismo de africanos na freguesia da conceição da praia, Bahia, 1700-1751", in: Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2 (2013), p. 48.

e especiarias), os africanos desembarcavam no local de intenso fluxo comercial, norteado por embarques e desembarques de navios cargueiros.[31]

Ao desembarcarem no porto de Salvador, alguns escravos eram comercializados na praça mercantil baiana e outros eram destinados aos sertões ou cidades costeiras da América portuguesa. Segundo Ribeiro, nos séculos XVI e XVII, os africanos escravizados eram transacionados principalmente para regiões próximas ao porto de desembarque ou regiões de cultivo da cana-de-açúcar. Para o autor, o movimento de compra e venda era pequeno se comparado aos circuitos de redistribuição desenvolvidos nos séculos XVIII e XIX.[32]

Com o processo de interiorização da colonização portuguesa sendo consolidado e baseado em um modelo de ocupações e conquistas dos territórios sertanejos, até então encarados como fronteira de colonização por parte da Coroa portuguesa, os primeiros núcleos populacionais começaram a se estabelecer nos sertões. No caso do sertão baiano, a fundação das primeiras vilas estabelecidas às margens dos rios São Francisco e de Contas foi motivado devido à descoberta e, consequentemente, à exploração do ouro.[33]

Analisando a confirmação da existência de metais e pedras preciosas pelos governos de várias capitanias, a historiadora Albertina Vasconcelos aponta que, na Bahia, a região da Jacobina já era conhecida por possuir cobre, prata e ouro no início do século XVIII. No entanto, para evitar incursões estrangeiras e prejuízos nas lavouras de tabaco e cana-de-açúcar, a Coroa passou a proibir sua extração. Apenas em 1720 foi concedida a liberação

---

[31] SILVA JUNIOR, Carlos Francisco da. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Dissertação de mestrado, PPGH/UFBA, Salvador, 2011, p. 33.

[32] RIBEIRO, op. cit., 2005, p.95. Sobre a produção do açúcar e as origens das economias coloniais americanas, ver SCHWARTZ, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

[33] O estudo sobre a interiorização da metrópole foi discutido pela historiadora Maria Odila leite da Silva Dias, cujo trabalho considera a importância desses trânsitos internos, assim como a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, como fatores determinantes para despertar o processo de independência. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ªed. São Paulo, Editora Alameda. 2009. Sobre a povoação dos sertões baianos, ver TOLEDO, Maria Fátima de Melo. *Desolado Sertão: A colonização portuguesa nos sertões da Bahia (1654-1702*). Tese de doutorado, Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2006, pp. 209-230.

para a exploração dessas minas. A autorização coincide com o período referente à proposta da criação das vilas de Jacobina e Rio de Contas.[34]

Pouco tempo depois, a efetiva extração de ouro já podia ser percebida a partir das prestações de contas dadas ao rei D. João V, referentes à chegada de ouro proveniente das duas áreas mineradoras. Nas cartas, percebe-se o quanto a administração portuguesa estava preocupada com os descaminhos do ouro, conferindo à casa da moeda o papel de confiscar as entradas e saídas de ouro nos dois distritos a cada três meses. De qualquer forma, o controle da produtividade esteve atrelado à cobrança dos *quintos*, sendo uma conta que deveria ser paga anualmente de julho a julho, e o valor deveria ser abatido de acordo com o volume da produção.[35]

Já a atividade exploratória de ouro em Minas Gerais expandia-se entre o rio das Velhas e o rio Doce, no intuito de alcançar a região de Ouro Preto. O processo de expansão territorial atingiu outras capitanias e contribuiu para tornar Minas Gerais um espaço de migração e de exploração comercial importante para a economia colonial portuguesa.[36]

Refletindo sobre o surgimento da sociedade mineira e a necessidade de abastecimento do mercado interno a partir na última década do século XVII e início do século XVIII, Hugo Demétrio Nunes T. Bonifácio aponta que

> A descoberta e posterior exploração do ouro durante o século XVIII, além de gerar receitas bastante positivas para os cofres da Coroa portuguesa, fez surgir um mercado interno, baseado em um avultado comércio de abastecimento da região centro-sul. Este comércio foi responsável pela conexão de vários mercados com diferentes perfis, a saber: os coloniais (das várias capitanias), africanos e reinóis.[37]

A formação dos circuitos mercantis pautados nos deslocamentos físicos de mercadorias e indivíduos e nos trânsitos de riquezas, especialmente

---

[34] VASCONCELOS, Albertina. *Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão: Bahia do século XVIII*. Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1998, pp. 39-60.

[35] AHU, Bahia Avulsos, cx. 23. doc. 29. (*Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cezar de Meneses ao Rei D. João V sobre a conferência Trimestral pela casa da Moeda do ouro que entra nos distritos de Jacobina e Rio de Contas datado de 07 de julho de 1726, Bahia*).

[36] VASCONCELOS, op. cit., 1998, p. 63. Sobre o espaço econômico do ouro, ver MATHIAS, op. cit., 2012.

[37] BONIFÁCIO, Hugo Demétrio Nunes Teixeira. *Nas rotas que levam às Minas: Mercadores e homens de negócios da capitania de Pernambuco no comércio de abastecimento da região mineradora no século XVIII*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, p. 35.

metais preciosos, caracterizou o novo espaço econômico sertanejo. A mineração, ao movimentar economicamente os sertões do Brasil, influenciou a constituição de um mercado interno estruturado e marcado por uma intensa circulação de pessoas e mercadorias, inclusive escravos, possibilitando a formação de comunidades sertanejas que, por sua vez, foram incorporadas a um sistema amplo de conexões sociocomercias no contexto do tráfico atlântico.[38]

Sendo assim, a descoberta das jazidas auríferas no interior da América portuguesa, na última década do século XVII, possibilitou o crescimento da demanda por escravos destinados às regiões mineiras. Para Mattoso, esse fator contribuiu para que houvesse uma nova remodelação das estruturas ligadas à dinâmica do comércio negreiro, pois o tráfico teve que se adaptar para atender às novas necessidades de mão de obra nos mercados sertanejos.[39]

Ao longo do século XVIII, o desenvolvimento da economia mineradora esteve associado à mão de obra do escravo africano. O surgimento dos novos mercados consumidores, além de possibilitar a atuação de comerciantes, que realizavam a conexão comercial entre Salvador e os sertões baianos através do processo de redistribuição dos cativos, influenciou no aumento do volume do comércio de escravos para a Bahia.[40]

Daniele Santos de Souza afirma que, no início do século XVIII, houve um crescimento de negociações e um aumento das relações comerciais entre a Bahia e a África, devido, principalmente, à crescente demanda por escravos para trabalhar na extração do ouro e pedras preciosas nas recentes minas descobertas no interior da colônia. O fato de o ouro ter entrado como moeda nas trocas comerciais com a costa africana contribuiu para incrementar o volume do tráfico para a Bahia.[41]

---

[38] IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões Da América portuguesa- século XVIII*. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2012.

[39] MATTOSO, Katia M. de Queirós. *op. cit*., 1988, p. 53-57.

[40] RIBEIRO, op. cit., 2005, p. 20.

[41] SOUZA, Daniele Santos de. *Entre o "serviço da casa" e o "ganho": escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII*. Dissertação de mestrado PPGHS/UFBA, Salvador, 2010, p. 32.

Logo, além de realizar as conexões mercantis entre Brasil, África e Europa, o porto baiano desempenhou função significativa para os mercados internos, sendo considerado um dos grandes redistribuidores de escravos para o interior da colônia americana do Império português. A cidade de Salvador constituía-se, portanto, como uma importante praça de redistribuição para o fornecimento de mão de obra para o mercado interno, não só para o interior baiano, como também para as demais capitanias.[42]

Tendo isso em vista, entendemos que o processo de redistribuição de escravos para os sertões a partir do porto de Salvador estava inteiramente associado ao comércio atlântico e, por isso, deve ser entendido como uma última rota transatlântica, a chamada "terceira perna do tráfico".[43]

Assim, a chegada *da terceira perna do tráfico* aos sertões da Bahia foi possível graças à "ação de caçadores de índios, exploradores, missionários, ocupadores, pioneiros e agentes do governo", que seguiam um modelo de ocupação luso-brasileira pautado na interiorização da colonização portuguesa, tornando possível a abertura de estradas, o que facilitava a mobilidade social e geográfica desses agentes coloniais.[44]

Portanto, as atividades desenvolvidas no espaço sertanejo, como a pecuária e a mineração, influenciaram a abertura de novas estradas a fim de promover o acesso mais facilitado tanto às demais regiões sertanejas quanto às áreas litorâneas da América portuguesa.

A existência das rotas facilitou a circulação de pessoas e mercadorias, fazendo das ditas estradas importantes vias que interligavam a cidade de Salvador com diversas regiões economicamente ativas, sediadas nos sertões da América lusa. No caso do sertão baiano, a ocupação causada pelos processos mineratórios, primeiramente, fez-se presente no Rio das Velhas em 1693, seguida do Itapicuru e Rio de Contas, ambos nas primeiras décadas do século XVIII. De acordo com Erivaldo Fagundes Neves, a atividade mineradora facilitou o estabelecimento de caminhos e vias, percorridos por

[42] RIBEIRO, *op. cit.*, 2005, p. 113.

[43] RIBEIRO, *op. cit.*, 2005, p. 98.

[44] SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese de Doutorado PPGH/UPS, 2010, p. 56.

mineradores e vaqueiros. A edificação das vilas de Jacobina e Rio de Contas também foi determinante para a criação da Estrada Real, uma importante via de escoamento de ouro por meio das cabeceiras dos rios Itapicuru e de Contas.[45]

Sobre o caminho que ligava Jacobina e Rio de Contas, a documentação oficial do período aponta que, inicialmente, a abertura teria sido realizada pelo sertanista Pedro Barboza Leal no intuito de auxiliar o trânsito entre as regiões e de controlar a arrecadação dos quintos referentes às minas existentes naquelas localidades sertanejas.[46]

Analisando os caminhos de ouro das Minas setecentistas, a historiadora Sofia Lorena Vargas Antezana considera que todos os caminhos que "vinham" do interior baiano e que tinham como ponto em comum o rio São Francisco, eram considerados *Caminhos dos Sertões* ou *Caminhos da Bahia*. O caminho do sertão partia inicialmente de Cachoeira, atingindo as regiões de Santo Antônio Amaro e Tranqueira. Seguindo a direção das duas localidades, alcançava-se o rio Verde e o rio das Velhas. Chegando à Barra do rio das Velhas, o acesso às regiões mineradoras era facilitado devido à existência de várias estradas em função das minas descobertas.[47]

Em 1711, o roteiro desse caminho foi registrado pela primeira vez por Antonil, que observou a presença de muitas fazendas de gado em meio às

---

[45] NEVES, Erivaldo Fagundes & MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcadia, 2007, p. 17-20.

[46] AHU, Bahia Avulsos, cx. 18, doc. 11. (*Carta do vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes ao rei tratando da abertura de um caminho ligando Jacobina e Rio de Contas, carta datada de 19 de Janeiro de 1725, Bahia*). Sobre a trajetória do Coronel Pedro Barboza Leal e, consequentemente a fundação da vila de Jacobina em 1722, chefiada por este sertanista, ver CONCEIÇÃO, Hélida Santos. "O Sertão e o Império: Hierarquias sociais, trajetórias de elites e o projeto de exploração do sertão da capitania na Bahia no século XVIII". IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, Porto, 2015, pp.01-25. Ainda sobre o sertão de Jacobina nas primeiras décadas do século XVIII ver SILVA, Geraldo Antônio da. *"As embrulhadas de Jacobina nunca terão fim": criminalidade e justiça na vila de Jacobina (1720-1743)*. Trabalho de conclusão do curso de graduação, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2014.

[47] ANTEZANA. Sofia Lorena Vargas. *Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas Setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. Dissertação de Dissertação de Mestrado, PPGH/UFMG, Belo Horizonte, 2006, p.22. Sobre os caminhos sertanejos e os currais da Bahia dentro de um circuito mercantil entre Minas e Bahia ver SANTOS, RAPHAEL FREITAS. *Minas com Bahia: Mercados e Negócios em um circuito mercantil setecentista.* Tese de Doutorado PPGH/UFF, Niterói, 2013, capítulo 02.

suas paragens.[48] Segundo Capistrano de Abreu, a condução das boiadas foi determinante para que houvesse a estabilização de alguns moradores em meio aos trajetos do gado. Muitas estradas foram encurtadas, viabilizando o trânsito de pessoas e mercadorias pelos territórios sertanejos.[49]

A historiadora Isnara Pereira Ivo afirma que os sertões eram espaços de grande mobilidade e circularidade, pautados por intercâmbios e trocas culturais. O espaço sertanejo da colônia lusa era norteado por movimentos de pessoas e de produtos vindos de todas as partes Império Ultramarino português.[50] Os movimentos nos sertões coloniais contribuíram para acelerar a demanda pela mão de obra escravizada, intensificando, portanto, o processo de interiorização da metrópole.

O mapa a seguir reproduz o roteiro dos principais caminhos abertos ao longo do sertão baiano. Segundo Marcio Roberto Alves dos Santos, possivelmente, existiram outras vias, no entanto, as que estão indicadas na figura seriam as estradas mais importantes exatamente por interligarem o Recôncavo Baiano às demais regiões sertanejas.[51]

Os caminhos dos sertões eram norteados por um conjunto de rotas que possibilitavam o acesso das áreas de mineração ao centro administrativo colonial (cidade da Bahia). Por esses caminhos ocorriam o transporte de mercadorias e o escoamento de escravizados.

A análise sobre os principais percursos trilhados pelos comerciantes de escravos pode ser visualizada na reprodução a seguir. Além de roteiros específicos, a logística do comércio interno adotou rotas secundárias que proporcionavam o abastecimento da capitania da Bahia e de outros mercados negreiros na América portuguesa.

---

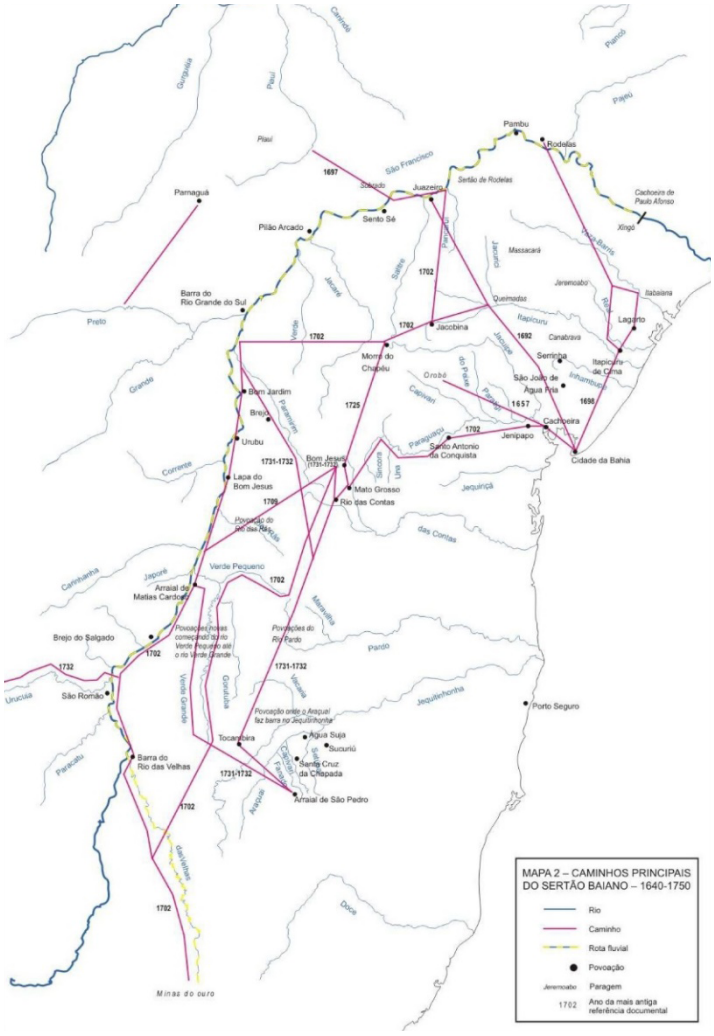
[48] ANTEZANA, *op. cit*., 2006, p. 23. Sobre os caminhos do sertão, ver ANTONIL, op. cit., 2007.

[49] ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília, conselho editorial do Senado Federal, 1998, p.137.

[50] IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa – século XVIII.* Vitória da Conquista, Edições, UESB, 2012.

[51] SANTOS, *op. cit*., 2010, pp. 160-163.

revista hydra



Mapa 1 – Caminhos principais do sertão baiano – 1640-1750

Fonte: SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese de Doutorado PPGH/USP, 2010, p.162.

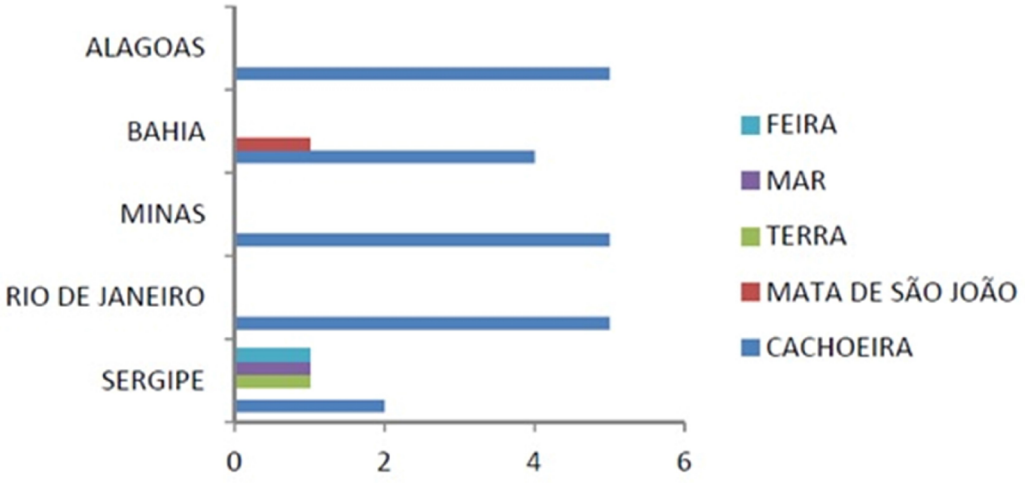


Gráfico 1 – Principais rotas e seus respectivos destinos, 1778- 1798.

Fonte: APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 623-13, *Catálogo de Alvarás 1778-1797*.

A principal trajetória percorrida pelos traficantes tinha como ponto inicial a vila de Cachoeira, seguindo a rota de Muritiba e Boqueirão. Assim, os traficantes adentravam o interior, possivelmente, seguindo os percursos desenhados pelos *caminhos dos sertões*. Quanto ao uso dessa rota, no início do século XVIII, Antonil já descrevia que "Partindo da cidade da Bahia, a primeira pousada é na Cachoeira". Dessa forma, ao longo do período setecentista, essa vila continuou sendo a principal "porta de entrada" aos sertões a partir da cidade de Salvador.[52]

Em relação a Sergipe, caminhos por *terra* (não identificados) ou por *via marítima* também foram utilizados pelos traficantes. Quanto à única ocorrência da rota definida por *feira* pouco, sobre ela pouco ainda se sabe, mas acredita-se que o percurso faz referência à feira de Capuame, um ponto obrigatório de passagem e comercialização dos bovinos destinados à cidade da Bahia durante os setecentos.[53]

A *Mata de São João* foi outra rota usada por traficantes para alcançar o interior baiano, mais especificamente o sertão do Sento Sé. Localizada no litoral norte da Bahia, a rota referia-se à freguesia de Nosso Senhor do Bomfim da Mata de São João, uma região usada muitas vezes como cominhos de bovinos vindos do sertão para abastecer a capital e seu recôncavo, devido à sua proximidade com a feira de *Capuame*.[54]

Considerações Finais

Durante o período setecentista, o desenvolvimento da economia colonial baiana estava diretamente associado à mão de obra de africanos escravizados inseridos na sociedade escravista por meio do tráfico atlântico.[55] Saindo de Salvador, as remessas de escravos adentravam o interior

[52] ANTONIL, *op. cit*., 2007. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas minas do rio de contas – Bahia, século XVIII*. Tese de Doutorado, PPGHS/UFBA, Salvador, 2012. p. 31.

[53] A respeito do processo de territorialização dos sertões baianos através da pecuária e suas conexões com os portos e as praças comerciais do Atlântico Sul, ver HENRIQUE, Juliana da Silva. *A feira de Capuame. Pecuária, Territorialização e Abastecimento (Bahia, século XVIII)*. Dissertação de Mestrado, PPGHE/USP, São Paulo, 2014.

[54] HENRIQUE, op. cit., 2014, p.17.

[55] RIBEIRO, Alexandre Vieira. "O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial". In: FRAGOSO, João (Org.). *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 313.

baiano, e eram levadas por traficantes que realizavam a ligação comercial entre as praças de abastecimento interno e o entreposto comercial da cidade da Bahia. Percorrendo as principais rotas sertanejas, os agentes do tráfico forneciam escravos para os mercados de consumo presentes nos sertões da América portuguesa.

A formação dos circuitos mercantis pautados nos deslocamentos físicos de mercadorias, indivíduos e nos trânsitos de riquezas, especialmente metais preciosos, caracterizou esse novo espaço econômico sertanejo. A mineração ao movimentar economicamente os sertões do Brasil, influenciou a constituição de um mercado interno estruturado e marcado por uma intensa circulação de pessoas e mercadorias, inclusive escravos, possibilitando a formação de comunidades sertanejas que, por sua vez, foram incorporadas a um sistema amplo de conexões sociocomercias no contexto do tráfico atlântico.

Sendo assim, no decorrer do processo de ocupação do sertão, os caminhos foram sendo estabelecidos e trilhados, facilitando a comunicação e os intercâmbios comerciais entre a Bahia e as demais capitanias, contribuindo assim, para a expansão das rotas que favoreceram o abastecimento interno de escravizados. Seguindo as principais vias dentro da América portuguesa, os traficantes abasteciam os mercados internos, e realizavam conexões socioeconômicas importantes para o tráfico atlântico.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília, conselho editorial do Senado Federal, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas minas do rio de contas – Bahia, século XVIII*, Tese de Doutorado, PPGHS/UFBA, Salvador, 2012.

AMADO, Janaína. "Região, sertão, nação". In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1995, v. 8 n. 15.

ANTEZANA. Sofia Lorena Vargas. *Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas Setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFMG, Belo Horizonte, 2006.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos Escravos que partem para os portos do Sul: Características do Tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825*. Dissertação de Mestrado PPGH/ UERGS, Porto Alegre, 2006.

BONIFÁCIO, Hugo Demétrio Nunes Teixeira. *Nas rotas que levam às Minas: Mercadores e homens de negócios da capitania de Pernambuco no comércio de abastecimento da região mineradora no século XVIII*. Dissertação de mestrado, PPGH/UFP, Recife, 2012.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. "O Sertão e o Império: Hierarquias sociais, trajetórias de elites e o projeto de exploração do sertão da capitania na Bahia no século XVIII". IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, Porto, 2015.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ªed. São Paulo, Editora Alameda. 2009.

DOMINGUES, Cândido. *"Perseguidores da espécie humana": capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII.* Dissertação de Mestrado, PPGH/UFBA, Salvador, 2011.

_____. "Na *Praya* de Nossa Senhora e dos Traficantes: comércio e sociabilidades na Cidade da Bahia setecentista". In: Revista Plurais (UNEB), v. 5, n. 1, (jan-abr/2014).

_____. "Capitães de navios negreiros, Cidade da Bahia – século XVIII". *Anais do IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*, Universidade do Porto, 2015.

ELTIS, David & RICHARDSON, David. "A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade". In: *Extending the frontiers: essays on the new transatlantic salve trade database*, New Haven/ London: Yale University Press, 2008.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; Guedes, Roberto; Krause, Thiago. *A América Portuguesa e os Sistemas Atlânticos na Época Moderna: Monarquia Pluricontinental e o Antigo Regime*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GUINZBURG, Carlo. "O nome e o como". In: Carlo Guinzburg, *et alli*, *A micro--história e outros ensaios*. Lisboa, DIFEL, 1991.

GUTIÉRREZ, Horácio. "O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o Século XVIII". In: Revista História, São Paulo, (jan/jul de 1989), n 120.

HENRIQUE, Juliana da Silva. *A feira de Capuame. Pecuária, Territorialização e Abastecimento (Bahia, século XVIII)*, Dissertação de Mestrado, PPGHE/USP, São Paulo, 2014.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões Da América portuguesa- século XVIII.* Vitória da Conquista/BA, Edições UESB, 2012.

MANOLO, Florentino. *Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MANOLO, Florentino. "Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c. 1830". In: História: Questões & Debates, n. 51, (jul./dez. 2009).

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____. "Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549 – 1763)". In: MATTOSO, Katia. *Da revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

MATHIAS, Carlos L. Kelmer. "Preço e estrutura da posse de escravos no termo de Vila do Carmo (Minas Gerais), 1713-1756". In: Revista almanack braziliense, n° 06, (novembro 2007).

_____. "Nos ventos do comércio negreiro: a participação dos traficantes baianos nas procurações passadas no termo de Vila do Carmo (1711-1730)". *Revista de História* (USP), vol.158 (1° sem. 2008).

_____. *As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756*. Rio de Janeiro, Mauad, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: Da sesmaria ao Minifúndio. Um estudo de História regional e local.* EDUFBA, Feira de Santana e Salvador, UEFS/UFBA, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes & MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia.* Salvador, Editora Arcadia, 2007.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *"Viver por si", Viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no "Certam de Sima o Sam Francisco" (1730-1790)*. Dissertação de Mestrado, PPGHRL/UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2011.

PARÉS, Luís Nicolau. "Entre duas costas: nações, etnias, portos e tráfico de escravos". In: *A formação do Candomblé: história e rituais da nação jeje na Bahia*. Campinas, SP, Editora da BUNICAMP, 2006.

RODRIGUES, Jaime. África, "Uma sociedade mais feliz do que a nossa": Escravos e senhores transitórios nas redes do tráfico negreiro. In: Revista Proj. História, São Paulo, n. 27 (dez.2003).

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 - c. 1830.* Dissertação de mestrado, PPGHS/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

_____. "E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII". In: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina- MG, 2006.

_____. "O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial". In: FRAGOSO, João (Org.). *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750 – c.1800)*. Tese de Doutorado, PPGHS/ UFRJ, 2009.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese de Doutorado PPGH/UPS, 2010.

SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia: Mercados e Negócios em um circuito mercantil setecentista*. Tese de Doutorado PPGH/UFF, Niterói, 2013.

SCHWARTZ, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial1550-1835.* São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

SILVA JUNIOR, Carlos Francisco da. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Dissertação de mestrado, PPGH/UFBA, Salvador, 2011.

SILVA JUNIOR, Carlos Franciso da. "Ardras, minas e jejes, ou escravos de "primeira reputação": políticas africanas, tráfico negreiro e identidade étnica na Bahia do século XVIII". In: Revista *Almanack.* Guarulhos, n.12, p.11.

SILVA, Geraldo Antônio da. *"As embrulhadas de Jacobina nunca terão fim":- criminalidade e justiça na vila de Jacobina (1720-1743)*. Trabalho de conclusão do curso de graduação, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2014.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. "Sacramento ao pé do mar: batismo de africanos na freguesia da conceição da praia, Bahia, 1700-1751", in: *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2 (2013).

SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2003.

_____. Trânsitos mercantis de uma cidade capital (Salvador, séc. XVIII). In: *Revista Mosaico*, vol. 7, n. 2 (Jul/dez2014).

_____. "A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII". In: SOUZA, Evergton Sales; Marques Guida; Silva, Hugo R. (Orgs). *Salvador da Bahia: Retratos de uma cidade atlântica*. Salvador e Lisboa, EDUFBA e CHAM, 2016.

SOUZA, Daniele Santos de, *Entre o "serviço da casa" e o "ganho": escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII*, Dissertação de mestrado PPGHS/UFBA, Salvador, 2010.

STUMPF, Roberta Giannubilo. *Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais*. In: Almanack Guarulhos, n.01, (1° semestre 2011).

TOLEDO, Maria Fátima de Melo. *Desolado Sertão: A colonização portuguesa nos sertões da Bahia (1654-1702)*. Tese de doutorado, Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2006.

THOMPSON. Estevam C. *O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (Séculos XV-XIX)*. In: Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Vol. 4, n. 2 (Ago/Dez 2012).

VASCONCELOS, Albertina. *Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão: Bahia do século XVIII*, Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1998.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987.

VIEIRA FILHO, Rafael Rodrigues. *Os Negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. São Paulo, Annablume, 2006.

Lista de fontes:

APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 623-13, *Catálogo de Alvarás 1778-1797*.

AHU, Bahia Avulsos, cx. 22, doc. 81, (Carta do provedor-mor da Fazenda Real Bernardo de Sousa Estrela ao rei João V sobre a viagem para as Minas pelos caminhos do sertão de Jerônimo Rodrigues e Manuel Coelho de Oliveira, Bahia, 12 de março de 1726).

AHU, Bahia Avulsos, cx. 169. doc. 01. (*Extrato das carregações que o capitão Antônio da Costa Basto levara da Bahia para a Costa da Mina datado de 02 de Janeiro de 1770, Lisboa*).

AHU, Bahia Avulsos, cx. 23. doc. 29. (*Carta do Vice-rei Vasco Fernandes Cezar de Meneses ao Rei D. João V sobre a conferência Trimestral pela casa da*

Moeda do ouro que entra nos distritos de Jacobina e Rio de Contas datado de 07 de julho de 1726, Bahia).

AHU, Bahia Avulsos, cx. 18, doc. 11. (*Carta do vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes ao rei tratando da abertura de um caminho ligando Jacobina e Rio de Contas, carta datada de 19 de Janeiro de 1725, Bahia*).

ELTIS; BEHRENDT; RICHARDSON & FLORENTINO, The Transatlantic Slave Trade: a Database.

revista hydra

AFRICANOS ESCRAVIZADOS, PORTUGUESES DEGREDADOS, E A ESCRITA HISTÓRICA DE TARCÍSIO MEDEIROS

Clivya Nobre[1]

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar de que maneira o historiador potiguar Tarcísio Medeiros analisou historiograficamente os fenômenos da migração compulsória de africanos escravizados e de portugueses degredados para o Rio Grande/Rio Grande do Norte e a contribuição desses grupos para a formação populacional e cultural dessa capitania/estado. Para isso, foram analisados os artigos "O negro na etnia do Rio Grande do Norte" (1980) e "Como fomos colonizados (por degredados)?" (1984), ambos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN). Além disso, foi operacionalizada a metodologia da análise qualitativa da escrita de Medeiros. Dessa forma, foi possível notar que as escolhas de abordagem das fontes, as demandas das instituições às quais o autor fez parte e as ideias que circulavam entre os pares que as integravam influenciaram na interpretação histórica adotada por ele e no resultado de suas investigações.

Palavras-chave: Tarcísio Medeiros; Escravidão; Degredo; Historiografia do Rio Grande do Norte; IHGRN.

ENSLAVED AFRICAN, DEGRADED PORTUGUESE, AND THE HISTORICAL WRITING OF TARCÍSIO MEDEIROS

Abstract: The purpose of this article was to investigate how the potiguar historian Tarcísio Medeiros analyzed historiographically the phenomena of compulsory migration of enslaved Africans and exiled Portuguese to Rio Grande/Rio Grande do Norte and the contribution of these groups to the population and cultural formation of this captaincy /state. The articles "O negro na etnia do Rio Grande do Norte" (1980) and "Como fomos colonizados (por degredados)?" (1984), both published in the *Revista do Instituto Histórico e Geográfica do Rio Grande do Norte* (IHGRN). The methodology of qualitative analysis of Medeiros' writing was operationalized. It was possible to note that the choices of approaching the sources, the demands of the institutions to which the author was a part and the ideas that circulated among the peers that integrated them influenced the historical interpretation adopted by him and the result of his investigations.

Keywords: Tarcísio Medeiros; Enslavement; Exile; Historiography of Rio Grande do Norte; IHGRN.

[1] Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: clivyanobre703@gmail.com.

revista hydra

Introdução

O fenômeno da migração permeou a história da América desde os primórdios de sua colonização pelas metrópoles europeias. Dois dos principais grupos que compuseram a população brasileira chegaram aqui por processos migratórios: os portugueses e os africanos. Estes últimos foram, em grande escala, vítimas da migração compulsória provocada pelo sistema escravista. Porém, entre os portugueses, também houve uma parcela proveniente de deslocamento forçado, os degredados, ou seja, os contraventores da lei de Portugal, punidos com o degredo, o exílio para territórios coloniais americanos recém-descobertos. O historiador potiguar Tarcísio Medeiros se propôs a abordar os impactos da migração desses dois grupos na formação populacional do Rio Grande do Norte.

Este artigo tem por objetivo analisar a escrita de Tarcísio Medeiros a partir de dois dos seus artigos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN): "O negro na etnia do Rio Grande do Norte", na edição de 1980; e "Como fomos colonizados (por degredados)?", de 1984. A pesquisa tem como foco investigar a perspectiva historiográfica adotada pelo autor e a interpretação que ele fez da migração compulsória de escravizados africanos e de degredados portugueses às terras potiguares. Foram identificadas aproximações entre as interpretações de Medeiros, as demandas do IHGRN e as tradições historiográficas de cunho nacional.

Por meio desta discussão, foram analisados elementos da narrativa do autor que caracterizaram a participação de povos migrantes na constituição da sociedade norte-rio-grandense. A análise do perfil profissional de Tarcísio Medeiros e da sua metodologia de abordagem das fontes contribuiu para a compreensão de suas interpretações analíticas. Assim, esta pesquisa visa contribuir com a área de estudos da História dos Intelectuais e da História da Historiografia Norte-rio-grandense. A investigação da escrita atrelada ao IHGRN é uma das principais subáreas de pesquisa da historiografia potiguar, porém, a produção de um de seus mais ativos sócios, Tarcísio Medeiros, ainda foi pouco estudada.

O IHGRN, os pares e o projeto de identidade nacional

O IHGRN, ou *Casa da Memória Potiguar*, foi fundado em 29 de março de 1902 por sujeitos da elite política e letrada norte-rio-grandense integrantes da oligarquia Albuquerque Maranhão (IHGRN, 2023). A origem desse grupo político familiar está relacionada ao surgimento de uma camada social simultaneamente aristocrática e burguesa,[2] que monopolizou o poder político e cultural no Estado durante a Primeira República em torno da figura de Pedro Velho[3] e, após seu falecimento, em torno dos descendentes dele (BUENO, 2015, p. 47). A influência política do grupo garantiu a ocupação de diversos cargos públicos pelos seus integrantes, como no magistério de nível secundário, principalmente no Atheneu Norte Riograndense (MORAIS, 2019). Isso possibilitou difusão da perspectiva histórica, política e social do grupo a amplas camadas da sociedade potiguar.

O IHGRN foi outra instituição central para essa elite, que foi concomitantemente sua fundadora, produtora dos conhecimentos compartilhados naquele espaço e seu principal público-alvo.[4] Seus sócios, com o respaldo do método histórico, construíram uma narrativa de passado coletivo norte-rio-grandense, na qual a oligarquia associada foi ligada aos seus antepassados colonizadores por uma herança simbólica. Dessa forma, atenderam à demanda política de construir a identidade potiguar, ao legitimar a manutenção do poder da elite política e familiar local. Esse espaço institucional foi central na produção e divulgação de saberes históricos no Rio Grande do Norte.[5]

---

[2] O grupo se formou, a partir do século XIX, em torno dos núcleos urbanos da região litorânea da então província do Rio Grande do Norte, estando atrelado à aristocracia rural patriarcal ligada ao cultivo em grande escala da cana-de-açúcar, à burguesia associada ao capital comercial e industrial e ao profissionalismo liberal do bacharelado em Direito e Medicina.

[3] Pedro Velho de Albuquerque Maranhão tinha formação em Medicina, mas atuou como jornalista e professor de História no Atheneu Norte Riograndense. Além disso, exerceu diversos cargos políticos, como o equivalente a governador do estado e senador. Assim como os demais entes dessa elite local, ele atuava simultaneamente na política e no meio intelectual. Foi o fundador do Partido Republicano Norte-rio-grandense, ainda no período imperial, e esta organização política agrupava familiares, compadres, agregados e aliados da sua família (BUENO, 2015, p. 48), e tinha o periódico *A República* como o porta-voz da oligarquia na imprensa.

[4] O próprio Pedro Velho esteve entre seus fundadores, assim como seu irmão Alberto Maranhão, seu genro Augusto Tavares de Lyra, entre outros aliados, como Vicente de Lemos, avô de Tarcísio Medeiros (IHGRN, 2023).

[5] Apesar de não ter sido a primeira responsável pela escrita histórica norte-rio-grandense (COSTA, 2017a, p. 549-550), a instituição inaugurou uma historiografia mais sistemática e contínua sobre o estado (AZEVEDO, 2020, p. 8).

O IHGRN e as produções presentes na sua revista são uns dos principais objetos de pesquisa histórica no estado, devido à alta quantidade de publicações nas suas mais de 50 edições, à sua disponibilidade em acervos digitais e à sua relevância na produção de discursos sobre o Rio Grande do Norte ao longo do século XX. Os artigos acadêmicos, as monografias, as dissertações, as teses e os capítulos de livros publicados,[6] em sua maioria, podem ser divididos em dois grupos.[7] O primeiro é composto por análises das narrativas construídas pelos sócios na revista do IHGRN,[8] sendo que alguns desses textos focaram em temas específicos, como, por exemplo, povos originários,[9] educação (CUNHA, 2020) e sertão (SILVA, 2021). O segundo conjunto, por sua vez, abordou o aspecto patrimonial e museológico da instituição[10] e buscou listar e descrever o seu acervo.[11]

A maior parte dessas obras, especialmente as do primeiro grupo, chegaram a conclusões similares: o IHGRN tinha metodologia cientificista e sua escrita atendeu aos interesses da elite local, ao tecer uma origem e uma identidade para o Rio Grande do Norte, posicioná-lo como relevante para a história nacional e enfatizar as contribuições da instituição e de seus sócios para a história do estado. As pesquisas privilegiam os aspectos mais gerais e característicos da escrita na revista, mas as contribuições mais específicas de certos autores têm sido citadas tangencialmente,[12] o que representa uma lacuna historiográfica.

---

[6] A escrita e os materiais do acervo do IHGRN foram utilizados em inúmeras pesquisas, porém, meu levantamento se restringiu a aquelas em que o instituto em si foi o objeto da pesquisa. Consultando as plataformas Scielo, Google Scholar, Lattes e o Repositório Institucional da UFRN, identifiquei 30 títulos. Apesar de, provavelmente, alguns trabalhos não terem sido encontrados, a amostragem analisada foi suficiente para suprir o objetivo de explicitar o estado atual dos estudos sobre o IHGRN.

[7] As exceções foram os artigos sobre a fundação do IHGRN (FERNANDES, 2012b; COSTA, 2020) e sobre a participação do instituto nas festividades cívicas e monumentalização em Natal (VIANA, 2019).

[8] Nos artigos de Menezes (1996), Oliveira (2012), Fernandes (2016), Costa (2017b, 2018), Silva (2020b), Santos (2020a) e Costa (2021a, 2021b), no capítulo de livros de Azevedo (2019), nas monografias de Menezes (1997), Azevedo (2005), Mata (2005), Silva (2007) e Dutra (2018), nas dissertações de Fernandes (2012c) Azevedo (2020), Cunha (2020) e Silva (2021) e na tese de Costa (2017a).

[9] Oliveira (2012) e Dutra (2018).

[10] As monografias de Macedo (2005), Alcoforado (2014) e Silva (2020a), o capítulo de livro de Santos (2020b) e o livro de Morais e Oliveira (2005).

[11] Os livros de Mariz (1995) e Sobral (2017).

[12] Uma exceção foi o artigo de Nobre (2021), sobre a escrita de Tarcísio Medeiros.

Além disso, a historiografia do sodalício foi influenciada pela tradição interpretativa ligada ao projeto de identidade nacional brasileiro, que surgiu a partir do período Imperial, momento em que o Brasil foi posicionado como herdeiro de Portugal, da colonização e da cultura considerada "civilizada", e quando a presença negra foi minimizada, assim como a indígena. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi um dos principais espaços de produção e socialização dessa perspectiva (GUIMARÃES, 2011; 1997), e a irradiou para suas congêneres, como o IHGRN, ao longo do período republicano.[13] Esses elementos foram disseminados pela elite intelectual potiguar em instituições estratégicas, como no Atheneu Norte Riograndense.[14]

Desse modo, existiu uma busca da elite política e intelectual em instituir uma tradição historiográfica norte-rio-grandense, da qual Tavares de Lyra e Câmara Cascudo foram os principais ideólogos e com a qual Tarcísio Medeiros dialogou em seus artigos. Duas das principais bases dessa linha interpretativa são a obra *História do Rio Grande do Norte,* escrita por Lyra em 1921, e a publicação homônima de Cascudo, de 1955. Em seu estudo, Tavares de Lyra organizou a história do Rio Grande do Norte a partir da colonização portuguesa, com destaque para a iniciativa de povos europeus, como os holandeses (LYRA, 1921). Os primeiros nativos das terras potiguares tiveram papel secundário, enquanto os negros quase não surgiram na narrativa.[15] O autor foi o primeiro a escrever um compêndio de história norte-rio-grandense.

[13] No período da Primeira República, os historiadores no IHGB colaboraram na constituição da História como disciplina atrelada a uma função social, política e pedagógica de incutir nos discentes sentimentos nacionalistas e cidadãos (GOMES, 2009). Mesmo que estas características fossem mais evidentes durante a Primeira República, a força dessa tradição historiográfica e a influência desses espaços de produção e divulgação de conhecimento histórico perduraram nas décadas seguintes, e as semelhanças das características delas com as da história produzida na congênere norte-rio-grandense, o IHGRN, evidenciaram isto.

[14] O Colégio Atheneu Norte Riograndense ofertou o Curso Normal a partir de 1892 para formação de professores, e como uma etapa de estudos prévios (bacharelado em Ciências e Letras), obrigatória para cursar o Ensino Superior. Os estudos de História Geral, do Brasil e do Rio Grande do Norte eram parte basilar do programa do Curso. As obras indicadas como leitura básica para referenciar o ensino dessas áreas foram escritas por Tavares de Lyra e Câmara Cascudo, e contribuíram para disseminar a perspectiva histórica assumida por eles e pela elite intelectual no estado (MORAIS, 2019). Desse modo, a pesquisa e o ensino foram processos aliados no projeto de identidade potiguar.

[15] Como discutido na dissertação de Francisco Silva sobre as ações político-intelectuais de Tavares de Lyra (SILVA, 2012) e na análise presente na monografia de Lucélia Dantas sobre o conteúdo da *História do Rio Grande do Norte* do autor (DANTAS, 2005).

revista hydra

Já Câmara Cascudo[16] esteve em diálogo com a estrutura discursiva apresentada por Lyra, sua *História do Rio Grande do Norte* também destacou a ação colonizadora. No entanto, esse autor foi ainda mais explícito em minimizar a presença e o legado de indígenas e negros na história e sociedade potiguares (CASCUDO, 1955). Cascudo, Lyra e o próprio Tarcísio Medeiros estiveram entre os principais disseminadores de uma visão do êxito colonial e da ausência de povos originários no espaço potiguar (LOPES, 1998, p. 27-28), ausência que se estendeu aos descendentes da África.

Cascudo defendeu a existência de um elemento étnico que denominou como "sertanejo", apresentado como a representação da população norte-rio-grandense e originado pela mestiçagem entre brancos, indígenas e, de modo quase invisibilizado, negros. Esse arquétipo foi caracterizado pela pele em tons pardos e pela ligação cultural, identitária e de costumes com o legado branco, europeu e "civilizado", ou seja, como um símbolo da vitória da colonização. Os traços de ascendência africana nos seus aspectos culturais foram ocultados por Cascudo.[17] Na obra de Tarcísio Medeiros, são notáveis as ressonâncias dessa leitura da sociedade potiguar.

O autor: perfil profissional e escolhas metodológicas

Tarcísio da Natividade Medeiros nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, em 1918, e faleceu em 2003. Formado como bacharel na Faculdade de Direito de Recife, foi um dos professores fundadores do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de servidor público e burocrata. Ele também participou da Comissão de Estatutos e Redação da Revista do IHGRN, e do Instituto Histórico do Ceará, Academia Mossoroense de Letras e Academia Norte-rio-grandense de Letras (BIOGRAFIA do prof.

[16] A produção literária e de análise histórica e folclórica de Câmara Cascudo tem sido vastamente analisada por pesquisadores de diversas áreas, resultado da relevância das interpretações traçadas em seus escritos para o arcabouço histórico e cultural potiguar. Entre as investigações, destacam-se as teses de Gico (1998) e Galvão (2010), as dissertações de Sales Neto (2009), Costa (2011) e Fernandes (2012a), e a monografia de Barros (2018).

[17] Isto foi perceptível na narrativa presente em *História do Rio Grande do Norte*, e identificado por Salatiel Gomes ao analisar a obra *Vaqueiros e Cantadores*, também de autoria de Câmara Cascudo (GOMES, 2008), ou seja, era traço central na perspectiva histórica defendida pelo autor.

Tarcísio Medeiros, 2023). De acordo com levantamento feito nas revistas do Instituto, Tarcísio Medeiros foi redator da Revista do IHGRN durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, e publicou 13 artigos nesse interregno, produção profícua em comparação com os demais sócios do período.

Além disso, era neto do intelectual e político potiguar Vicente de Lemos, intimamente ligado a Pedro Velho e à oligarquia Albuquerque Maranhão (FERREIRA, 2023). Medeiros mobilizou o prestígio promovido por esse grau de parentesco em diferentes ocasiões, como na escrita de artigo sobre os elos entre seu ancestral e Augusto Tavares de Lyra (NOBRE, 2021). Ou seja, ele esteve em posição estratégica na elite intelectual norte-rio-grandense. A participação de Tarcísio Medeiros na produção do Ensino Superior de História no Rio Grande do Norte também garantiu o destaque do autor no meio intelectual local.[18]

O professor Tarcísio Medeiros atuou no Curso de História do início das aulas, em 1957, até sua aposentadoria, em 1991 (NOBRE, 2022a, p. 97), e foi caracterizado como um dos docentes precursores.[19] Em meados das décadas de 1980 e 1990, ocorreu uma série de transformações no Ensino Superior potiguar,[20] que resultaram na impressão estabelecida na memória institucional

[18] O atual Curso de História da UFRN foi, inicialmente, uma das graduações da Faculdade de Filosofia de Natal (FAFIN), instituição criada por iniciativa dos integrantes da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), liderados pelo seu presidente Joaquim Coutinho. A partir de 1955, dois anos antes do início das aulas, ele já se mobilizava para se aliar a outros intelectuais na constituição da nova faculdade. Tarcísio Medeiros estava entre alguns desses primeiros convidados (NOBRE, 2023, p. 2), o que demonstrou seu bom posicionamento na rede de sociabilidade dos letrados. A partir desse convite, Tarcísio Medeiros passou a integrar os quadros do Curso de História da FAFIN, posteriormente incluído na UFRN.

[19] A Geração dos Precursores foi um grupo composto pelos professores fundadores do curso e lentes das cadeiras/disciplinas que compuseram suas primeiras grades curriculares. Seus participantes eram caracterizados pela formação em Direito, pela participação na imprensa local, pela experiência no Ensino Secundário, principalmente no Atheneu Norte-Riograndense, e pela passagem por cargos burocráticos e políticos (NOBRE, 2023, p. 5-6). Com exceção da atuação prévia no Ensino Básico, Tarcísio Medeiros teve sua trajetória de acordo com esse perfil.

[20] Essas mudanças foram consequência de medidas federais pela modernização das universidades públicas brasileiras, e, entre elas, esteve a exclusividade do concurso público para o ingresso na docência superior e a vantagem de professores com título de Doutorado ao ocupar os postos de trabalho. Diante desse cenário, formados em universidades externas ao Rio Grande do Norte passaram a compor os quadros do curso da UFRN. Essa fase foi marcada por tensões entre os novos docentes e aqueles que lecionavam no curso antes deles (NOBRE, 2022a, p. 106-108). Estes eram ex-alunos dos precursores e, em sua maioria, tinham relações de amizade e de conexão de legado com seus antigos mestres. Apesar disso, tiveram a tendência de considerar os precursores como "professores tradicionais", com perspectiva

do Curso de História da UFRN de que o legado de professores precursores, como Tarcísio Medeiros, não teve ligação significativa com as características do curso após 1990 (NOBRE, 2022b, p. 147-148). Porém, como produtores desse espaço de ensino e formadores de parte dos docentes que atuaram em sua trajetória, os precursores influenciaram a construção de conhecimentos nesse curso ao longo de suas primeiras décadas (NOBRE, 2023).

Investigar a perspectiva histórica adotada por um ente desse grupo, Tarcísio Medeiros, foi um meio para a compreensão da consolidação de seu ponto de vista na consciência histórica coletiva potiguar. Além disso, as relações familiares de Tarcísio Medeiros o colocavam numa posição privilegiada enquanto historiador. Seu filho, Ivoncísio Meira de Medeiros, encontrou uma gama de documentos administrativos da Coroa Portuguesa em suas pesquisas no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, e enviou cópias ao seu pai. Numa realidade sem as bases de dados digitais, o acesso a essas fontes estava restrito a poucos estudiosos. Medeiros publicou a documentação oficial analisada no artigo por meio de longas citações, de modo a facilitar o acesso a demais pesquisadores.

Ele analisou Cartas Régias, as correspondências trocadas entre os Capitães-Mores da Capitania do Rio Grande e a Metrópole, nos séculos XVII e XVIII, e os documentos direcionados aos capitães donatários, como Requerimentos de Sesmarias, Cartas de Doação, Cartas Forais e Cartas de Mercês de Minas, Ouro e Prata, em "Como fomos colonizados (por degredados)?" e em "O negro na etnia do Rio Grande do Norte". Além disso, dados estatísticos também foram salutares na pesquisa histórica do autor. Foi notável a valorização que Tarcísio Medeiros deu para as fontes administrativas.

O intelectual tinha a perspectiva de fonte oficial como um retrato do passado, e a influência das circunstâncias, instituições e grupos em sua produção raramente era levada em conta em suas investigações. Esse posicionamento acabou por privilegiar o ponto de vista dos grupos sociais envolvidos

histórica elitista e pouco crítica, em certa medida pela influência das pressões dos colegas vindos de fora. As relações entre as diferentes gerações docentes do Curso de História da UFRN e os precursores foram abordadas de maneira mais aprofundada em (NOBRE, 2022a) e (NOBRE, 2022b).

na produção desses vestígios, ou seja, a elite político-intelectual, nos resultados de suas pesquisas. A análise isolada da documentação oficial e institucional endossou o ponto de vista do conquistador, produtor das fontes, sobre os acontecimentos (PUNTONI, 2002, p. 79), característica que influenciou as conclusões obtidas pelo autor mediante a análise das fontes e as suas interpretações históricas nos artigos em questão.

Os negros no Rio Grande do Norte, sob a ótica de Tarcísio Medeiros

Em "O negro na etnia do Rio Grande do Norte", Tarcísio Medeiros apontou como uma especificidade do modelo escravista na capitania do Rio Grande a importação tardia e diminuta de escravizados africanos para o trabalho agropecuário. Segundo Medeiros:

> Na primeira quadra de fixação efetiva do português branco no Rio Grande, a contribuição do escravo negro para a etnia, além daquela energia motriz, foi quase nula. O cruzamento era feito mais com os nativos, porque, para a entrada ao sertão, os primitivos colonizadores contaram com o apoio dos índios potiguares, pertencentes à nação dos Tupis [...] entrada do elemento negro é ainda pequena por não haver diversificação de produtos de sustentação econômica em que ele fosse empregado na mão-de-obra como escravo, sobretudo (MEDEIROS, 1980, p. 89-92).

Nesse discurso, o autor optou por privilegiar fatores econômicos[21] para explicar a posição que ele defendeu, de que o fluxo migratório de escravizados africanos para a capitania do Rio Grande foi inferior aos demais locais da Colônia. De acordo com ele, essa mão de obra não era apta para o domínio dos espaços áridos do interior como a dos indígenas Tupi. Além disso, a instabilidade financeira dos senhores de terras locais minimizou as condições para a importação de escravizados negros. Desse modo, Medeiros destacou as diferenças do processo colonial do Rio Grande (correspondente ao atual Rio Grande do Norte) com a de outras capitanias.

[21] "As migrações, no Brasil, tiveram um caráter acentuadamente compulsório e os migrantes foram vistos como sujeitos expropriados e, por isso, forçados a uma peregrinação constante na busca de trabalho" (BRUMES; SILVA, 2011, p. 124), o que também foi notável nos processos de migração forçada, que levou à constante apresentação de fatores econômicos nas análises dos fluxos migratórios. Porém, especialmente depois da década de 1990, tornaram-se mais frequentes as análises que pautaram fatores econômicos, sociais e pessoais e suas interrelações (BRUMES; SILVA, 2011, p. 125).

revista hydra

As causas econômicas também foram enfatizadas pelo autor ao analisar o aumento do deslocamento de escravizados ao Rio Grande do Norte no século XIX. De acordo com ele, a economia local se modificou, o que provocou o aumento de negros na população, mas esse processo foi mostrado como algo efêmero e sem consequências demográficas do século seguinte em diante:

> O surto econômico maior da cana-de-açúcar na região do agreste-litoral foi até 1870, quando cedeu lugar à agricultura do algodão no sertão do Seridó, isto pela maior demanda dos mercados europeus em plena *cotton famins* da segunda etapa da revolução industrial. Portanto, marca o ano de 1870 o maior índice de população negra no Rio Grande do Norte, porque daí para diante cai a importação humana, a renovação dos estoques não é feita, a miscigenação diminui e as manumissões espontâneas, pela descessidade do negro, vão anteceder a lei áurea (MEDEIROS, 1980, p. 93).

Ou seja, na visão do autor, a expansão do cultivo de cana-de-açúcar no agreste e no litoral durante o século XIX foi a única exceção às características econômicas e demográficas descritas anteriormente. Porém, Medeiros argumentou sobre um fluxo migratório para a parte meridional do Brasil induzido pela crise econômica, que levou os senhores escravistas do Rio Grande do Norte, em grande medida, a venderem os cativos aos senhores do Sul. Ele optou por não discutir a miscigenação com os negros nem a presença deste grupo nas diferentes regiões potiguares além do litoral, e nem em outras monoculturas. Medeiros minimizou a presença negra no estado e indicou uma tendência ao desaparecimento desse grupo pela comparação dos percentuais populacionais de negros nos dados estatísticos do Rio Grande do Norte em diferentes censos:

> Interpretando-se os índices de percentagens, compreende-se que, de 1890 a 1940, a população tendo quase triplicado, a de raça branca estava em maioria sobre as demais com 43,49%; os pardos com 43,08%, um pouco abaixo dos brancos; e os pretos com 13,38% de total, o menor e inexpressivo. Dez anos depois, isto é, em 1950, quando a população total comparada a de 1890 tinha quase quadruplicado, os brancos estavam com a maioria sobre os pardos e pretos de 48,78%; os pardos tinham 41,58% da população, portanto diminuído em relação aos brancos; e os negros, o índice tão somente de 9,46%. Desta maneira, de 1950 para cá, cada vez mais os negros, enquadrados à matrizes antropológicas apontadas de início, estão desaparecendo no Rio Grande do Norte, assimilados por uma

> crescente maioria de brancos e pardos. [...] A progressiva transformação para o fenotípico alvarinto será o resultado final (MEDEIROS, 1980, p. 96-97).

Ao interpretar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Medeiros desconsiderou uma consequência social do sistema escravista que perdurou por três séculos: a associação da negritude a aspectos negativos por racismo. Por causa disso, parcelas da população evitam se identificar como negras e optam por classificações como pardas e suas variantes (mulato, mestiço, moreno etc.). Na linguagem cotidiana e no senso comum, certas terminologias difusas, como *caboclo* e *negro* (ou a sua corruptela *nego*) designaram homens rudes e perigosos, consequência de uma consciência histórica coletiva marcada pela alteridade colonial (CAVIGNAC, 2003, p. 10).

Medeiros ignorou também a própria dificuldade que os consultados nas pesquisas poderiam ter em relação à própria identidade, visto que, num país com forte miscigenação como o Brasil, a divisória que separa o *ser negro* e o *ser pardo* é tênue. Tarcísio Medeiros optou pela interpretação das fontes sem a análise das circunstâncias de sua produção, pois o resultado coincidiu com a perspectiva que ele pretendia defender. Porém, ele buscou estabelecer um parâmetro objetivo para diferenciar negros e pardos, e, para isso, recorreu às teorias dos antropólogos Félix Von Luschan e Alfred Court Haddon:

> Evidentemente, quando as estatísticas usaram a classificação de PARDOS, foi em consideração à escala do antropologista Von Luschan, que incluiu como "faiodermos" os indivíduos de pele mais ou menos escura, ou sejam aqueles comumente conhecidos como mamelucos (brancos e índios), caboclos ou curibocas (negros e índios), e mulatos (brancos e negros), peculiaridade da miscigenação brasileira. Os "melanodermos", com variante de 30 a 36 da escala de coloração da pele, escuros, são negros quando ainda apresentam as características essenciais da raça, no que concerne à maior espessura dos lábios, achatamento horizontal das narinas e cabelos ulótricos. [...] Pela diversidade de opiniões existentes, é preferível, como mais racional e lógica, a classificação de HADDON, que destacou nas características dos verdadeiros negros, isto é, da raça negra ou nigricina: "A pele negra, cabelos encarapinhados, nariz largo e chato, lábios volumosos, prognatismo, alta estatura (Im73 em média), dolicocefalia moderada (índice cefálico 74 a 75)" (MEDEIROS, 1980, p. 94).

De acordo com os parâmetros estabelecidos pelo autor, em diálogo com Luschan e Haddon, apenas poderiam ser considerados negros aqueles que tivessem um conjunto de elementos fenotípicos específicos de pele, cabelos, nariz, lábios e cabeça. A categoria dos que o autor chamou de *verdadeiros negros,* nesses critérios, estaria limitada a um grupo tão restrito que excluiria parte considerável dos indivíduos socialmente reconhecidos como afros na realidade brasileira. Tarcísio Medeiros não incluiu em sua análise as circunstâncias em que essas teorias foram criadas. Luschan e Haddon desenvolveram suas pesquisas dentro do cientificismo racial que predominou no século XIX.[22]

Persistiram durante décadas as influências dessas teorias raciologistas no senso comum e até mesmo na visão de grupos intelectuais sobre o *ser negro*, representação imaginada marcada por estereótipos. Uma consequência disso foi a dificuldade de parte da sociedade em admitir a legitimidade da identidade dos que rompem com esses clichês, além da tendência em apontá-los como "aculturados", "mestiços" e sujeitos sem "pureza" suficiente para se identificarem com a cultura negra (CAVIGNAC, 2003, p. 10). Ao descrever as irmandades negras potiguares, o historiador optou por interpretar as manifestações dos negros pelo prisma da desterritorialização (SANTOS, 2006, p. 222), ou seja, ele buscou representar os africanos que vieram ao Rio Grande do Norte, e seus descendentes, como um grupo que perdeu os hábitos e as práticas pertencentes aos territórios de que foram provenientes para assumir costumes eurocêntricos:

> Sabe-se das várias formas de reações contra-aculturativas dos negros. Algumas violentas, ruidosas, como as rebeliões de negros muçulmanos na Bahia, os quilombos, os crimes. E outras silenciosas, mais de fundo psicológico, como o banzo, os suicídios, as fugas ou refúgio nas regiões. As irmandades ou Confrarias religiosas [do Rio Grande do Norte] podem ser consideradas sob o segundo aspecto. [...] Recebeu a Irmandade, em Portugal, o selo da Real Mesa da Consciência e

[22] A Escala Cromática de Luschan foi criticada por sua subjetividade e por, frequentemente, ter diferentes resultados para o mesmo indivíduo (COR/RAÇA?, 2016). Já Haddon esteve no grupo dos cientistas que se posicionaram contra o projeto genocida nazista, mas que também compartilhavam da visão eugenista de que existia certa hierarquia biológica na qual os negros estavam em desvantagem (MUNARETO, 2017, p. 51-52). Estas questões não foram mencionadas no artigo de Medeiros.

> da Ordem. [...] O costume não era propriamente brasileiro. Veio da Europa, onde em 1552, já havia com iguais encargos na cidade de Lisboa (MEDEIROS, 1980, p. 99-100).

As irmandades católicas compostas pelos escravizados e negros livres foram legitimadas no discurso de Medeiros em detrimento de rebeliões e quilombos, associados à violência e à perturbação da ordem estabelecida. O autor também teve a cautela de informar que a manifestação cultural tinha origem europeia e o aval da Realeza Portuguesa, ou seja, que era mais um legado da colonização na sociedade norte-rio-grandense, fator legitimador do movimento na narrativa do artigo. Tarcísio Medeiros também negou a existência de quilombos no Rio Grande do Norte:

> O caso de Sibaúma, de população toda negra, mereceu da Revista "Realidade" (nº 37, abril-1969) uma reportagem sensacionalista por ter sido classificado o povoado como um quilombo, coisa que jamais existiu na história do Rio Grande do Norte, considerado como reduto de pretos fugidos, formadores de um núcleo de resistência à legal instituição escravocrata da época, como o exemplo de Palmares, em Pernambuco e Alagoas. Sibaúma foi e continua a ser uma comunidade pacífica [...] o grupamento de pretos formadores de Sibaúma só chegou ao lugar no começo do século (1.900), quando já não existia escravidão (MEDEIROS, 1980, p. 98).

Ao afirmar que Simbaúma *foi e continua sendo uma comunidade pacífica,* enquanto negava sua caracterização como quilombo, ele considerou que a resistência dos negros nesse modelo de comunidade era algo contrário à paz e à ordem social. Além disso, ele definiu *quilombo* como algo reprovável e ameaçador à lei, e a escravidão, dentro da especificidade do passado, como um modo de exploração de trabalho válido ("legal instituição da época"). Com essa escolha de palavras, Medeiros conduziu o olhar do seu público leitor a associar a resistência ao sistema escravista à ilegitimidade e a exploração de mão de obra cativa ao oposto disso.

Qualquer grupo que tenha se colocado como obstáculo à ação colonizadora de Portugal foi descrito por Tarcísio Medeiros de maneira pejorativa. Em sua argumentação, a presença de afrodescendentes em movimentos derivados da povoação lusitana, como as irmandades, foi um indicativo de adoção da cultura branca por eles, o que os identificariam como mestiços, portanto, culturalmente não negros. Já os quilombos, uma oposição

ao projeto colonial, teve sua existência no Rio Grande do Norte negada no artigo, pois seria uma prova da relevância da população africana e de sua identidade na formação do estado, e de sua autonomia em relação a Portugal.

A minimização e o apagamento da participação de grupos não brancos na sociedade norte-rio-grandense foi um elemento característico da escrita de Tarcísio Medeiros. Na visão do autor, o Rio Grande do Norte não tinha nem indígenas e nem negros verdadeiros.[23] Existia apenas o branco e o *pardo*, e este último poderia não ter a pele clara como os brancos, mas compartilhava dos mesmos costumes e da mesma cultura. Assim, ele argumentou em prol do sucesso da colonização, de uma sociedade potiguar homogênea, sem diversidade. Medeiros concluiu o artigo com as seguintes palavras:

> Assim, pelo visto, na verdade, a contribuição da raça negra para formação da etnia no Rio Grande do Norte, foi mínima: Pouco deixou de seus caracteres antropológicos, não representou, como escravo, elemento de importância na economia regional, e não legou manifestação cultural de valor.
>
> Se, em face das circunstâncias especiais de tempo e espaço, o negro foi escravo entre nós, o foi em pacífica convivência, tratamento humano e restritas limitações de vida. Liberto antes da lei, participa das mesmas oportunidades dos demais em sociedade, em todos os aspectos da vida e pela vida, como irmão, sem preconceitos, sem segregação (MEDEIROS, 1980, p. 103).

Ou seja, o artigo "O negro na etnia do Rio Grande do Norte" apresentou uma narrativa que tendeu à minimização dos índices de migração forçada de africanos para o Rio Grande do Norte e ao apagamento da contribuição do grupo na sociedade potiguar. Naquele momento, no Brasil, diversas iniciativas de organizações negras visavam contestar o lugar da influência africana no Brasil proposto pelas narrativas das elites nacionais.[24] Na nova perspectiva

[23] A escrita de Tarcísio Medeiros na Revista do IHGRN sobre a presença indígena no Rio Grande do Norte foi investigada por Nobre (2021).

[24] Em 1978, dois anos antes da publicação do artigo de Medeiros, ocorreu, em São Paulo, um evento que marcou o surgimento do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Foi um ato público que reuniu lideranças negras de todo país e fundou o Movimento Negro Unificado (MNU). A organização teve como principal objetivo a transformação da sociedade em prol de uma democracia racial verdadeira, e, entre outras demandas, prezava pela mudança do lugar do negro na história do Brasil e pela valorização de sua cultura. Uma das principais conquistas do MNU, demanda que já existia desde, pelo menos, 1971, foi a instituição do Dia da Consciência Negra na data de 20 de novembro, efeméride da morte de Zumbi dos Palmares, líder da resistência à escravidão em um dos maiores quilom-

apresentada por eles, o protagonismo da história afrodescendente saiu das mãos dos colonizadores e brancos e passou aos escravizados em luta pela própria liberdade (PEREIRA, 2010, p. 98-102). Nesse discurso, os quilombos deixaram de representar a insubordinação violenta à ordem vigente e se tornaram um ato legítimo de resistência.

É provável que a crítica contundente de Tarcísio Medeiros ao artigo jornalístico que apontou a presença de quilombos no Rio Grande do Norte, assim como a representação negativa desse modo de resistência à escravidão, e a busca por dar protagonismo ao legado português, inclusive ao descrever iniciativas coletivas negras, foram parte da reação de Medeiros, e da elite a que pertencia, a essas mudanças na interpretação da história negra no Brasil. As narrativas históricas estavam em disputa, e Medeiros se colocou contra a alternativa proposta pela nova mobilização negra e a favor da herança colonial e eurocêntrica. A longevidade dessa visão distorcida da identidade negra no estado provavelmente foi resultado da força e da influência dos discursos da elite intelectual, na qual pensadores como Tarcísio Medeiros estiveram integrados.

A historiografia norte-rio-grandense tradicional foi construída por integrantes das elites locais, em instituições como o IHGRN, e declarar extinção dos povos originários e subestimar o impacto da escravidão de negros no sertão era parte de um projeto de história aliada à glorificação da colonização. As análises feitas por esse grupo foram profundamente marcadas por esse objetivo (CAVIGNAC, 2003, p. 2). Além disso, ao afirmar que os povos originários desapareceram, que a escravidão foi mais suave e que o racismo não existiu no Rio Grande do Norte, o autor invalidou qualquer movimento ou ação social que buscasse diminuir a desigualdade e reparar os danos do genocídio dos indígenas e da escravidão dos negros no estado.[25]

---

bos da história brasileira. Desse modo, o centro das celebrações da negritude nacional deixou de ser o 13 de maio, a data da Abolição da Escravatura, mudança que teve um significado simbólico.

[25] O historiador norte-rio-grandense Muirakytan Macêdo abordou a construção historiográfica sobre a presença indígena e negra no processo de ocupação colonial do sertão do Rio Grande do Norte e suas consequências em sua dissertação de mestrado (1999). Além disso, ele aprofundou a abordagem da questão em artigos (2000, 2008, 2011) e em capítulos de livros (2013, 2014).

Já no artigo "Como fomos colonizados (por degredados)?", o objetivo central foi identificar a participação de degredados na colonização em terras potiguares. Ao analisar os índices desse grupo na capitania, Medeiros afirmou:

> Não se dirá, - salvo aos ocupantes de postos de comando reservados aos homens de qualidade, - que a maioria dos participantes das ações de conquistas, não foram degredados carentes de meios legais para se reabilitarem de forma honrosa e haver recompensa. Certamente que o foram, porém em número relativamente pequeno, desde o momento em que a paz feita com os nativos deixou disponível a terra para ser distribuída entre aqueles que precisavam fixar-se nela e, pelo seu trabalho, desenvolvê-la e povoá-la, protegidos pela guarnição da Fortaleza (MEDEIROS, 1984, p. 33).

A resposta de Medeiros à pergunta-título do artigo foi de que a participação de degredados no povoamento do Rio Grande foi pouco considerável. Ele utilizou a Carta Foral dos donatários do Rio Grande, João de Barros e Ayres da Cunha, como prova de que a Coroa Portuguesa orientou pela exclusão dos exilados na distribuição de sesmarias, com o objetivo de "que a ordem social preponderasse e que o espaço da antiga donataria de João de Barros e Ayres da Cunha se povoasse sem a presença perniciosa dos 'degradados'" (MEDEIROS, 1984, p. 38).

Desse modo, o autor endossou a perspectiva identificada no documento histórico: de que os migrantes compulsórios seriam prejudiciais aos valores que deveriam ser cultivados em terras coloniais. Já a participação de indivíduos da elite da metrópole no Rio Grande foi enfatizada e maximizada. Tarcísio Medeiros caracterizou a participação do comandante português Peres Mendes de Gouveia, ao expor a Ocupação Holandesa no Nordeste, da seguinte forma:

> Não precisamos relembrar aqui, o que foi a Província do "Fluvius Grandis" holandês, desde a tomada do Forte (12.12.1633), com o sacrifício de tantas vidas e de Peres Mendes de Gouveia, o seu comandante herói [...] domínio no qual a Capitania só conheceu violências, extorsão, vilipêndio e rapinagem (MEDEIROS, 1984, p. 35).

Ele descreveu a presença holandesa no Rio Grande com termos que enfatizaram uma imagem de crueldade: *extorsão*, *vilipêndio*, *rapinagem*. Quanto aos líderes portugueses, representados, nessa citação, pelo co-

mandante Peres Mendes de Gouveia, foram um grupo colocado como protagonista da narrativa, heroico e martirizado em nome da supremacia portuguesa. Em outro momento do mesmo artigo, Tarcísio Medeiros explicou a reconstrução do Rio Grande após o período da Ocupação Holandesa, através do relato das ações e qualidades de Antônio Vaz Gondim:

> Foi Antônio Vaz Gondim, o primeiro Capitão-Mor nomeado por D. Affonso VI, em janeiro de 1656, para o Rio Grande. Na sua administração, podemos dizer que a Capitania começou a povoar-se. Entretanto continuava em grande penúria [...] Antônio Vaz, como primeiro ato de sua administração, conseguiu que recolhessem à Capitania, ou nela viessem morar, mais de 150 pessoas. Multiplicou-se no esforço contínuo de atender a tudo, restaurando estradas, a Fortaleza, a Matriz, nomeando autoridade, restaurando o Senado da Câmara, fazendo milagre de energia, operosidade e animação (MEDEIROS, 1984, p. 35).

Na narrativa tecida por Medeiros, a "energia, operosidade e animação" do administrado foram as causas da vinda de mais famílias de colonos para as terras potiguares, pela restauração das obras públicas e das instituições políticas. Ou seja, nessa interpretação histórica, a ação do líder político reconstituiu as condições básicas para o desenvolvimento da *civilização*, num território onde, até então, só havia encontrado *barbárie*, proporcionada pelos holandeses e pelos povos originários. Quanto maior a penúria da capitania, maior ênfase no mérito de Vaz Gondim. Nesse sentido, o desenvolvimento do Rio Grande, e, por consequência, do Rio Grande do Norte, foi menos um trabalho coletivo e mais uma conquista de figuras políticas.

Desse modo, mesmo no artigo em questão, em que a presença dos degredados portugueses na capitania foi o tema central, o legado desse grupo social marginalizado foi diminuído, e a maior parte do texto consistiu nas contribuições da elite portuguesa para esse processo. Portanto, a representação da colonização do Rio Grande como um feito de homens brancos valorosos foi preservada na narrativa tecida no artigo. Essa visão, presente em ambos os textos, foi uma opção relacionada com os objetivos da agremiação cultural a qual a Revista que publicou as obras é atrelada, o IHGRN, dos demais intelectuais ligados a esta instituição e dos outros espaços nos quais estas ideias circularam.

revista hydra

Considerações finais

Tarcísio Medeiros mobilizou documentos administrativos e estatísticos de modo a comprovar o ponto de vista de que a migração de africanos escravizados e de seus descendentes ao Rio Grande/Rio Grande do Norte não foi relevante. Ao analisá-los como provas de veracidade de seu discurso e desconsiderar as intenções e demandas daqueles que produziram essas fontes, os colonizadores portugueses e a elite que foi sua herdeira, Medeiros assumiu uma posição de apoio ao lado dessa elite.

Já o registro que contrapôs sua visão, a notícia de jornal que apontou a existência de quilombos no estado, foi apresentado de maneira crítica, e Medeiros buscou em outros documentos desmentir as alegações do periódico. A conclusão do intelectual foi que a migração forçada de escravizados foi diminuta no estado, que estava passando por um processo de *embranquecimento*, tanto demográfico quanto cultural, e que as consequências disso foram o alto índice de mestiços identificados nos censos e a participação desses grupos tidos como não brancos em movimentos classificados como herança de Portugal, como as irmandades religiosas.

Quanto aos enviados à América Portuguesa em exílio, Tarcísio Medeiros foi breve ao desconsiderar a relevância do grupo na capitania do Rio Grande, mobilizando documentos da Coroa Portuguesa de maneira parecida com a análise anterior, ou seja, como detentores da verdade dos fatos. Os degredados foram descritos como uma parcela social sem as virtudes que Medeiros pretendia enfatizar na História potiguar, e, por isso, foram minimizados. A maior parte do texto foi dedicado à descrição daqueles que teriam sido, na perspectiva do autor, os verdadeiros responsáveis pela colonização desse território: líderes políticos como Mendes de Gouveia e Vaz Gondim, representados de maneira positiva e idealizada. Desse modo, o autor reforçou o triunfo da colonização europeia em terras potiguares.

Tarcísio Medeiros integrou as diversas instituições frequentadas pela elite intelectual norte-rio-grandense, como o Atheneu Norte-Riograndense e o IHGRN. De modo geral, ele e seus pares estiveram comprometidos com o projeto de constituição de identidade regional ligada à herança colonial.

Assim, a História escrita por esses sujeitos foi mobilizada como um meio para fins didáticos de criação de um senso de pertencimento e de gratidão da sociedade potiguar com os colonizadores. Nessa construção de sentidos, não houve espaço para diversidades, e a glorificação do processo supostamente civilizatório foi o que ditou os rumos das narrativas.

Referências bibliográficas

ALCOFORADO, A. C. D. G. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte:* um olhar biblioteconômico. Bacharelado em Biblioteconomia. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

AZEVEDO, Patrícia. *Moldando o Espaço por Meio das Palavras:* a história da historiografia na Revista do Instituto Histórico e Geográfico no Rio Grande do Norte (1903-1904). Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

AZEVEDO, Patrícia. O Rio Grande do Norte no limite: História e Espaços nas páginas do IHGRN (1903). In: BARROS, Fransuel Lima de; SILVA, Ronyere Ferreira da; SILVA, Márcio Douglas de Carvalho (Org.). *História: objetos, fontes e escritas.* São Paulo: Mentes Abertas, 2019, p. 133-144.

AZEVEDO, Wadna. *Instituto Histórico e Geográfico no Rio Grande do Norte,* uma visão historiográfica entre 1941 e 1947. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BARROS, Ewerton Wirlley Silva. *Nos enredos do folclore:* Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963). Licenciatura Plena em História. Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

BIOGRAFIA do prof. Tarcísio Medeiros. *Tribunal Regional Eleitoral* (portal online). 2023. Disponível em: <https://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/memoria-viva-1/biografia-do-prof.-tarcisio-medeiros>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRUMES, K. R.; SILVA, M. A migração sob diversos contextos. *Boletim Geográfico*, v. 29, n. 1, Maringá, 2011, p. 123-133.

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República:* ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: "índios" e "negros" no Rio Grande do Norte. *Mneme* Revista de Humanidades, v. 4, n. 8, Caicó, 2003, p. 1-79.

COR/RAÇA? A paleta humana. *Ensaios e Notas*, 2016. Disponível em: <https://ensaiosenotas.com/2016/01/18/corraca-a-paleta-humana/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. "*A Casa da Memória Norte-rio-grandense*": o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017a.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. A questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará: um ensaio sobre a atuação de Felisbelo Freire no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* n. 47, v. 1, Aracaju, 2017b, p. 1-32.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. A primeira história do Rio Grande do Norte: um ensaio sobre a recepção da obra Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte (1877) de Manoel Ferreira Nobre. *Revista Embornal*, v. 9, n. 17, Fortaleza, 2018, p. 39-57.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. A emergência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: como, para que e por quem foi criado. *Revista História* , n. 179, São Paulo, 2020, p. 1-27.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. Escrever história, fixar o tempo: as primeiras escolhas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). *Revista História UEG*, v.10, n.1, Morrinhos, 2021a, p. 1-17.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. Narrar vidas, homenageando a memória dos vultos beneméritos da nação e do Rio Grande do Norte: um ensaio sobre a produção biográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902-1927). *Revista História* , v. 40, São Paulo, 2021b, p. 1-26.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. "*Mossoró não cabe num livro*": Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

CUNHA, R. T. C. *A educação tecida pelos fios da "Casa da Memória"*: saberes e dizeres na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1938-2016). Mestrado em Educação. Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

DANTAS, Lucélia Maria A. Góis Ribeiro. *Tavares de Lyra e a História do Rio Grande do Norte:* uma visão da elite política no início do século XX. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DUTRA, Adalgisa. *Entre o poder da história e a resistência da memória nos sertões:* a construção identitária da cidade de Janduís e a rememoração de seu passado indígena (séculos XX e XXI). Especialização em História dos Sertões. Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2018.

FERNANDES, Kaliana Calisto. *Santo de casa "faz" milagre:* Luís da Câmara Cascudo, o padroeiro literário da cidade de Natal. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012a.

FERNANDES, Saul Estevam. Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo? Algumas reflexões sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. *Revista História Social*, n. 22, Campinas, 2012b, p. 295-306.

FERNANDES, Saul Estevam. *O (in)imaginável elefante mal-ajambrado:* a questão de limites entre Ceará e Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012c.

FERNANDES, Saul Estevam. Os engarrafadores dos espaços ou a disputa pela produção espacial norte-rio-grandense e cearense durante a retomada da questão de limites entre os sócios do IHGA-CE e o IHG-RN. *Revista Espacialidades*, 2016, v. 9, n. 1, 2016, p. 140-165.

FERREIRA, Sarah Karolina Sucar. *"Apaixonei-me deveras [...] pelo estudo dos papéis velhos":* os usos do passado na construção do espaço norte-rio-grandense nos escritos de Vicente de Lemos (1907-1912). Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

FUNDAÇÃO. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, 2023. Disponível em: <http://ihgrn.org.br/instituicao/fundacao>. Acesso em 17 maio 2023.

GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *Alguns Compassos:* Câmara Cascudo e a música (1920/1960). Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GICO, Vânia de Vasconcelos. *Luís da Câmara Cascudo:* itinerário de um pensador. Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Salatiel Ribeiro. Vaqueiros e Cantadores: a desafricanizada cantoria sertaneja de Luís da Câmara Cascudo. *Padê*, v. 2, n. 1, Brasília, 2008, p. 47-70.

GUIMARÃES, M. L. L. S. *Historiografia e Nação no Brasil* (1838-1857). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

GUIMARÃES, L. M. P. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1921.

MACEDO, F. M. "*Relíquias de um passado grandioso*": a noção de patrimônio histórico e memória nos discursos dos intelectuais ligados ao IHGRN na década de 1920. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MACEDO, M. K. *A Penúltima Versão do Seridó* - Espaço e História no Regionalismo Seridoense. Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

MACEDO, M. K.; ARAÚJO, A. I. C. O sertão febril: impacto microbiano e escravidão nos espaços (in)salubres da Província do Rio Grande do Norte, Ribeira do Seridó (1856-1888). *Mneme* Revista de Humanidades, v. 12, Caicó, 2011, p. 343-352.

MACEDO, M. K. As gentes dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte. In: MACEDO, H. A. M.; SANTOS, R. S. (Org.). *Capitania do Rio Grande:* histórias e colonização na América portuguesa. João Pessoa: Ideia/EDUFRN, 2013, p. 265-287.

MACEDO, M. K. História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. *Mneme* Revista de Humanidades, Caicó, v. 01, n. 01, p. 01-50, 2000.

MACEDO, M. K. Majestades negras: Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no Seridó. In: CAVIGNAC, Julie; MACEDO, M. K. (Org.). *Tronco, ramos e raízes!*: história e patrimônio cultural do Seridó negro. Natal: ABA; Flor do Sal; EDUFRN, 2014, p. 327-345.

MACEDO, M. K. O Sertão Negro: escravos nos inventários e testamentos da Ribeira do Seridó colonial. *Mneme* Revista de Humanidades, v. 9, Caicó, 2008, p. 23-30.

MARIZ, M. S. (org.). *Repertório de documentos para a História indígena existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Fundação Vingt-Un Rosado, Coleção Mossoroense, série C, v. 871. 1995.

MATA, Sarah. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte:* Análise sobre sua revista de 1930 a 1935. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MEDEIROS, Tarcísio. Como fomos colonizados (por degredados?). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,* n. 75, Natal, 1984, p. 27-38.

MEDEIROS, Tarcísio. O negro na etnia do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,* Natal, n. 70, 1980, p. 85-103.

MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. *Caderno de História*, v. 3, n. 2, Natal, 1996, p. 41-57.

MENEZES, Karla. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte:* um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1996.

MORAIS, Jean-Pierre Macedo Dantas de. *Um Rio Grande do Norte a ser ensinado:* a trajetória do ensino de História do Rio Grande do Norte durante a Primeira República (1908-1925). Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. (Org.). *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* — história e acervo. Natal: Departamento Estadual de Imprensa (DEI), 2005.

MUNARETO, Geandra Denardi. *A Ciência como Regeneradora da Nação:* eugenia e autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna. Doutorado em História. Escola de Humanidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NOBRE, Clivya. A escrita de Tarcísio Medeiros na Revista do IHGRN: política e intelectualidade. *Mosaico*, v. 13, n. 21, Rio de Janeiro, 2021, p. 291-312. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/84767/80480>. Acesso em: 13 set. 2023.

NOBRE, Clivya. Memória sobre os outros, memória sobre si: representações da prática docente no Curso de História da UFRN, pelo olhar da "Geração de 1976". *Revista Latino americana de História*, v. 11, n. 27, 2022a, p. 92-111. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/1217/386697>. Acesso em: 13 set. 2023.

NOBRE, Clivya. Professores e trabalhadores: memórias docentes sobre o Curso de História da FAFIN/FFCL (atual UFRN). *Revista Discente Ofícios de Clio*, v. 7, n. 13, , Pelotas, 2022b, p. 133-151. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/clio/article/view/5654>. Acesso em: 13 set. 2023.

NOBRE, Clivya. Professores, gestores e a produção da Faculdade de Filosofia de Natal e de seu Curso de História (1955-1956). *Cadernos de Educação*, n. 67, Pelotas, 2023, p. 1-22. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/6707/5760>. Acesso em: 13 set. 2023.

OLIVEIRA, Jailma. Índios célebres do Rio Grande do Norte: a naturalidade de um herói indígena na Revista do IHG-RN. *Revista Sertões*, v. 2, n. 2, Mossoró, 2012, p. 21-38.

PEREIRA, Amílcar. "*O Mundo Negro*": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros.* Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil – 1650-1720. São Paulo: EDUSP; HUCITEC, 2002.

SALES NETO, Francisco Firmino. *Luís Natal ou Câmara Cascudo:* o autor da cidade e o espaço como autoria. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SANTOS, Magno. "A guarda fiel de nossas tradições e da nossa história": o museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e os heróis potiguares (1902-1917). In: BRITTO, Clóvis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernado da; CERÁVOLO, Suely Moraes (Org.). *Estilhaços da memória:* o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia/Salvador: Espaço Acadêmico/Observatório da Museologia na Bahia, 2020a, p. 159-176.

SANTOS, Magno. "No pó dos velhos archivos descurados": a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a invenção do passado potiguar (1902-1903). *História Revista*, Goiânia, v. 25, n. 1, 2020b, p. 116–132.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Antônio Sironne. *A Questão de Gróssos e sua influência na fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, Francisco. *Tavares de Lyra em vários tons.* Mestrado em Educação. Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Igor. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte:* locus da identidade potiguar e preservação da memória nacional. Mestrado em Ciência da Informação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020a.

SILVA, Ledson Marcos da. O campo intelectual como espaço de ritualização do poder: IHGRN, historiografia e saber (1945-1971). *Revista Vernáculo*, n. 46, Curitiba, 2020b, p. 90-104.

SILVA, Ledson Marcos da. *Quando o anjo da História sobrevoa as terras potiguares:* usos e representações da noção de sertão na Casa da Memória

Potiguar (1934-1972). Mestrado em História dos Sertões. Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2021.

SOBRAL, Gustavo. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* Monumentos, relíquias, obras de arte, personagens, documentos e livros. Natal: IHGRN, 2017.

VIANA, Helder. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais da memória na Natal Republicana (1902-1922). *Anais do Museu Paulista*, v. 27, São Paulo, 2019, p. 1-44.

revista hydra

SOB O PRINCÍPIO DA SUBSTITUIÇÃO DA MÃO DE OBRA DE OBRA: ARRANJOS DE TRABALHO E CONFLITOS ENVOLVENDO ENGAJADOS PORTUGUESES NA IMPERIAL COMPANHIA SEROPÉDICA FLUMINENSE

Vinicius Kleyton de Andrade Brito[1]

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as características dos arranjos de trabalho disponíveis a imigrantes portugueses despossuídos na Imperial Companhia Seropédica Fluminense, antiga fábrica de seda construída em Itaguaí no final da década de 1830. O estabelecimento, que recebeu tratamento singular pelas autoridades provinciais, organizou sua produção pautando-se na substituição de escravos por braços livres europeus. No contexto em que funcionou, crescia no Rio de Janeiro a presença lusa, que foi constante durante todo o século XIX. Para os contemporâneos da época, as condições de transporte e os arranjos de trabalho encontrados eram uma verdadeira "escravidão branca". Diante disso, buscaremos, aqui, tratar do perfil desses imigrantes, da organização do trabalho, da divisão sexual em vigor, das condições contratuais e das reações desses trabalhadores frente aos mecanismos de controle de trabalho.

Palavras-chaves: Escravatura branca; Substituição da mão de obra; Trabalho livre.

UNDER THE PRINCIPLE OF LABOR SUBSTITUTION: WORK ARRANGEMENTS AND CONFLICTS INVOLVING PORTUGUESE EMPLOYEES IN THE IMPERIAL COMPANHIA SEROPÉDICA FLUMINENSE

Abstract: This article aims to analyze the characteristics of the work arrangements available to dispossessed Portuguese immigrants at the Imperial Companhia Seropédica Fluminense, an old silk factory built in Itaguaí in the late 1830s. organized its production based on projects aimed at replacing enslaved labor with free European hands. In the context in which it operated, the Portuguese presence grew in Rio de Janeiro, which was constant throughout the 19th century. For contemporaries at the time, the transportation conditions and work arrangements they encountered were true "white slavery". In view of this, we will seek here to address the profile of these immigrants, the organization of work, the sexual division in force, the contractual conditions, as well as the reactions of these workers to the mechanisms of work control.

Keywords: White slavery; Replacement of labor; Free work.

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista CAPES. Contato: vkabvinicius@gmail.com.

revista hydra

Introdução

Nos últimos anos foram consideráveis os avanços nos estudos que tratam tanto da imigração portuguesa quanto dos espaços ocupados por esses imigrantes no mercado de trabalho brasileiro do século XIX. Fenômeno presente ao longo do contexto colonial, a imigração da população lusa tendeu a aumentar com a vinda da família real para o Rio de Janeiro.[2] Nesta cidade, os portugueses eram os principais traficantes de africanos[3], dominavam o comércio a retalho[4], eram possuidores de embarcações que atuavam na intensa movimentação portuária da corte[5], podiam ser encontrados no setor de transporte de cargas e pessoas[6], entre tantos outros ofícios.

Para fugir da miséria resultante da difusão das relações capitalistas no campo e na cidade, operários e proletários rurais e urbanos lusos embarcavam em direção ao Brasil. De forma clandestina, capitães das embarcações que cruzavam o oceano ofereciam créditos àqueles que não podiam custear a passagem. A viagem era em condições precárias[7] e, uma vez no Brasil, só poderiam desembarcar após estabelecer contrato com seus futuros patrões, meio pelo qual o capitão reembolsava a quantia gasta no transporte. As denúncias acerca das péssimas condições de transporte, do tratamento recebido ao longo da viagem e dos arranjos de trabalho impostos a

---

[2] RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos lusitanos no Primeiro Reinado*. 2ª ed. Niterói: Eduff, 2022. p. 179.

[3] FLORENTINO, Manolo. *Em constas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[4] POPINIGIS, Fabiane. "Esperança e fraternidade": o papel do associativismo na defesa do ofício e na reserva de mercado do trabalho no comércio para os portugueses, século XIX. POPINIGIS, Fabiane; RIBEIRO, Gladys Sabina; TERRA, Paulo Cruz (orgs.). *Portugueses e cidadãos: experiências e identidades nos séculos XIX e XX*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X – FAPERJ, 2018. p. 101-128.

[5] JUNIOR, Edson Nunes dos Santos. *Sobre as águas da Guanabara*: transporte e trabalho no Rio de Janeiro do século XIX (1835-1845). 23/03/2016. 189f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. P. 81

[6] TERRA, Paulo Cruz. *Tudo que transporta e carrega é negro?* Carregadores, coxeiros e carroceiros no Rio de Janeiro. 01/03/2007.120f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 49

[7] De acordo com Joaquim Leite, entre as principais queixas das autoridades consulares que inspecionavam essas embarcações estava as condições de higiene e a falta de espaço. LEITE, Joaquim da Costa. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. *Análise Social*, vol. XXVI, Lisboa, 1991, pp. 741-752. p. 742.

esses portugueses repercutiam nos jornais da época sob a denominação de "tráfico da escravatura branca", ao menos desde a década de 1830.[8]

Isto posto, este artigo tem como objetivo analisar os arranjos de trabalho disponíveis para portugueses pobres que desembarcaram no Brasil após a década de 1830, a partir do caso da Imperial Companhia Seropédica Fluminense. A antiga fábrica de seda localizada no município de Itaguaí, interior da província Rio de Janeiro, foi construída por José Pereira Tavares no final da década de 1830. Nas décadas seguintes, o estabelecimento obteve concessões de produtos líquidos extraídos das loterias do Estado mediante aprovação de decretos e leis em seu benefício[9], sendo, inclusive, a única empresa de sua época a se tornar uma sociedade anônima por ação do governo da província.[10] Além disso, a organização do trabalho era feita a partir da premissa da "substituição da mão de obra". Tanto por parte daqueles que o administraram quanto por parte das autoridades provinciais, todos os trabalhadores escravos deveriam ser substituídos por trabalhadores livres imigrantes, em benefício do trabalho e da moralidade.

Contemporânea das diferentes iniciativas que buscavam viabilizar o engajamento de imigrantes europeus após o fim do tráfico atlântico de africanos, a Companhia Seropédica figura como objeto capaz de iluminar nuances das relações de trabalho disponíveis à imigrantes no Brasil imperial. Assim, buscaremos aqui traçar quem eram esses sujeitos, as interações que estabeleciam entre si e os patrões e as respostas às frequentes situações de exploração.

---

[8] CARVALHO, Marcus J. M. de. O "tráfico de escravatura branca" para Pernambuco no acaso do tráfico de escravos. *Revista do IHGB*, v. 149, Rio de Janeiro, 1988, pp. 22-51.

[9] A primeira delas data do dia 22 de maio de 1844, quando a assembleia legislativa provincial aprovou o Decreto n. 342, que concedia seis loterias de 120 contos de réis cada ao empresário, cuja finalidade era estabelecer, no município de Itaguaí, a cultura da amoreira, criação de bicho da seda e preparo dela. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1844, edição 06772, p. 1. 1821-1858. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=tavares&pagfis=27777. Acesso em: 08/07/2023. A concessão de produtos líquidos extraídos das loterias do Estado à particulares foi uma política de subvenção às manufaturas praticada na década de 1840, sobre o assunto, conferir: SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social do Sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense (1840-1880)*. 417f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980. p. 289.

[10] LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. 1ªed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1994. p. 55-58.

"Quanto lucrará o serviço, e a moralidade com a substituição dos escravos por braços livres"[11]: a substituição da mão de obra na Imperial Companhia Seropédica Fluminense

> A amoreira vegeta neste munícipio maravilhosamente e torna aproveitável o terreno que a deu e que não dá vantajosamente o café, e sua folha se renova tantas vezes quantas as arvores são desfolhadas. O *bombix* [bicho-da-seda] se desenvolve em todas as estações do ano, e assegura de oito a nove criações anuais. Os casulos dão melhores que os da Europa, como V. Ex. verá no demonstrativo junto: a seda é superior.[12]

Foi desta forma que os vereadores da Câmara Municipal de Itaguaí qualificaram o estabelecimento de José Pereira Tavares, localizado no distrito de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, em ofício remetido ao então presidente da província do Rio de Janeiro, no dia 17 de abril de 1849. Exaltavam as perfeitas condições de desenvolvimento da amoreira e do bicho da seda, fundamentais para o desenvolvimento de uma seda capaz de competir com a produção europeia. Anos mais tarde, a Lei Provincial n. 618, de 14 de outubro de 1852, autorizou o governo da província do Rio de Janeiro a transformar o estabelecimento Tavares em uma companhia, tornando-a uma sociedade anônima.[13]

Entre 1851 e 1865, conforme Maria Bárbara Levy, 583 sociedades anônimas reuniam um capital de 236:638$000 réis. Deste montante, as indústrias equivaliam a 0,8%, sobressaindo as de perfumaria, publicações, sabão e velas e as químicas.[14] A Companhia Seropédica, única de sua época a ser transformada em sociedade anônima por intercessão do governo provincial,

---

[11] Trecho retirado do primeiro relatório apresentado aos acionistas, de 1855, no qual o autor, João Antônio Miranda, presidente da Imperial Companhia, postulava como uma das principais medidas para o desenvolvimento do estabelecimento os esforços em torno do engajamento de braços livres europeus. Cf.: *AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL*. Rio de Janeiro. 1855. n. 004, v. V, 1833 -1896. p. 17. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderaspx?bib=302295&Pesq=seropedica&pagfis=9959. Acesso em: 08/07/2023.

[12] *CORREIO MERCANTIL*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1849, n. 134, p. 3, 1848-1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&Pesq=seropedica&pagfis=1996=>. Acesso em: 14/09/2023.

[13] *CORREIO MERCANTIL*, 26 de julho de 1853. n. 207, p. 2, 1848-1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20184&pesq=tavares&pagfis=7766>. Acesso em: 14/09/2023.

[14] LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1994. p. 55-57.

tinha um fundo capital de 300:000$000 réis, representados por 3 mil ações de 100$000 réis cada.[15] Dentre seus acionistas, encontramos nomes de prestígio como o próprio imperador D. Pedro II, protetor da Companhia, Barão de Mauá e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Foi possível encontrar os dois primeiros relatórios publicados no *Auxiliador da Indústria Nacional*, importante periódico de divulgação científica da época.[16]

Os estudos que analisaram estabelecimentos semelhantes ao de Tavares demonstram que, mesmo numa economia centrada na exportação de gêneros agrícolas, proprietários de oficinas e fábricas puderam encontrar ações de estímulo junto ao governo.[17] Do ponto de vista da organização do trabalho, pesquisas como a de Beatriz Momesso, que analisou o Estabelecimento de Fundição e Máquinas Ponta d'Areia, um dos maiores do Império, apontam para a coexistência entre trabalhadores livres, nacionais e imigrantes, e escravos, por vezes desempenhando as mesmas funções. Entre os livres, o número de imigrantes portugueses era expressivo: em 1857, eles representavam 78% dos 505 trabalhadores livres da Ponta d'Areia.[18] Essa forte presença lusa era encontrada nas demais manufaturas da província do Rio de Janeiro ao menos desde a década de 1840, de acordo com Luiz Carlos Soares.[19]

O que se via dentro desses estabelecimentos era um reflexo do perfil dos trabalhadores que disputavam postos no mercado de trabalho da cidade

---

[15] BRASIL. Decreto nº 1342 de 02 de março de 1854. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64004&norma=79908> . Acesso em:14/09/2023.

[16] Sobre a SAIN, Cf.: BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena*. 2009. Tese (Doutrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistimologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

[17] Proprietários de estabelecimentos fabris poderiam, mediante requerimento, recorrer à Junta do Comércio para gozar dos benefícios concedidos pelo Alvará de 1809. Para uma discussão mais aprofundada sobre o papel da Junta do Comércio, ver: OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense (1808-1860)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Studio F&S ed., 1992. COELHO, Matheus Sinder Nunes Herdy. *A indústria fabril nos oitocentos: escravidão, economia nacional e história e historiografia da indústria no Brasil (1808-1850)*. 73f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

[18] MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundição e Máquinas Ponta d'Areia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduaçao em História Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. p. 113.

[19] SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social do Sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense (1840-1880)*. 417f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980. p. 310-316.

como um todo. Entre as décadas de 1830 e 1850, o Rio de Janeiro iria se tornar a cidade com maior número de escravos das Américas.[20] Paralelo ao crescimento da presença negra, a imigração portuguesa aumentou sistematicamente ao longo de todo o século XIX, havendo, inclusive, uma sobreposição do tráfico de africanos pelo tráfico de engajados. Assim, antigos traficantes que atuavam na África passaram a atuar no engajamento de insulares portugueses.[21]

No caso da Companhia Seropédica, as expectativas de sucesso de um ramo industrial que florescia nos principais centros industriais europeus, somadas à estrutura do estabelecimento, com edifícios compatíveis às etapas de produção da seda, foram fatores determinantes para atenção privilegiada que recebera das autoridades provinciais. No que tange às relações de trabalho, o estatuto da Companhia determinava que seriam "substituídos por trabalhadores livres todos os escravos que pertencem ao estabelecimento", cabendo ao presidente da companhia "iniciar os contratos necessários para o engajamento de empregados e operários, assiná-los com as devidas cautelas e garantias depois de aprovados pela Diretoria".[22]

A primeira menção sobre a presença de trabalhadores livres tocando a produção data de 1846, quando havia apenas "um casal de italianos lombardos"[23] junto a 50 escravos, de ambos os sexos e diferentes idades. No ano seguinte, sete outros trabalhadores lombardos foram contratados, "um cultivador de amoreiras, um viverista, um preparador da seda e encarregado da direção do laboratório de fiação, e quatro fiadeiras".[24] Dados os

[20] CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. 1ªed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011. p. 233.

[21] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos- Cebrap*, n 21, São Paulo, p. 30-56, 1988. p. 35-36.

[22] BRASIL. Decreto nº 1342 de 02 de março de 1854. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64004&norma=79908> . Acesso em:14/09/2023.

[23] CRUZ, Antonio dos Santos. Anexo II: Informação que deu o engenheiro chefe do 2º districto Antonio dos Santos Cruz sob o estabelecimento seriniculo de Itaguahi, de que é empresário José Pereira Tavares. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 2.

[24] ANTAS, Antonio Pinto de Figueiredo. Anexo III: Exame feito no estabelecimento seropedico de que é proprietário o cidadão José Pereira Tavares, no curato do Bananal em Itaguahy, pelo engenheiro Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA

postos ocupados, é possível perceber que, ao menos nesse primeiro momento, os esforços foram no sentido de engajar trabalhadores com conhecimento técnico no trabalho com a seda. Entretanto, de acordo com os engenheiros que avaliaram o estabelecimento a mando do governo da província, o número de trabalhadores não era compatível com a diversidade de serviços, tornando-se necessário "o emprego de turmas que revezem durante o dia e a noite".

Se, na década de 1840, os meios desenvolvidos para atrair imigrantes apresentaram resultados ínfimos, na década seguinte, a presença desses trabalhadores se tornou mais frequente. Após a assinatura dos estatutos, a primeira diretoria eleita foi presidida por João Antonio Miranda, que, em seu primeiro relatório, nos informa que "reconhecendo (no que vai de acordo com os estatutos da Imperial Companhia) quanto lucrará o serviço, e a moralidade com a substituição dos escravos por braços livres, tratou de procurar os devidos engajamentos (...)".[25]

A substituição da mão de obra escrava pelo trabalhador livre no estabelecimento foi apresentada pela Diretoria – e veiculada aos leitores do Auxiliador da Indústria Nacional – a partir de termos que associavam o trabalhador livre imigrante como uma alternativa à substituição da mão de obra escrava, uma solução benéfica à moral e ao trabalho. Aos escravos, cabia o oposto: pela condição jurídica, esses sujeitos seriam incapazes para o trabalho em regime de liberdade, de acordo com a retórica da época. Essa formulação dicotômica, tão presente nos debates parlamentares da época, animou uma série de projetos imigrantistas ao longo dos oitocentos.[26] Segundo Antonio Martins, na província de São Paulo, as primeiras medidas que visavam atrair imigrantes foram postas em prática ainda na década de 1820, e incluíam subsídios financeiros individuais e a entrega de uma porção

NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018. p. 2.

[25] *AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL*. Rio de Janeiro. 1855. n. 004, v. V, 1833 -1896. p. 17. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderaspx?bib=302295&Pesq=seropedica&pagfis=9959>. Acesso em: 14/09/2023.

[26] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 21.

de terras, medidas que não lograram êxito.[27] Posteriormente, em 1835, chegou a ser aprovado o investimento de quatro contos de réis para o engajamento de colonos para as obras públicas da região.[28]

Na Companhia Seropédica, a falta de trabalhadores habilitados era dificuldade primária a ser enfrentada. A partir de 1855, houve um aumento considerável no número de trabalhadores livres empregados na Companhia. Porém, se em outrora se optara por engajar italianos com algum tipo de conhecimento prático da produção da seda, de 1855 em diante, a diretoria passou a realizar engajamento de portugueses sem nenhum domínio técnico. Naquele ano, 15 colonos foram engajados e, em 1856, 18 novos colonos uniram-se a eles. Eles vinham de diferentes partes de Portugal, alguns da região do Porto, outros da Ilha da Madeira.[29]

O número de trabalhadores escravos permanecera o mesmo de quando se deu a incorporação, totalizando, entre homens, mulheres e crianças, 35 pessoas. Eles não só estavam lá como continuavam dividindo funções com os trabalhadores livres. "Temos a satisfação de contar neste momento em nosso estabelecimento treze fiadeiras brancas, cujo número com as escravas pode ser, como será elevado bem depressa, à vinte e cinco", afirmou o presidente em 1856.

Ainda em 1856, entrava em cena uma nova diretoria, presidida por Francisco José Cardoso. Importante negociante da região, atuando, desde a década de 1830, no transporte de café entre Itaguaí e os portos da Corte, Cardoso, em meados do século XIX, acumulava os cargos de comandante superior da Guarda Nacional dos Munícipios de Itaguaí e Mangaratiba e de administrador da Companhia Navegação Itaguahyense.[30] Entre 1842 e 1857,

---

[27] MARTINS, Antonio Marco Ventura. *Escravidão e Estado: entre princípios e necessidades, São Paulo, 1835-1871*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduaçao em História Universidade Estadual Paulista. Franca, São Paulo. p. 128-129.

[28] MARTINS, Antonio Marco Ventura. *Escravidão e Estado: entre princípios e necessidades, São Paulo, 1835-1871*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduaçao em História Universidade Estadual Paulista. Franca, São Paulo. p. 138.

[29] *AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL*. Rio de Janeiro. 1855. n. 004, v. V, 1833 -1896. p. 27. Disponível em: http://ddnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=36&s=0&cv=22&r=0&xywh=-747%2C-1%2c3781747%2C1%2c3781%2C3570. Acesso em: 10/07/2023.

[30] MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil:* os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder. 01/11/2005. 230f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 29.

Cardoso foi deputado provincial pelo Partido Conservador na Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro, sendo reeleito ininterruptamente por todo esse período.[31] A Companhia Seropédica, segundo Gustavo Moreira, foi o maior projeto de Cardoso, que esperava, com o seu sucesso, aumentar sua fortuna e obter um título de nobreza.[32]

No dia 30 de setembro de 1856, os deputados aprovaram a Lei n. 880, que concedeu à companhia uma subvenção anual de 30:000$000 réis por um período de quatro anos. A quantia, conforme a portaria expedida em 12 de janeiro de 1857, deveria ser usada, entre outras coisas, para:

> (...) 2º a aquisição para o mesmo estabelecimento de operários livres que tenham conhecimento prático dos processos da indústria serica, e de todos os mais que forem precisos para os trabalhos do estabelecimento, de forma que passados 18 meses contados da presente data, não se empreguem nele escravos sob pretexto algum (...).[33]

Desse modo, a substituição prevista no estatuto passava a ter data marcada para ser efetivada. Naquela década, a questão da substituição dos escravos também estava sendo discutida entre os gestores da Fábrica de Pólvora da Estrela. Localizada na Serra da Estrela, o estabelecimento criado em 1808 para o fornecimento de pólvora ao reino funcionou até a década de 1870. Diferentemente da Companhia Seropédica, a Fábrica da Estrela foi administrada por militares e chegou a contar com um quadro de mais de 400 trabalhadores, envolvendo trabalhadores livres, escravos de nação e africanos livres.[34]

Segundo Alinnie Moreira, o Decreto n. 1.709, de 29 de dezembro de 1855, aprovou o regulamento proposto naquele ano que, entre outras coisas,

---

[31] MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil:* os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder. 01/11/2005. 230f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 56.

[32] MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil:* os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder. 01/11/2005. 230f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 98.

[33] *JORNAL DO COMÉRCIO*. Rio de Janeiro. 14 de jan. de 1857, n. 00012. 1850-1859. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=-Tavares&pagfis=10878.> Acesso em: 15/09/2023.

[34] MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (1831- 1870*). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. p. 27-28.

discutia a substituição de africanos livres e escravos de nação – a maioria dos trabalhadores envolvidos – por artífices militares. Todavia, foi em março de 1860, quando um novo regulamento foi proposto e aprovado, reformulando novamente a produção, que se iniciou o processo de substituição de escravos e africanos livres por artífices militares.[35]

A Fábrica de Pólvora da Estrela e a Imperial Companhia Seropédica, apesar de contemporâneas, foram criadas e geridas por modos e pessoas diferentes. No entanto, é possível traçar um ponto de convergência quando observadas na perspectiva das propostas e debates sobre a substituição de mão de obra. As duas são exemplos da forma como essa política funcionou para os estabelecimentos manufatureiros. Ambas, em meados da década de 1850, tiveram seu quadro de trabalhadores alterados a partir de decisões tomadas no âmbito legislativo da província do Rio de Janeiro.

Imigrantes na Companhia Seropédica: perfil dos trabalhadores e arranjos de trabalho

Os efeitos da nova legislação aprovada em benefício da Companhia Seropédica puderam ser notados ainda em 1857. A tabela a seguir sistematiza as informações encontradas no relatório elaborado por Cardoso, o que possibilitará a análise do perfil dos trabalhadores empregados naquele ano.

Variantes	Homem	Mulher	Total
Faixa Etária			
< 10	-	1	1
10-15	7	2	9
16-20	16	3	19
21-25	7	3	10
26-30	6	2	8
31-35	4	-	4
36-40	2	1	3
40 >	3	1	4

[35] MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (1831- 1870)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. p. 85.

revista hydra

Variantes	Homem	Mulher	Total
Naturalidade			
Brasil	8	1	9
Portugal	37	12	49
Estado Civil			
Casado	14	6	20
Solteiro	32	7	39

Tabela 1 – Faixa etária, naturalidade e estado civil por gênero entre os trabalhadores livres da Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1857) Fonte: CARDOSO, Francisco José. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858.

Dos 58 trabalhadores listados como livres, 49 eram colonos portugueses e 9, brasileiros. A partir do cruzamento dos dados, podemos constatar que 31 portugueses eram solteiros – 25 homens e 6 mulheres –, e 18 eram casados – 6 mulheres e 12 homens. O relatório não apresenta informações sobre os respectivos cônjuges, o que nos impede de coletarmos dados acerca das famílias de colonos livres no estabelecimento. Contudo, é possível que existisse, pois, dentre os livres, encontramos Thereza, de dois meses de idade, nascida no Brasil, que consta como filha da portuguesa Joanna de Freitas, listada como casada.

No geral, a maior parte dos trabalhadores livres possuíam entre 16 e 30 anos. Dos 37 que formavam essa faixa etária, 36 eram portugueses. A maioria deles, 19, tinha entre 16 e 20 anos de idade. Outros 10 se encontravam na faixa dos 21 aos 25 anos, e o restante, entre 26 e 30 anos. Portanto, a maioria absoluta dos trabalhadores portugueses engajados para trabalhar na Companhia Seropédica chegaram no Brasil ainda na juventude, em 1857. Entre esses jovens portugueses, 22 homens e 3 mulheres eram solteiros. Outros quatro portugueses também foram listados como solteiros, todavia, tinham entre 10 e 15 anos de idade. É possível que essas crianças fossem filhas de mulheres listadas, o que permite levantarmos a hipótese de que outras mulheres poderiam ter as mesmas características de Joanna, que era casada e mãe.

Dos nove brasileiros listados, uma era a recém-nascida filha de Joanna. Outros três, José Pereira Tavares, Antônio Teixeira Pinto e João Ferreira de Sá,

ocupavam, respectivamente, as funções de administrador, ajudante e arreador. Os cinco restantes eram menores desvalidos. A chegada de menores no estabelecimento é datada, ao menos, de 1856, quando ele ainda era presidido por João Miranda.

Segundo Gislane Azevedo, um mecanismo que facilitou o agenciamento do trabalho infantil, sobretudo de crianças pobres, foi a assinatura de contratos de soldada, que passou por diversas reformulações ao longo do século XIX. Esse contrato permitia que pessoas alugassem órfãos pobres no intuito de que eles pudessem aprender algum ofício que lhes garantissem sustento quando adultos. Para tanto, o interessado deveria prover sustento, moradia, tratamento em casos de doença, educação e um pagamento, o soldo. Os jovens só teriam acesso a esse pagamento após completarem 21 anos.[36]

É possível que o contrato de soldada ou o termo de obrigação tenham sido mecanismos utilizados pela diretoria da Companhia Seropédica para contar com a presença de menores desvalidos. Em 1856, João Miranda informou que o então chefe da polícia da província do Rio de Janeiro, José Caetano de Andrade Pinto, havia enviado quatro meninos e uma menina ao estabelecimento.[37] Afirmava, ainda, que a Companhia comprometia-se em depositar mensalmente na Caixa Econômica a soldada, sem informar o valor.

Entre 1858 e 1862, ano da liquidação da companhia, os parcos dados disponíveis acerca do quantitativo e do perfil dos trabalhadores indicam que a presença portuguesa entre os trabalhadores livres ainda era preponderante.[38] Portanto, a partir dos dados levantados e dos cruzamentos realizados, podemos afirmar que a Imperial Companhia Seropédica Fluminense

[36] AZEVEDO. Gislane Campos. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. *Revista Histórica*, n. 27, São Paulo, 2007, p. 1-9. p. 5.

[37] *AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL*. Rio de Janeiro. 1855, n. 004, v. V. 1833 -1896. p. 301. Disponível em: http://mmemoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&Pesq=seropedica&pagfis=102430243. Acesso em: 10/07/2023.

[38] O ano de 1861 marca a chegada da última leva de imigrantes portugueses, 15 colonos naturais da cidade do Porto, por intermédio da Associação Central de Colonização. CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assembléa geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropedica Fluminense na 1ª reunião do anno de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. p. 5.

contou com um quadro de trabalhadores livres formados, majoritariamente, por homens, portugueses, jovens e solteiros. Assim, localizada temporalmente num período marcado pela entrada maciça de portugueses despossuídos no Brasil, a Companhia foi um dos espaços encontrados por eles para manutenção de suas vidas.

Os contratos estabelecidos entre a administração e os imigrantes possuíam duração de 15 meses e eram regulados pelas leis de locação de serviço por tempo determinado. A lei de 13 de setembro de 1830 foi debatida num contexto marcado pelas apreensões em torno da proibição do tráfico atlântico de africanos escravos, prevista para o mesmo ano pelo tratado entre Basil e Inglaterra de 1827. Conforme Joseli Mendonça argumentou, a partir da análise dos posicionamentos dos senadores na discussão do projeto, imigrantes figuravam como uma alternativa ao trabalho escravo, num cenário marcado pelo fim do tráfico.[39]

A análise dos artigos dessa lei denota o "alcance e sentido do apego ao trabalho compulsório"[40], pois os direitos e deveres contratuais estabelecidos entre as partes possibilitavam a criação de arranjos de trabalho análogos à escravidão. A quebra do contrato, por exemplo, era passível de prisão. O trabalhador só poderia negar-se ao trabalho restituindo os recebimentos adiantado e "pagando a metade do que mais ganharia, se cumprisse o contrato por inteiro"[41]. Ou seja, pensada como alternativa ao fim do tráfico, a primeira lei que regulava o contrato de locação de serviço do império foi formulada para garantir o investimento do contratante, muita das vezes prendendo o contratado a dívidas.

Ainda na década de 1830, uma nova lei, agora exclusivamente pensada para estrangeiros, foi aprovada pelo parlamento. Em 1837, mesmo

[39] MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis para "os que se irão buscar" – imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. *História: Questões & Debates*, n. 56, Curitiba, 2012, p. 63-85. p. 66.

[40] CRAVO, Télio Anísio; GODOY, Marcelo Magalhães; RODRIGUES, Pedro Conterno. Imigração internacional e contrato de trabalho no Império do Brasil: colonos europeus na construção de estradas na década de 1830. *Almanack*, n. 25, Guarulhos, 2020, p. 1-34. p. 4.

[41] BRASIL. Lei 13 de Setembro de 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html. Acesso em: 12/01/2023.

ano em que, diante do gradativo aumento da entrada ilegal de africanos escravos, uma proposta para revogar a lei que abolira o tráfico era debatida no parlamento, deputados e senadores discutiriam novamente uma lei relativa a contratos de prestação de serviços. Assim como na anterior, os mecanismos de controle e coerção ao trabalho garantiam que, na hipótese de se ausentar do trabalho antes do fim do contrato, o trabalhador seria preso

> onde quer que for achado, e não será solto, enquanto não pagar em dobro tudo quanto dever ao locatário, com abatimento das soldadas vencidas: se não tiver com que pagar, servirá ao locatário de graça todo o tempo que faltar para o complemento do contrato.[42]

Diante do exposto, podemos argumentar que, num Rio de Janeiro marcado pela presença cada vez constante da população lusa, o setor de transformação da economia da região fluminense foi um campo de atração de uma parcela dessa população portuguesa. Na Companhia Seropédica, estabelecimento que organizou sua produção a partir do princípio da substituição da mão de obra, os "braços livres" eram sinônimos de braços portugueses. O valor desprendido pela administração referente à passagem custou 96$322 réis para cada engajado, que permaneceriam no estabelecimento por 15 meses a contar do dia 28 de janeiro de 1857.[43]

A tabela a seguir permite a visualização da distribuição do serviço desses trabalhadores.

Ocupação	Homem	Mulher	Total
Administração	4	-	4
Viveiro	4	-	4
Cultivador da Amoreira	20	-	20
Fiação	-	10	10
Cozinha	-	2	2
Cavoqueiro	4	-	4
Falquejador	3	-	3
Serrador	2	-	2
Carpinteiro	1	-	1

[42] BRASIL. Lei 11 de Outubro de 1837. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/541072/publicacao/15632760. Acesso em: 12/07/2023.

[43] CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. Anexos.

Ocupação	Homem	Mulher	Total
Carreiro	1	-	1
Arreador	1	-	1
Candiero	1	-	1
Pastor de Gado	1	-	1
Ferreiro	1	-	1
Ajudante de Ferreiro	1	-	1
Não mencionado	2	-	2

Tabela 2 – Ocupação dos trabalhadores livres por gênero na Imperial Companhia Seropédica Fluminense (1857). Fonte: CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. Anexos.

A maioria dos portugueses do sexo masculino foi alocada na etapa inicial da produção da seda: o cultivo da amoreira. A folha dessa planta era usada para alimentar o bicho-da-seda, que, futuramente, forneceria os fios do nobre tecido. Em troca de moradia, alimentações e uma gratificação mensal de 2$000 réis, 20 trabalhadores cuidavam dos 82.794 pés de amoreira das qualidades "mouras alba, folia bifucatus, lati-folia-seminses, moron (amoreira lombarda) e a multicaule" que existiam no terreno da Companhia.[44] Apesar de ser a ocupação que mais concentrou trabalhadores, o número de pés plantados exigia um número maior de braços.

A segunda etapa do processo era a criação do bicho-da-seda[45], que, em 1857, foi responsabilidade de quatro homens, que receberiam uma gratificação mensal de 2$000 réis. Para isso, o estabelecimento contava com um edifício específico: o viveiro. Entre janeiro e dezembro de 1857, foram feitas oito criações de diferentes espécies de bicho-da-seda, que produziram "3,979 libras de casulos de qualidades diversas, dos quais, bons e fiáveis 3,446 libras, 487 chiques, e 45 dobrados"[46]. Segundo Cardoso, se fosse levar em consideração os valores europeus, essa produção resultaria em 3:446$000 réis.

Se, no cultivo de amoreiras e na criação do bicho-da-seda, os serviços foram realizados exclusivamente por homens, a fiação da seda era tarefa

[44] CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. p. 4.

[45] No estabelecimento existiam as seguintes espécies de bicho-da-seda: sina, trivoltine e uma terceira proveniente do cruzamento realizado por Tavares dessas duas raças, a dyochroma.

[46] CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. p. 6.

feminina.[47] A atividade era realizada no laboratório de fiação, edifício paralelo ao viveiro. De acordo com o presidente da companhia, esse era o serviço que ainda não atingira o resultado desejado. Cardoso atribuía isso à falta de conhecimento técnico do pessoal empregado, e informava que buscava contratar na Europa uma regente que instruísse tecnicamente as atuais fiadeiras.

Desse modo, dos 58 trabalhadores livres empregados, 34 desempenhavam funções relativas à produção da seda. Convém lembrar o comentário feito por Antonio Santos Cruz, engenheiro que avaliou o estabelecimento em 1847, acerca do quantitativo de trabalhadores. Na época, o trabalho era realizado por 50 escravos e, segundo consta, Tavares almejava a compra de mais 24. De acordo com o engenheiro, mesmo que os 74 escravos realizassem exclusivamente as tarefas relativas à produção, seria necessário o revezamento de turmas, noite e dia, para os cuidados contínuos que cada etapa de produção exigia.

Chama atenção, todavia, a presença de dez ocupações exercidas por trabalhadores livres que nada tinha a ver com a produção da seda, mas que reunia 37% dos portugueses contratados. Para atender às condições estipuladas pela Lei n. 880, de 1856, um plano de obras para expandir a estrutura física do estabelecimento foi aprovado pela assembleia dos acionistas. Esse plano de obras continha reparos nos edifícios que já existiam, aperfeiçoamento de estradas e construções de novos prédios. No relatório que tratou do primeiro ano de construções, Cardoso queixava-se da ausência de "operários artistas que se possam empregar nas edificações".[48] Naquele ano, cinco portugueses recebiam gratificações mensais na quantia de 12$000 réis por serem artistas listados como mestres de seus ofícios.[49]

Esse considerável investimento de verba e mão de obra na construção de novos prédios prosseguiu pelos anos seguintes. "Desde então parecia que

[47] Outra tarefa exercida exclusivamente por mulheres foi o cargo de cozinheira. Em 1857, o preparo da alimentação dos trabalhadores livres na cozinha comunitária presente no prédio de alojamentos para trabalhadores desse perfil era função de Juliana Maria e Francisca Maria, ambas portuguesas. Informações sobre quanto recebiam pelo serviço prestado não foram encontradas.

[48] CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. p. 9.

[49] Os ofícios listados foram: um carpinteiro, dois cavouqueiros, um ferreiro e um carreiro.

o fim da empresa era fazer casas e não criar bichos da seda! (...) Planejou um sistema de edificação e (...) achou-se com casas sem poder dar-lhes o destino conveniente!"[50], sinalizaram Manoel Frias, Vasconcellos Oliveira e Manoel Almeida Júnior em 1862, quando visitaram o estabelecimento para avaliarem o emprego dos auxílios provinciais e a as contas do estabelecimento.

As obras, que exigiam investimentos altos, afetou diretamente a contratação de novos imigrantes. Os 49 portugueses que chegaram ao estabelecimento em 1857 deixaram-no em meados de 1858. Neste ano, a companhia realizou o engajamento de 37 açorianos. Não tivemos acesso a informações que permitissem a construção dos perfis e a distribuição de seus serviços. De qualquer forma, esse grupo teria cumprido o contrato "não só regularmente, como bem", de acordo com o presidente da Companhia. Alguns deles, atendendo aos pedidos da diretoria, retornaram ao serviço ganhando 12$000 réis por mês cada, após o fim de seus contratos.[51]

Nos anos que se seguiram, os contratos estabelecidos com colonos passaram a ser regidos pela portaria expedida pela Repartição Geral de Terras Públicas, de 18 de novembro de 1858, que instituiu instruções gerais para a importação, a distribuição e o estabelecimento de colonos no Brasil. Os imigrantes eram considerados livres para celebrar os contratos que quisessem. Caso o contrato fosse de locação de serviço, deveria vigorar por até dois anos. Contratos de outra natureza teriam a duração máxima de cinco anos e só poderiam ser substituídos com o consentimento do trabalhador. Moradia, sustento e cuidados em casos de doença eram responsabilidades do empregador. O trabalhador deveria receber os instrumentos necessários para os serviços e dispor de algum terreno para as plantações particulares, caso a propriedade tivesse proporções para isso. O colono não seria obrigado a trabalhar por mais de 12 horas, com direito a descanso e almoço nesse período, e não trabalharia em domingos e dias santos. Caso o contrato que regesse a relação fosse o

[50] RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. 1862. Anexo 1, p. A1-9. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?-c=0&m=48&s=0&cv=137&r=0&xywh=-717%2C0%2C3592%2C3391. Acesso em: 12/07/2023.

[51] CARDOSO, Francisco José. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. p. 5.

de locação de serviço, além do que aqui foi citado, o empregador deveria pagar um salário mensal que variava entre 8$000 e 12$000 réis.[52]

A portaria figurou como uma resposta do governo aos conflitos ocorridos na década de 1850 envolvendo imigrantes contratados, que repercutiam internacionalmente. Na fazenda de Ibicaba, em São Paulo, trabalhadores suíços e alemães contratados pelo sistema de parceria iniciaram uma série de protestos motivados pelo baixo retorno financeiro das safras em 1856.[53] Os imigrantes, segundo consta na documentação analisada por Maria Lúcia Lamounier, se queixavam tanto das faltas de cumprimento dos termos dos contratos como das lacunas existentes neles.[54] Essas lacunas eram preenchidas por regulamentos internos das fazendas que regiam o cotidiano de vida e trabalho desses sujeitos contratados. Por vezes, esse conjunto de normas internas, ao exigirem funções que não constavam nos contratos iniciais, acarretou uma série de revoltas em outras fazendas que adotaram o mesmo sistema.[55]

Nesse mesmo contexto, foi criada a Companhia do Mucuri em Minas Gerais. Em 1853, o governo imperial concedeu verbas para que a empresa se responsabilizasse pela instalação de colonos europeus na província. Para tanto, a companhia estabeleceu contrato com trabalhadores suíços, alemães e franceses por meio da Associação Central de Colonização.[56] As condições em que viviam esses imigrantes foi definida por Avé Lallemand –

---

[52] BRASIL. Portaria 18 de Novembro de 1858. *Colleção das decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858. p. 356-360. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18472>. Acesso em: 12/07/2023.

[53] LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. São Paulo: Papirus, 1988. p. 43.

[54] LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. 1ª ed. São Paulo: Papirus, 1988. p. 45.

[55] Lamounier argumenta que as fazendas que optaram pelo sistema de parceria, no início da década de 1850, passaram a adotar o contrato de locação de serviços. De acordo com os dados coletados, em 1860, existiam 29 colônias baseadas no sistema de parceria na província de São e Paulo e, na década seguinte, apenas 13. Ver: LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. São Paulo: Papirus, 1988. p. 45-55. Para uma discussão acerca dos arranjos de trabalho do sistema de parceria e os conflitos que resultaram, ver: HALL, Michael; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, São Paulo, p. 80-120,1983.

[56] SANTOS, Cláudia. *Narrativas de viagem e escrita da história*: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1890). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 268.

naturalista alemão que esteve em Minas Gerais em 1859 – como uma situação de miséria. Essas informações sobre as condições de trabalho degradantes repercutiam na Europa.[57] Conforme demonstrou Cláudia Santos, os casos de Mucuri, em Minas Gerais, e Ibicaba, em São Paulo, eram exemplos recorrentes na campanha empreendida contra a imigração de franceses para o Brasil.[58]

Os 37 açorianos contratados em 1858 foram se desligando da Companhia até 1860. Os últimos a se desligarem totalmente foram aqueles que optaram por permanecer em troca dos 12$000 réis mensais.[59] Após isso, encontramos a última tentativa realizada no sentido de se empregar portugueses na produção da seda. Contratados pela Associação Central de Colonização, 15 colonos naturais do Porto chegaram ao estabelecimento no mês de abril de 1861, retirando-se poucos meses depois.[60]

Enquanto funcionou, a Imperial Companhia Seropédica empenhou-se em substituir a mão de obra escravos por braços livres imigrantes. No cotidiano do serviço, mesmo diante de uma árdua jornada de trabalho que envolvia não só o cuidado com a produção, mas também o plano de obras de expansão do estabelecimento, é possível encontrar trabalhadores que optaram por permanecer no estabelecimento mesmo após o fim do contrato. Por outro lado, também encontramos aqueles que desafiaram a ordem interna do estabelecimento. No próximo tópico, discutiremos a maneira como esses trabalhadores contratados reagiam às condições de trabalho disponíveis a eles.

---

[57] Os relatos de viajantes contribuíram para que o conhecimento acerca das condições de vida e trabalho chegassem às autoridades europeias. Além do relato de Avé Lallemand sobre a situação dos colonos de Minas Gerais analisado por Cláudia Santos, cabe aqui citar o famoso relato de Thomas Davatz sobre a imigração suíça e alemã em Ibicaba, São Paulo. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Martins, 1972.

[58] A autora discute tal questão a partir de livros e artigos em revistas francesas. Entre eles, o "Le Brésil et la colonisation", publicado por Elissé Reclus na *Reveu des Deux Mondes* em 1862. Reclus utilizou o relato publicado por Avé Lallemand a fim de apresentar argumentos que demonstrassem as dificuldades encontrada por europeus no Brasil. SANTOS, Cláudia. *Narrativas de viagem e escrita da história*: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1890). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 267-281.

[59] No relatório de 1862, consta que, em novembro de 1860, apenas três colonos ainda viviam na Imperial Companhia Seropédica Fluminense. Cf.: CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assemblea geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropédica* Fluminense. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. Anexo N13.

[60] CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assembléa geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropedica Fluminense na 1ª reunião do anno de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. p. 5.

"Sentindo não serem bastante livres"[61]: as fugas de imigrantes

A combinação entre a falta de mercado para o produto, a queda no número de vendas de ações, as tensões existentes nas relações de trabalho e as insistentes acusações de mal uso de verba pública foi determinante para o fracasso da Companhia Seropédica, liquidada em 1862. Se, entre as décadas de 1830 e 1850, Francisco José Cardoso ascendeu como importante negociante no município de Itaguaí e na província do Rio de Janeiro, na década de 1860, os interesses políticos e econômicos dele e de sua família passaram a ser alvo de sucessivos ataques na imprensa.[62]

No dia 15 de dezembro de 1861, uma publicação assinada pelo "acionista prejudicado", dirigida aos leitores do *Jornal Comércio*, cobrava do presidente da Companhia Seropédica a cifra de 365:000$000 réis referente ao investido pela província e pelos acionistas.[63] Posteriormente, no dia 3 de janeiro de 1862, o suposto acionista retornava ao periódico afirmando que os gêneros fornecidos pela província com destino à companhia iam para as casas comerciais ligadas a Cardoso, que os revendia em benefício próprio. Dizia ele, também, que a substituição de escravos por trabalhadores livres imposta em lei pela província não seria realizada, pois Cardoso cedia esses trabalhadores para serem empregados na construção de pontes e estradas em terrenos de outrem. Para Gustavo Oliveira, as acusações do "Acionista Prejudicado" e de outros críticos tornou a Imperial Companhia Seropédica Fluminense desacredita perante a opinião pública, influenciando seu processo de liquidação.

As críticas não eram exclusivamente direcionadas a Cardoso. Em 21 de janeiro de 1863, foi publicada na sessão "publicação a pedido" do *Correio Mercantil* a primeira parte de um texto de autoria de José Pereira Tavares. Ele pre-

[61] Maneira pela qual se referiu a comissão responsável por avaliar o estabelecimento em 1862 diante das condições contratuais e conflitos que serão analisados neste tópico.

[62] MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)*. 01/11/2005. 230F. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 122

[63] MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)*. 01/11/2005. 230F. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 130

tendia apresentar, "com franqueza e verdade"[64], sua versão dos fatos ocorridos na Companhia Seropédica.

"Tudo foi contrariedades a respeito da marcha do estabelecimento", segundo Tavares. Dizia, ainda, que

> Os empregados não eram pagos, aos colonos faltava-se-lhes com as mensalidades, com o cumprimento dos contratos; a desmoralização dessa gente subiu ao último auge, foi preciso conter uns pela força, outros foram despedidos, e alguns fugiram!!![65]

A fuga se apresentou como uma das formas mais significativas de resistência em sociedades escravistas. Os estudos recentes sobre fuga de escravos, como argumenta Flávio Gomes, buscam inserir essas ações no contexto das experiências cotidianas desses sujeitos, observando as variadas e complexas razões e estratégias lançadas nesses processos, individuais ou coletivas.[66] Mesmo tendo expressivo papel na resistência escrava, a fuga foi ação de resistência praticada por sujeitos diversos: mulheres e homens livres pobres, colonos engajados, menores desvalidos, entre outros.

Dessa forma, conforme argumente Henrique Espada,

> (...) nas sociedades escravistas do século XIX, "liberdade" e "escravidão" são termos sobretudo jurídicos que se referem à propriedade e não são automaticamente traduzíveis como "trabalho livre" e "trabalho escravo". (...) acaba por conduzir a interpretações viciadas que se traduzem na leitura das sociedades escravistas (...) em termos insistentemente evolucionistas.[67]

Para o autor, essas produções com perspectivas teleológicas apoiam-se teoricamente na "interpretação da sociedade capitalista contemporânea a partir da imagem que ela produziu para si mesma"[68]. Essa imagem

---

[64] *CORREIO MERCANTIL*. Rio de Janeiro. 21. de jan. 1863, n. 00021. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=21440> Acesso em: 12/07/2023.

[65] *CORREIO MERCANTIL*. Rio de Janeiro. 28 de jan. 1863.n. 00028, 1848-1868. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=seropedica&pagfis=21468>. Acesso em: 12/07/2023.

[66] GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas*: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. 1ª ed. Passo Fundo: UPF, 2003. 43-44.

[67] LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, Rio de Janeiro, p. 289-326, 2005. p. 299.

[68] LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, Rio de Janeiro, p. 289-326, 2005. p. 298.

deriva dos princípios da economia política do século XVIII, que fundamentou a sociedade europeia oitocentista, criando para si um repertório teórico articulado à ideia de "sociedade de mercado", em que a dinâmica da produção e trocas deveria se dar mediante um livre mercado autorregulável, algo que nunca se concretizou precisamente como o postulado. Todavia, foi a partir desse repertório baseado na liberdade que se reorganizou o mundo do trabalho na Inglaterra, principalmente após a revolução industrial. Essa reorganização estipulou a relação de trabalho baseada "na ideia de que o trabalhador deveria sobreviver unicamente da venda ou aluguel das suas forças".[69] Para além disso, o trabalho livre, em termos ideais, também envolveria

> (...) liberdade de escolha, ausência de coerção para o trabalho, capacidade de mobilidade dos trabalhadores, impessoalidade na relação patrão/empregado, (...) oferta de oportunidades de trabalho e possibilidades de acesso a elas por parte dos trabalhadores. Além disso, ele supõe que a ausência de coerção para o trabalho seja um valor partilhado também pelos empregadores.[70]

Tais elementos, quando analisados empiricamente, não estavam presentes no cotidiano das relações de trabalho dos trabalhadores livres em diversas partes do mundo. Na prática, inclusive, o "trabalho livre" pode se manifestar de diferentes formas, como no caso do trabalhador assalariado. Além disso, pode ocorrer em arranjos com a presença de elementos coercitivos ou em situações de trabalho análogas à escravidão, entre outras possibilidades.

Igualmente plurais foram os arranjos de trabalho envolvendo sujeitos escravos no Brasil. Nos mais de três séculos de vigência de escravidão, algumas dessas modalidades foram "o negro de ganho, o negro de aluguel, o escravo assalariado, o escravo pago por produto, e até, no vocabulário da época, o escravo 'capitalista', que ganhava um tipo de juros sobre o dinheiro que emprestava".[71] Com efeito, a observação da inexistência de uma fronteira demarcada e da coexistência de diferentes formas de trabalho interme-

[69] LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, Rio de Janeiro, p. 289-326, 2005. p. 292.

[70] LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, Rio de Janeiro, p. 289-326, 2005. p. 296.

[71] EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos*: escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX). Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p. 188.

diários entre livres e escravos ao redor do mundo contribuem para repensar o próprio conceito de classe trabalhadora originado na Europa do século XIX.[72]

Na Imperial Companhia Seropédica Fluminense, a fuga foi um mecanismo de resistência de trabalhadores livres. A primeira menção à fuga na documentação levantada foi protagonizada por menores desvalidos. Em 1856, dos cinco menores remetidos ao estabelecimento pelo chefe da polícia da província do Rio de Janeiro, dois meninos fugiram.[73]

Posteriormente, os episódios narrados envolveram exclusivamente fugas de portugueses engajados. Em 1857, Cardoso relatou que alguns imigrantes contratados buscavam persuadir outros colegas de trabalho a não cumprirem as obrigações contratuais contraídas. O resultado gerado foi a fuga de três trabalhadores. Para barrar as manifestações, o presidente da diretoria recorreu ao cônsul português, o Barão de Moreira, pedindo-lhe que dialogasse com os colonos e desencorajasse as ações. Segundo Maria Luiza Ferreira de Oliveira, João Baptista Moreira e seu irmão, Joaquim Baptista Moreira, cônsules portugueses no Rio de Janeiro e no Recife por décadas, foram importantes articuladores tanto do tráfico ilegal de africanos quanto do transporte de trabalhadores portugueses ilhéus para o Brasil.[74]

A partir da década de 1840, quando a imigração portuguesa para o Brasil aumentou significativamente, João Baptista Moreira

> (...) preparava tabelas e levantamentos estatísticos, caprichava nos ofícios, justificando e enaltecendo o comércio envolvendo os trabalhadores brancos e pobres portugueses das ilhas e do continente, que mobilizou muitas embarcações de negociantes portugueses.[75]

Contudo, as condições de trabalho e os contratos a que eram submetidos esses trabalhadores eram duramente criticados nos jornais da época,

---

[72] LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. In: *HISTÓRIA*, v.24, n.2, São Paulo, p.11-40, 2005.

[73] *AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL*. Rio de Janeiro. 1855, n. 004, v. V. 1833 -1896. p. 301. Disponível em: <http://mmemoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&Pesq=seropedica&pagfis=102430243>. Acesso em: 12/07/2023

[74] OLIVEIRA, Maria Luiza F. Negócios e política no Atlântico em meados do XIX: a atuação dos cônsules de Portugal nos portos do Recife e do Rio de Janeiro. *História*, São Paulo, v.41, p. 1-27, 2022, p. 6.

[75] OLIVEIRA, Maria Luiza F. Negócios e política no Atlântico em meados do XIX: a atuação dos cônsules de Portugal nos portos do Recife e do Rio de Janeiro. *História*, São Paulo, v.41, p. 1-27, 2022, p. 12.

associando as situações relatadas à condição de escravatura branca. No Rio de Janeiro e em Recife, ambas localidades com a presença de fortes comunidades portuguesas, ocorreram manifestações populares contra João Baptista Moreira. Segundo Bruno Câmara, Moreira era "acusado de ocultar e até de participar daquele tráfico da 'escravaria branca'". Em maio de 1861, uma representação contra ele foi redigida e assinada por 11.066 portugueses estabelecidos no Rio de Janeiro.[76]

As notícias acerca das situações vivenciadas por portugueses repercutiam em Portugal. Conforme Marina Simões Galvanese, desde a década de 1830, medidas que visavam desestimular a partida de portugueses rumo ao Brasil começaram a surgir. Em 1837, Visconde de Sá Bandeira, ciente do que sofriam os portugueses que migravam para o Brasil, foi articulador de um projeto que buscava regulamentar a emigração e garantir melhores condições de transporte. Nos anos que se seguiram, a questão de se criar mecanismos para barrar a atuação dos agentes responsáveis pelo transporte de portugueses chegou a ser tema da Portaria de 19 de agosto de 1842.[77] No entanto, diante de pressões dos comerciantes do Porto, o projeto foi derrubado em 1843, por ferir a liberdade de circulação e, dessa maneira, ser considerado inconstitucional. Somente na década de 1850, a Lei de 20 de julho de 1855, que proibia a saída sem passaporte, seria aprovada com intuito de barrar a emigração clandestina. Ainda assim, manifestações como a ocorrida em Minho, em 1862, contrárias ao Barão Moreira, levadas a cabo por familiares de portugueses que estavam no Brasil, continuaram a ocorrer ao longo do século XIX.[78]

No caso da fuga dos colonos portugueses da Companhia Seropédica, o Barão Moreira ordenou que o vice-cônsul em Itaguaí tratasse

[76] CÂMARA, Bruno D. *O retalho do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comercio a retalho, Pernambuco, 1830-1870*. 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, , p 254.

[77] GALVANESE, Marina S. Criação e fracasso de um projeto Sá da Bandeira e a tentativa de regulamentar a emigração portuguesa para o Brasil (1835- 1843). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 825-856, 2019,, p. 846-846.

[78] OLIVEIRA, Maria Luiza F. Negócios e política no Atlântico em meados do XIX: a atuação dos cônsules de Portugal nos portos do Recife e do Rio de Janeiro. *História*, São Paulo, v.41, p. 1-27, 2022, p. 19.

do assunto, porém, este não deu providência alguma, nem sequer compareceu ao estabelecimento. "Dessa falta parece que tem nascido outras complicações, que vão fazendo aos proprietários acreditar que não devem ter segurança em contratos de colonos (...) pela facilidade neste de nulificá-los com a fuga"[79], reclamava Cardoso.

Se a fuga de três colonos foi motivo para Cardoso questionar a legislação em vigor sobre as dificuldades de impedir a fuga de homens livres, os conflitos resultantes do engajamento de 1861 foram ainda mais significativos. Em abril daquele ano, a diretoria realizara o contrato com 15 portugueses natural do Porto, pelo espaço de 15 meses, não fossem as sucessivas fugas e prisões ocorridas nos quatro primeiros meses de estadia.

> Os 4 meses, que no estabelecimento durou essa horda de bandidos, constituem uma série não interrompida de fugas, roubos, ameaças, insultos e crapulagem. Foram 4 meses constantes de atribulações para a polícia, que tinha de correr-lhes na pista para capturá-los, e de desgosto, com risco da própria vida, para o administrador da empresa.[80]

No dia 19 de abril de 1861, 9 dos 15 portugueses fugiram. Três deles foram presos no dia 25 de maio, e, após dois dias na prisão, voltaram aos seus postos de trabalho. No mesmo dia em que André Exposto e José Guedes e Antônio Pereira d'Oliveira eram obrigados a retornarem à Companhia, outros cincos portugueses foram localizados, presos e remetidos à Companhia novamente no início do mês de junho.

O encarceramento, contudo, não foi sinônimo de manutenção da ordem. Em 17 de julho de 1861, fugiram Antônio Pereira d'Oliveira, José Antonio Borges – ambos presos em maio – e Joaquim da Costa. Dez dias depois, foi a vez de José Guedes, que também já havia sido preso, tornar a fugir do estabelecimento. Esses quatro sujeitos jamais retornaram.

As leis que regulavam os contratos, como vimos, possuíam cláusulas que foram pensadas para garantir que o investimento desprendido pelos patrões fosse ressarcido com mecanismos para impedir o trabalhador

[79] CARDOSO, Francisco José. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858. p. 12.

[80] CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assembléa geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropedica Fluminense na 1ª reunião do anno de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862. p. 6.

de se livrar das obrigações contraídas. A dívida e a prisão eram esses mecanismos de controle que restringiam a ação do trabalhador e auxiliavam o domínio do empregador.[81] Entretanto, conforme apontou Lamounier, a prisão após a conclusão do processo não resolvia o problema da dívida. Em 1859, por exemplo, imigrantes insatisfeitos da fazenda de Luciano Teixeira Nogueira, em Campinas, província de São Paulo, fugiram, foram capturados, processados nos termos da Lei de 1837 e condenados a pagar os adiantamentos feitos pelo fazendeiro. Uma vez na cadeia, seria impossível o pagamento das dívidas contraídas, e, sabendo disso, o fazendeiro fez um requerimento para que eles fossem transferidos para a Casa de Correção, na capital, onde trabalhariam e, do rendimento, pagariam o proprietário.[82]

A lei, no entanto, não deixou de ser usada pelos fazendeiros, mesmo que de forma inadequada. O caso dos colonos de S. Lourenço, descrito por Lamounier, é representativo para esse tipo de situação. Na ocasião da fuga, o patrão abriu um processo afirmando que o imigrante se ausentou da fazenda e conseguiu a expedição de mandado de prisão. Quando capturado e, após dois ou três dias preso, o imigrante acatava a situação e retornava à fazenda e, consequentemente, o fazendeiro entrava com o pedido de soltura.[83] Essa espécie de "prisão preventiva" não constava em lei, pois, de acordo com o artigo 9º da lei de 11 de outubro de 1837, a prisão seria efetuada mediante provas de que o trabalhador, sem justa causa, abandonou o serviço antes de completar o tempo de contrato.

É possível que essa tenha sido a tática adotada pela diretoria da Imperial Companhia Seropédica Fluminense para forçar os fugitivos a retornarem ao estabelecimento. O sucesso no encarceramento dos fugitivos pode estar relacionado ao fato do comando da força policial local contar com a presença de Manoel José Cardoso, filho de Francisco José Cardoso, o que certamente

[81] MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Os juízes de paz e o mercado de trabalho – Brasil, século XIX. In: FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura, NEVES, Edson Alvisi; RIBEIRO, Gladys Sabina (orgs). *Diálogos entre Direito e História*: cidadania e justiça. *1ª ed.* Niterói: ed. da UFF, 2009. p. 246.

[82] LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. 1ª ed. São Paulo: Papirus, 1988.p. 65-66.

[83] LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. 1ª ed. São Paulo: Papirus, 1988. p. 68-69.

ajudou no processo de aprisionamento dos colonos portugueses.[84] Todos os nove portugueses que fugiram foram localizados e presos, mas apenas um deles, Manoel Barros, foi condenado pela referida lei, provavelmente para servir de exemplo para quem ousasse se manifestar.

Após esses eventos, o rompimento do contrato estabelecido com esse grupo representou o fim das tentativas de engajamento de imigrantes livres para a Imperial Companhia Seropédica Fluminense. No ano seguinte, quando uma comissão eleita para avaliar a moralidade das contas da companhia visitou o estabelecimento, o meio pelo qual a administração optou por efetuar seus contratos, a "colonização por salário", foi apontado como o motivo do insucesso das tentativas. A comissão acreditava que o sistema contratual adotado até então, que prendia os trabalhadores ao estabelecimento pela dívida gerada no deslocamento em troca de pequenas gratificações mensais, era ineficaz. Segundo eles, "falta-lhe o principal estímulo do trabalho que é a ambição do ganho, e torna o colono mais sujeito aos gostos e caprichos de quem o assalaria (...) e em uma condição mais humilhante e mais precária".[85]

Considerações finais

Um dentre tantos outros estabelecimentos fabris da região fluminense, o estabelecimento construído por José Pereira Tavares recebeu um tratamento singular das autoridades provinciais. Ainda, recebeu uma considerável quantia dos cofres públicos, com a anuência das autoridades provinciais, em função das expectativas de sucesso do empreendimento. Dessa forma, tornou-se uma sociedade anônima com o título de Imperial Companhia, por intervenção do presidente da província.

No que se refere à organização do trabalho na Imperial Companhia Seropédica Fluminense, seus administradores pretendiam realizar a substi-

[84] MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil:* os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder. 01/11/2005. 230f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 105.

[85] RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA. Luiz Alves Leite de Oliveiro Bello. 1862. Anexo 1 – p. A-11. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=48&s=0&cv=139&r=0&xywh=696%2C685%2C3592%2C3391 Acesso em: 12/07/2023

tuição da mão de obra escravos por braços livres europeus. Sob argumentos de benefício à moral e ao trabalho, trabalhadores europeus, principalmente portugueses, foram engajados para tocar a produção de um ramo industrial presente em países considerados civilizados à época.

Os imigrantes que lá trabalharam estavam presos a contratos que possuíam determinados meios legais de coação ao trabalho, responsáveis pela criação de uma série de arranjos de trabalhos análogos à escravidão, que, no dia a dia das relações, resultava numa gama de conflitos que repercutiram dentro e fora dele. No caso português, as condições contratuais que imigrantes lusos encontravam no Brasil chegou a ser denunciado como tráfico da escravatura branca.

Os dados apresentados mostram que uma parcela da população lusa que desembarcava na província do Rio de Janeiro esteve presente nos estabelecimentos fabris da região fluminense. Eles trabalharam lado a lado com escravos, por vezes dividindo a mesma tarefa. No caso da Companhia Seropédica, a substituição da mão de obra se tornou obrigatória, prescrita em lei. As situações geradas no cotidiano das relações entre os imigrantes contratados e a diretoria da Companhia Seropédica representam um entre tantos outros casos que assinalam a fragilidade dos limites entre trabalho escravo e trabalho livre no Brasil oitocentista.

Fontes

BRASIL. Lei 13 de Setembro de 1831.

BRASIL. Lei 11 de Outubro de 1837.

BRASIL. Decreto nº 1342 – de 02 de março de 1854.

BRASIL. Portaria 18 de Novembro de 1858. *Colleção das decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858.

CARDOSO, Francisco. *Relatorio da Imperial Comphania Seropédica Fluminense apresentado a assembleia geral pelo seu presidente*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1858.

CARDOSO, Francisco José. *Relatorio apresentado a assembléa geral dos acionistas da Imperial Companhia Seropedica Fluminense na 1ª reunião do anno de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1862.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: *Requerimento a S.M.I. solicitando que o governo compre algumas ações de sua fábrica, a fim de que possa desenvolver a criação dos bichos-da-seda, aumentando sua produção / José Pereira Tavares*. Localização: Manuscritos - C-0852, 018.

AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro. 1855. n. 004, v. V, 1833 -1896.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1849, n. 134, 1848-1868.

CORREIO MERCANTIL, 26 de julho de 1853. n. 207, 1848-1868.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1836. n. 400016, 1821-1858.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1844, n. 06772. 1821-1858.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Rio de Janeiro. 14 de jan. de 1857, n. 00012. 1850-1859.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. 1862.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos- Cebrap*, n 21, São Paulo, p. 30-56, 1988.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO. Gislane Campos. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. *Revista Histórica*, n. 27, São Paulo, 2007, p. 1-9.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena*. 2009. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistimologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CÂMARA, Bruno D. *O retalho do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comercio a retalho, Pernambuco, 1830-1870*. 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O "tráfico de escravatura branca" para Pernambuco no acaso do tráfico de escravos. *Revista do IHGB*, v. 149, Rio de Janeiro, 1988, pp. 22-51.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. 1ªed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

COELHO, Matheus Sinder Nunes Herdy. *A indústria fabril nos oitocentos: escravidão, economia nacional e história e historiografia da indústria no Brasil (1808-1850)*. 73f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

CRAVO, Télio Anísio; GODOY, Marcelo Magalhães; RODRIGUES, Pedro Conterno. Imigração internacional e contrato de trabalho no Império do Brasil: colonos europeus na construção de estradas na década de 1830. *Almanack*, n. 25, Guarulhos, 2020, p. 1-34.

DANTAS, Monica D.; COSTA, Vivian C. O "pomposo nome de liberdade do cidadão": tentativas de arregimentação e coerção da mão de obra livre no Império do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 30 n. 87, 2016, p. 29-48.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Martins, 1972.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos:* escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX). Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FILHO, Walter Fraga. *Mendigos e vadios na Bahia do século* XIX. 01/03/1994. 231f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1994.

GALVANESE, Marina S. Criação e fracasso de um projeto Sá da Bandeira e a tentativa de regulamentar a emigração portuguesa para o Brasil (1835- 1843). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 825-856, 2019.

GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas:* ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. 1ª ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

HALL, Michael; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, São Paulo, p. 80-120,1983

JUNIOR, Edson Nunes dos Santos. *Sobre as águas da Guanabara*: transporte e trabalho no Rio de Janeiro do século XIX (1835-1845). 23/03/2016. 189f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. São Paulo: Papirus, 1988.

LEITE, Joaquim da Costa. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. *Análise Social*, vol. XXVI, Lisboa, 1991, pp. 741-752.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. 1ªed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1994.

LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. In: *HISTÓRIA*, v.24, n.2, São Paulo, p.11-40, 2005.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, Rio de Janeiro, p. 289-326, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, Antonio Marco Ventura. *Escravidão e Estado: entre princípios e necessidades, São Paulo, 1835-1871*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Universidade Estadual Paulista. Franca, São Paulo.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis para "os que se irão buscar" – imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. *História: Questões & Debates*, n. 56, Curitiba, 2012, p. 63-85.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundição e Máquinas Ponta d'Areia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (1831- 1870*). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma Família no Império do Brasil:* os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder. 01/11/2005. 230f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense (1808-1860)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Studio F &S ed., 1992.

OLIVEIRA, Maria Luiza F. Negócios e política no Atlântico em meados do XIX: a atuação dos cônsules de Portugal nos portos do Recife e do Rio de Janeiro. *História*, São Paulo, v.41, p. 1-27, 2022.

POPINIGIS, Fabiane; RIBEIRO, Gladys Sabina; TERRA, Paulo Cruz (orgs.). *Portugueses e cidadãos: experiências e identidades nos séculos XIX e XX*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X – FAPERJ, 2018.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos lusitanos no Primeiro Reinado*. 2ª ed. Niterói: Eduff, 2022.

SANTOS, Cláudia. *Narrativas de viagem e escrita da história:* os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1890). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social do Sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense (1840-1880)*. 417f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.

TERRA, Paulo Cruz. *Tudo que transporta e carrega é negro?* Carregadores, coxeiros e carroceiros no Rio de Janeiro. 01/03/2007.120f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

revista hydra

PORTUGUESES EM PETRÓPOLIS: O PROCESSO IMIGRATÓRIO PARA A CIDADE E A MISCIGENAÇÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Natalia da Paz Lage[1]

Resumo: O presente artigo parte dos estudos acerca da imigração portuguesa para o Brasil na primeira metade do século XX, focando na formação da comunidade étnica de Santa Isabel, em Petrópolis, por um grupo de imigrantes portugueses. Com base nessa premissa, buscamos entender como os imigrantes de Santa Isabel contrapõem a ideia do português afeito à miscigenação, não apoiando, dessa forma, as políticas de branqueamento sustentadas pelo governo brasileiro na primeira metade do século XX. Mediante análise das trocas matrimoniais dentro da comunidade de Santa Isabel, abordamos as predileções e hierarquizações nas escolhas conjugais dos imigrantes portugueses. Para tanto, fizemos uso da metodologia de história oral e da história demográfica, assim como da obra literária *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo.

Palavra-chave: Imigração portuguesa; miscigenação; comunidade étnica.

PORTUGUESE IN PETRÓPOLIS: THE IMMIGRATION PROCESS TO THE CITY AND MISCEGENATION IN BRAZIL IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

Abstract: The present work is based on studies about Portuguese immigration to Brazil in the first half of the 20th century, specifically how a group of Portuguese immigrants formed the ethnic community of Santa Isabel in Petrópolis. Based on this premise, we seek to understand how immigrants from Santa Isabel oppose the idea of the Portuguese being prone to miscegenation and thus do not corroborate the whitening policies supported by Brazilian governments in the first half of the 20th century. Through marital exchanges within the Santa Isabel community, we address the predilections and hierarchies in the marital choices of Portuguese immigrants. To do so, we used the methodology of Oral History and Demographic History, as well as the literary work O Cortiço, by Aluísio de Azevedo.

Keywords: Portuguese immigration; miscegenation; ethnic community.

Introdução

A pesquisa, focada na imigração portuguesa no século XX, propõe compreender o casamento dos lusitanos enquanto um mecanismo de

[1] Mestranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: nataliadapazlage@gmail.com.

poder social, econômico e político que contrapõe as reverberações do projeto de branqueamento da população brasileira e a busca pela identidade nacional. No ensejo deste objetivo, utilizaremos uma microanálise da comunidade de Santa Isabel, formada por imigrantes portugueses que têm o casamento enquanto ferramenta de manutenção identitária, refutando a ideia do português como imigrante ideal para a miscigenação.

A escolha da comunidade decorreu do desenvolvimento da pesquisa de mestrado, que possibilitou uma base de dados considerável com casamentos cruzados entre os imigrantes portugueses locais entre o período de 1930 e 1960. Utilizamos na construção da base de dados arquivos paroquiais de casamento e seus respectivos processos matrimoniais presentes na Cúria Diocesana de Petrópolis, correspondentes à Paróquia de São Pedro de Alcântara, responsável, nesse período, pela região.

Para compreendermos melhor a formação da comunidade de Santa Isabel, e seus aspectos peculiares que a tornaram essencialmente contrárias às reverberações da política de branqueamento, precisamos do panorama da criação da cidade de Petrópolis. No século XVIII, a região serrana era utilizada enquanto rota de escoamento dos produtos mineiros para a capital da colônia, graças às melhorias do Caminho Novo. De acordo com o historiador Jeronymo Ferreira Alves Netto[2], a população da região era composta primordialmente pelos indígenas chamados pelos portugueses de coroados; posteriormente pelos sesmeiros portugueses, como Bernardo Soares de Proença, e seus respectivos escravizados; e tropeiros viajantes, que utilizavam a região como rota.

No decorrer do século XIX, a população local se expandiu devido à estadia, nos verões, de Dom Pedro II e sua família. Porém, foi somente em 16 de março de 1843 que o imperador assinou o Decreto nº 155, que dava autorização ao mordomo Paulo Barbosa para a compra da fazenda do Córrego Seco e a Júlio Frederico Koeller para a construção de uma cidade e

[2] NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *Curso de História de Petrópolis*. Instituto Histórico de Petrópolis, Petrópolis, 23 de abril de 2006, n.p. Disponível em: https://ihp.org.br/?p=4360#:~:text=Bernardo%20Soares%20de%20Proen%C3%A7a%20nasceu,Proen%C3%A7a%20Magalh%C3%A3es%20e%20de%20D.

de sua povoação[3]. Nos anos seguintes, encabeçado pelos planos de Koeller, vieram famílias de colonos com destino às terras adjacentes ao Palácio Imperial, em construção. Inicialmente, as famílias germânicas se direcionaram para a produção agrícola, mas a empreitada não obteve sucesso, o que fez com que a mão de obra fosse deslocada para a construção civil e manufaturas. Feito o palácio de verão de Dom Pedro II, iniciou-se a trajetória de Petrópolis enquanto cidade de veraneio para a Corte. Com a somatória da presença do imigrante germânico e da elite brasileira branca, Petrópolis desenvolveu-se em uma cidade tida como exemplo de progresso à moda europeia. Essa região continuou com o mesmo estereótipo no século XX, já no período republicano, passou a ser vista também como cidade teste, com o acréscimo da mão de obra branca italiana e portuguesa em massa nas fábricas.

Para além dos grupos italianos e portugueses, a cidade serrana teve um aumento significativo de imigrantes estrangeiros de outras nacionalidades no período republicano: japoneses, libaneses, holandeses, franceses, espanhóis etc., e a constante migração interna de mineiros e da população das cidades vizinhas, da baixada fluminense[4]. Na sequência, com as práticas republicanas, Getúlio Vargas desejava criar uma identidade nacional pautada na miscigenação pacífica dos povos fundadores do Brasil, principalmente na cultura lusitana. Petrópolis acompanhou, em seu perfil populacional, as políticas imigratórias varguistas, momento que a entrada de portugueses era facilitada e os imigrantes indesejáveis, como japoneses e africanos, eram restringidos[5].

Diante dos pontos levantados, entendemos as complexas conjunturas da cidade de Petrópolis atreladas ao movimento histórico do Brasil e suas políticas de miscigenação e identidade nacional. Igualmente, não podemos des-

[3] HISTÓRIA- Petrópolis (RJ). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1512/. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

[4] RESENDE, Regina Helena de Castro; KNIBEL, Carolina Moreira da Silva. *Almanaque de Petrópolis: os imigrantes e a formação de Petrópolis*. N. 6 (mai. 2018). Petrópolis: Museu Imperial, 2018, p. 27 a 51.

[5] MENDES, José Sacchetta Ramos. *Nem nacional, nem estrangeiro: reflexões sobre um projeto étnico- político brasileiro*. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), 2010, p. 331. Disponível em: https://www.cepese.pt/portal/en/publications/works/entre-mares.-o-brasil-dos-portugueses/nem-nacional-nem-estrangeiro-reflexoes-sobre-um-projeto-etnico-politico-brasileiro. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

tituir o papel que o imigrante português desempenhou nesse sistema político e cultural. Assim, percebemos, em Petrópolis, por meio da comunidade de Santa Isabel, que o imigrante português apresentava resistências à miscigenação e à própria imersão na cultura brasileira, contrariando a máxima do lusitano como melhor opção para as políticas de branqueamento. Paralelamente, havia a ideia de que em Petrópolis era possível enxergar a idealização do Brasil.

No primeiro momento deste artigo, iremos entender quem foram esses portugueses que vieram para Petrópolis e deram origem à comunidade de Santa Isabel. Em seguida, abordaremos o papel da etnicidade nessa comunidade, que contrapõe o ideário da predileção dos portugueses pela miscigenação. Isso nos ajudará a entender o papel do casamento no sistema social da comunidade e o porquê de casamentos homogâmicos serem tão presentes, atingindo toda a estrutura do grupo internamente e servindo como análise corroborativa da resistência portuguesa nas relações conjugais com brasileiros. Afirmamos que este estudo não é conclusivo, sendo um recorte de uma pesquisa mais densa e ampliada, ainda em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Quem são esses portugueses?

Os primeiros portugueses a adentrarem o território anterior à cidade de Petrópolis eram contratados pela Corte Portuguesa para abrir o caminho para Minas, como Bernardo Soares de Proença.[6] Eles se transformaram em fazendeiros da região, adquirindo muitas posses por parte do pagamento da Coroa. Entre as famílias de grande poder local, acentuamos a Goulão[7], com destaque para o padre Corrêa, que hospedou algumas vezes Dom Pedro I em sua fazenda. Posteriormente, da mesma família, destacamos Agostinho Goulão, um dos principais donos de escravos locais e que aparece

[6] NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *Curso de História de Petrópolis*. Instituto Histórico de Petrópolis, Petrópolis, 23 de abril de 2006, n.p. Disponível em: https://ihp.org.br/?p=4360#:~:text=Bernardo%20Soares%20de%20Proen%C3%A7a%20nasceu,Proen%C3%A7a%20Magalh%C3%A3es%20e%20de%20D.

[7] NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *Subsídios para uma história de Itaipava*. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: https://ihp.org.br/?p=4673. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

recorrentemente nos assentos de casamento presentes no arquivo da Cúria[8]. Porém não só de portugueses proprietários de grandes terras a pequena região antecessora de Petrópolis era povoada, havia donos de comércios e de estalagens para os viajantes etc.

No Império brasileiro, após a fundação da cidade de Petrópolis no ano de 1843, o então presidente de província Caldas Viana contratou 135 colonos açorianos para trabalhar no aprimoramento e na conservação do Caminho Novo, que viria a ser nomeado como Estrada da Serra da Estrela, transformando o que até então era um caminho para burros, em uma estrada carroçável[9].

A presença açoriana reconfigurou a participação portuguesa na cidade, principalmente na área de trabalho, já que os açorianos também auxiliaram na construção do Palácio Imperial, que exigia trabalhadores do ramo da cantaria e artífices em geral para o corte e entalhe de pedras. A partir desse grupo, a leva de imigrantes portugueses tornou-se uma constante, e a parte final da Fazenda do Córrego Seco juntamente da região do Caxambu foram ocupadas pelos trabalhadores açorianos remanescentes das obras da estrada e do Palácio Imperial.

> Nas obras viárias que facilitaram as comunicações com o Rio e Minas, trabalhou grande número de portugueses originários dos Açores, como os que foram contratados por Caldas Viana em 1843 para a Estrada da Serra da Estrela e aqueles arregimentados por Mariano Procópio na década de 1850 e 1860 para a Estrada União e Indústria, primeira via macademizada do Brasil. Terminadas essas obras os operários se estabeleceram em comunidades agrícolas como a do Caxambu, que nos tempos áureos da horticultura e floricultura era chamado de Quarteirão Português, ou nas lavouras de cafeicultura que propiciaram o progresso de Itaipava, Pedro do Rio e São José do Rio Preto, existindo ainda hoje a próspera comunidade agrícola do Taquaril na Jacuba, entre outras.[10]

Conforme abordado por Morgado, os trabalhadores açorianos de 1843, 1850 e 1860, deram origem a comunidades rurais, como de Santa Isabel, repar-

[8] Livro de 1845 de casamento. Fundo Catedral São Pedro de Alcântara. Cúria Diocesana de Petrópolis.

[9] CASTRO, Manoel Viana de. *Caldas Viana*. Centenário de Petrópolis, Trabalhos da Comissão, vol. VII. Prefeitura Municipal de Petrópolis: Petrópolis, 1943, p.223.

[10] MORGADO, 1983 apud MULLER, Mariza. *Os Portugueses na Formação de Petrópolis (1836- 2018)*. Publicação Independente, 2019.

tindo o território em pequenas produções agrícolas, voltadas para o plantio de flores, visando ao abastecimento das floriculturas e feiras, também conduzidas por portugueses, na cidade do Rio de Janeiro. A partir dessas primeiras décadas do século XX, observamos uma mudança na origem dos imigrantes portugueses que adentram Petrópolis, especificamente Santa Isabel, vindos de regiões como Viseu, Braga, Bragança, Vila Real e Porto. Esse quantitativo foi observado nos registros de casamento da Paróquia São Pedro de Alcântara em Petrópolis.

Freguesias e Conselhos	Distritos	Quantidade de portugueses
Aboadela	Porto	3
Adolphi	Vila Real	11
Aguiar de Souza, Conselho de Paredes	Porto	7
Campanhó	Vila Real	29
Campeã	Vila Real	4
Canadelo	Porto	4
Castelves, Conselho de Tondela	Vizeu	1
Cepões, Conselho de Ponte de Lima	Viana do Castelo	1
Couto	Vila Real	1
Ermelo	Vila Real	7
Ferreiros	Braga	1
Ilha da Madeira	-	1
Magalhães	Viana do Castelo	1
Marinhos	Coimbra	1
Mondim de Basto	Vila Real	2
Moreira, Conselho de Ponte de Lima	Braga	1
Pardelhas	Vila Real	15
Peões	Braga	1
Ponte da Barca, Minho	Viana do Castelo	1
Prado	Braga	1
Resende, Lamego	Viseu	3
Sanchu	-	1
Santo Tirso	Porto	1
São Miguel da Pena	Vila Real	3
São Romão de Coronado, Trofa	Porto	1
Vila Cova de Covelo	Vizeu	1
Vila Franca das Naves	Guarda	2
Vila Marim	Vila Real	1
Vila Nova de Maia	Porto	1
Vila Real	Vila Real	6

Tabela 1 – Regiões portuguesas de origem dos imigrantes de Santa Isabel (1933-1967)

Fonte: elaboração própria a partir dos registros paroquiais de casamento da Paróquia de São Pedro de Alcântara entre os anos de 1933 e 1967, Arquivo histórico da Cúria Diocesana de Petrópolis.

Na comunidade de Santa Isabel, 90% da população imigrante que chegou nasceu nesses distritos, e sua vinda foi justificada pelos laços familiares e de amizade, estabelecendo uma rede entre aqueles que partiram e os membros do grupo que permaneceram. Foram esses laços que impulsionaram ano após ano uma nova remeça de imigrantes para a comunidade, sendo o recorte de 1930 e 1960 o período mais intenso desse fluxo e dos casamentos entre os imigrantes.

Por redes entendemos uma dimensão relacional entre os imigrantes nas duas esferas espaciais de análise: Portugal e Brasil. Os laços afetivos portugueses, presentes na identidade dos sujeitos imigrantes, criaram um sistema de intercâmbios capazes de fomentar o fluxo imigratório entre os dois países. Portanto, as existências das redes afetivas entre os portugueses fazem parte da construção identitária desse povo, seja individual ou coletiva. Mas a intensidade e a dimensão desses laços foram redefinidas por meio da rede imigratória[11]. Múltiplas dimensões de redes foram ativadas no processo imigratório português no século XX, internas aos dois países ou externas para viabilizar a imigração: parentes, amigos, vizinhos etc.

Concomitante à comunidade rural de Santa Isabel, Petrópolis era ocupada por outros imigrantes portugueses, dedicados às atividades do meio urbano, como o comércio. Entre eles, a título de exemplo, destacamos a família Ferreira Alves[12], que, ao longo de suas gerações, ocupou cargos no exército, na educação e demais setores. Outros portugueses foram, também, donos de comércios de grande reconhecimento, entre eles a padaria Petrópolis, que até a atualidade exerce influência no cotidiano dos moradores da cidade.

A vinda de um perfil de imigrante português para Petrópolis conflui com as características gerais do processo imigratório para o Brasil. Conforme trata Eulália Lobo[13] em sua obra, nós temos no período da grande imigração a pre-

[11] BERTRAND, Michel. *Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios, 2009, p. 5.

[12] NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *Coronel Jeronymo Ferreira Alves- Grande animador do progresso do município de Petrópolis*. Instituto Histórico de Petrópolis, 2004. Disponível em: https://ihp.org.br/?p=3762. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

[13] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.42.

sença de homens solteiros e jovens, que vêm em busca de melhores condições para as suas famílias. Já no período imigratório pós 1930, o perfil do português que chega ao Brasil passa a ser de famílias inteiras, de mulheres ao encontro de seus maridos com filhos, pessoas mais idosas etc. A origem territorial desses imigrantes permaneceu sendo a mesma no antes e pós 1930, vindos dos distritos nortenhos de Portugal[14], como Vila Real e Bragança, observados no estudo de Santa Isabel. Assim também ocorreu com a profissão do imigrante português, que permeou entre agricultores e jornaleiros[15]. O ofício no comércio pelos lusitanos só terá seu desenvolvimento em larga escala nas cidades brasileiras, como Petrópolis.

No Brasil, encontrar estudos sobre a trajetória dos imigrantes portugueses é bastante desafiador, principalmente devido à presença desse grupo no país ao longo dos séculos. Eles são parte integral do cotidiano brasileiro, e isso dificulta a distinção em relação a outros grupos estrangeiros e, consequentemente, a pesquisa específica sobre sua história. Em Petrópolis, grande parte de imóveis pertenceu a portugueses ou descendentes luso-brasileiros no primeiro distrito, assim como os comércios de variados tipos, a exemplo dos famosos mercadinhos ou quitandas. Um português de Santa Isabel, por exemplo, senhor Paulo Morais, chegou ao Brasil nos anos 1950, vindo de Tijão, região pertencente ao Distrito de Vila Real, em busca de melhorias de vida. Seu pai já estava instalado na região[16]. Após iniciar os trabalhos em Santa Isabel, na lavoura, Paulo Morais dedicou-se ao comércio, sendo dono, nos anos de 1990, de quatro quitandas no primeiro distrito de Petrópolis: na rua 16 de março, na rua Montecaseros, no bairro Valparaíso e no bairro do Alto da Serra.

> Mas foi assim, sacrificado, depois saí, mas me dei bem na roça mesmo assim, graças a Deus, comprei até um fusca 70 bege, um caminhãozinho, uma camionete para fazer feira em Belford Roxo, sábado à noite, depois comecei a vender no Ceasa, depois foi melhorando, comecei a trabalhar por minha própria conta, quis alugar um terreno lá da família Ribeiro, mas tive que começar em um local

[14] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.175.
[15] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.21.
[16] Entrevista realizada a Paulo Moraes por Natalia da Paz Lage, no dia 15 de outubro de 2022, em Petrópolis.

revista hydra

> quase de pasto, o enxadão batia e vinha até para cima. Comecei três vezes: quando vim para o Brasil, quando fui para o Facão e quando fui para o comércio. Sempre começava com dívidas dos pés à cabeça, e graças a Deus com muito trabalho não fiquei a dever nada a ninguém. Depois vim para o bairro Samambaia, depois aluguei uma casa na Barão do Rio Branco, perto do Retiro, depois comprei aqui embaixo, era uma casinha pequena onde mora a Lúcia, já não tem mais nada dela, porque aumentou[17].

Dentro do setor industrial, na cidade de Petrópolis, também houve a presença do operariado português, que trabalhava nas fábricas com outros estrangeiros, isto é, de nacionalidades distintas. Temos poucas informações, quantitativa e qualitativamente, sobre a participação dessa população nas lutas operárias da cidade[18].

Por fim, Petrópolis foi destino de imigrantes lusitanos nortistas que se dedicaram ao trabalho agrícola, na área rural de Santa Isabel, com o cultivo de flores e hortaliças voltado para o abastecimento interno do município. A partir do princípio do trabalho, eles criaram, ao molde de suas aldeias natais, uma comunidade com base na formação familiar e religiosa católica[19], que foi capaz de sobreviver ao tempo, se fazendo presente na cidade de Petrópolis até a atualidade.

Etnicidade e a aplicabilidade das teorias raciais no Brasil na primeira metade do século XX no prisma da imigração portuguesa

Já no final do século XIX, o Brasil foi atingido pelas ideias de progresso e modernização vindas da Europa. Em seu bojo, encontramos concepções desenvolvidas pela intelectualidade europeia que embasavam o que seria a sociedade moderna. Nela estava a teoria do branqueamento. De acordo com a máxima vinda dos países colonizadores, a miscigenação era um problema grave para o futuro das colônias ou para países independentes,

[17] Entrevista realizada a Paulo Moraes por Natalia da Paz Lage, no dia 15 de outubro de 2022, em Petrópolis.

[18] Sobre o assunto consultamos o trabalho: MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. *A formação industrial de Petrópolis: trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

[19] LAGE, Natalia da Paz. *Ei-los que chegam!: a imigração portuguesa e a formação da comunidade de Santa Isabel na cidade de Petrópolis na primeira metade do séc. XX*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Católica de Petrópolis, 2020, p. 53.

pois a população negra "corrompia" as melhores características dos povos. Como Lilia Schwartz aborda em seu texto, muitos membros da elite artística e intelectualizada europeia, principalmente francesa, viam no Brasil o real retrato do fracasso de um povo devido à miscigenação: "Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia"[20].

A teoria do branqueamento era um projeto nacional encabeçado pelas elites brasileiras que visava assimilar a população negra pós-abolição a partir da mestiçagem, até o ponto de não haver mais negros. Leis foram criadas para incentivar, ainda no século XIX, a vinda de imigrantes europeus. Dessa forma, buscava-se acelerar o embranquecimento da população brasileira. E por mais que isso pareça algo restrito ao governo da primeira república, podemos observar, no Decreto-Lei nº 7. 967, de 18 de setembro de 1945, que era necessário, ao admitir estrangeiros, preservar na composição étnica do Brasil as características de ascendência europeia[21]. Portanto, as teorias raciais para o branqueamento da população brasileira permaneceram durante todo o século XX, sendo incorporadas e reformuladas na legislação brasileira.

As teorias raciais vinculadas ao projeto de progresso e de construção da identidade nacional iam se tornando cada vez mais sofisticadas pelo olhar da elite brasileira, agora já republicana, que endossava em suas ações sociais e políticas a máxima proferida nos países considerados exemplos. Por elite, incluímos as escolas de Medicina e Direito, que, em suas respectivas áreas, desenvolveram mecanismos de legitimação da necessidade de embranquecer a população brasileira em prol do progresso e da civilização, já que a mestiçagem era sinal de decadência e enfraquecimento, e a salvação para tal estava na branquitude do europeu, iluminado pela clareza do conhecimento.

---

[20] GOBINEAU apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da Miscigenação*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol.8, nº20, São Paulo, Jan./Abr. 1994, p. 137.

[21] PEREIRA, Bárbara Cristina Silva. *Branqueamento, mestiçagem e "democracia racial": desdobramentos de um racismo à brasileira*. Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2019, p. 3. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_142_1425c7ad6e15e6d4.pdf. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

Nesse ensejo entra a imigração em massa para o país na primeira metade do século XX. Para que a política do branqueamento fosse efetiva, o governo vigente escolheu preferencialmente os italianos, franceses e germânicos. Os portugueses, foco desta pesquisa, apesar de representarem uma imigração constante no país, tiveram que lidar com o antilusitanismo proveniente da população e do governo durante a primeira república. Foi somente durante os governos de Vargas que eles foram bem quistos novamente, tendo o processo de imigração facilitado[22]. Porém, não podemos esquecer que os portugueses ainda corresponderam por boa parte de estrangeiros vindos para o Brasil nesses primeiros anos, mesmo com as resistências, pois, acima de tudo, eram brancos e europeus, por isso, auxiliavam nas políticas eugenistas. Acreditava-se que, com o passar dos anos, as gerações iriam embranquecer; por isso, o projeto era a longo prazo.

Vale ressaltar que a construção da visão racial na nação teve seu fundamento na área científica brasileira, mas foi na realidade cotidiana, nas relações entre as pessoas e nas experiências interpessoais que o racismo estrutural da sociedade brasileira, originado do período colonial e imperial, foi aprimorado. No primeiro governo republicano do Brasil, fica clara a intrínseca relação entre a esfera pública e a esfera privada, com o ambiente político sendo transformado em Casa Grande[23].

Nessa realidade política estavam os imigrantes europeus, em sua maioria pobres, vindos das regiões interioranas de seus respectivos países, destinados às propriedades rurais ou às cidades brasileiras em expansão. As políticas de branqueamento contribuíram, de certa forma, para o surgimento da possibilidade de crescimento econômico para os imigrantes, proporcionando-lhes mais oportunidades de emprego e remuneração dada a sua cor de pele.

> Os estrangeiros ocupavam os espaços mais dinâmicos da economia, como indústria e comércio, enquanto que para os nacionais pobres,

[22] MENDES, José Sacchetta Ramos. *Nem nacional, nem estrangeiro: reflexões sobre um projeto étnico- político brasileiro*. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), 2010, p. 329. Disponível em: https://www.cepese.pt/portal/en/publications/works/entremares.-o-brasil-dos-portugueses/nem-nacional-nem-estrangeiro-reflexoes-sobre-um-projeto-etnico-politico-brasileiro. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

[23] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da Miscigenação*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol.8, n°20, São Paulo, Jan./Abr. 1994, p. 149.

> sobretudo os negros, restavam serviços intermitentes, de menor remuneração e considerados de menor status: carroceiro, varredores, limpadores de trilho, etc.[24]

Como exemplo, aplicado aos centros urbanos do Rio de Janeiro, citamos as vagas nas áreas rentáveis da economia nacional ocupadas por parcela significativa de portugueses, como no comércio[25].

A ocupação profissional, que claramente faz parte de um projeto em que os bens monetários do país se concentraram nas mãos de brancos, europeus e seus descendentes, esteve presente na obra de Aluísio de Azevedo (1997), na figura dos personagens João Romão e Miranda. Ambos eram donos de propriedades e disputavam a predominância no território. João Romão somava à sua venda, o cortiço e a pedreira, que eram localizados nos fundos do casarão, como forma de rentabilidade. Romão, imigrante português, ocupava três áreas diferentes do mercado econômico nacional: comércio, imobiliário e mineração, sendo um exemplo claro das oportunidades de crescimento para o imigrante europeu em detrimento do brasileiro negro.

Ainda na obra de Azevedo, temos o contraponto do status de João Romão e o imigrante português Jerônimo, que vem com a esposa e a filha em busca de melhores condições de vida, trabalha na pedreira de João Romão e mora no cortiço. Jerônimo vive uma vida simples, dedicada ao trabalho e com esperanças de um futuro diferente. Ele é o arquétipo, desenvolvido pelo autor, de muitos imigrantes portugueses que adentraram o território brasileiro, carioca e petropolitano.

Ao construir os personagens imigrantes, Aluísio de Azevedo insere a saudade[26] como um sentimento presente e latente na linha narrativa dos portugueses. Por mais que em nossas memórias liguemos o saudosismo ao povo português por meio da sua música, como o fado, não inserimos o estudo da saudade portuguesa na lógica do processo imigratório. Para a população

---

[24] SANTOS, Renan Rosa dos. *As políticas de branqueamento (1888-1920): uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro*. Por dentro da África, 4 de setembro de 2019, p. 137.

[25] Sobre a atuação dos portugueses no comércio no Rio de Janeiro consultar a obra da professora MENEZES, Lená Medeiros de. *Portugueses no Rio de Janeiro: negócios, trajetórias e cenografias urbanas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2021.

[26] AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Chile: O Globo, 1997, p. 48.

portuguesa, a saudade ultrapassava o aspecto da falta, da ausência ou tristeza, fazendo parte da estrutura cultural de um povo. O cotidiano do povo português imigrante era imbricado de uma memória saudosa, não só do tempo vivido, mas da sua identidade.

> Da saudade fizeram uma espécie de enigma, essência do seu sentimento da existência, a ponto de a transformarem num 'mito'. É essa mitificação de um sentimento universal que dá à estranha melancolia sem tragédia que é o seu verdadeiro conteúdo cultural, e faz dela o brasão da sensibilidade portuguesa.[27]

Quanto aos portugueses instalados em Petrópolis, muitos se tornaram bem-sucedidos no campo do comércio imobiliário e demais áreas, como João Romão na obra de Aluísio de Azevedo. Outros seguiram o arquétipo de Jerônimo, como a maioria residente na comunidade de Santa Isabel. A cidade serrana era um retrato intenso, também, das conjunturas e tensões sociais presentes no Rio de Janeiro.

Ao estudar a comunidade de Santa Isabel na sua tentativa de reformulação identitária, encontramos um resultado oposto à proposta encabeçada nos projetos de embranquecimento da população brasileira e da busca, também, de uma identidade para o país. Vale ressaltar que os imigrantes da comunidade de Santa Isabel, mesmo vindo a partir de 1930, fizeram parte das políticas raciais que continuavam em vigor e que estavam voltadas para o enaltecimento da cultura lusitana.

Os lusitanos de Santa Isabel, assim como portugueses de outras cidades do país, tinham por preferência o casamento com noivas portuguesas/luso-brasileiras em detrimento as mulheres brasileiras, tornando a aplicabilidade da ideia eugenista pela elite brasileira complexa[28]. Mas por que os portugueses vindos no século XX tentavam, dentro das possibilidades, não ter por escolha as brasileiras e principalmente as mulheres/homens negros? A resposta, tendo por base os estudos da comunidade portuguesa de Santa Isabel,

[27] LOURENÇO, 1999, p. 31 apud NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. *Memória social e saudade: especificidades e possibilidades de articulação na análise psicossocial de recordações*. Periódico Memorandum, 8, abr/2005, p. 12.

[28] FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. "Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX". In: LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro, Record/Faperj, 2002, p. 99.

esteve na tentativa de manter a sua identidade nacional de origem e construção de grupos compostos por pessoas de mesma origem étnica, respaldados na estrutura social portuguesa do XX.

Diferentemente do que é preconizado acerca do imigrante português, este só se tornou flexível e escolheu a(o) parceira(o) brasileira(o) negra(a) como última opção na hierarquia nupcial. A mulher negra ocupava, para o português, o lugar de objeto sexual, enfatizando as relações de poder inerentes à cor e à ocupação.

> Em sua obra "Casa Grande e Senzala", Gilberto Freyre (2003, p. 265) aponta o colonizador português como o mais "flexível" dentre os colonizadores europeus; como aquele "[...] que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos". Na concepção de Freyre, seja na presença ou ausência da mulher branca, o homem português sempre inclinou-se para "o contato voluptuoso com a mulher exótica". Daí a proximidade entre casa grande e senzala, que, através das relações assimétricas de poder, garantiu a origem histórica da miscigenação no país por meio da violência contra mulheres negras.[29]

As trocas matrimoniais de Santa Isabel demonstraram que os imigrantes portugueses tentaram ao máximo os casamentos de mesma etnia; e diante da inviabilidade, casaram-se com brasileiras descendentes diretas de portugueses. A comunidade localizada em Petrópolis, portanto, representava as limitações da ideia do português enquanto estrangeiro ideal para a miscigenação e as políticas raciais. Da mesma forma, o casamento entre patrícios era uma forma dos portugueses de Santa Isabel manterem sua identidade e organização social de nascença. Assim, não fazia parte desse conjunto de sistemas a inserção à cultura brasileira.

A partir da construção da etnicidade, que se dá por meio dos atores e das suas interações cotidianas, assim como da tentativa de modificação da realidade social[30], os portugueses imigrados buscaram dentro da sua rede

[29] PEREIRA, Bárbara Cristina Silva. *Branqueamento, mestiçagem e "democracia racial": desdobramentos de um racismo à brasileira*. Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2019, p. 7. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_142_1425c7ad6e15e6d4.pdf. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

[30] RODRIGUES, Donizete. *Identidade e Etnicidade: aspectos teóricos e conceituais*. Humanidades e Inovação, Universidade Estadual do Tocantins, vol. 8, nº 42. Palmas: Abr. 2021, p. 199.

com patrícios uma forma de manutenção da identidade individual e de sobrevivência na sociedade estrangeira. O casamento e a descendência lusitana faziam parte dessa estratégia. Portanto, as ideias defendidas pelos imigrantes portugueses foram da preservação do grupo, a partir da identidade étnica em comum, ou da sua integração à sociedade brasileira por meio da formação de famílias luso-brasileiras, respeitando a identidade étnica em comum[31].

A hierarquização matrimonial e a tentativa de manter-se dentro da cultura portuguesa no Brasil esteve presente também na obra de Azevedo. No personagem de João Romão[32], vemos a predileção do imigrante português por mulheres brancas para o matrimônio, mas a permanência do uso da mulher negra para a satisfação dos prazeres sexuais e para o trabalho braçal. Aluísio de Azevedo narra durante toda a primeira parte da obra a relação amorosa e de exploração de João Romão com a personagem Bertoleza, escrava que ele ajudou na fuga. Mas a narrativa destrincha para o casamento somente com a filha de Miranda, branca e de elite. Podemos entender, em síntese, que os imigrantes portugueses buscaram construir suas famílias com mulheres portuguesas e vice-versa, não priorizando as políticas de branqueamento oficializadas pela aristocracia brasileira ou os objetivos iniciais das ações de incentivo à imigração. Assim aconteceu com a comunidade portuguesa de Santa Isabel, em Petrópolis.

Portugueses em Petrópolis: casamentos homogâmicos na comunidade de Santa Isabel

Para realizar a pesquisa com os imigrantes de Santa Isabel e compreender como as escolhas matrimoniais desse grupo reverberaram em uma contraposição das leis raciais brasileiras, ao mesmo que afirmaram uma identidade étnica comunitária, utilizamos a metodologia de história oral, vinculada aos registros paroquiais. As entrevistas foram feitas nos anos de 2020, 2022 e 2023 com nove imigrantes da comunidade de Santa Isabel, sendo eles:

[31] CANCELA, Cristina Donza. "Redes sociais, famílias e migração portuguesa em uma capital Amazônica: Pará/Brasil, 1850-1920". In: CABALLERO, Gabriella Dala-Corte (org.). *Familias, movilidad y migración América Latina y España*. 1ª ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2015 , p. 163.
[32] AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Chile: O Globo, 1997, p. 13.

Maria Izabel Peixoto; Maria Sofia Lage; Maria Pereira; Cacilda Diniz; Fernando Vieira; José Bernardino Martins Diniz; José Carvalho; Paulo Moraes; e Maria Nazaré Rodrigues. Em todos observamos o papel central do matrimônio e a importância da manutenção das redes entre patrícios para a formação dos núcleos familiares. Para os portugueses de Santa Isabel, o núcleo familiar português e luso-brasileiro ocupava o centro de suas vidas.

> A minha relação com a minha família em Portugal era uma relação boa, como família era até melhor que hoje, família era muito estimada naquela época, rezavam muito pela aparição da Fátima quando era época, as famílias rezavam o terço a noite, isso era sagrado, juntos, não tinha televisão, luz, carro, nada. Depois de 30 anos já era tudo luxo lá, eu já nem reconhecia mais como a minha terra. Graças a Deus para melhor.[33]

> Tive sempre motivos de alegria e não tristeza aqui em Santa Isabel, vivendo com os filhos, era a minha alegria, sete filhos. Só ficava triste se eles ficassem doentes. A família foi o grande motivo de criar raiz, não ter coragem de sair mais para lugar nenhum. A grande casa é a família não tem jeito. A família e agora os netos, é uma coisa por demais.[34]

Os casamentos dos imigrantes portugueses, portanto, eram primordiais para a construção do novo núcleo familiar e para a criação de raízes no Brasil. Em consequência, os matrimônios lusitanos foram, na primeira metade do século XX, um caminho rico para entender, na prática, a etnicidade e as teorias raciais. Escolher um(a) noivo(a) parece, à primeira vista, uma escolha puramente individual, porém no matrimônio estão imbricados toda uma ordem social vigente e dos grupos aos quais os sujeitos fazem parte, seja familiar ou de amizade[35]. Recortando a comunidade de Santa Isabel para análise, entendemos que os imigrantes lusitanos utilizaram do matrimônio enquanto ferramenta de aliança entre os grupos familiares, dando, assim, densidade e enraizamento ao grupo comunitário.

Em 1930, podemos observar no recolhimento dos dados dos processos matrimoniais da Paróquia de São Pedro de Alcântara na Cúria

[33] Entrevista realizada a Paulo Moraes por Natalia da Paz Lage, no dia 15 de outubro de 2022, em Petrópolis.

[34] Entrevista realizada a José Bernardino Martins Diniz por Natalia da Paz Lage, no dia 16 de outubro de 2022, em Petrópolis.

[35] ZONABEND, Françoise. "Da Família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família". In: BURGUIÈRE, André. et al. (dir.). História da família. v. 1: Mundos longínquos, mundos antigos. trad. M. da A. Santos. Lisboa: Terraramar, 1998, p. 25 e 26.

Diocesana de Petrópolis que as escolhas maritais dos imigrantes portugueses, solteiros, de Santa Isabel eram as patrícias, porém, como a realidade da imigração lusa de todo o país, numericamente as mulheres portuguesas eram inferiores aos homens[36]. A incessante busca por portuguesas tem por explicação a tentativa de aproximação com a realidade cultural e social de origem no país estrangeiro, criando uma rede de apoio familiar no Brasil, já que muitos deixavam suas famílias praticamente inteiras em Portugal.

Com a virada dos anos de 1950, o mercado matrimonial em Santa Isabel se enriqueceu com portuguesas, muitas já destinadas a casamentos com patrícios instalados na comunidade, outras acompanhando a família, dada a mudança no perfil do imigrante a partir de 1950: de homens solteiros para famílias inteiras ou esposas ao encontro de maridos imigrados[37].

Houve, também, um aumento considerável de registros de casamentos homogâmicos entre portugueses nesse período. Contudo, chama-nos atenção que mesmo com a escassez de mulheres da terra natal, os imigrantes portugueses tiveram predileção pelas filhas de portugueses em detrimento das brasileiras. A ausência das lusas em Santa Isabel não impediu que houvesse a manutenção dos casamentos dentro da estrutura troncal familiar portuguesa[38].

Os casamentos em Santa Isabel retroalimentaram-se com o fluxo contínuo de imigrantes, muitos parentes e outros de mesmas freguesias de origem. Com o término, em 1965, da vinda de contingentes imigrantes para a comunidade, o mercado matrimonial se reestruturou com a inserção das gerações seguintes no processo, originando os casamentos dentro do conceito de homogamia oculta e mantendo a comunidade dentro da mesma base étnica.

> A homogamia oculta representa o casamento entre pessoas formalmente de nacionalidade diferente, cujas famílias ascendentes têm a mesma origem. Ou seja, o casamento de um noivo português cuja esposa tenha nascido no Brasil, mas que um de seus pais, ou ambos, tenham nascido em Portugal, caracteriza a homogamia oculta pois,

[36] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 42.

[37] Entrevista realizada a Maria Izabel Peixoto por Natalia da Paz Lage, no dia 27 de agosto de 2020, em Petrópolis; Entrevista realizada a Maria Pereira por Natalia da Paz Lage, no dia 17 de setembro de 2020, em Petrópolis.

[38] FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. "Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX". In: LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro, Record/Faperj, 2002, p. 106 e 107.

> o casamento é exogâmico do ponto de vista formal, mas homogâmico do ponto de vista da origem étnica das famílias ascendentes.[39]

Para exemplificar a densidade de casamentos homogâmicos em Santa Isabel enquanto fator essencial para a organização das demais áreas de poder do grupo e a predileção pelas noivas portuguesas em detrimento das brasileiras, usaremos como exemplo o casamento de Maria Izabel Peixoto com Manuel Marques Carvalho da Paz Filho[40].

Maria Izabel nasceu em Campanhó, freguesia de Mondim de Basto, pertencente ao Distrito de Vila Real, filha de Rosalina Ribeiro Peixoto e Antonio José Peixoto, este presidente de freguesia e vinculado ao Estado Novo português, amigo próximo de Antonio Salazar[41]. A família de Maria Izabel tinha uma boa qualidade de vida para os padrões das aldeias rurais do norte português do período e era conhecida em toda a freguesia e nas demais vizinhas. Por motivos que vão desde problemas matrimoniais, envolvendo Antonio após o falecimento de Rosalina, ao sonho de enriquecer no Brasil por parte daquele, optou pela imigração. Em 1951, Maria Izabel embarca, aos 6 anos, para o Brasil. A vinda para Santa Isabel teve por intermediário um primo de seu pai, José Ribeiro Peixoto, português e morador na comunidade, assim como muitos imigrantes da freguesia de Campanhó, que tiveram por destino a cidade de Petrópolis.

Porém a ocupação social e hierárquica de poder que Antonio, seu pai, assume no Brasil foi diferente de Portugal, pois chegou sem dinheiro e não ocupava cargo público algum nessa nova configuração social. Recém-chegado, foi empregado na lavoura de alguns conhecidos de aldeia.

> Eles judiaram muito com o meu pai, porque em Portugal ele era seu fulano, presidente da freguesia, aí veio para cá para trabalhar para eles de empregado e o seu José da Venda era da mesma região nossa né, então conhecia toda essa história. Eles brigaram, foi mesmo por conta de uma carta, acho que estava com endereço errado e

[39] CANCELA, Cristina Donza. "Redes sociais, famílias e migração portuguesa em uma capital Amazônica: Pará/Brasil, 1850-1920". In: CABALLERO, Gabriella Dala-Corte (org.). *Familias, movilidad y migración América Latina y España*. 1ª ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2015, p. 165 e 166.

[40] A utilização dos nomes foi autorizada pela família dos nubentes.

[41] Entrevista realizada a Maria Izabel Peixoto por Natalia da Paz Lage, no dia 27 de agosto de 2020, em Petrópolis.

> voltou, não sei bem, eu era muito pequetitinha, devia ter uns 8 anos quando aconteceu[42].

Já Manuel Marques Carvalho da Paz Filho era brasileiro, nascido em Santa Isabel, mas filho do português Manuel Marques da Paz, muito conhecido na comunidade por ser um dos primeiros imigrantes vindos da leva do século XX. Sua mãe, Marieta Augusta Câmara, também era brasileira, nascida em Santa Isabel, filha de portugueses, a mãe nascida na Ilha da Madeira. Aqui podemos observar a homogamia oculta,[43] em que descendentes mantêm a estrutura étnica por origem familiar e não necessariamente pelo local de nascimento. Assim como houve a predileção dos luso-brasileiros pelas noivas portuguesas, no caso de Manuel Marques Filho, aconteceu das luso-brasileiras por portugueses, como Marieta Câmara ao casar-se com Manuel Marques. Mesmo nascendo no Brasil, muitos descendentes escolheram cônjuges de mesma origem étnica, baseados na estrutura familiar portuguesa de seus pais.

Vale ressaltar a influência da mãe de Manuel, Marieta, que desempenhava o papel de parteira na comunidade, exercendo uma função significativa na trajetória e prestígio nas famílias locais[44]. Manuel, para além do trabalho na lavoura que exerceu junto aos pais, foi operário (Figura 1) na marmoraria localizada na rua Barão do Rio Branco, exemplo da participação dos imigrantes portugueses na vida operária da cidade, inclusive dos moradores de Santa Isabel. O casamento com Maria Izabel ocorreu a partir da amizade do seu pai com seu futuro sogro. Pelos laços de amizade, de cultura e origem portuguesa, o casamento de Maria e Manoel concretizou a aliança, agora familiar, entre duas famílias da comunidade, ampliando as teias relacionais e de reciprocidade entre seus membros. Movimento impossível se os noivos escolhessem cônjuges de fora do grupo étnico.

---

[42] Entrevista realizada a Maria Izabel Peixoto por Natalia da Paz Lage, no dia 27 de agosto de 2020, em Petrópolis.

[43] CANCELA, Cristina Donza. "Redes sociais, famílias e migração portuguesa em uma capital Amazônica: Pará/Brasil, 1850-1920". In: CABALLERO, Gabriella Dala-Corte (org.). *Familias, movilidad y migración América Latina y España*. 1ª ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2015, p. 165 e 166.

[44] Entrevista realizada a Maria Sofia Lage por Natalia da Paz Lage, no dia 24 de setembro de 2020, em Petrópolis.

revista hydra

Figura 1 – Funcionários da Marmoaria localizada na Barão do Rio Branco (1966).
Fonte: Arquivo Pessoal de Maria Izabel Peixoto. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

O casal Maria e Manuel, assim como seus pais, dedicaram-se à lavoura, cultivando flores e hortaliças e tendo barracas fixas nas feiras do Alto da Serra e do Centro da cidade para o escoamento de produção. Juntamente a outros portugueses de Santa Isabel, Bonfim e Brejal, foram a fonte principal de abastecimento de hortaliças na cidade de Petrópolis e nas feiras da Baixada Fluminense. Maria também realizou durante muitos anos as feiras de finados, com as mercadorias produzidas na sua propriedade em Santa Isabel, perpetuando o cultivo inicial de flores na localidade[45].

A partir da descendência do casal, as trocas matrimoniais internas na comunidade continuaram existentes. Temos em vista, por exemplo, o casamento de Maria José da Paz, brasileira, filha do meio do casal, com Antonio de Almeida Lage, brasileiro, mas filho de portugueses de Santa Isabel vindos de Ermelo, freguesia de Mondim de Basto, distrito de Vila Real. A geração seguinte aos imigrantes absorveu, a partir das táticas cotidianas empregadas pelo grupo, a cultura e a base organizacional dos pais e recriou na sua identidade e ações, guardadas as especificidades do sujeito enquanto indivíduo agente, o sistema do casamento homogâmico e os níveis de sociabilidade

[45] Entrevista realizada a Maria Izabel Peixoto por Natalia da Paz Lage, no dia 27 de agosto de 2020, em Petrópolis.

e reciprocidade motriz da fundação da comunidade[46]. Portanto, ainda na geração seguinte não houve miscigenação por parte dos luso-brasileiros, contrapondo a noção do português enquanto principal via para as políticas de branqueamento da população brasileira.

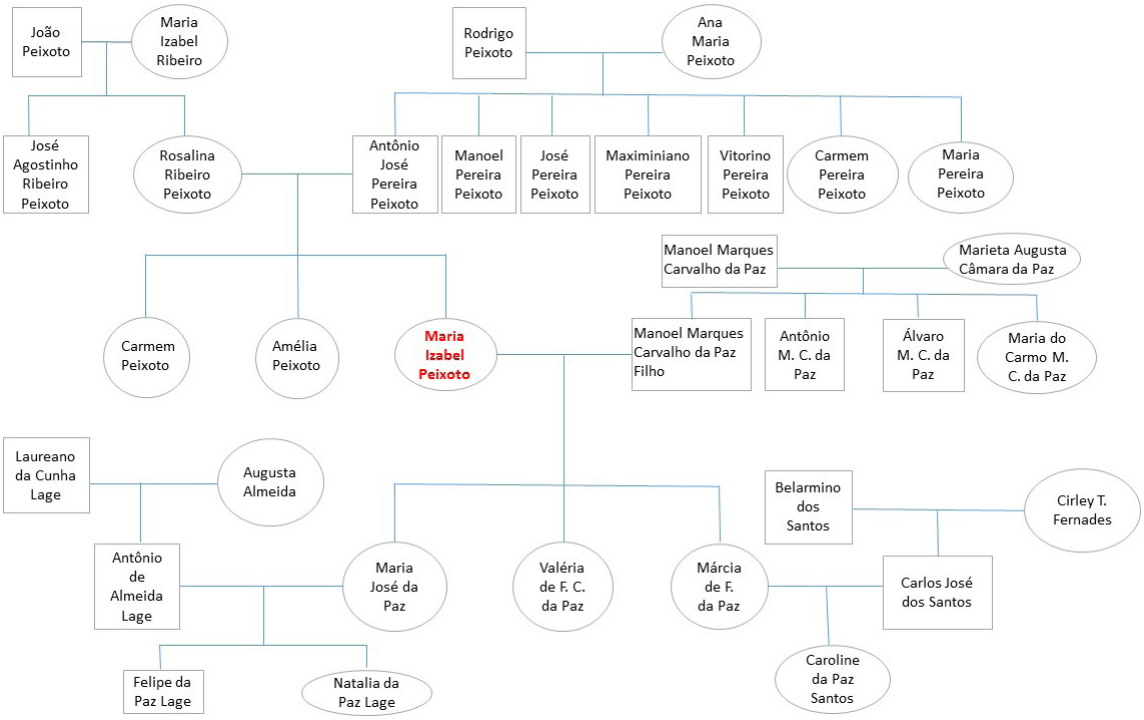


Figura 2 – Genealogia da família de Maria Izabel Peixoto e Manoel Marques Carvalho da Paz Filho.

Fonte: LAGE, Natalia da Paz. Ei-los que chegam!: a imigração portuguesa e a formação da comunidade de Santa Isabel na cidade de Petrópolis na primeira metade do séc. XX. Monografia (Graduação em História) – Universidade Católica de Petrópolis, 2020, p. 58.

Com base no casamento de Maria Izabel e Manuel, podemos dimensionar como as escolhas matrimoniais atingiram a hierarquização da comunidade e seu fechamento. Por hierarquia compreendemos que quanto mais densos os laços de amizade e de casamento, mais trocas ocorriam entre os membros, sejam imigrantes ou seus descendentes diretos. Assim, analisar os matrimônios enquanto ferramenta de sociabilidade e formação comunitária pressupõe entender o jogo de poder interno que permeia as decisões dos indivíduos e o lugar que cada um ocupa dentro da "grande família" de Santa Isabel, enquanto núcleo fechado frente à sociedade petropolitana e brasileira.

[46] LAGE, Natalia da Paz. *Ei-los que chegam!: a imigração portuguesa e a formação da comunidade de Santa Isabel na cidade de Petrópolis na primeira metade do séc. XX*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Católica de Petrópolis, 2020, p. 56.

revista hydra

Conclusão

Com as ideias de eugenia importadas do pensamento europeu e muito difundidas no Brasil, a elite brasileira viu no imigrante rural vindo da Itália, da Espanha e de Portugal o caminho necessário para a aplicabilidade de tamanho projeto, facilitando a entrada no país para a "limpeza" da população negra por meio da miscigenação da população brasileira. Na visão desse grupo, só assim o Brasil entraria para o progresso e modernização aos moldes europeus e conseguiria criar uma identidade nacional baseada nas melhores características culturais de nossa fundação, a do colonizador português. Consequente, tivemos a vinda de imigrantes lusitanos fundadores da comunidade de Santa Isabel.

Porém, concluímos, mediante nossas pesquisas, que a comunidade de Santa Isabel foi uma representação de que o português só buscava uma parceira brasileira e negra como última opção, contrapondo toda a expectativa de miscigenação em cadeia para o embranquecimento da população. Diante de um sentimento de mesma identidade étnica e da ideia de formação de uma comunidade de bases culturais lusas, vemos, com o auxílio das trocas matrimoniais, que a participação dos lusos no projeto de embranquecimento viria em último caso, pois a preferência de casamento era com lusitanas(os), descendentes de portugueses, europeus e europeias e, depois, brasileiras e brasileiros.

As escolhas matrimoniais representavam, para os imigrantes de Santa Isabel, não só a união de dois indivíduos, mas uma aliança entre os núcleos familiares. Além disso, elas demonstravam as tentativas dos portugueses de manterem redes de sociabilidade e relações do país de origem, usando-as como base para se estruturarem nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais no Brasil. Ao abordar, em minúcias, o casamento de Manuel Marques Carvalho da Paz Filho e Maria Izabel Peixoto, percebemos a permanência na escolha de cônjuges com etnia portuguesa, resultando na preferência por pessoas brancas para o casamento. Aluísio de Azevedo, na criação de seus personagens, deixou claro que a relação do imigrante português com a brasileira negra era dada no sistema de exploração. A ilegitimidade de

possíveis filhos dessas relações ressaltava a exclusão social desses indivíduos e o sentimento de não pertencimento.

Portanto, a comunidade de Santa Isabel, nas suas especificidades, trouxe características comuns aos portugueses que imigraram para o Brasil. No entanto, mais do que isso, entendemos, na prática, as conjunturas que envolveram os mecanismos de incentivo à imigração para o país, assim como a problematização da afirmação do português como imigrante afeito à miscigenação e ideal para as políticas de branqueamento do século XX.

Referências Bibliográficas

Fontes

Registros de Casamentos da Freguesia São Pedro de Alcântara, Petrópolis, 1933 - 1967. Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis - RJ;

Livro de 1845 de casamento. Fundo Catedral São Pedro de Alcântara. Cúria Diocesana de Petrópolis.

Entrevista realizada a Maria Izabel Peixoto por Natalia da Paz Lage, no dia 27 de agosto de 2020, em Petrópolis.

Entrevista realizada a Maria Pereira por Natalia da Paz Lage, no dia 17 de setembro de 2020, em Petrópolis.

Entrevista realizada a Maria Sofia Lage por Natalia da Paz Lage, no dia 24 de setembro de 2020, em Petrópolis.

Entrevista realizada a Paulo Moraes por Natalia da Paz Lage, no dia 15 de outubro de 2022, em Petrópolis.

Bibliografia

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Chile: O Globo, 1997.

BERTRAND, Michel. *Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios, 2009. Puesto en línea el 12 noviembre 2009.

CANCELA, Cristina Donza. "Redes sociais, famílias e migração portuguesa em uma capital Amazônica: Pará/Brasil, 1850-1920". In: CABALLERO, Gabriella Dala-Corte (org.). *Familias, movilidad y migración América Latina y España*. 1ª ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2015 , p. 153-167.

CASTRO, Celeste. *A Emigração na Freguesia de Santo André de Campeã (1848- 1900)*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento Lda., 2010.

CASTRO, Manoel Viana de. *Caldas Viana*. Centenário de Petrópolis, Trabalhos da Comissão, vol. VII. Prefeitura Municipal de Petrópolis: Petrópolis, 1943.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. "Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX". In: LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro, Record/Faperj, 2002, p. 91-116.

HISTÓRIA- Petrópolis (RJ). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1512/. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

LAGE, Natalia da Paz. *Ei-los que chegam!: a imigração portuguesa e a formação da comunidade de Santa Isabel na cidade de Petrópolis na primeira metade do séc. XX*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Católica de Petrópolis, 2020.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. Editora UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Nem nacional, nem estrangeiro: reflexões sobre um projeto étnico- político brasileiro*. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), 2010. Disponível em: https://www.cepese.pt/portal/en/publications/works/entre-mares.-o-brasil-dos-portugueses/nem-nacional-nem-estrangeiro-reflexoes-sobre-um-projeto-etnico-politico-brasileiro. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Portugueses no Rio de Janeiro: negócios, trajetórias e cenografias urbanas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2021.

MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. *A formação industrial de Petrópolis: trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

MULLER, Mariza. *Os Portugueses na Formação de Petrópolis (1836- 2018)*. Publicação Independente, 2019.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. *Memória social e saudade: especificidades e possibilidades de articulação na análise psicossocial de recordações*. Periódico Memorandum, 8, abr/2005, p. 5-19.

NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *Coronel Jeronymo Ferreira Alves- Grande animador do progresso do município de Petrópolis*. Instituto Histórico de Petrópolis, 2004. Disponível em: https://ihp.org.br/?p=3762. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *Curso de História de Petrópolis*. Instituto Histórico de Petrópolis, Petrópolis, 23 de abril de 2006. Disponível em: https://ihp.org.br/?p=4360#:~:text=Bernardo%20Soares%20de%20Proen%C3%A7a%20nasceu,Proen%C3%A7a%20Magalh%C3%A3es%20e%20de%20D. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *Subsídios para uma história de Itaipava*. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: https://ihp.org.br/?p=4673. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

PEREIRA, Bárbara Cristina Silva. *Branqueamento, mestiçagem e "democracia racial": desdobramentos de um racismo à brasileira*. Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_142_1425c7ad6e15e6d4.pdf. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

RESENDE, Regina Helena de Castro; KNIBEL, Carolina Moreira da Silva. *Almanaque de Petrópolis: os imigrantes e a formação de Petrópolis*. N. 6 (mai. 2018). Petrópolis: Museu Imperial, 2018.

RODRIGUES, Donizete. *Identidade e Etnicidade: aspectos teóricos e conceituais*. Humanidades e Inovação, Universidade Estadual do Tocantins, vol. 8, nº 42. Palmas: Abr. 2021, p. 192- 201. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/113. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

SANTOS, Renan Rosa dos. *As políticas de branqueamento (1888-1920): uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro*. Por dentro da África, 4 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.pordentrodaafrica.com/educacao/as-politicas-de-branqueamento-1888-1920-uma-reflexao-sobre-o-racismo-estrutural-brasileiro. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da Miscigenação*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol.8, n°20, São Paulo, Jan./Abr. 1994.

WALL, Karin. *Famílias no Campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

ZONABEND, Françoise. "Da Família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família". In: BURGUIÈRE, André. et al. (dir.). História da família. v. 1: Mundos longínquos, mundos antigos. trad. M. da A. Santos. Lisboa: Terraramar, 1998.

revista hydra

MIGRAÇÕES INTERNAS EM TEMPOS DE SECA: ANÁLISE DO POVOAMENTO SERTANEJO A PARTIR DAS REDES CLIENTELARES E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Vitor Nunes[1]

Resumo: A privatização de recursos naturais, potencializada no Brasil a partir 1850, fomentou migrações em direção aos centros econômicos do país. Nesse sentido, as complexas relações de dominação no sertão, as migrações e os impactos da seca revelam uma história marcada por desafios socioeconômicos e políticos. Este artigo analisa a trajetória da ocupação do Nordeste brasileiro a partir da formação da elite rural que habitou essa região desde a colônia. Observamos como o governo varguista, a partir de 1930, manteve a dominação no interior do país e permitiu a união entre as oligarquias regionais e a República brasileira, a fim de neutralizar ameaças a um sistema clientelar de favores mútuos que permitia a coerção e a preservação de privilégios. Ao dialogar com os conceitos de micropoder e redes clientelares, buscamos entender como a dominação nas zonas rurais brasileiras levou à objetificação de experiências coletivas, à domesticação dos corpos e à subjugação da população sertaneja.

Palavras-chave: Nordeste; Migrações; Sociedades camponesas.

INTERNAL MIGRATIONS IN DROUGHT TIMES: ANALYSIS OF SETTLEMENT IN THE SEMI-ARID REGION BASED ON CLIENTELAR NETWORKS AND BRAZILIAN PUBLIC POLICIES IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

Abstract: The privatization of natural resources, potentiated in Brazil from 1850 onwards, fostered migrations toward the country's economic centers. In this sense, the complex relations of domination in the hinterlands, migrations, and the impacts of drought reveal a history marked by socioeconomic and political challenges. This article analyzes the trajectory of the occupation of the Brazilian Northeast from the formation of the rural elite that inhabited this region since colonial times. We observe how the Vargas government, from 1930 onwards, maintained domination in the interior of the country and allowed the alliance between regional oligarchies and the Brazilian Republic to neutralize threats to a clientelistic system of mutual favors that enabled coercion and the preservation of privileges. By engaging with the concepts of Micropower and Clientelist Networks, we seek to understand how domination in Brazilian rural areas led to the objectification of collective experiences, the domestication of bodies, and the subjugation of the sertanejo population.

Keywords: Brazilian Northeast; Migrations; Peasant societies.

[1] Mestrando em História pela Universidade Federal do Sergipe (UFS). Bolsista PDPG/CAPES. Integrante do grupo de pesquisa Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq-UFS). Contato: vitorndsilva@outlook.com.

revista hydra

Introdução

O Estado Republicano construiu-se para a manutenção da indústria agroexportadora brasileira. No entanto, com o fim da escravidão e o aumento demográfico fruto da imigração europeia, iniciou-se no Brasil um processo de industrialização e de integração do mercado interno. O assalariamento da mão de obra permitiu a criação de um mercado consumidor de bens não duráveis, sustentados por pequenas indústrias locais. Essas manufaturas serviram às necessidades da classe média urbana e estavam condicionadas aos dinamismos regionais, sendo a região Sudeste a mais favorecida pelos capitais cafeeiros e pela urbanização do final do século XIX.

Esse modelo se manteve até a década de 1930, quando as conjunturas internacionais forçaram o Estado Brasileiro a rever sua política econômica e industrial. A crise iniciada em 1929 e a Segunda Guerra Mundial levaram ao arrefecimento do comércio mundial, além da diminuição dos investimentos dos países desenvolvidos em outras regiões. Observando essa nova configuração de forças, o primeiro governo Vargas (1930-1945) iniciou um processo de industrialização alicerçado no capital interno (proveniente, em sua maioria, do próprio Estado) e, posteriormente, no norte-americano, mediante acordos firmados durante a guerra. Além disso, com a nacionalização de indústrias estrangeiras e a formação de parcerias com o capital externo, foi possível a criação de empresas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Eletrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores. Tais indústrias desenvolveram os modais de transporte no Brasil, estenderam a frota automotiva e ferroviária e integraram o mercado interno a partir da geração de empregos.

> A grande mudança que se deu, após 1930, foi que o poder passou a dar máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, ao crescimento para dentro, adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional o menos dependente possível do mercado mundial. [...] Na prática isto significava abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia de subsistência, e integrá-las na divisão inter-regional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para o capital industrial e, portanto, a base para sua acumulação. Até 1930, este tipo de processo também se ocorreu, mas apenas subsidiariamente à expansão do SME. A infra-estrutura de transportes e comunicações, que então se construiu, se serviu para alargar certos

> mercados regionais, lê-lo apenas de modo acidental, já que seus objetivos eram outros: abrir o interior ao comércio internacional. Mas, a partir dos anos 30, a chamada marcha para o Oeste visava antes de mais nada integrar econômicamente o território do país, o que significava na prática criar um mercado nacional. (SINGER, 1992, p. 218)

O Estado que se formou a partir de 1930 permitiu a aliança entre as oligarquias rurais e o capital industrial brasileiro. Vargas integrou os interesses da elite agrícola brasileira aos novos modos de produção capitalista da década de 1930. Essa elite rural se desenvolveu politicamente a partir do comércio de escravizados, das migrações e da especulação aurífera. Assim, foi possível acumular terras, mão de obra e expandir o capital interno, que pôde ser reinvestido em larga escala nas antigas zonas escravistas do litoral brasileiro.

Esse novo desenvolvimento industrial levou à exploração das comunidades rurais a partir de políticas de controle da migração interna, que visavam manter a mão de obra no campo e garantir a manutenção da produção agrícola. Essas políticas foram implementadas mediante violência e repressão, que serviram como mecanismos de controle de pessoas e propriedades. Além disso, a ação repressiva do Estado também serviu para justificar pedidos de mais verbas, valorizar economicamente as terras dos fazendeiros e manter fixos os votos dos políticos locais.

Nesse sentido, os governos varguistas foram marcados pelo discurso trabalhista e reformador, que buscava modernizar o Estado brasileiro, mas, na prática, herdou diversos mecanismos de dominação do Império e da Primeira República, que atenderam aos objetivos de industrialização nacional. É o caso das frentes de trabalho no sertão nordestino, que, desde 1915, iniciaram uma série de obras públicas no interior do nordeste, visando empregar a população local e impedir o êxodo da mão de obra que poderia ser utilizado no campo. Com o processo de burocratização do estado brasileiro, o governo federal passou a direcionar obras em todo o polígono da seca a fim de concluir projetos, iniciar novos investimentos, conter a migração e satisfazer as elites locais.

A questão da seca foi tratada pelo poder executivo por dois prismas: a necessidade hidráulica – ou seja, a impossibilidade de desenvolvimento

da região sem a ampla disponibilidade de recursos hídricos – e a impossibilidade econômica. A primeira abordagem buscou resolver a pobreza do solo por meio da construção de barragens, cisternas, açudes e sistemas de irrigação. A segunda percebia a necessidade de dar autonomia a essa população do interior, assalariando-a e criando postos de trabalho que diminuíssem a pobreza no campo.

> Em suma, a ideia de combater as secas que solidificou as políticas em torno delas, até metade do século XX, defendia a mudança das condições naturais do sertão árido. Mesmo que as soluções para o problema das estiagens tivessem como eixo o florestamento, a abertura de estradas, o uso de técnicas e métodos apropriados a baixa umidade (dry-farming), a principal delas era a solução hidráulica, com foco na açudagem. No fim da década de 1950, as ações em torno das secas começaram a ser orientadas pela busca da convivência com o semiárido através da modernização econômica e técnica das atividades produtivas, sem necessariamente ter a pretensão de superar o problema naturalmente. (FERREIRA, 2019, p. 90)

Este artigo busca, portanto, observar os mecanismos de controle da população brasileira pelo Estado brasileiro, principalmente a população sertaneja. Para isso, será abordada a longa tradição da dominação senhorial em regiões rurais a partir de sua influência nas práticas sociais e representações das comunidades camponesas, bem como a relação entre grandes fazendeiros, pequenos produtores e governantes no sertão nordestino. A partir dessa perspectiva, será analisada a relação entre violência, controle e resistência nas comunidades rurais antes e após a revolução de 1930, destacando a importância da tradição do uso da força e da formação de laços de parentesco que fortaleceram a dominação de grandes senhores locais. Dessa forma, este artigo busca demonstrar como a dominação fez gerar novos saberes, novas formas de poder e novas formas de resistência no sertão brasileiro, em um processo marcado pela ocupação de terras, pela criação de redes de solidariedade e por migrações internas que marcaram o Nordeste seco.

Um longo processo de povoamento: laços familiares, privatização de terras e a manutenção da ordem social no campo

Nas sociedades camponesas, o domínio da terra e das forças produtivas são essenciais à manutenção dos modos de vida rurais. Nesse cenário,

a violência serve como forma de repressão e torna-se um mecanismo de controle de pessoas e propriedades. Esse uso específico da violência gera, em sentido contrário, formas de resistência que desestabilizam a dominação no campo e se fortalecem a partir de códigos morais próprios, indistinguíveis dos ideais de parentescos tão relevantes às comunidades camponesas.

É possível observar como esse processo se apresenta em regiões rurais governadas por mandões imbuídos do poder estatal. Discursos religiosos são utilizados para legitimar a violência e controlar o território e os indivíduos nele inseridos. A partir de laços paternalistas e da estreita relação entre senhores, política e Igreja, essa dominação lega às oligarquias regionais a centralidade do poder, permitindo o controle dos modos de produção.

Ângela Xavier e Manuel Hespanha (1993) apontam que sociedades senhorializadas se organizam mediante ordens normativas, marcadas por deveres recíprocos e uma coerência ética. Essas estruturas condicionam os modos de ver, pensar e agir, construindo um universo mental que produz práticas sociais e representações. As relações obedecem a uma lógica clientelar, marcadas pela concessão de mercês e pela reciprocidade.

A figura do dom caracteriza, paradoxalmente, como essas obrigações sociais se mesclam com a política. "A atividade de dar integrava uma tríade de obrigações: dar, receber, restituir" (HESPANHA; XAVIER, 1993, p. 340). Assim o prestígio de uma pessoa se relaciona à sua capacidade de ceder benesses e de retribuir as mercês recebidas. Constrói-se uma economia de favores desigual: de um lado, o benfeitor, posição relativa à sua posse de capital econômico, político e simbólico e, do outro, o beneficiado. No contexto de desequilíbrio político e social, a prática da "amizade" se estabelece como mecanismo eficaz de concretizar intenções políticas e estabelecer alianças com objetivos duradouros. Essa dinâmica cria a noção de "Dever Vazio", que proporciona uma vantagem de poder ao polo superior. Para mitigar esse desequilíbrio, é estabelecido um poder intermediário, que, devido aos seus recursos superiores em comparação aos benfeitores e beneficiados, atua como um regulador de conflitos.

> A original relação diádica derivava, frequentemente, numa relação triádica. Importa sublinhar que quase todos os patronos eram interme-

revista hydra

> diários, pois por mais poderosos que fossem, havia pelo menos uma pessoa que detinha mais recursos do que eles próprios. Em última instância, essa pessoa era o rei, senhor dos senhores, de cuja vontade dependia a concessão da maior parte dos bens mais "apetecido" (HESPANHA; XAVIER, 1993, p. 340).

Dessa forma, em sociedades senhoriais, as relações sociais estão permeadas por uma economia da gratidão: obrigação moral e social que os indivíduos devem para com aqueles que lhes prestam favores ou serviços. Essa relação não é arbitrária. Nela, o inferior está subordinado a uma racionalização da troca e o superior, a uma reafirmação de determinadas virtudes. Dois grupos se integram numa regra geral de troca de vantagens, em que o desequilíbrio, para além de um traço constitutivo, é também regulamentado, estabilizado, consolidado e naturalizado. Nesse contexto, as esferas superiores de poder não são entendidas como sujeitos absolutos, mas, sim, como corpos políticos limitados geográfica e politicamente. Ao se posicionar como intermediário das trocas de favores, o governo central assume o papel de patrono, que opera as redes de apoio e neutraliza quaisquer ameaças que possam comprometer o sistema e o próprio poder.

Assim, os laços regionais constituem um meio de estabelecer conexões políticas, econômicas e simbólicas, fundamentando-se na propriedade ou na utilização de recursos específicos. Isso viabiliza a interdependência entre pessoas que, no contexto social, podem ocupar posições diferentes ou até mesmo opostas. Ao mesmo tempo, as redes de clientelismo regulam a estrutura social, concretizando discursos e representações.

Ao tratar o caráter corporativo do poder como um mecanismo de cooptação, que fortalece relações clientelares e une grupos diversos, defendo que – como forma de expandir seu domínio – o poder senhorial exclui das decisões políticas uma parte significativa da população rural, na mesma medida em que gera resistência. Um exemplo disso é o contexto do povoamento da caatinga no Brasil nos séculos XVII e XVIII, que, segundo Frederico Pernambucano de Mello (2011), deu origem a uma cultura caracterizada pela predominância do individual sobre o coletivo, bem como pela valorização da independência, autonomia e improvisação. Essas características refletem a

influência do ambiente hostil e desafiador do sertão, moldando as comunidades rurais, sua organização e resistência.

Mello (2011) entende o processo de povoação do sertão como um longo processo, consequência da falta de oferta de terras no litoral brasileiro desde os fins do século XVI. A busca por terras forçou o avanço para a caatinga durante o século XVII e ao longo de todo século XVIII e

> Fez surgir um novo tipo de cultura, cujos traços mais salientes podem ser resumidos na predominância do individual sobre o coletivo – no plano do trabalho – e nos sentimentos de independência, autonomia, livre-arbítrio e improvisação, como características principais do homem condicionado pelo cenário agressivo e vastíssimo que é o sertão (MELLO, 2011, p. 42).

Esse avanço ao sertão foi marcado por mudanças nas práticas agropecuárias. Enquanto no litoral a monocultura da cana-de-açúcar foi caracterizada pelo sedentarismo, no sertão, a aridez do solo e o clima seco dificultaram o estabelecimento da produção e a construção de grandes centros ou empreendimentos de grande porte, devido à precariedade do ambiente físico e à imprevisibilidade das secas. Nesse sentido, a instituição da grande fazenda monocultora não servia para comportar o trabalho massificado, o que levou ao desenvolvimento de uma produção marcadamente individualista até a segunda metade do século XIX. O sedentarismo, como forma de vida inspirada pelo sistema de produção, é deixado de lado, e uma pecuária nômade se estende pela caatinga, devido à pobreza do pasto e à necessidade constante de novas áreas.

No fim do século XIX, a decadência econômica dos fazendeiros e o consequente enfraquecimento dos coronéis, em relação aos seus dependentes e rivais, modificaram as relações entre os grandes proprietários e os governos estaduais. Como mecanismo de proteção surge o coronelismo, uma superposição do regime representativo por uma estrutura econômica e social marcada pela coexistência do poder público e privado, em que este se sobrepõe àquele. Essa relação se baseia em um compromisso entre o poder público, que se fortalece progressivamente, e a influência social de chefes locais em franca decadência.

Essa relação de interdependência está relacionada com o caráter agrário da economia brasileira na Primeira República. Por representar

a base da produção nacional, o poder público depende do eleitorado rural, na mesma medida em que este depende da mercê dos mandões regionais. Nesse processo, o Estado brasileiro se construiu sobre uma estrutura patrimonialista, marcada pelo mandonismo, pelo nepotismo e pelo controle dos serviços públicos. A partir da Política dos Governadores empreendida por Campos Salles (1898-1902), a República passou gradualmente a ser ordenada de dentro dos estados, com o poder local a se arregimentar em torno dos mandatários estaduais.

Victor Nunes Leal (2012) aponta para a relação familiar na ascensão política desses coronéis, que dominam o interior do país a partir de relações de compadrio e são chamados de doutores mais pelo respeito imposto que pelo direito exercido. As relações de compadrio entre coronéis e agregados perpetuaram um poder herdado, que serviu para garantir a manutenção de seu principal instrumento de controle: o voto. As oligarquias, centradas na figura dos coronéis, instrumentalizaram a máquina eleitoral e passaram a decidir quais forças seriam estabelecidas no controle regional. Dessa forma, o Estado delegou poder a indivíduos com influência e renda suficientes para controlar cargos públicos, que, em troca, garantiam votos aos candidatos estaduais e permitiam a estabilidade do sistema. Em nível federal, os governadores apoiavam as oligarquias, que reconheciam seus domínios e mantinham o sistema coronelista. Como apontado por Murilo de Carvalho (1997, p. 2):

> Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.

A partir do controle de recursos estratégicos como a terra, os açudes e a segurança, o poder de mando delegado pelo Estado serviu à proteção das oligarquias familiares. Aqueles que administravam a educação, a religião e a segurança moldavam os discursos e, dessa forma, mantinham uma tradição do uso da força na sociedade camponesa. Para além de um sistema político

revista hydra

que interligava os interesses federais e regionais, essa dominação se estabelecia a partir de relações paternalistas e trocas de favores mútuos. Como apontado por Xavier e Hespanha (1993), as constantes falências de famílias nobres fomentam laços de amizades entre polos opostos de poder e criam uma dependência entre senhores e financiadores, *effectus* em troca de *affectus*.

Produz-se nessas redes clientelares um sistema que permite a conversão de riqueza em poder e a autorreprodução desse poder. A distribuição de benesses e o fortalecimento de amizades são parte de cálculos sutis de estratégias de prestígio. O ato de "dar" corresponde a um importante investimento de poder, que permite a consolidação de certas posições sociais e uma estratégia de diferenciação social.

Nesse sentido, o fortalecimento político de coronéis no sertão nordestino afetou profundamente o processo de ocupação do território. A população que migrou do litoral brasileiro, ainda no final do século XVI, estabeleceu uma sociedade sertaneja formada por descendentes de europeus, indígenas e afro-americanos. Mesclada e hierarquizada, a sociedade sertaneja passou por transformações profundas no fim do século XIX.

O fortalecimento do coronelismo aliado à crise econômica e social do início da República é evidenciado no importante trabalho de Monica Dantas (2007). Sua análise sobre a comarca de Itapicuru no fim do regime Imperial aponta para os efeitos da economia escravista no interior do Nordeste. Segundo ela, o fim da escravidão e a seca levaram a população antes escravizada a migrar para regiões com maior disponibilidade de terras e mais oferta de trabalho. Pequenos fazendeiros se aproximaram de grandes senhores locais para suprir suas necessidades nos períodos de seca. Em contrapartida, os senhores com prestígio político conquistado (ou herdado) adquiriam financiamento nos bancos para manter seu nível de vida e permitir um modo próprio de exploração, baseado nos laços familiares e em pequenas dívidas contraídas pelos pequenos produtores (compras fiadas e trabalho arrendado cedido pelos coronéis).

Em um processo de senhorialização do sertão nordestino, os campos destinados à criação de gado foram gradativamente aglutinados. Os cer-

revista hydra

camentos resultaram não apenas na privatização de espaços anteriormente coletivos, mas também na apropriação de recursos naturais, como córregos e nascentes. Com o fim da escravidão, a privatização dos recursos naturais tornou-se uma nova ferramenta para obter mão de obra livre, que precisava trabalhar nas terras dos fazendeiros em troca de acesso à água para consumo pessoal e para o cultivo.

O fortalecimento econômico permitiu que os senhores rurais reunissem o controle da polícia e do judiciário para dominar a política municipal e ter, de fato, o poder de mando. Assim, o coronelismo, ao fortalecer determinadas famílias em detrimento de outras, intensificou disputas políticas herdadas do período monárquico e fortaleceu conflitos intraelite, tanto legais, por meio da privatização do legislativo, quanto pela violência, por meio da perseguição, ameaça e coerção. Nessa busca em evitar o fortalecimento de rivais políticos, os laços de amizade e gratidão foram evocados, colocando famílias dependentes dentro do círculo de disputas políticas. Estabeleceu-se no sertão uma rede complexa de ajuda mútua que produziu dominações recíprocas, mantidas pela distribuição de benesses e o agradecimento destas. Assim, o coronel não era sujeito absoluto, mas um corpo político limitado geográfica e politicamente que, ao se colocar como intermediário das ajudas mútuas, assume-se como patrão poderoso que faz funcionar as redes de apoio e neutraliza outras que possam colocar em risco o sistema e seu próprio poder.

Coronéis, governadores e presidentes: Migração nordestina ao longo da primeira metade do século XX

Como visto anteriormente, a ocupação do sertão se estabeleceu em um processo longo, marcado por relações sociais e políticas afetadas pela economia escravista e a geografia distinta da caatinga. O objetivo dos grupos dominantes centrou-se no estabelecimento de uma ordem social preenchida por grupos familiares menores e marcadas pela solidariedade e pela repreensão a insultos sofridos. Ana Cláudia Marques (2002) destaca a habilidade política dos grupos familiares em lidar com conflitos e mantê-los

afastados de confrontos armados, visando construir relações pacíficas e "civilizadas". A quebra desse tipo de contrato social construía uma separação entre o "nós" e o "eles", delimitando os distúrbios a um grupo discordante que falha em manter a civilidade.

No entanto, o final do século XIX foi marcado por uma profunda crise social e climática, que perdurou até a primeira metade do século XX. Revoltas, banditismo e migração forçada de áreas improdutivas foram as consequências mais visíveis da seca. Buscando manter o sistema clientelar vigente, a sociedade coronelista da Primeira República utilizou largamente da violência, tanto física quanto simbólica, como mecanismo de controle. Essa estratégia política fez aumentar o número de crimes famélicos e migrações, como visto no jornal sergipano *A tribuna*, em edição de 15 de abril de 1931, que demonstra as consequências dos distúrbios sociais para as populações sertanejas:

> Notícias chegadas do interior dizem da situação angustiosa porque vem passando a população sertaneja perseguida pelo inclemente flagello da secca. As cidades de Itabaiana, S Paulo, Simão Dias, Dores e Capella vem aportando aos poucos levas de retirantes que abandonaram os seus lares atingidos pela fome. Os legumes plantados em Março como é praxe tradiccional, para a colheita em Junho, não germinaram devido à falta de chuva e não se encontra uma arvore enfolhada, vestida de flores alegrando a paisagem monotona e triste do sertão. O gado caminha ao longo das veredas esqueletico, encarvando a terra para ver se dahi brota um veio d'agua que lhe mate a sede (A TRIBUNA, 15 de abril de 1931).

A seca se insere nas relações políticas patrimonialistas do sertão nordestino ao acentuar as condições de pobreza do semiárido e modificar a relação entre grandes fazendeiros, pequenos produtores e governadores. Pode-se apontar como produto dessas modificações o aumento da miséria, da formação de grupos messiânicos, de cangaceiros e das migrações. Segundo Neves (1995), este último fenômeno está atrelado a alguns fatores como: o processo final de ocupação do sertão; a expansão mercantil latino-americana, impulsionada pela segunda revolução industrial; e a modernização das capitais brasileiras. Atreladas às secas sazonais, essas migrações nunca se estabeleceram na estrutura social nordestina e sempre geraram desajustes sociais graves quando ocorreram.

revista hydra

A partir de 1877, os grandes centros urbanos nordestinos foram ocupados por um número sem fim de sertanejos que buscavam as cidades para resistir à miséria da seca. Nesse processo, um conjunto de saberes e práticas começaram a se constituir sistematicamente sobre essa população. O termo "retirante" surge para despersonalizar e naturalizar essa experiência coletiva de sobrevivência a partir do final do século XIX. Não obstante, uma série de políticas públicas tentou lidar com esse fenômeno.

Os governos estaduais utilizaram do higienismo e do assistencialismo como medidas para mitigar a pobreza no Nordeste brasileiro. A partir de 1930, ainda durante o governo provisório, Getúlio Vargas passou a lidar diretamente com a questão da seca e os surtos de violência associados a ela. Pela primeira vez desde 1877, quando a seca adquiriu as características e a magnitude que conhecemos hoje, o Estado passou a entendê-la não mais como uma questão climática, mas como um problema social que resultava na migração de populações inteiras em direção às cidades. A documentação transmite a situação do período, demonstrando que as discussões acerca da seca alcançaram a sociedade civil:

> Não era demais que o governo, como cremos, deante da situação em que se debatem os sertanejos, mesmo dentro das aperturas financeiras do momento, fosse em soccorro dos nossos irmãos, os flagellados, conseguindo do governo central a abertura de alguns poços no sertão. Assim não só evitaria a morte do gado pela sede, o exodo das populações para o litoral, como daria serviço a muita gente na mizeria, por preço modico, a semelhança do que se vem fazendo na Parahyba, embora com verbas insignificantes, mas capaz de enganar o estomago dos milhares de infelizes sem trabalho que amanhã estarião augmentando, mais por necessidade do que por vocação, as fileiras crescentes e aterradoras do cangaceirismo (A TRIBUNA, 15 de abril de 1931).

É possível notar como o periódico, em seu primeiro ano de publicação, exibe seu posicionamento em relação a dois fenômenos que atraem a atenção da população sergipana. Inicialmente a seca, posteriormente as migrações de desvalidos e, por último, o cangaceirismo. A tríade Terra, Homem e Luta se estabelece aqui como uma conexão causal entre a baixa produção agrária e a consequência imediata da violência. A fonte expõe a contradição entre essa crise humanitária e os interesses modernizantes da Revolução

de 1930, que propôs a substituição do patrimonialismo imperial em voga durante a Primeira República pela burocracia weberiana.

A partir da combinação de violência, manipulação, concessões e benefícios, buscou-se construir a imagem do trabalhismo como expressão de uma nação pacificada, unida e corporativa. No entanto, ao analisar as políticas públicas do governo federal frente à seca e à miséria, é possível questionar: até que ponto o governo que se inicia a partir de 1930 conseguiu, de fato, romper com o tradicionalismo e a sociedade clientelar do sertão?

Ao observar o histórico de obras públicas contra a seca, é possível notar que elas visavam empregar a população local e impedir a fuga de mão de obra. Desde a metade do século XIX, lideranças regionais e os governos estaduais se uniam a fim de aplacar a miséria e impedir as migrações pelo interior. A partir de 1915, no entanto, o governo federal se coloca como administrador desses investimentos, direcionando obras para todo o polígono da seca mediante a comissão *Obras contra a seca* e a *Inspeção de Obras contra a seca* (IOCS). Subordinadas ao Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP), essas instituições buscavam manter a população exatamente em seus locais de origem, evitando a fuga de mão de obras e o aumento demográfico nas grandes cidades.

Nesse sentido, é possível observar, durante a primeira metade do século XX, quatro momentos da migração nordestina: (1) durante a Primeira República (1889-1915), quando as migrações foram marcadas pelo nomadismo interno e direcionadas à áreas mais férteis ou com mais posto de trabalho; (2) no primeiro governo Vargas (1930-1945 – subdividido em Governo Provisório 1930-34; Governo Constitucional 1934-37; e Estado Novo 1937-45), quando há uma continuidade das obras de combate à seca iniciadas na Primeira República, mas com uma gradual mudança de perspectiva, que vai direcionar essa mão de obra a partir de 1940 para a Amazônia, a fim de colonizar a região e suprir a demanda internacional da borracha. Nesse sentido, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por uma série de investimentos administrados por companhias públicas e agências de desenvolvimento, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF),

a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SUVALE) e a atual Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Para financiar a linha de crédito necessária, também foi criado o BNB, Banco do Nordeste do Brasil.

No (3) segundo governo Vargas (1951-54), as estratégias passam a se centrar na criação de frentes de trabalho e na contenção das migrações. Essas medidas visavam deter os efeitos das migrações internas, além de justificar pedidos de mais verbas, valorizar economicamente as terras dos fazendeiros e manter fixos os votos dos políticos locais. Os deslocamentos de migrantes em direção às capitais e ao Sul do país foram fortemente combatidos a partir da década de 1950. Os paus de arara sofriam repressão e os retirantes avistados poderiam ser presos e enviados de volta aos seus municípios.

> O controle da saída de nordestinos deveria ser feito através da vigilância dos veículos que transportavam retirantes, estipulando-se as seguintes resoluções: propaganda por meio do rádio informando aos migrantes sobre os perigos das propostas de aliciadores e aos motoristas e proprietários de veículos sobre as punições; retorno dos condutores, com seus passageiros, desprovidos de licença do DNER para transportar os migrantes; controle dos conhecidos locais de migração através da instalação de barreiras nas rodovias a cargo do DNER e do DNOCS, reforçadas por policiais estaduais; e obrigatoriedade da apresentação de um documento pelo migrante, fornecido pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), que o habilitasse para seguir percurso, fazendo, taxativamente, retornar aqueles que não portassem a cédula permissiva (FERREIRA, 2019, p. 95).

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, (4) a chegada da mão de obra nordestina gerou conflitos sociais no Sudeste, com a população local recebendo esses grupos com hostilidade e expressões racistas. No entanto, a burguesia industrial de São Paulo logo reconheceu o valor dessa mão de obra barata que chegava pelas estradas em busca de melhores condições de vida e prontamente começou a explorá-la ao seu modo. Bairros como São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo, foram habitados por diversos nordestinos migrantes do sertão baiano e pernambucano que ocupavam postos de trabalho na indústria urbana. Esse grupo desenvolveu uma ampla rede de solidariedade e uma cultura própria, diversificada e complexa, reapropriando

a ideia de "nordestinidade" e associando sua identidade regional à de trabalhadores (FONTES, 2001). Porém, com salários baixos e condições habitacionais precárias, essa população se sujeitava a trabalhos mal remunerados, entrando em conflito com a mão de obra urbana já estabelecida na cidade de São Paulo, que há décadas lutava por melhorias trabalhistas. A burguesia paulistana exacerbou esses conflitos mediante extensos editoriais, retratando essa população que chegava em condições precárias

> O fluxo e refluxo de nordestinos, longe de constituir fator desfavorável, contribui para forçar o rompimento da estrutura tradicional e latifundiária do Nordeste, pelo exemplo levado pelos emigrantes que retornam após viverem alguns anos numa região muito mais desenvolvida e conhecer praticas mais modernas e racionais de cultura. A importância secundaria da seca na emigração nordestina é constatada nas cifras referentes a corrente emigratória, pois este ano em que nada se falou sobre a incidência das secas, o número de nordestinos desembarcados em São Paulo foi de cerca de 100 mil, uma das maiores já verificadas. Providencia que vem sendo pleiteada junto aos órgãos federais e aos Estados que contribuem com maior parcela para a corrente emigratória e a seleção dos emigrantes nas fontes de origem, pois os que para cá se dirigem com família numerosa, integrada principalmente por filhos menores, representam um agravante do problema social, dada a sua mínima capacidade produtiva, em face das exigências de consumo para si e os seus (FOLHA DA MANHÃ, 31 de dezembro de 1959).

Diferente do processo de colonização da Amazônia, o migratório não contava com o auxílio governamental, que direcionava em massa essas pessoas para as regiões consideradas "desabitadas" do Norte e Centro-Oeste do país. Essas migrações ocorriam por meio de redes de solidariedade e laços familiares, já que o rápido desenvolvimento urbano do Sudeste na primeira década do século XX exercia um fascínio sobre a população sertaneja, que buscava melhorar suas condições de vida migrando para essa região.

Dessa forma, é possível observar como as políticas de combate a migração e a questão da seca sempre foram tratadas pelas políticas governamentais por dois prismas: a necessidade hidráulica e a impossibilidade econômica. A primeira buscou resolver a pobreza do solo pela construção de barragens, cisternas, açudes e sistemas de irrigação. A segunda percebia a necessidade de dar autonomia a essa população do interior, assalariando e criando postos de trabalho que diminuíssem a pobreza no campo. Medidas

revista hydra

de emergência foram utilizadas para atender às pressões internas, haja visto que o êxodo rural sempre gerou crises de produção com a emigração da mão de obra.

Assim, a República, junto aos governos estaduais do Nordeste brasileiro, direcionou verbas públicas e delegou poder aos coronéis regionais. Não muito diferente da Primeira República, os governos Vargas enfrentaram os problemas decorrentes da seca e da violência sem deixar de garantir a proteção das oligarquias dominantes. Nesse processo, o controle sobre recursos estratégicos e a manipulação dos discursos contribuíram para a manutenção de uma estrutura de poder específica, que constituiu sistematicamente um conjunto de saberes e práticas sobre a população sertaneja.

Controle e Disciplina no Sertão: Abarracamentos como mecanismos de disciplinarização dos corpos

Nos discursos da época, é possível notar um medo constante de que a miséria causada pela seca pudesse levar a desvios morais. Temia-se a prostituição e o furto "dos milhares de infelizes sem trabalho que amanhã estarião augmentando, mais por necessidade do que por vocação, as fileiras crescentes e aterradoras do cangaceirismo" (A TRIBUNA, 15 de abril de 1931). Dessa forma, teve início no sertão um processo de segregação e catalogação, que gerou novos conhecimentos, novas circunstâncias organizacionais e novas percepções.

As frentes de trabalho estimuladas durante os governos de Getúlio Vargas fomentaram a produção de campos de concentração, a partir de uma tradição que se iniciou em 1915, no governo Wenceslau Brás, e perdurou até meados dos anos 1930. Os currais, ou abarracamentos, como também eram chamados, foram vistos como solução técnica ao problema do êxodo rural no sertão nordestino. Esses espaços facilitariam os cuidados médicos, além de dar trabalho e alimentação aos viajantes desempregados.

As notícias dessas políticas assistencialistas logo chegaram ao interior, levando a população ameaçada pela seca a migrar aos montes para as capitais. Esses grupos viajavam por ferrovias que foram ampliadas

pelos próprios concentrados. Após 1915, o campo de concentração de alagadiço, nos arredores de Fortaleza, chegou a comportar até 8 mil pessoas e logo se mostrou insuficiente para os objetivos humanitários a que se propunha. Fruto do liberalismo patrimonialista que buscou anestesiar a intervenção estatal e reforçar os mecanismos oligarcas e clientelistas, a concentração dos retirantes nesses espaços produziu dois fenômenos sociais: o fortalecimento de práticas de caridade em um sistema de proteção aos pobres, que moralizava e justificava a intervenção estatal; e a formação de um exército de reserva, pois esses sertanejos, inseridos na miséria e sem perspectiva de melhora, se sujeitavam a trabalhos desumanos, à mendicância e à prostituição.

A produção da figura do flagelado e do retirante se estabeleceu no imaginário nacional após a seca de 1877-1880 e, segundo Neves (1995), apenas no Ceará, a migração levou cerca de 100 mil pessoas a uma capital com cerca de 27 mil pessoas. A consequência desse desastre humanitário foi uma epidemia de varíola que chegou a matar mil pessoas em um dia. O medo coletivo levou ao fechamento de comércios por toda a cidade e reforçou o discurso médico-político de instaurar uma política sanitária na cidade. Nesse sentido, "O campo de concentração não é apenas materialização destes saberes e poderes, mas ele próprio produz novos saberes e novas formas de poder" (NEVES, 1995, p. 94–95).

Ao dialogar com o conceito de micropoder de Foucault (2004), observamos como o exercício da dominação nesses espaços criou um novo tipo de poder, o poder disciplinador. A partir dos séculos XVII e XVIII, o aparecimento de uma nova mecânica do poder, com procedimentos e instrumentos específicos, colocou em questão as relações de soberania. Esse mecanismo permitiu, pela vigilância, extrair tempo e trabalho dos corpos, colocando no explorado a própria doutrina da opressão. Buscou-se controlar os corpos, não para destruí-los conscientemente, mas para aumentar seu desempenho, utilizando-os ao máximo.

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo possibilitou um sistema de dominação que operou sobre os indivíduos, para controlá-los e

aumentar sua produtividade. Um efeito tanto econômico quanto político, pois se busca o aumento da produtividade ao mesmo tempo que se impede a capacidade de revolta e neutraliza os efeitos do contra poder, tornando os homens dóceis politicamente. A partir de um sistema político baseado na dominação, o poder disciplinar transforma o corpo em força de trabalho, inserindo no subordinado sua própria vigilância e controle.

Nesse sentido, os campos de concentração nordestinos serviram como ferramenta de domesticação dos corpos em um período de ebulição social. Mediante técnicas de isolamento e concentração, as elites brasileiras encontraram soluções para o terror coletivo da população. Esses locais de catalogação foram logo absorvidos pela população, que encontrou denominações para esses fenômenos. Os campos foram chamados de *Currais*, e os concentrados foram chamados de *Flagelados*. Esses indivíduos eram tratados não mais como sujeitos plurais, mas como uma massa de despossuídos que têm como única característica o não possuir. Por fim, a ideia de *Retirantes* também objetifica essas pessoas, condena-as a uma perseguição eterna, corpos que esperam para sempre a ordem do divino.

Considerações Finais

A economia varguista desempenhou um papel significativo na dominação do interior e nos movimentos migratórios em direção aos centros econômicos. As complexas relações entre a soberania interna, os deslocamentos populacionais e os impactos da seca revelam uma história marcada por desafios socioeconômicos e políticos. Um aspecto a ser considerado é o papel das redes clientelares e dos polos superiores como administradores de relações paternalistas. Essas redes estabeleceram uma dinâmica de dependência e poder, consolidando a dominação.

A formação do sertão nordestino, por exemplo, foi marcada pelo desenvolvimento de uma configuração política e econômica própria do interior do país. Formou-se nessa região uma dinâmica política instável, agravada pela volatilidade política do final do século XIX. Assim, o poder aglutinador do governo federal exerceu uma influência que favorecia os candidatos

aliados, predispondo o eleitorado a votar em seu favor. O coronelismo, fruto da decadência econômica dos grandes fazendeiros, levou a mudanças sociais, que impactaram diretamente a estrutura de poder.

O coronel, enquanto corpo político limitado geográfica e politicamente, atuou como intermediário das ajudas mútuas, exercendo poder e controlando as redes de apoio. Essa dinâmica visava neutralizar ameaças ao sistema e preservar seu próprio poder. A seca foi um elemento exógeno nesse contexto, contribuindo para o aumento da miséria, a formação de grupos messiânicos e cangaceiros e o aumento das migrações durante a Primeira República. Diante dessas circunstâncias, o governo Vargas, a partir da década de 1930, adotou estratégias para mitigar os impactos da seca e modernizar a economia e a política nacional. A implementação de obras públicas visava amenizar os sofrimentos causados por esse fenômeno recorrente e promover alguma estabilidade socioeconômica na região.

Surgem também as frentes de trabalho e os campos de concentração como uma manifestação extrema do exercício de poder e controle sobre a sociedade rural. Esses espaços representaram um dos mecanismos utilizados pelo Estado para enfrentar as crises e manter a ordem social, embora à custa da dignidade e autonomia das comunidades afetadas. Isto só foi possível graças a um longo processo de territorialização excludente e de privatização do Estado, que permitiu o controle de recursos estratégicos como a terra, os açudes e a segurança nas áreas rurais brasileiras. Nesse sentido, a violência foi frequentemente utilizada como forma de repressão e de controle de pessoas e propriedades. Aqueles que administraram a educação, a religião e a segurança moldaram os discursos, mantendo uma tradição do uso da força e da subjugação da sociedade camponesa.

Fontes utilizadas

NOTÍCIAS. **Jornal A Tribuna**, Aracaju, 15 de abril de 1931. Disponível no acervo digital da Biblioteca Estadual Epifânio Dórea. Acesso em: 17 de maio de 2023.

NOTÍCIAS. **Folha da Manhã**, São Paulo, 31 de dezembro de 1959. Disponível no acervo digital da Folha de São Paulo. IN: https://acervo.folha.com.br/index.do. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

revista hydra

Referências bibliográficas

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, [*s. l.*], v. 40, n. 2, p. 229–250, 1997.

DANTAS, M. D. **Fronteiras Movediças: A comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007. 2007.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, L. de C. Entre as relações de força e o consenso: as políticas anti-migratórias e os trabalhadores-cassacos no contexto das secas da década de 1950. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 6, n. 2, p. 85, 2019.

FONTES, P. São Miguel paulista dos "baianos". TRAVESSIA - revista do migrante, n. 40, p. 17–24, 22 ago. 2001.

____. Um Nordeste Em São Paulo. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica Do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

HESPANHA, A. M.; XAVIER, Â. B. As redes Clientelares. *Em*: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). **História de Portugal: O Antigo Regime 1620-1807**. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 1993. v. 4, p. 339–349. Disponível em: Acesso em: 1 maio 2023.

LEAL, V. N. **Coronelismo enxada e voto**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARQUES, A. C. Política e questão de família. **Revista de Antropologia**, [*s. l.*], v. 45, n. 2, p. 417–442, 2002.

MELLO, F. P. D. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5ªed. São Paulo: A Girafa, 2011.

NEVES, F. Curral de Bárbaros: Os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

SINGER, P. Interpretação do Brasil, uma experiência histórica de desenvolvimento. *Em*: FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia. 1889-1930**. 8ª ed. São Paulo: Bertrand, 1992. v. 8.

revista hydra

FRONTEIRAS EM FLUXO E DESTINOS FORÇADOS: AS CONSEQUÊNCIAS DEMOGRÁFICAS E POLÍTICAS NA POPULAÇÃO ALEMÃ ÉTNICA APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Bruna Doimo[1]

Marcela de Oliveira Santos Silva[2]

Resumo: Acordos internacionais de dissolução de impérios e remarcação de fronteiras, para além de questões econômicas e territoriais, causam grandes mudanças demográficas. Um caso muito importante, porém pouco abordado pela historiografia brasileira, é o dos alemães étnicos, pessoas de origem étnica/linguística alemã que ficaram fora das novas fronteiras do estado definidas após a Primeira Guerra. Os tratados de paz após o conflito fizeram que grandes contingentes populacionais estivessem divididos por diversos países europeus. Neste artigo, vamos discutir a questão da anexação de alemães étnicos por outros Estados e o tratamento dado a esse grupo nesses países, como França, Itália e Tchecoslováquia, apresentando as consequências dessa mudança populacional forçada no discurso político alemão no entre guerras.

Palavras-chave: Minoria étnica alemã; Reorganização territorial; Políticas para imigrantes.

BORDERS IN FLOW AND FORCED DESTINIES: THE DEMOGRAPHIC AND POLITICAL CONSEQUENCES FOR THE ETHNIC GERMAN POPULATION AFTER WORLD WAR I

Abstract: International agreements for the dissolution of empires and the remarcation of borders, beyond economic and territorial issues, lead to significant demographic changes. An important case but often overlooked in Brazilian historiography is group of the ethnic Germans, individuals of German ethnic/linguistic origin who found themselves outside the new state borders defined after World War I. The peace treaties following the conflict resulted in large population contingents being divided among various European countries. In this article, we will discuss the annexation of ethnic Germans by other states and the treatment of this group in those countries, such as France, Italy, and Czechoslovakia. We will also explore the consequences of this forced population shift in German political discourse during the interwar period.

Keywords: German ethnic minority; Territorial reorganization; Immigrant policies.

[1] Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Contato: bbdoimo@yahoo.com.br.

[2] Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista FAPERJ nota 10. Contato: marcela.oliveir@yahoo.com.br.

revista hydra

Introdução

No início da invasão russa à Ucrânia, o presidente russo Vladimir Putin afirmou que a criação do Estado ucraniano foi um erro de Lênin, que, ao dar autonomia à região, declarando-a como uma província independente, separou um estado que "historicamente faz parte do território russo". Putin ainda afirmou que "Ninguém disse aos milhões de pessoas que viviam lá o que pensaram disso".[3] Longe de legitimar essa fala do presidente russo, que pode facilmente ser negada mediante algumas avaliações sobre a formação da identidade étnica ucraniana, o que queremos ressaltar é que as divisões territoriais, consequentemente populacionais, podem dar margem para um discurso revisionistas. Uma situação ainda mais complicada pode surgir a partir da divisão de territórios por acordos internacionais. Entre os muitos exemplos históricos dessa cisão, podemos citar a perda de território alemã após o fim da Primeira Guerra Mundial.

Se hoje em dia é comum na Alemanha um grande contingente de imigrantes,[4] algumas décadas atrás a situação era a oposta. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o mapa europeu sofreu drásticas transformações, e a Alemanha e sua população foram bastante afetados.

Neste artigo discutiremos as penitências infligidas à Alemanha pelos tratados internacionais após a Primeira Guerra. Para além das questões financeiras e militares, chamamos atenção para o tema das perdas territoriais, que acarretam diretamente em perdas populacionais. Essa situação de perda de nacionalidade dos *Volksdeutschen* (alemães étnicos)[5] e o trata-

[3] EILSE, Ines; MUDGE, Rob, As falsas declarações de Putin sobre a história da Ucrânia, **Deutsche Welle,** 24.02.2022,Disponível em https://www.dw.com/pt-br/as-falsas-declara%C3%A7%C3%B5es-de-putin-sobre-a-hist%C3%B3ria-da-ucr%C3%A2nia/a-60907021. Acesso em 31.08.2023

[4] O país está em primeiro lugar entre os estados europeus que mais recebem imigrantes, só em 2021, foram registrados 148.159 pedidos de asilo para o governo alemão Pedidos de asilo e refugiados na Alemanha. **Dados mundiais.** Disponível em <https://www.dadosmundiais.com/europa/alemanha/refugiados.php>. Acesso em 15 de Jun. 2023

[5] Alemães éticos é o termo mais usado pela historiografia especializada no tema para traduzir "*Volksdeutschen*". Esse termo era utilizado pelas correntes ultranacionalistas alemães no pós-Primeira Guerra para se referir a indivíduos de nacionalidade alemã, que se encontravam fora das fronteiras do que ficou delimitado como Estado alemão após 1918. É importante ressaltar que, para esses grupos nacionalistas, no qual se inclui o Partido Nazista, a nacionalidade era uma questão racial. Desse modo, as fronteiras territoriais não eram relevantes a fim de

mento dado a esse grupo nos países para os quais esses indivíduos migraram serviram, mais tarde, como munição para um discurso nacionalista, que era a favor de revisar as fronteiras do Estado. Esse discurso que ganha força com a popularização do partido nazista, que foi uma das bases para justificar o início de uma nova guerra em 1939.

Notemos que não se trata apenas do caso de grupos refugiados ou de um grande deslocamento populacional.[6] Como veremos adiante, mesmo causando, sim, esse fenômeno, com muitos alemães de deslocando para as novas fronteiras do Estado alemão traçadas no pós-guerra, esse caso se destaca pela perda de cidadania entre aqueles alemães que ficaram onde viviam durante e antes da guerra. Essas pessoas se encontravam agora em território estrangeiro. A situação é diferente do que se passou no pós--segunda guerra, por exemplo, quando os alemães que se encontravam nos territórios conquistados pelo Terceiro *Reich* foram muitas vezes expulsos após o fim do conflito. De qualquer forma, nos dois casos, as populações alemãs se veem deslocadas da sua pátria. Com a especificidade de que no pós-1945, muitos alemães imigraram para fora da Europa por diversos motivos, direcionando-se a países da América Latina, incluindo o Brasil. Existem diversos estudos que abordam a imigração alemã para o Brasil e a integração desse grupo na sociedade brasileira.[7]

Este artigo é resultado de pesquisas anteriores desenvolvidas no Núcleo de Estudos da Política e História Social, em que a História Contemporânea e os Genocídios do século XX eram temas que perpassavam as investiga-

considerar quem era de fato alemão. O pertencimento nacional, segundo essa perspectiva, estava ligado a uma questão racial-cultural. Assim, mesmo aqueles nascidos nos territórios perdidos pela Alemanha após os tratados de paz, eram tão alemães, quanto aos que estavam dentro das fronteiras do estado em si. Para uma leitura mais aprofundada sobre o tema ler DOIMO, Bruna, ***Die Volksdeutschen:* Uma análise sobre o papel dos alemães étnicos nos discursos de Adolf Hitler de 1925 a 1939.** 2019, 189 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

[6] Sobre o conceito usado para referir-se a esses grupos há de se ter atenção para não confundir com termos muito usados na atualidade como "imigrante" ou "deslocados de guerra". Isso porque o uso desses termos pode ser inapropriado para o caso, ou até mesmo anacronismo. Sobre o uso e significado do termo, ver SALIS, André Ulysses de, **O silêncio do Leste: Refugiados do stalinismo no Paraná.** 2020, 234 f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. P.79-80

[7] DOS SANTOS, Rodrigo. Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste–Guarapuava, Paraná (1946-1960). **Revista Espacialidades**, v. 8, n. 01, p. 370-379, 2015.

ções do grupo. A partir disso, no presente artigo, optou-se por trabalhar com um fragmento das reflexões desenvolvidas, portanto, com a migração forçada de alemães étnicos.

Os Tratados de Paz que puseram fim à Primeira Guerra Mundial

Após a assinatura do armistício que encerrou a Primeira Guerra Mundial, diversos tratados foram estabelecidos entre as potências envolvidas no conflito. Entre esses acordos, o Tratado de Versalhes destacou-se como um dos mais significativos e amplamente conhecidos.[8] Esse documento abordou uma série de questões, sendo uma das mais importantes a cessão de partes do território alemão às nações vitoriosas como forma de reparação pelos danos causados durante a guerra.

Como consequência dessas mudanças territoriais, a maioria dos habitantes dessas regiões perdeu sua cidadania alemã. Em apenas quatro casos, a determinação da nacionalidade foi concedida aos habitantes locais. Os distritos de Eupen-Malmédy, que foram concedidos à Bélgica, e o de Schleswig, que estava sob o domínio da Dinamarca, foram dois desses casos. Em ambos os casos, a população local teve a oportunidade de decidir o destino de suas regiões por plebiscitos. Outras duas regiões, Marienwerder e Allenstein, também realizaram plebiscitos, em julho de 1920. Em ambas, a maioria decidiu permanecer na Alemanha, enquanto apenas algumas vilas foram transferidas para a Polônia devido à predominância da população polonesa naquelas áreas.[9]

Com a restauração da Polônia após a guerra, que havia sido desmembrada entre a Prússia, a Rússia czarista e a Áustria-Hungria, a parte oriental do Império Alemão sofreu uma considerável perda territorial. À Polônia foi concedida a região de Posen, de acordo com os termos do tratado, que estabe-

[8] O Tratado de Versalhes foi um acordo assinado em 1919 após o término da Primeira Guerra Mundial. Ele estabeleceu as condições de paz entre as potências vitoriosas (principalmente Reino Unido, França, Estados Unidos e outros) e a Alemanha derrotada. Como veremos mais adiante, o tratado impôs uma série de sanções e exigências à Alemanha, incluindo a redução de seu território, a desmilitarização, o pagamento de reparações de guerra e a culpa pela guerra.

[9] Carr, Edward Hallett. **International relations between the two world wars, 1919-1939**. Macmillan, 1947. P.123

lecia o direito de acesso ao mar. Como resultado, foi criado um corredor de aproximadamente 100 km² no território alemão, que se estendia entre a Prússia Oriental e a Pomerânia. Por outro lado, a região da Alta Silésia, inicialmente concedida à Polônia, foi compartilhada por meio de um acordo germano-polonês em 1922. Além disso, a Prússia perdeu o território de Memel, que foi incorporado à Lituânia após um período de controle francês na região. Também ocorreu a integração do território de Hultschin à Tchecoslováquia.[10]

Outra cidade que foi incorporada ao Império Alemão em 1871 e posteriormente perdida devido às imposições do tratado foi Danzig. Apesar de possuir uma maioria populacional de origem alemã, com 96,5% dos 410 mil habitantes sendo de etnia alemã,[11] a cidade foi designada como uma "Cidade Livre" pelo tratado, o que lhe conferia uma representação política própria. No entanto, um Alto Comissário da Liga das Nações foi designado para lidar com questões referentes à sua organização política.[12] Além disso, as estradas e a alfândega da cidade estavam sob o controle da Polônia.

Como parte das reivindicações do Tratado, a região fronteiriça da Renânia foi desmilitarizada e ocupada por forças aliadas. A ocupação foi planejada da seguinte maneira: a região deveria ser "dividida em três zonas, a serem evacuadas respectivamente em cinco, dez e quinze anos após a entrada em vigor do Tratado".[13] Adicionalmente, ainda como parte das imposições do acordo de paz, a Alemanha perdeu suas colônias ultramarinas.

---

[10] RICHARD, Lionel. **A república de Weimar (1919-1933)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988. p.65

[11] EPSTEIN, Catherine. **Model Nazi: Arthur Greiser and the Occupation of Western Poland.** Oxford University Press on Demand, 2010. p.39

[12] Na constituição da Cidade Livre de *Danzig*, de 17 de novembro de 1920, pode-se observar o controle exercido pela Liga das Nações sobre o território, mostrando que sua independia não era absoluta. No Artigo 5, lê-se: "Sem o consentimento prévio da Liga das Nações, em cada caso, a Cidade Livre não deve: 1. servir como base militar e naval; 2. fortalecer fortificações; 3. permitir a produção de munição ou material de guerra em seu território.". Já o artigo 42 fala sobre a monitoração da Liga: "O Senado da Cidade Livre de Gdansk, a pedido, fornecerá à Liga das Nações, a qualquer momento, informações oficiais sobre os assuntos públicos da Cidade Livre de Danzig.". No artigo 49, por sua vez, vê-se a regulamentação da Liga sobre alterações na constituição: "As emendas à Constituição não podem entrar em vigor antes de serem notificadas à Liga das Nações e foi declarado que não há objeções às emendas". A Constituição da Cidade Livre de *Danzig* pode ser encontrada em <https://www.freecitysourcebook.com/uploads/2/6/1/2/26123343/die_verfassung_der_freien_stadt_danzig__textausgabe_mit_einleitung_von_dr._otto_loening__1922.pdf >. Acesso em 24 Jun. 2023

[13] CARR, op. cit., 1947, p.125

revista hydra

Figura 1 – Territórios perdidos pela Alemanha após o Tratado de Versalhes
Fonte: US Holocaust Memorial Museum. https://www.ushmm.org/wlc/en/media_nm.php?ModuleId=10005425&MediaId=1620. Acesso em 23 de jun. 2023

No mapa apresentado, observamos as divisões territoriais dos Estados antes e após a Primeira Guerra Mundial. Destacam-se os territórios perdidos pela Alemanha, devido às imposições do Tratado de Versalhes, indicando as partes que foram concedidas à França, à Polônia, à Bélgica, à Dinamarca, à Tchecoslováquia e à Lituânia, bem como as regiões que ganharam autonomia.

Ainda, vale ressaltar as colônias africanas que a Alemanha possuía antes da guerra, correspondendo aos atuais Estados de Camarões, Togo, Ruanda e Burundi, além de faixas territoriais em outros Estados e ilhas.

O Tratado de Saint-Germain-en-Laye, assinado em setembro de 1919, foi responsável pela dissolução do Império Austro-Húngaro e pelo estabelecimento da República Austríaca, englobando as regiões de língua alemã. A nova nação contava com apenas "7 milhões de cidadãos (em comparação com os 54 milhões do império), 2 milhões dos quais habitando em Viena."[14] A consolidação da República Austríaca frustrou o desejo tanto da Alemanha quanto da Áustria de uma fusão dos dois Estados.[15]

[14] KERSHAW, Ian, **Hitler,** trad. Pedro Maia Soares, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010, p.389
[15] BARANOWSKI, 2014, p.124

Isso se deu porque o novo país era formado quase em sua totalidade por indivíduos de língua alemã. Por esse motivo, a união entre Alemanha e Áustria, conhecida como *Anschluss*,*16* era uma ideia amplamente desejada pelos dois Estados, o que ficou provado pelo plebiscito realizado no início dos anos 1920.[17]

O antigo Império Austro-Húngaro foi obrigado a ceder territórios para os novos Estados que se formaram, como a Polônia (que foi reconstituída), a Tchecoslováquia e o Reino da Sérvia, posteriormente conhecido como Iugoslávia.[18] A Iugoslávia ficou com partes dos territórios da Estíria e da Caríntia, enquanto a região da Bukovina foi entregue à Romênia.[19] Além disso, os alemães que viviam na Boêmia, na Morávia e na Silésia Austríaca foram incorporados ao novo Estado da Tchecoslováquia.[20]

No mapa a seguir, a área colorida representa o território do antigo Império Austro-Húngaro antes de 1914. Sobrepostas a ela, estão marcadas as novas divisões estatais que surgiram após a guerra.

O Tratado de Saint-Germain-en-Laye também foi responsável por ajustar contas em relação aos acordos estabelecidos durante o período da guerra, como o "Pacto de Londres", firmado entre Itália, França, Grã-Bretanha e Rússia. Esse acordo garantiu a participação italiana na guerra ao lado dos países da Tríplice Entente. No pacto, ficou estabelecido que a Itália teria direito aos territórios que anteriormente pertenciam à Áustria-Hungria, como Tirol, Trentino e Ístria.

---

[16] Em significado literal, podemos traduzir para conexão, anexação. Porém, buscando o significado histórico, trata-se do projeto de fusão entre Alemanha e Áustria, levando em conta o fato da maioria das duas populações terem a mesma base étnica, cultural e linguística. Essa ideia era defendida por diferentes grupos pangermânicos que advogavam em prol de uma "grande Alemanha", que seria a junção da parte germanófona dos territórios que antes formaram o Sacro Império Romano Germânico.

[17] EVANS,2010, p.173

[18] Não só os alemães sofreram com a formação de estados multiculturais. A formação da Iugoslávia se deu sem qualquer precedente que unia os povos que foram agrupados (sérvios, croatas e eslovenos) nesse novo Estado, apenas se pautando na força da língua em comum. A criação de um Estado único se deu mais pelos interesses das grandes potências europeias do pós-guerra, Inglaterra e França, que apoiaram o movimento nacionalista pan-eslavo, que começou a ganhar força antes mesmo do fim da Primeira Guerra. DECRESCI, Samuel. A incoerência na formação do estado iugoslavo: um "diálogo" com a obra Nações e Nacionalismo de Eric J. Hobsbawm. **Revista Sem Aspas**, p. 145-154, 2013.

[19] Holocaust Encyclopedia, TREATY OF VERSAILLES, 1919: Impact of World War I. Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10005425 >, Acesso em 20 de Fev. 2018

[20] CARR, op. cit., 1947, p.10

revista hydra

Figura 2 – Dissolução da Áustria-Hungria

Fonte: Por Rowanwindwhistler (Discussão · contribs) - Este ficheiro foi derivado de Disgregación de Austria Hungría.svg:CC BY-AS 4.0 19 de Nov. 2010. Disponível em https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=61355919. Acesso em 23 jun. 2023

A região de Trentino era, de fato, habitada predominantemente por uma população italiana No entanto, no Tiro Sul, 86% da população falava alemão, mas a região também era composta por ladinos (4%), italianos (3%) e "estrangeiros ou falados de outra língua".[21] A aquisição dessa região era de interesse para o governo italiano, devido às fronteiras naturais que esse território proporcionaria para o Estado.[22]

Apesar dos tratados de paz já imporem diversas sanções à Alemanha, os aliados tomaram medidas que ultrapassavam o que estava estabelecido. Como mencionado anteriormente, o Tratado de Versalhes previa a ocupação da Renânia pelas tropas aliadas (francesas, inglesas e norte-americanas), o que ocorreu desde o fim da guerra. No entanto, em 1923, a França expandiu sua zona de ocupação por toda a extensão da bacia do Ruhr. A invasão dessa região tinha como objetivo forçar a Alemanha a pagar reparações de guerra, uma vez que o Ruhr era uma área industrial de grande importância na produção de carvão. O mapa a seguir mostra que a

[21] ALCOCK, Antony. **The South Tyrol Autonomy: A short introduction**. University of Ulster, 2001. P.01

[22] Alcock afirma que "a linha dos Alpes no Brenner foi considerada uma barreira natural muito superior ao que poderia ser encontrado mais ao sul." (ALCOCK, op. cit., 2001. p.02).

ocupação francesa excede em muito a dos demais aliados e está localizada em uma região economicamente estratégica.

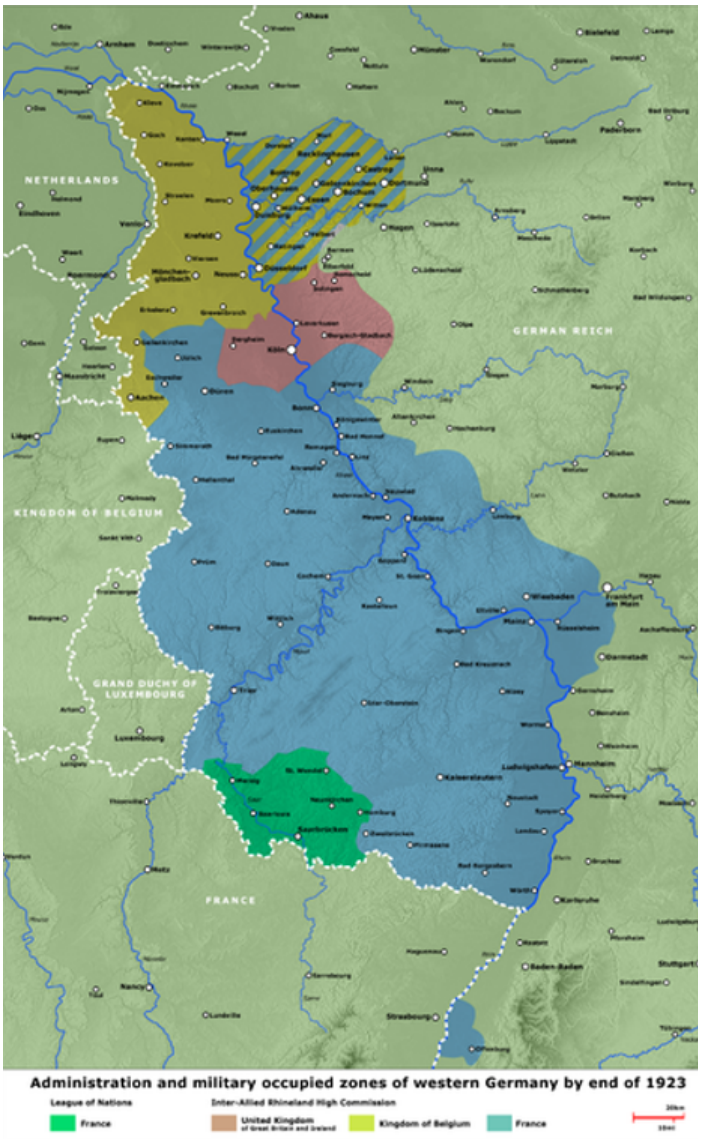


Figura 3 – Zonas de ocupação militar e administrativas na Alemanha Ocidental no final de 1923
Fonte: Disponível em <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5a/Western_Germany_1923_en.png/375px-Western_Germany_1923_en.png>. Acesso em 23 de jun. 2023

Para muitos grupos nacionalistas alemães, incluindo o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP)— o partido de Hitler —, os tratados de paz do pós-guerra, especialmente o Tratado de Versalhes, eram vistos não apenas como "uma humilhação nacional, mas como uma ameaça biológica a sobrevivência do povo alemão como um todo".[23] Com base nessa

[23] MAZOWER, 2013, P.83

percepção, a recuperação de territórios tornou-se um elemento crucial no discurso de Hitler. Ele acreditava que era necessário desenvolver planos de política externa que levassem em consideração essa necessidade de reaver os territórios perdidos. Nesse sentido, a justificativa central para a tomada do poder e o controle da política interna era a preparação do país para conflitos prolongados, visando à obtenção/reanexação de territórios.[24]

Posto isso, a partir daqui, trataremos sobre a migração alemã pela Europa no pós-guerra.

Os alemães pela Europa após o fim da guerra

Após o término da guerra, as populações de língua alemã foram significativamente afetadas pelas mudanças territoriais resultantes do Tratado de Versalhes. Muitas dessas populações se encontraram dentro das fronteiras de novos Estados, enfrentando uma nova realidade política e social.[25] Eric Steinhart destaca o movimento migratório de dezenas de milhares de germanófonos que se estabeleceram no Império Russo no início do século XIX.[26] Além disso, Doris Bergen ressalta que, até a década de 1930, existiam aproximadamente 30 milhões de *Volksdeustchen* vivendo fora das fronteiras do Reich, sendo pelo menos 10 milhões no leste europeu, abrangendo países como Polônia,

[24] MAZOWER, 2013, p.83

[25] Pieter Judson chama atenção para uma questão muito importante na análise dessas populações. O autor alerta que deve haver, por parte do pesquisador, um cuidado com o uso de termos e concepções empregados por "ideólogos nacionalistas", quando estes são usados como ferramentas analíticas. Ao se referir especificamente sobre a questão da "diáspora alemã", o autor afirma que esse conceito foi usado pelos discursos nacionalistas ao se referirem às "comunidades no território Habsburgo na Europa Central", a fim de "defender uma relação necessária entre essas comunidades e o estado alemão". Todavia, segundo ele, é muito difícil se referir à diáspora no período entre guerra. "Durante o período de 1918, eles usualmente referiam-se às ideologias pré-guerra para orientação, tradições que raramente haviam tornado sua relação com a Alemanha um componente necessário da identidade da comunidade". Ainda segundo o Judson, foi somente depois da década de 1930, e muito graças à propaganda nazista, que "essas comunidades duramente pressionadas conseguiram criar uma nova autocompreensão entre eles como diásporas do Estado-nação alemão". JUDSON, Pieter, When Is a Diaspora Not a Diaspora? Rethinking Nation-Centered Narratives about Germans in Habsburg East Central Europe. *In:* **The Heimat Abrod**. Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, University of Michigan Press, 2005, p. 219-220

[26] STEINHART, Eric C. Introduction, In: The Holocaust and the Germanization of Ukraine. Cambridge University Press, 2015. p.02

Estados Bálticos, Ucrânia, Hungria e Romênia.[27] Norbert Götz, por sua vez, aponta para a existência de mais de 14 milhões de pessoas de língua alemã nas regiões de fronteira com a Alemanha, incluindo Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Áustria, Tchecoslováquia e Polônia. Essas regiões foram retratadas pelo regime nazista como "áreas de assentamento alemão" (*GeschlossenerVolks siedelboden*), o que refletia a política expansionista e os objetivos de colonização da ideologia nazista.[28]

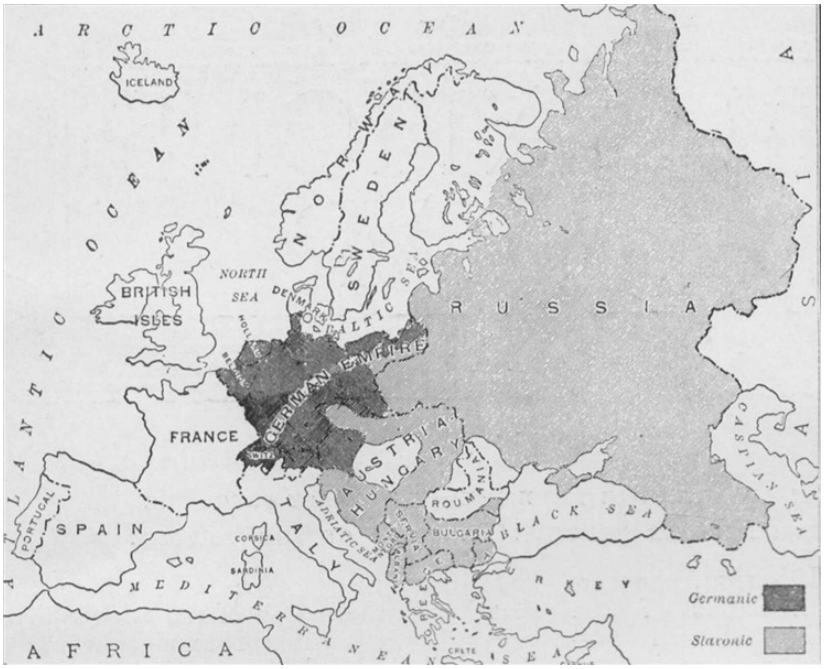


Figura 4 – Povos alemães e eslavos na Europa em 1914 (NW)
Fonte: Disponível em http://www.firstworldwar.com/photos/graphics/nw_gerslav_01.jpg. Acesso em 20 de jun. 2023

O mapa apresentado ilustra a distribuição dos povos alemães e eslavos na Europa antes da guerra. No entanto, ao sobrepor o mapa das fronteiras resultantes dos tratados de paz, fica evidente que a população de língua alemã foi dividida entre diferentes Estados. Segundo Thone Ulf, dos 31 Estados europeus, 21 abrigavam comunidades alemãs. Essa fragmentação da população de língua alemã foi uma das consequências significativas dos acordos

[27] BERGEN, Doris L., Tenuousness and Tenacity: The Volksdeutschen of Eastern Europe, World War II, and the Holocaust. *In:* **The Heimat Abrod.** Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, (Org.), University of Michigan Press, 2005, p.267

[28] GÖTZ, Norbert. German-speaking people and German heritage: Nazi Germany and the problem of Volksgemeinschaft. *In:* Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, (Org.) **The Heimat Abrod**. University of Michigan Press, 2005, p.60.

de paz. A criação de novos Estados e a redistribuição territorial resultaram em comunidades alemãs espalhadas por diversas regiões da Europa. Essa realidade trouxe desafios políticos, sociais e culturais para essas comunidades e influenciou as dinâmicas regionais e as relações entre os Estados após a guerra.[29] Segundo Mazower, o Tratado de Versalhes resultou na transformação dos alemães na maior população minoritária da Europa. Estimava-se, em 1930, que entre 8 e 9 milhões das 36 milhões de pessoas pertencentes a minorias étnicas no Leste Europeu eram de origem alemã. Isso evidencia o impacto significativo do tratado na distribuição étnica e na situação das minorias na região.[30]

Os alemães como maioria étnica: o caso austríaco.

Nem em todas as regiões os alemães eram minorias. O recém-formado Estado austríaco abrigou em suas fronteiras uma grande parte da população de língua alemã, proveniente do extinto Império Austro-Húngaro. Portanto, era natural que, nesse período de definição das novas fronteiras nacionais, surgisse o debate sobre o *Anschluss* com a Alemanha.

Sob a liderança do chanceler Karl Renner, os falantes de língua alemã do antigo Império Austro-Húngaro reuniram-se em Viena e proclamaram a República Austríaca Alemã.[31] Uma constituição foi estabelecida, declarando que "a Áustria alemã era parte integrante da República Alemã".[32] Otto Bauer, recém-nomeado líder do Partido Social-Democrata, afirmou que, ao fazer isso, o povo "manifestou seu desejo de se unir novamente às demais nações germânicas das quais se separou há 52 anos".[33]

Antes da guerra, apenas alguns setores mais conservadores, como os pangermanistas, defendiam a derrubada da monarquia em favor da união das regiões étnicas alemãs com a "pátria mãe". No entanto, após o fim do Império, a união começou a ser desejada por diferentes setores da sociedade.[34]

[29] WRIGHT, 2002, p.711 apud THOENE, 2014, P.43

[30] MAZOWER, op. cit., p.73

[31] EVANS, op. cit., 2010, pp. 81-82

[32] MAZOWER, op. cit., p. 71

[33] M. Dockrill e J. D. Goold, p. 03 apud Mazower, p.71.

[34] Em oposição à união, estavam os católicos austríacos que temiam que a união pudesse enfraquecer a igreja. Ver, MAZOWER, op. cit., p.72.

Os social-democratas viam a fusão com a nova República Alemã como uma forma de garantir que a monarquia dos Habsburgos nunca mais retornasse ao poder. Mazower destaca que até mesmo a direita tinha interesse na união, pois buscava uma "nova ordem política, nacional e econômica" com a Alemanha.[35]

No momento da formação da Assembleia do novo Estado austríaco, foi a esquerda que ganhou destaque, obtendo 41% dos votos para formar a nova constituinte. Os social-democratas conquistaram 72 cadeiras; os sociais cristãos, 69; os nacionais alemães, 26; e os nacionais judeus e os democratas burgueses, os demais cargos.[36]

Mediante um plebiscito, a maioria expressou seu desejo pela unificação. A nova constituição também delineava as aspirações territoriais austríacas. Algumas regiões, como o Tirol do Sul (conhecido no mapa como Tirol Alemão), não foram incluídas nas novas fronteiras do Estado austríaco, uma vez que estavam sob o controle da Itália. A Caríntia e a Estíria foram cedidas ao Reino da Sérvia, enquanto os Sudetos foram dominados pela Tchecoslováquia.

Além disso, as potências aliadas vetaram a possibilidade do *Anschluss*, a união entre Alemanha e Áustria, que os alemães consideravam seu direito legítimo. Mazower e Evans destacam que as potências vitoriosas não estavam dispostas a permitir que a Alemanha, mesmo derrotada na guerra, ampliasse significativamente seu território e população. Evans descreve como "chocante, [...] a recusa das potências vitoriosas em permitir a união da Alemanha e da Áustria de língua alemã",[37] principalmente porque as nações que surgiram a partir do desmembramento do Império Austro-Húngaro basearam-se justamente no princípio da autodeterminação dos povos. Diante disso, surgia a questão: por que esse mesmo princípio não

[35] MAZOWER, op. cit., p.72.

[36] Essa eleição foi marcada pelo sufrágio universal, momento em que as mulheres que até então estavam excluídas da vida política em quase todos os países tiveram acesso ao voto. SCHEUCH, **Manfred,1919: Primeiras eleições verdadeiramente democráticas,** RotBewegt, Áustria, s/d. Disponível em <https://www.rotbewegt.at/#/epoche/1918-1933/artikel/1919-erste-echt-demokratische-wahlen>. Acesso em 15 de Junho. 2023.

[37] EVANS, op. cit., 2010, p.81.

seria aplicado àqueles que se identificavam como alemães? Por que eles não poderiam se unir àqueles que consideravam seus semelhantes, se essa era a vontade de ambas as nações?

Não só entre os austríacos, mas também entre os alemães, a demanda pela unificação entre dos dois países surgiu de várias fontes e ganhou considerável força no período pós-guerra.

> De todas as cláusulas do Tratado, essa pareceu a mais injusta. [...] Os austríacos queriam a união; os alemães estavam preparados para aceitar a união; o princípio de autonomia nacional exigia a união. O fato de os aliados proibirem a união permaneceu uma fonte constante de amargura na Alemanha e condenou a nova "República da Alemanha-Áustria", como era conhecida, a duas décadas de existência dominada por conflitos e abalada por crises nas quais poucos de seus cidadãos chegaram a acreditar em sua legitimidade.[38]

Os Estados europeus e a minoria étnica alemã

Mark Mazower observa que não há um tratamento uniforme em relação aos "alemães étnicos" por parte dos diferentes Estados. Cada governo lidou de maneira específica com as minorias étnicas presentes em seus territórios.

Em alguns casos, como na Estônia, os "alemães étnicos" tiveram seus direitos à autonomia cultural garantidos pela constituição. Posteriormente, em 1925, foi permitido a todos os grupos identificarem-se de acordo com sua nacionalidade. Além disso, no parlamento, os deputados tinham permissão para usar suas línguas maternas, se assim o desejassem. Por outro lado, as expropriações de terras resultaram na falência de muitos proprietários alemães. Porém, segundo o autor, aqueles que viviam de maneira mais modesta nas cidades não foram tão afetados por essas medidas.[39]

Contudo, essa não foi a realidade da maioria dos alemães que ficaram sob o domínio de governos "estrangeiros". A seguir, vamos discutir alguns casos em que os Estados tiveram que lidar com um contingente significativo de pessoas de "etnia alemã" em suas fronteiras após a guerra.

[38] EVANS, op. cit., 2010, p.82.
[39] MAZOWER, op. cit., p.74.

Na França

O maior contingente da população alemã fora do Estado estava localizado no leste europeu. Portanto, são nesses países que o tratamento dessa minoria étnica se torna mais relevantes. No entanto, como evidenciado na Figura 4, também existiam grupos de alemães concentrados na região centro-europeia. Assim, havia um grande contingente de alemães nas antigas fronteiras ocidentais do Império. Portanto, não foram apenas os países do leste que tiveram que lidar com esses grupos.

Em um caso evidente de perseguição a essa população, o governo francês empreendeu a expulsão de um grande contingente de alemães étnicos de seu território. De acordo com Mazower, essa ação representou um "ataque flagrantemente racista aos direitos civis dos germanófonos". Cerca de 200 mil pessoas de origem alemã que residiam na região da Alsácia-Lorena foram afetadas por essa medida.[40]

A ação arbitrária por parte da França não se limitou aos seus territórios recuperados, mas também se estendeu às regiões que estavam temporariamente sob sua custódia, como Sarre e Renânia. Os representantes do governo francês nessas áreas proibiram celebrações e canções de caráter nacionalista alemão, restringindo assim a expressão cultural e o sentimento de identidade dos habitantes locais.

No Sarre, os trabalhadores das minas estatais acusavam os novos proprietários de discriminação contra os alemães étnicos. Além disso, o governo promovia campanhas e movimentos separatistas, ao mesmo tempo que excluía grupos nacionalistas radicais. Essas ações contribuíram para um clima de tensão e animosidade na região.[41]

Outra questão que exacerbou ainda mais a insatisfação da população alemã em relação ao governo francês foi a presença de soldados negros, oriundos das colônias francesas na África, na região da Renânia e posteriormente na bacia do Ruhr. De acordo com Evans, essa composição étnica do exército francês aumentava o sentimento de humilhação entre os habitantes

[40] MAZOWER, op. cit., p.78
[41] EVANS, op. cit., 2010, p.84

locais, que expressavam a sensação de que "siameses, senegaleses e árabes" estavam se tornando "donos de sua terra natal".[42] Essa situação estimulou manifestações racistas na região, que difundiam a ideia, por meio de desenhos e propaganda, de que os soldados negros, retratados de forma bestial, estavam abusando sexualmente de mulheres alemãs.

Na Itália

No cenário político italiano, não havia consenso sobre como lidar com a questão dos alemães no Tirol. Entre os políticos mais moderados, havia incertezas em relação à anexação dessa região, pois eles levavam em consideração os direitos desse grupo étnico, chegando até a propor a realização de um plebiscito. Por outro lado, havia um grupo com discurso mais nacionalista, que enfatizava o caráter histórico italiano da região e defendia a importância de mantê-la como uma fronteira que garantia a segurança do Estado.[43]

Após a ascensão dos fascistas ao poder, em 1922, uma série de medidas foram implementadas contra os "alemães étnicos" no Tirol Sul, com o objetivo de "desgermanizar" a região e restringir o exercício de sua cultura. Uma das políticas adotadas nesse sentido foi a proibição do uso da língua alemã, tornando obrigatório o uso do italiano por funcionários em todos os cargos públicos. Aqueles que não conseguiam se comunicar em italiano foram substituídos por trabalhadores italianos. A língua alemã foi proibida em tribunais, escolas e até mesmo nas interações cotidianas entre pessoas de origem alemã. Os nomes dos lugares, que anteriormente eram em alemão, foram substituídos por nomes italianos. A imprensa em língua alemã, considerada uma forma de manter a solidariedade do grupo, também foi proibida, resultando no fechamento dos jornais e na censura dos meios de comunicação radiofônicos. Além disso, os partidos políticos compostos por membros de origem alemã foram dissolvidos.

Em 1934, a política de "italianização" foi intensificada por Mussolini. Uma zona industrial foi estabelecida na capital do Tirol Sul com o objetivo de

[42] MERKL, p.193, apud, EVANS, p.188

[43] MOTTA, Giuseppe. **The Italian military governorship in South Tyrol and the rise of fascism.** Edizioni Nuova Cultura, 2012. p.76

incentivar a imigração de pessoas de outras regiões da Itália. De acordo com Antony Alcock, essa política teve o efeito desejado, resultando em um aumento de 25% na população de origem italiana na região.[44]

Na Tchecoslováquia

Em alguns países, a questão das minorias "nacionais" era complicada devido aos conflitos preexistentes. Conforme observado por Mazower, os alemães encontraram dificuldade em aceitar que não eram mais a classe dominante, como foi o caso na recém-criada Tchecoslováquia.

Apesar de a Tchecoslováquia ser um estado composto por diversos grupos "nacionais", as minorias não eram suprimidas pelo governo local. O país tinha uma distribuição populacional que consistia em 66,9% (9.688.770) de tchecos e eslovacos, 22,3% (3.231.688) de alemães, 4,8% (691.923) de húngaros, 3,8% (549.169) de rutênios e 0,6% (81.737) de poloneses.

As minorias alemãs estavam localizadas nas regiões fronteiriças do oeste, sudeste e nordeste do país. A área onde predominava a população de origem alemã, destacada no mapa com uma cor cinza mais clara, era conhecida como Sudetos.

A relação entre alemães e imigrantes tchecos foi marcada por conflitos e tensões. Os tchecos que migraram para as regiões industriais alemãs eram, em sua maioria, trabalhadores agrícolas que foram forçados a deixar suas terras devido à modernização da agricultura, sendo atraídos para as áreas industriais da Boêmia Alemã pelos salários mais altos oferecidos nas minas e nas fábricas têxteis.

Os operários alemães tinham um sentimento de desprezo em relação aos tchecos, devido ao seu estilo de vida e à sua disposição para aceitar salários mais baixos, o que levava os empregadores a preferi-los em detrimento dos trabalhadores alemães. Conforme apontado por Keith Roobins, "os medos nacionais e sociais se misturavam perigosamente".[45] Os alemães

[44] Para saber mais sobre as políticas públicas do governo italiano para a assimilação da população *Volksdeutschen*, ver ALCOCK, Antony. **The South Tyrol Autonomy: A short introduction**. University of Ulster, 2001.

[45] ROBBINS, Keith G. VI. Konrad Henlein, The Sudeten Question and British Foreign Policy. The Historical Journal, v. 12, n. 4, 1969, p.676.

que retornaram às suas terras após a guerra se viram subordinados a um novo estado, governado por aqueles que tanto desprezavam, o que ampliou as tensões e o sentimento de descontentamento.

Inicialmente, as políticas adotadas pelo governo tcheco foram mais rigorosas em relação às minorias alemãs. As escolas de língua alemã foram fechadas e o idioma tcheco foi estabelecido como oficial, exigindo que os funcionários públicos aprendessem o novo idioma. Essa medida resultou na demissão de muitos servidores públicos alemães.[46]

Além disso, o governo implementou uma reforma agrária que visava às terras dos fazendeiros alemães, especialmente em áreas consideradas "germanizadas", com o objetivo de realocá-las para colonos tchecos. No entanto, vale ressaltar que houve uma representação alemã significativa no parlamento tcheco, permitindo que os alemães tivessem voz política. À medida que a economia se desenvolvia e o anticomunismo se tornava um sentimento comum, grupos de alemães e tchecos encontraram objetivos semelhantes nos negócios, sindicatos e na política. Essa convergência de interesses acabou promovendo uma maior interação e cooperação entre os dois grupos, transcendendo as diferenças étnicas e fortalecendo a relação entre alemães e tchecos.[47]

Portanto, a situação dos alemães nos Sudetos, apesar de desafiadora, não era a mais severa, se compararmos com outros países, como veremos a seguir. Isso é possível de se concluir porque os alemães dos Sudetos, em virtude da área em que grande parte deles habitava, desfrutavam de direitos individuais completos como cidadãos, em um país onde as liberdades civis eram mais bem preservadas do que em outras partes da Europa.[48]

Na Polônia

A situação mais tensa, no entanto, ocorreu na Polônia. A transferência do poder militar dos alemães para os poloneses foi marcada por muitos con-

[46] Para uma leitura mais detalhada sobre as leis tchecas que interferiam no cotidiano dos demais grupos, ler MAZOWER, Mark. O Império de Hitler: a Europa sob o domínio Nazista. Companhia das Letras, 2013.

[47] MAZOWER, op. cit., p.75.

[48] EVANS, 2012, op. cit., p.709.

frontos violentos. Milícias paramilitares alemãs foram formadas, recebendo apoio do governo Weimar[49] durante os momentos de conflito entre Alemanha e Polônia. Na Polônia, os alemães eram tratados como "cidadãos de segunda classe e traidores". O governo polonês implementou um projeto de reforma agrária com o objetivo de nacionalizar as terras, seguindo o lema "Terras polonesas para os poloneses", que visava reverter a germanização promovida pelo governo prussiano antes da guerra. Essa ação afetou não apenas grandes proprietários, como ocorreu na Tchecoslováquia, mas também pequenos proprietários rurais. Após a Guerra Russo-Polonesa (1919-1921), quando o exército russo se retirou, ocorreu uma emigração em massa de alemães da Polônia.[50]

> Temerosos de se ver do lado errado da fronteira com a Polônia, milhares fugiram para o oeste. Estimativas indicam que 575 mil alemães deixaram a Polônia entre 1918 e 1926, incluindo mais da metade da população alemã das porções cedidas da Posnânia e da Prússia Ocidental. Essa proporção enorme minimizava os menos de 10% de alemães que fugiram das terras tchecas e superava até mesmo os 200mil alemães que os franceses expulsaram da Alsacia-Lorena. É evidente que ocorreu um êxodo nas regiões fronteiriças ocidentais da Polônia que, em sua magnitude, não teve paralelo nem na Tchecoslovaquia nem em algum outro lugar na mesma época. Cidades que haviam sido alemãs agora encolhiam e se convertiam em cidades polonesas.[51]

As políticas do governo polonês em relação a esse grupo populacional resultaram em mudanças drásticas no equilíbrio demográfico. Em Poznan/ Posen, a proporção de alemães na população caiu de 42% em 1910 para apenas 2% em 1930; em Bydgoszcz/Bromberg, essa proporção diminuiu de 77% para 8,5%. Essas estatísticas revelam a significativa redução da presença alemã nessas regiões durante esse período.[52]

O lugar dos *Volksdeutschen*nas políticas alemães após a Guerra

Os alemães no exterior desempenharam um papel importante na política alemã após a Primeira Guerra Mundial. Conforme Mazower destaca:

> [...] em todo o espectro político de Weimar, líderes políticos e intelectuais defendiam a expansão nacional, o cuidado adequado

[49] Nome dado à República Alemã formada após a primeira guerra.
[50] MAZOWER, op. cit., p.76.
[51] MAZOWER, op. cit., p.77
[52] MAZOWER, op. cit., p.80

> com os alemães que viviam no exterior e a necessidade de uma nova *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo).[53]

Essa preocupação com os compatriotas fora das fronteiras alemãs refletia a busca por unidade e coesão nacional, bem como a atenção dada aos interesses e ao bem-estar dos alemães étnicos em todo o mundo.

Eric C. Steinhart ressalta que esse grupo desempenhou um papel central em muitos discursos pangermanistas, assumindo uma posição de destaque durante a República de Weimar. Durante esse período, o governo concedeu subsídios aos "alemães étnicos" e buscou proteger sua autonomia linguística e cultural por meio de esforços diplomáticos. Nesse sentido, foram apoiadas diversas instituições culturais e assistenciais com o objetivo de "fortalecer a 'germanidade'".[54]

Segundo John Hiden, no que se refere às relações exteriores da Alemanha envolvendo os *Volksdeutschen* na década de 1920, podem ser identificadas duas frentes de atuação: o "trabalho oficial" e o "trabalho privado". O trabalho oficial consistia nas atividades realizadas pelo Estado por meio de seus diferentes departamentos. Já o trabalho privado referia-se às ações empreendidas por uma "rede de organizações", que às vezes contavam com o apoio do governo e, em outros casos, atuavam em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades.

Essas organizações eram divididas em dois grupos, de acordo com o autor: um preocupado com a preservação das tradições e o bem-estar dos "alemães étnicos", e outro envolvido na questão das compensações para os alemães que viviam fora do país. Entre as mais importantes do primeiro grupo estavam a *Deutsche Schutzbund e a Vereinfür das Deutschtum Kulturbeziehungenim Ausland* (VDA). Esta última, conforme mencionado por Mazower, "distribuía recursos estatais e privados para escolas das minorias alemãs e outras organizações". No segundo grupo, Hiden destaca a Bund der Auslandsdeutschen e a Deutsche Ostbund.[55]

---

[53] MAZOWER, op. cit., p.81

[54] MAZOWER, op. cit., p. 80

[55] HIDEN, John, *The Weimar Republic and the Problem of Auslandsdeutsche*, **Journal of Contemporary History**, v.,12, no. 2, 1977, p., 274

De acordo com o autor, essas organizações desempenham um papel fundamental na compreensão do tratamento dado aos alemães no exterior durante o período da República de Weimar. O modelo de política "não oficial", representado pela intensa atuação dessas organizações, demonstra que o objetivo do Ministério das Relações Exteriores de estabelecer uma política centralizada voltada para o cuidado dos *Auslandesdeutsche* [alemães no exterior] nunca foi plenamente alcançado. Nesse contexto, é possível observar que foram os grupos privados que conseguiram organizar ações em prol desses indivíduos. Essa tendência foi ativamente incentivada e influenciada pelo governo, visando limitar áreas de potencial conflito entre os movimentos e as demandas mais amplas da política alemã. Além disso, algumas organizações privadas poderosas acabaram sendo transformadas, de fato, em órgãos oficiais "ocultos".[56]

Há divergências entre os pesquisadores sobre em que medida os *Volksdeutschen* foram utilizados como ferramentas para fins de expansão territorial pelo governo da República de Weimar. Mark Mazower afirma que tanto os governantes quanto seus opositores nacionalistas não demonstravam um interesse genuíno no retorno desses alemães que viviam nas áreas fronteiriças com a Polônia, uma vez que a presença dessa população fortalecia suas reivindicações territoriais sobre regiões polonesas.[57] Essa visão é compartilhada por Eric C. Steinhart, que argumenta que, para muitos no governo, essa população era fundamental para a reconquista de territórios perdidos após a Primeira Guerra Mundial. Eles viam os *Volksdeutschen* como uma chave estratégica para reivindicar essas áreas e justificar suas demandas territoriais.

Usando o exemplo das relações entre a Polônia e a Alemanha, Ulf Thoene argumenta que, embora a questão das minorias tenha sido frequentemente utilizada como meio de negociação entre os dois Estados, os "alemães étnicos" que permaneceram no território polonês não foram usados diretamente pelo governo de Weimar para justificar a expansão para o leste.[58]

[56] HIDEN, 1977, op. cit., p.274.
[57] MAZOWER, op. cit., p.77.
[58] THOENE, op. cit.

A respeito desse caso, Mazower argumenta que, durante a República de Weimar, as relações políticas entre a Polônia e a Alemanha permaneceram relativamente sob controle. Segundo o autor, grande parte desse controle deve-se a Gustav Stresemann, um influente político alemão que ocupou os cargos de ministro das Relações Exteriores e chanceler do Reich durante esse período. Stresemann defendeu "a criação de um Estado cujas fronteiras políticas abarquem todos os povos alemães que vivem na área contígua de assentamentos alemães na Europa Central e que desejam estar conectados ao Reich".[59]

No entanto, a abordagem de Stresemann para alcançar esse objetivo era significativamente mais pacífica do que aquela posteriormente adotada pelo partido nazista. Sua visão era que a Alemanha deveria buscar a incorporação das populações étnicas que viviam fora de suas fronteiras por meio de métodos pacíficos e diplomáticos. Stresemann acreditava que a resolução dos conflitos com as minorias poderia ser alcançada mediante acordos e negociações na Liga das Nações.[60] Ele via o diálogo internacional e o respeito aos direitos das minorias como o caminho adequado para resolver essas questões, diferentemente da abordagem agressiva e expansionista defendida mais tarde pelo partido nazista.[61]

Conclusão

Os tratados de paz que encerraram a Primeira Guerra Mundial tiveram um impacto profundo nas fronteiras e na distribuição de territórios na Europa. A redistribuição territorial das populações de língua alemã resultante dos acordos levou à fragmentação dessas comunidades em diferentes Estados, tornando os alemães a maior população minoritária do continente. Milhões de germanófonos encontraram-se vivendo em países estrangeiros, enfrentando desafios políticos, sociais e culturais em suas novas realidades.

[59] MAZOWER, op. cit., p.77-78

[60] Deve-se chamar atenção que a hostilidade a minorias étnicas não começou após o fim da Primeira Guerra Mundial, tão pouco teve origem de poloneses contra alemães. Já no governo de Bismarck houve um intenso ataque aos "inimigos étnicos", e o primeiro grupo a sofrer com essa perseguição foram os poloneses.

[61] MAZOWER, op. cit., p.77-78.

revista hydra

A situação dos alemães étnicos nos Estados europeus do pós-guerra foi altamente diversificada. Enquanto alguns países reconheceram e protegeram a autonomia cultural desses indivíduos, outros adotaram políticas discriminatórias e repressivas. A expulsão em massa na Alsácia-Lorena pela França, as medidas de "desgermanização" na Itália e a perseguição e o êxodo em massa na Polônia são exemplos de diferentes abordagens adotadas pelos Estados. Essas políticas tiveram um impacto significativo no equilíbrio demográfico, resultando em uma diminuição da presença alemã em várias regiões.

Os *Volksdeutschen* desempenharam um papel significativo nas políticas alemãs após primeira guerra, especialmente durante a República de Weimar. Tanto o Estado quanto as organizações privadas se envolveram na proteção dos interesses e do bem-estar dos alemães étnicos que viviam no exterior, buscando preservar sua autonomia cultural e fortalecer os laços com a "germanidade". Embora houvesse divergências entre os pesquisadores sobre se os *Volksdeutschen* foram utilizados como ferramentas diretas para a expansão territorial no período da República, é evidente que sua presença fortalecia as reivindicações territoriais e influenciava a política alemã. No entanto, liderado por figuras como Gustav Stresemann, o Estado alemão, até 1933, tinha uma política externa mais pacífica e diplomática, buscando a resolução dos conflitos por meio do diálogo internacional e do respeito aos direitos das minorias. Essa posição vai mudar com o governo nazista, não nos primeiros anos em si, mas a partir de 1938.

A preocupação com os *Volksdeutschen* refletia a busca pela unidade nacional e a coesão da comunidade alemã, mas sua instrumentalização para justificar a expansão territorial era complexa e sujeita a diferentes interpretações. Em última análise, a questão dos alemães étnicos nas políticas alemãs após a guerra reflete as tensões entre a preservação da identidade étnica e cultural e as aspirações políticas e territoriais da Alemanha da época.

Essa situação criou uma marca profunda na consciência coletiva dos povos envolvidos, gerando um ambiente de tensões e ressentimentos que desempenharam um papel significativo nas décadas seguintes. A perda de territórios e a imposição de restrições políticas e militares geraram insatisfação

e ressentimento entre os alemães, contribuindo para o clima propício ao surgimento de movimentos nacionalistas radicais, como o NSDAP. As consequências políticas, econômicas, culturais e sociais desses tratados tiveram um impacto duradouro na história europeia, influenciando eventos subsequentes, como a Segunda Guerra Mundial. Nesta, por exemplo, o território polonês desempenhou um papel central no plano sistemático de extermínio de judeus étnicos pelos nazistas, devido à significativa presença judaica na população, que representava cerca de 40%.[62] Isso reforça que os alemães étnicos continuaram sendo uma questão para as políticas identitárias do Estado alemão.

Fonte imagem:

Figura 1: Territórios perdidos pela Alemanha após o Tratado de Versalhes. Fonte US Holocaust Memorial Museum. Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/en/media_nm.php?ModuleId=10005425&MediaId=1620>. Acesso em 23 de jun. 2023

Figura 2: Dissolução da Áustria-Hungria. Fonte: Por Rowanwindwhistler (Discussão · contribs) - Este ficheiro foi derivado de Disgregación de AustriaHungría.svg:CC BY-AS 4.0 Disponível <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=61355919>. Acesso em 23 de Jun. 2023

Figura 3: zonas de ocupação militar e administrativas na Alemanha Ocidental no final de 1923. Fonte: Disponível em <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5a/Western_Germany_1923_en.png/375px-Western_Germany_1923_en.png>. Acesso em 23 de jun. 2023

Figura 4: povos alemães e eslavos na Europa em 1914 (NW). Disponível em <http://www.firstworldwar.com/photos/graphics/nw_gerslav_01.jpg>. Acesso em 23 jun. 2023

Figura 5: Mapa República Austríaca Alemã. Fonte: Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:GermanAustriaMap.png>. Acesso em 23 jun. 2023.

Figura 6: Cartaz: "Mulheres alemãs protestam contra a ocupação do Reno por negros" Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/4616/>. Acesso em 23 de jun. 2023.

Figura 7: Grupos linguísticos na Tchecoslováquia, 1920-37. Disponível em EVANS, EVANS, Richard J., **A Chegada do Terceiro Reich**. trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. p.710.

[62] SANTOS, Rodrigo dos. "Em busca de um lar: práticas culturais e representações da família Egert na região de Guarapuava-PR (1949-2016)." Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Maringá, 2020, p. 28.

Bibliografia

ALCOCK, Antony. **The South Tyrol Autonomy: A short introduction**. University of Ulster, 2001

BARANOWSKI, Shelley. **Império Nazista: o imperialismo e o colonialismo alemão de Bismarck a Hitler.** Trad. Fernanda Brito Bincoletto. São Paulo: Edipro, 2014.

BERGEN, Doris L. Tenuousness and Tenacity: The Volksdeutschen of Eastern Europe, World War II, and the Holocaust. *In:* Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, (Org.), **The Heimat Abrod.**, University of Michigan Press, 2005

Carr, Edward Hallett. **International relations between the two world wars, 1919-1939**. Macmillan, 1947.

DOIMO, Bruna. ***Die Volksdeutschen:* Uma análise sobre o papel dos alemães étnicos nos discursos de Adolf Hitler de 1925 a 1939.** 2019, 189 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

EPSTEIN, Catherine. **Model Nazi: Arthur Greiser and the Occupation of Western Poland.** Oxford University Press on Demand, 2010.

EVANS, Richard J. **A Chegada do Terceiro Reich**. trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

EVANS, Richard J.. **O Terceiro Reich no poder. Editora Planeta do Brasil**, trad. Lúcia Brito, ed. 1, v. 2, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012.

*DECRESCI, Samuel. A incoerência na formação do estado iugoslavo: um "diálogo" com a obra Nações e Nacionalismo de Eric J. Hobsbawm. **Revista Sem Aspas**, p. 145-154, 2013.*

Die Verfassung der Freien Stadt Danzig. Textausgabe mit Einleitung von Dr. Otto Loening, HEFT 3, **A.W. Rafemann G.m.b.h Danziger Zeitung**, Dazing, 1922. Disponível em <https://www.freecitysourcebook.com/uploads/2/6/1/2/26123343/die_verfassung_der_freien_stadt_danzig__textausgabe_mit_einleitung_von_dr._otto_loening__1922.pdf>. Acesso em 24 Jun. 2023.

DOIMO, Bruna. ***Die Volksdeutschen:* Uma análise sobre o papel dos alemães étnicos nos discursos de Adolf Hitler de 1925 a 1939**. 2019, 189 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GÖTZ, Norbert. German-speaking people and German heritage: Nazi Germany and the problem of Volksgemeinschaft. *In:* Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin, (Org.), **The Heimat Abrod**. University of Michigan Press, 2005.

HIDEN, John. The Weimar Republic and the Problem of Auslandsdeutsche, **Journal of Contemporary History**, v.,12, no. 2, 1977, PP., 273–289.

JUDSON, Pieter. When Is a Diaspora Not a Diaspora? Rethinking Nation--Centered Narratives about Germans in Habsburg East Central Europe. *In:* Krista O'Donnell, Renate Bridenthal, Nancy Reagin (Org.), **The Heimat Abrod**, University of Michigan Press, 2005.

KERSHAW, Ian. **Hitler,** trad. Pedro Maia Soares, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

Mais de 25% da população alemã tem origem estrangeira. **Deutsche Welle,** 13 Abr. 2022. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/mais-de-25-da-popula%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-tem-origem-estrangeira/a-61464776>. Acesso em 24 Jun. 2023.

MAZOWER, Mark. **O Império de Hitler:** a Europa sob o domínio Nazista. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MOTTA, Giuseppe. ***The Italian military governorship in South Tyrol and the rise of fascism***. Edizioni Nuova Cultura, 2012.

Pedidos de asilo e refugiados na Alemanha. **Dados mundiais.** Disponível em <https://www.dadosmundiais.com/europa/alemanha/refugiados.php>. Acesso em 15 de Jun. 2023.

RICHARD, Lionel. **A república de Weimar (1919-1933)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.

ROBBINS, Keith G. "Konrad Henlein and the Sudeten Question in British Foreign Policy." **The Historical Journal**, volume 12, número 4, 1969.

SALIS, André Ulysses de. **O silêncio do Leste: Refugiados do stalinismo no Paraná.** 2020, 234 f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SCHEUCH, Manfred**. 1919: Primeiras eleições verdadeiramente democráticas,** RotBewegt, Áustria, s/d. Disponível em <https://www.rotbewegt.at/#/epoche/1918-1933/artikel/1919-erste-echt-demokratische-wahlen>. Acesso em 23 de Jun. 2023.

SANTOS, Rodrigo dos. **Em busca de um lar: práticas culturais e representações da família Egert na região de Guarapuava-PR (1949-2016).** Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Maringá, 2020

STEINHART, Eric C. **The Holocaust and the Germanization of Ukraine**. Cambridge University Press, 2015.

THOENE, Ulf. A política externa da Alemanha de Weimar e a proteção das minorias: o caso da minoria alemã na Polônia. **Historia Caribe**, v. 9, n. 25, p. 39-70, 2014.

TÓTH, Andrej. ***On the Results of the Parliamentary Election in Czechoslovakia in 1935 with Regard to the Hungarian Opposition and Negativistic Political Parties–Land Christian-Socialist Party (OKSzP) and Hungarian National Party (MNP)***. Opava: Silesian University in Opava, 2014.

revista hydra

"DE UM IRMÃO E IRMÃ DESCONHECIDOS DA TERRA DAS NECESSIDADES": ESCRITAS DE (DES)CONEXÕES ENTRE ALEMANHA E RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

João Vítor Sand[1]

Rosane Marcia Neumann[2]

Resumo: O término da II Guerra Mundial, em 1945, produziu um elevado contingente de deslocados de guerra na Europa. O presente artigo estuda as narrativas de deslocados de guerra europeus registradas em cartas, encaminhadas à Cruz Vermelha, filial do Rio Grande do Sul, no imediato pós-guerra, entre 1946 e 1949. Entende-se as cartas como "escritas de si" espontâneas, realizadas na tentativa de buscar reconexões étnicas e religiosas, com o intuito de receber auxílio para sobreviver. Logo, são desconexões familiares e conexões transnacionais, mediadas pela Cruz Vermelha, que têm como tentativa sensibilizar o grupo étnico alemão rio-grandense para acorrer em auxílio. As cartas, como escritos espontâneos de sujeitos anônimos, para além de sua demanda individual, trazem aspectos do cotidiano da Alemanha pós-guerra, bem como dessas populações deslocadas e de sua vida precária. Procura-se trazer uma história vista de baixo para cima, sob a perspectiva de pessoas comuns, que depositaram um fio de esperança no além-mar.

Palavras-chave: Pessoas Deslocadas; Pós-Segunda Guerra; Cruz Vermelha Brasileira.

"OF AN UNKNOWN BROTHER AND SISTER FROM THE LAND OF NECESSITIES": WRITINGS ON (DIS)CONNECTIONS BETWEEN GERMANY AND RIO GRANDE DO SUL IN THE POST-SECOND WORLD WAR

Abstract: The end of World War II in 1945 produced a large contingent of German-speaking peoples as war displaced persons in Europe. The present article studies the narratives of displaced Europeans recorded in letters, sent to the Red Cross, Rio Grande do Sul branch, in the immediate post-war period, between 1945 and 1949. The letters are understood as spontaneous "writings of the self", written to seek ethnic and religious reconnections, to receive aid for survival. Thus, these are family disconnections and transnational connections, mediated by the Red Cross, as an attempt to sensitize the German ethnic group from Rio Grande do Sul to come to their aid. The letters, as spontaneous writings of anonymous subjects, beyond their individual demand, bring aspects

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Contato: joaovsand@gmail.com.

[2] Doutora em História. Professora na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Contato: rosaneneumann@gmail.com.

revista hydra

of everyday life in post-war Germany, as well as these displaced populations and their precarious life. Therefore, giving voice to these invisible victims allows a "look from below" of this period, as well as these attempts of transnational reconnections, via a "neutral" entity, such as the Red Cross.

Keywords: Displaced Persons; Post-Second War; Brazilian Red Cross.

Uns mit hier nie mehr Heimat wie euch andern,
Uns hält kein Pfand;
Gott riss uns los, wir werden wandern, wandern
Von Land zu Land.
Lied der Flüchtlinge, 1946
Gertrud von Le Fort

Introdução

Um dos espólios das guerras do final do século XIX e primeira metade do século XX foram as populações, que se viram à mercê dos Estados, que ora as trocava entre si, ora as deslocava, ora as ignorava. Ao término dessa "era das catástrofes", era muito mais fácil reconstruir os prédios do que a vida dos sobreviventes.[3] A Alemanha, palco das duas guerras globais, acabou a Segunda Guerra Mundial com maior destruição física que os demais beligerantes ocidentais. O sistema econômico alemão não era equitativo: o país

> [...] explorou os recursos e a mão de obra da Europa ocupada, tratou as populações não alemãs como inferiores e, em casos extremos — os poloneses, mas sobretudo os russos e judeus —, praticamente como mão de obra escrava descartável, que não precisava nem *ser mantida viva* (HOBSBAWM,1995, p. 54).

[3] Na interpretação de Hobsbawm, "o que causou concretamente a Segunda Guerra Mundial foi a agressão pelas três potências descontentes, ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930. Os marcos miliários na estrada para a guerra foram a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-9; a invasão alemã da Áustria no início de 1938; o estropiamento posterior da Tchecoslováquia pela Alemanha no mesmo ano; a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 (seguida pela ocupação italiana da Albânia); e as exigências alemãs à Polônia que levaram de fato ao início da guerra. Alternativamente, podemos contar esses marcos miliários de um modo negativo: a não ação da Liga contra o Japão; a não tomada de medidas efetivas contra a Itália em 1935; a não reação de Grã-Bretanha e França à denúncia unilateral alemã do Tratado de Versalhes, e notadamente à reocupação alemã da Renânia em 1936; a recusa de Grã-Bretanha e França a intervir na Guerra Civil Espanhola ("não intervenção"); a não reação destas à ocupação da Áustria; o recuo delas diante da chantagem alemã sobre a Tchecoslováquia (o "Acordo de Munique" de 1938); e a recusa da URSS a continuar opondo-se a Hitler em 1939 (o pacto Hitler-Stalin de agosto de 1939)" (HOBSBAWM, 1995, p. 50).

Em 1944, a mão de obra estrangeira aumentou consideravelmente no país, representando cerca de um quinto da força de trabalho. Todavia, em relação aos trabalhadores alemães, seus ganhos permaneceram os mesmos que em 1938. Estimava-se, em maio de 1945, que o saldo de pessoas desenraizadas na Europa por conta da Segunda Guerra Mundial era cerca de 40,5 milhões de pessoas, excluindo os trabalhadores forçados dos alemães e os alemães que fugiam frente ao avanço dos exércitos soviéticos (HOBSBAWM, 1995).

No período do pós-Segunda Guerra, a Alemanha foi dividida em zonas de ocupação pelas "Três Grandes" nações vencedoras da guerra: Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, além da França, que foi convidada para participar. Cada país ficou responsável por uma Zona de Ocupação, atendendo às suas motivações e interesses. Além das particularidades individuais de cada zona, um ponto em comum entre todas foi uma massiva onda de refugiados e deslocados de guerra, que todos os dias chegavam nas cidades alemãs. Para Ben Shephard (2012, p. 15), "o legado mais importante da guerra foi uma crise de refugiados". Embora imprecisos, os dados de 1944 apontam para uma população deslocada que oscilava entre 9 milhões e 30 milhões.

> Haveria 11,469 milhões de Pessoas Deslocadas na Europa e 7,738 milhões na Alemanha, das quais os grupos maiores eram 2,3 milhões de homens e mulheres franceses, 1,84 milhão russos, 1,403 milhão poloneses, 500 mil belgas, 402 mil holandeses, 350 mil tchecos, 328 mil iugoslavos, 195 mil italianos e 100 mil oriundos dos Estados bálticos (SHEPHARD, 2012, p. 80).

Ao término da catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial, a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia a dia, passando despercebidas — ou ocupando as manchetes da mídia em um dia e caindo no esquecimento no outro (HOBSBAWM, 1995; SHEPHARD, 2012). Nesse sentido, a reconstrução material de uma Europa destruída era mais viável do que a reconstrução da vida dos sujeitos atingidos direta ou indiretamente pela guerra, somando-se as perdas humanas.

Após enterrar seus mortos — mesmo que simbolicamente —, restavam os escombros, a carestia, as doenças, o desemprego, a pobreza. Em tais cir-

cunstâncias, clamar pela ajuda de entidades religiosas e assistenciais internacionais foi o caminho escolhido por muitos. Dentre elas, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)[4], com ramificações em todos os continentes e subseções espalhadas em diversos países. Assim, este estudo tem como objetivo analisar algumas trajetórias de populações sobreviventes e deslocadas em território alemão — dividido e ocupado — e as estratégias empregadas para reconstrução de sua vida e reunião dos familiares.

No âmbito da temática, como recorte de pesquisa, estudam-se as narrativas de deslocados de guerra europeus na Alemanha, registradas em cartas e encaminhadas à Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul[5], no imediato pós-guerra, entre 1946 e 1949. Sob a perspectiva da Micro-história, em diálogo com a História Transnacional, busca-se observar essas narrativas dentro de um cenário global de envio de cartas para diversas organizações, em diversos países. O artigo divide-se em três partes articuladas: primeiro, situa o cenário da Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial; em seguida, analisa as conexões entre famílias divididas entre o Brasil e a Alemanha; e, por fim, apresenta as narrativas das cartas enviadas por pessoas deslocadas na Alemanha para a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul.

Escritas de si

No pós-Segunda Guerra Mundial, com a onda de fome que atingia a Alemanha, foram necessárias novas táticas para garantir a sobrevivência própria e da família — individual e coletiva. Uma das estratégias foi a escrita e o envio de cartas a parentes e conhecidos que residiam no exterior, solicitando ajuda (FROTSCHER, 2015). A ajuda se dava de diferentes

[4] Criado em 1863, por Henri Dunant, o CICV opera no mundo inteiro, ajudando pessoas afetadas por conflitos e violência armada e divulgando as leis que protegem as vítimas da guerra. É uma organização independente, neutra e imparcial, cuja missão deriva das Convenções de Genebra de 1949. Com sede em Genebra, na Suíça, o CICV trabalha em mais de cem países. Fonte: https://www.icrc.org/pt/document/russia-ucrania-cicv-pronto-para-visitar-todos-prisioneiros-de-guerra-mas-deve-ter-acesso-garantido. Acesso em: 13/06/2023.

[5] No Brasil, a Cruz Vermelha Brasileira (CVB) foi fundada no ano de 1907, tendo como primeiro presidente o sanitarista Oswaldo Cruz. A CVB está presente, atualmente, em 21 estados do país. No Rio Grande do Sul, a filial da Cruz Vermelha Brasileira (CVB/RS) foi fundada em 1940, tendo como sede estadual Porto Alegre.

maneiras, que poderiam variar conforme a necessidade e o próprio pedido escrito nas cartas. Como exemplo, pode-se citar o envio de mantimentos, como gêneros alimentícios, roupas de cama e vestimentas, incluindo roupas íntimas, casacos e sapatos.

Há uma circularidade de cartas partindo da Alemanha para diversos países da América, que haviam recebido milhares de famílias de e/imigrantes ao longo do século XIX e início do século XX. Já aqueles que não contavam com redes de parentesco ou sociais no exterior viam-se na iminência de recorrer a organizações humanitárias, empresas e instituições estrangeiras, na tentativa de obter alguma assistência.

Nesse radar de possibilidades, estava o Brasil, em especial o Rio Grande do Sul, pois a presença de imigrantes — principalmente alemães — e descendentes nesse estado era significativa, tanto na região metropolitana quanto nas zonas de colonização interioranas, mantendo entidades sociais e de ajuda mútua. As cartas, em busca das redes de parentelas e sociais, acompanharam os vestígios das trajetórias migratórias, na expectativa de (re)conectar os fios transnacionais soltos: Europa/Alemanha e América/Brasil/Rio Grande do Sul. Muitas famílias no Rio Grande do Sul procuraram empresas ou organizações para enviar ajuda a seus familiares e conhecidos na Alemanha. Entre essas organizações destaca-se a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

No primeiro momento, as famílias procuraram a filial da Cruz Vermelha mais próxima para que esta encaminhasse um pacote particular com mantimentos à Europa.[6] No segundo momento, sujeitos que não tinham vínculo no exterior — em sua maioria deslocados de guerra — procuraram ajuda das organizações internacionais como a Cruz Vermelha, cujo trabalho de enviar mantimentos à Europa era divulgado por noticiários ou pelo boca-a-boca. Em paralelo, atuaram grupos étnicos, religiosos e sociais, organizados no Rio Grande do Sul, interessados em acolher

[6] Há, aproximadamente, cem cartas individuais de diversos municípios do Rio Grande do Sul de sujeitos que procuraram a Cruz Vermelha Brasileira para enviar mantimentos para seus familiares na Europa, principalmente na Alemanha.

e atender às demandas de seus compatriotas com o auxílio da Cruz Vermelha Brasileira.[7]

No Rio Grande do Sul, a filial da Cruz Vermelha, com sede em Porto Alegre, foi destinatária no período do imediato pós-guerra (1945-1949) de cerca de 400 cartas oriundas da Alemanha ou de remetentes de línguas alemãs. Para o presente estudo, utiliza-se parcela desse acervo. Trata-se de cartas em língua alemã, manuscritas ou datilografadas, com algumas exceções em língua portuguesa, polonês, inglês e francês, escritas por pessoas comuns, com seus erros de ortografia e pontuação. Para o leitor e o pesquisador, a linguagem empregada e os erros gramaticais são pistas sobre a formação e a intimidade com a escrita do remente. Todavia, essas mesmas pistas, muitas vezes, comprometem a leitura e a tradução livre do material.[8]

Há diversas temáticas que podem ser analisadas nessa documentação. Para este estudo priorizaram-se as cartas que descrevem o processo de deslocamento e o cotidiano do pós-guerra na Alemanha. Essas cartas, escritas e endereçadas para a Cruz Vermelha Brasileira, são entendidas como uma rota de fuga, uma estratégia adotada para amenizar a situação em que os(as) escritores(as) das missivas se encontravam.

As trajetórias e tragédias pessoais e familiares circulam no âmbito familiar e, quando o extrapolam, em geral, o fazem de forma mediada. Sob esse prisma, uma carta escrita de próprio punho por um deslocado de guerra, enviada para uma organização humanitária internacional — no caso em questão, a Cruz Vermelha —, que de fato remeteu a correspondência ao seu destinatário — a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre —, que a recebeu, leu, procedeu aos encaminhamentos e arquivou

[7] Sobre a organização da comunidade do grupo étnico alemão nos estados do Sul do Brasil, principalmente o Rio Grande do Sul, Evandro Fernandes observou a atuação do Comitê de Socorro à Europa Faminta (SEF), entre os anos de 1946 e 1949. O SEF organizou-se em torno das "comunidades eclesiais católicas e luteranas e significativos segmentos da sociedade econômica teuta, para enviar à Alemanha 10 remessas de roupas, tecidos, calçados, cobertores e alimentos a fim de amenizar o sofrimento causado pelas consequências da Segunda Guerra aos alemães. A SEF atingiu os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Foi criada no Colégio Anchieta em Porto Alegre, fundado pela Companhia de Jesus. Várias pessoas, em sua maioria sacerdotes, grandes e pequenos comerciantes, empresários, políticos, agricultores e profissionais liberais envolveram-se nos trabalhos da SEF" (2005, p. 20).

[8] Este acervo de cartas se encontra em fase de transcrição e tradução por parte dos autores.

as cartas, por si só, é um documento com valor imensurável. Soma-se a isso o seu conteúdo, que remete a uma trajetória de vida, datada no tempo e no espaço.

Ao observar essas "escritas de si" no microscópio, percebem-se aspectos do cotidiano de um espaço e seus sujeitos invisíveis no pós-guerra, permitindo a

> [...] reconstrução de momentos, de situações, de pessoas que, investigadas com olho analítico, em âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referências dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os homens se movem (OLIVEIRA, 2009, p. 14-15).

Além disso, é possível identificar redes entre os dois mundos, laços que se mantiveram ou que se romperam com a Segunda Guerra Mundial. Nota-se, também, aqueles que não possuíam redes fora do local, e, por isso, buscavam outros meios de sobrevivência pelo mesmo canal (cartas para o exterior). Dessa forma, redes e conexões têm múltiplas faces: encontros casuais, parentesco, amizade, religião comum, rivalidade, inimizade, troca econômica, troca ecológica, cooperação política e até competição militar. Em todos os casos, as conexões também são uma troca de informações, mercadorias, tecnologias etc. Há também uma troca de sentimentos e de ideias, pensamentos sobre o cotidiano, sobre a vida e a morte. São essas conexões que dão forma à história (MCNEILL; MCNEIL, 2004).

Nesse sentido, não está em questão a veracidade dos fatos — o que realmente aconteceu —, mas a sua plausibilidade — o contato do seu emissor com uma dada realidade. Por ser um produto da vida privada, que expressa a visão e compreensão da realidade de quem a escreve, é impossível saber a verdade dos fatos, ou o que realmente aconteceu, e mesmo que existisse uma pequena possibilidade, ela deveria ser descartada. Assim, não se busca compreender os fatos, mas, sim, entender como o sujeito, de maneira singular, que escreveu sobre tais fatos, os percebeu, sentiu e vivenciou (GOMES, 2004, p. 4). A carta pode ser lida como um retrato da atmosfera/contexto em que se deu o ato da escrita e, somada a outros fragmentos, possibilita a construção de uma narrativa sobre um acontecimento, uma época, um indivíduo. Logo, "cada carta é um lugar de me-

revista hydra

mória; o destinatário, o remetente; o implícito; o selo com o lugar e a data de envio" (ITURRA, 2020, p. 88). Enfim, a carta é uma fresta que permite ao historiador espiar a vida privada do autor da missiva: seus desejos, angústias, medos, percepções e memórias.

> A prática do gênero epistolar em situação de dor é intensa. A correspondência é um elemento de primeira necessidade. A angústia e os afetos contidos nas cartas são testemunhos da situação de incerteza. Em relação ao registro da intimidade e ao pudor que se pode sentir ao ler as cartas pessoais, é significativa a informação da situação comum que contêm (ITURRA, 2020, p. 87).

As cartas do pós-guerra podem ser lidas como um grito de socorro de sujeitos desesperados que, na tentativa de sobreviver, procuram por papel e caneta e colocam-se a escrever a um desconhecido distante. Nesse ato da escrita, o punho escritor abandona o seu orgulho e se coloca em uma posição de inferioridade e de miséria perante o "outro", depositando nele a sua esperança, ou seja, muito mais do que pedir um pacote de mantimentos, aquele que escreve se coloca na presença quase imediata e física de quem a lê (FOUCAULT, 1992).

Ainda na análise de redes entre sujeitos "entre mundos", a perspectiva da História Transnacional explora principalmente a temáticas ligadas à mobilidade, às transferências e à circulação, além de auxiliar na observação e análise das conexões e desconexões. Ela contribui para a análise desses laços transnacionais entre os sujeitos que, com a guerra, acabaram rompendo os "fios", ou seja, perdendo o contato, procurando, assim, a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, para reestabelecer essas conexões.

No contexto pós-guerra, escrever para uma organização humanitária, como a Cruz Vermelha, tinha como propósito conseguir um pacote de mantimentos (*Lebensmittelpakete*). Porém, essas cartas também permitem entender o contexto geral, isto é, como esses homens e mulheres descrevem o pós-guerra. São diferentes pontos de vista sobre um mesmo cenário, percepções distintas, já que as cartas partem de diferentes cidades e zonas de ocupação da Alemanha.

> A carta, por ser um canal de comunicação que implica uma distância física entre os sujeitos envolvidos e por tentar represen-

revista hydra

> tar um pequeno encontro (uma breve supressão dessa distância), é um exemplo singular da vontade de persuasão presente no jogo discursivo. (CHARAUDEAU 2001 apud LIMA, p.220).

Esse tipo de escrita é definido por Méri Frotscher como cartas-pedido (*Bittbriefe*, em alemão). Direcionadas para a Cruz Vermelha, essas cartas vinham com pedidos de pessoas "comuns" que procuravam reconstruir suas vidas numa Alemanha em ruínas (FROTSCHER, 2019). A autora, em outro estudo, também define as cartas de emergência (*Notbrief*, em alemão), que informam a luta diária para sobreviver diante das consequências da guerra para a vida privada, dos destinos trágicos dos sobreviventes de bombardeios ou de famílias de alemães evacuados, refugiados ou expulsos de territórios do Leste (FROTSCHER, 2015).

"Eles têm só o que tem no corpo e a vida"

As notícias da Segunda Guerra Mundial percorreram a imprensa escrita e falada desde o seu princípio, em 1939, até a assinatura do tratado de paz, em 1945. O imediato pós-guerra era de reconstrução das perdas materiais, via financiamentos internacionais, reerguendo a economia europeia e, em especial, alemã. Porém, como reconstruir as vidas dos sobreviventes? Como reunir as famílias dispersadas e deslocadas pela guerra? Enfim, a Cruz Vermelha foi uma entre tantas entidades que, para além das perdas materiais, estava interessada em auxiliar os sobreviventes da guerra no seu cotidiano imediato, providenciando sua subsistência — alimentos, remédios, roupas, calçados. Além disso, para amenizar a miséria dessas populações, a entidade realizou campanhas de donativos em diferentes países e intermediou as doações de alemães no exterior aos seus conterrâneos.

O movimento da Cruz Vermelha repercutiu no Brasil e sensibilizou amplos setores das elites nacionais, que se mobilizaram em organizar campanhas a fim de arrecadar mantimentos e remetê-los à Europa. No Rio Grande do Sul, muitos imigrantes alemães e descendentes recorreram à filial da Cruz Vermelha Brasileira, em Porto Alegre, em busca de informações sobre o paradeiro e a situação de seus familiares remanescentes em território europeu, justificando a perda do contato. Em outros casos, com o endereço em mãos,

manifestavam o propósito de enviar doações. Note-se que nos casos em que as conexões familiares se mantiveram ou de emigração recente, o interesse pela parentela se dava por via dupla.

Nesse rol de demandas e troca de informações, encontra-se a carta de Hildegard Gutebier, moradora de Pampeiro, distrito de Santana do Livramento, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Ela inicia sua carta, datada de janeiro de 1947, endereçada à Cruz Vermelha, filial de Porto Alegre, descrevendo a situação de seus familiares na Alemanha: "os nossos parentes na Alemanha estão se achando numa posição péssima, eles têm só o que tem no corpo e a vida".[9] Nessas circunstâncias, Hildegard pretendia atenuar as dificuldades dos familiares com o envio de mantimentos e solicitava mais informações sobre como proceder.

> E assim peço a Cruz Vermelha se não podia mandar umas informações: Quanto tem que se pagar para um quilo, de lá da Cruz Vermelha até Alemanha, quantos quilos pode-se mandar, e si tem que ser latas, caixões ou pacotes, e se pode-se mandar dinheiro? Se se manda Cr.$1.000,00 quanto que custa? Pode ser que vosso Sr. a "Cruz Vermelha" acha melhor de comprar as coisas lá, se é assim, aí nós vamos mandar o dinheiro.[10]

No acervo da Cruz Vermelha, em Porto Alegre, não consta cópia da resposta à carta de Hildegard, tampouco sabe-se se ela conseguiu enviar mantimentos ou dinheiro aos seus familiares. Todavia, essa é uma das muitas cartas do acervo com o mesmo perfil, provenientes de diferentes municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, solicitando mais informações sobre como proceder para encaminhar mantimentos aos seus familiares — pais, irmãos, tios, primos, sobrinhos — em território europeu.

Em outro caso, Ricardo Kristofic, residente em São Miguel das Missões, região noroeste do estado, escreveu em 1946: "tenho meu pai, que está com 76 anos, e irmãos na Áustria, e desejo muito auxiliá-los com alguns víveres de vez em quando. Não sabemos, porém, por que meio".[11] Em res-

[9] Carta. Pampeiro, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, 26/01/1947. Hildegard Gutebier a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[10] Carta. Pampeiro, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, 26/01/1947. Hildegard Gutebier a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[11] Carta. São Miguel, Rio Grande do Sul, 1946. Ricardo Kristofic a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

revista hydra

posta à carta, a diretora tesoureira da Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul, Luiza Barnewitz Müller, informou que "os pacotes obedecerão ao peso de 5Kg. As despesas serão de Cr.$50,00 cada pacote e frete em domicílio", e que era proibido enviar inflamáveis (fósforos, álcool etc.), banha de coco, azeite, mel e objetos de borracha, já as carnes deveriam ser enlatadas.

As cartas trazem indícios dos deslocamentos migratórios e das conexões transnacionais que permaneceram, unindo redes de parentesco e pertencimento étnico. Hildegard Gutebier e Ricardo Kristofic tinham familiares na Europa, o que pode significar que ambos eram e/imigrantes residentes no Rio Grande do Sul, ou que seus familiares emigraram para a Alemanha e a Áustria, respectivamente. No caso de Hildegard, trata-se de parentes distantes, o que sugere que seus ancestrais e/imigraram da Alemanha para o Rio Grande do Sul e que as conexões familiares se mantiveram ao longo do tempo. Já no caso de Ricardo, é provável que ele tenha e/imigrado para o Rio Grande do Sul, deixando seu pai idoso e irmãos na Áustria — o contrário é pouco provável.

Denota-se, a partir da leitura das cartas, que escrever aos familiares no exterior — Brasil-Alemanha e vice-versa — era uma das estratégias adotadas pelos diferentes sujeitos históricos como um modo de acercar-se de "fonte segura" sobre a situação do pós-guerra, compartilhar suas dores e traumas, amenizar o sofrimento e, outras vezes, articular a possibilidade de uma e/imigração. Em contrapartida, havia pessoas que não tinham familiares ou conhecidos no exterior que poderiam auxiliá-los de alguma forma, por isso, elas acabavam recorrendo a organizações internacionais.

"Por favor, não ignore meu pedido"

A maioria dos deslocados de guerra estava à margem das redes sociais e de parentela ramificadas no exterior, condição que os predispunha a recorrer a uma organização humanitária internacional, como a Cruz Vermelha, e a apelar às populações de línguas alemãs no exterior, mobilizando a identidade de grupo étnico e linguístico — teor predominante das cartas recebidas pela Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande

do Sul. Esses indivíduos, identificados como desconectados, tiveram suas raízes cortadas ou perdidas. Eram homens, mulheres e crianças forçados a deixar sua casa, suas terras, seu trabalho, sua pátria, e deslocar-se para outro território.

Os deslocamentos forçados trouxeram consigo, para além dos efeitos da guerra, mais mortes e uma legião de mulheres viúvas, crianças órfãs e idosos desamparados, que perderam seus filhos. Uma vez na Alemanha, outra situação os aguardava: famílias foram separadas e empurradas para diferentes Zonas de Ocupação. Nessas circunstâncias, Martha Fritz escreve uma carta de Grevesmühlen [hoje, distrito de Nordwestmecklenburg, estado de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental], na Zona de Ocupação Soviética. Ela se apresenta como uma "*Ostflüchtling*", isto é, "uma deslocada da Europa Oriental", da "área atualmente ocupada pelos poloneses" [12].

A família de Martha foi dispersada durante a guerra:

> [...] tenho uma neta cujo pai, meu filho, está desaparecido em solo russo desde 1943. A mãe [dela] faleceu em 1935. A neta está com 19 anos. Perdi meu marido nos eventos do pós-guerra, deixando-me completamente sem um tostão. Com a fuga em 1945 quase tudo se perdeu.[13]

No desespero, Martha recorreu à Cruz Vermelha, pedindo mantimentos e/ou roupas. Justificou seu apelo ao exterior uma vez que "não consigo nada dos meus filhos e outros parentes, pois eles também são refugiados, na mesma situação econômica que eu".[14] Ela solicitava, ainda, que,

---

[12] Als Ostflüchtlig im jetzigen vom Polen besetzten Gebiet bin ich jetzt nach hier verschlagen. Fonte: Carta. Grevesmühlen, Kreis Schönberg, Mecklenburg, Alemanha, 25/02/1948. Martha Fritz a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[13] „Bei mir befindet sich noch ein Enkelkind, dessen Vater, mein Sohn, seit dem Jahre 1943 auf russischen Boden vermisst ist. Die Mutter ist im Jahre 1935 verstorben. Das Enkelkind, (Mädel) ist im 19. Lebensjare. Meinem Mann habe ich durch die Nachkriegsreignisse verloren, sodass ich vollständig mittellos dastehe. Durch die Flucht im Jahre 1945 ist auch fast alles verloren gegangen. Fonte: Carta. Grevesmühlen, Kreis Schönberg, Mecklenburg, Alemanha, 25/02/1948. Martha Fritz a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA. A "fuga" refere-se ao chamado *Flucht und Vertreibung*, fuga e expulsão em alemão. Esse processo, que ocorreu a partir do final de 1944, removeu e expulsou milhões de pessoas de suas pátrias devido ao avanço do Exército Vermelho. Com isso, as massas passaram a ir rumo ao Oeste.

[14] Von meinen Kindern und sonstigen Verwandten kann ich nichts erlangen, da sie als Flüchtlinge ebenfalls in derselben wirtschaftlichen Lage sind wie ich. Fonte: Carta. Grevesmühlen, Kreis Schönberg, Mecklenburg, Alemanha, 25/02/1948. Martha Fritz a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

caso as *Liebesgaben*[15], ou doações de amor, não pudessem ser entregues na Zona de Ocupação Soviética, que fossem enviadas para uma das filhas — Elli Zimmermann, que estava no setor francês de Berlim (269 km de Grevesmühlen)[16], ou para Frieda Streege, em Behringen, distrito de Soltau (159 km de Grevesmühlen), Zona de Ocupação Britânica.

Após explanar sua demanda e a dispersão da família, Martha reitera o seu pedido e situa o seu lugar de fala:

> Por favor, não ignore meu pedido, porque a ajuda é necessária com urgência. Nunca pensei que, apesar da minha idade, tenho 63 anos, ainda teria que mendigar, mas, a situação geral da Alemanha nos leva [a isso], para evitar de passar fome ou andar em farrapos.[17]

Aqui, emerge o drama dos deslocados de guerra e sua condição no pós-guerra: segundo suas narrativas, esses sujeitos que "perderam tudo", no seu lugar de origem, eram proprietários de bens, casa, trabalho, família e, para além do capital econômico, possuíam seu capital social, cultural e político. O "perder tudo" representava abandonar essa vida pregressa e ser empurrado para um território destruído pela guerra, na condição de deslocado/refugiado, e recomeçar do zero, em uma posição jurídico-social de inferioridade. As perdas materiais e humanas, nessa leitura, são superáveis e atribuídas ao contexto de guerra. Entretanto, para Martha, a perda da dignidade humana e honra enquanto mulher, mãe, viúva e avó, causara nela um trauma oculto, que eclode no final da narrativa: é humilhante e desonroso uma mulher na sua idade necessitar mendigar.

A trajetória de Martha e seus conflitos íntimos são comuns a milhares de deslocados do pós-guerra, espalhados pela Europa e outros territórios, digerindo, cada qual a seu modo, os traumas e as consequências da guerra. Nesse caso, os próprios termos usados para definir e situar esses sujeitos hetero-

[15] Entende-se Liebesgaben (Liebes = de amor; Gabe = donativo) como uma doação de amor, no mesmo sentido de Hilfspacket (Hilfe = ajuda; Packet = pacote), porém com um sentido mais afeto, de generosidade e amparo com o pedinte.

[16] Assim como a Alemanha, Berlim (capital do país) foi dividida em quatro setores pelas nações vencedoras da guerra.

[17] Von meinen Kindern und sonstigen Verwandten kann ich nichts erlangen, da sie als Flüchtlinge ebenfalls in derselben wirtschaftlichen Lage sind wie ich. Fonte: Carta. Grevesmühlen, Kreis Schönberg, Mecklenburg, Alemanha, 25/02/1948. Martha Fritz a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

gêneos são escorregadios: o termo "vítimas" se mostra insuficiente para definir essas narrativas. O mesmo ocorre com o termo "pessoa deslocada", que tenta dar conta de categorizar os milhares de judeus, poloneses, ucranianos, letões, lituanos, estonianos, húngaros e iugoslavos. Simultaneamente, milhares de alemães foram expulsos da Europa Oriental e incluídos na categoria "pessoas deslocadas", adensando esse contingente.

> Nos últimos meses da guerra e logo depois, o povo alemão, cujo próprio regime arrancara brutalmente as pessoas de suas casas em toda a Europa ocupada pelos nazistas, tornou-se vítima de uma das grandes evacuações humanas da história. Milhões perderam suas casas no Leste – nas antigas províncias alemãs da Prússia Oriental e Ocidental, da Pomerânia, da Silésia, e das áreas do leste de Brandemburgo; na Sudetolândia, na Romênia, Iugoslávia, Polônia, Hungria e nos países bálticos – ou porque fugiram ou porque foram expulsos e transferidos para o oeste, para o que se tornaram as quatro zonas de ocupação da Alemanha (BESSEL, 2010, p. 77-78).

Em síntese, de alguma forma, todos "eram 'refugiados' e, como tais, estavam na parte inferior da hierarquia" social (SHEPHARD, 2012, p. 13). As próprias cartas trazem indícios desse terreno pantanoso jurídico-legal e de autoidentificação: afinal, quem somos?[18] "Somos refugiados protestantes alemães da Hungria, e tivemos que deixar nossa querida pátria, como tantos de nossos camaradas, [e fomos] destinados [para cá]", escreveu Jung Konrad em sua carta, datada de 23 de novembro de 1947, em Johanniskirchen, situado no distrito de Rottal-Inn, no estado da Baviera, na Zona de Ocupação Americana.[19] Sua carta é emblemática de alguém que está à margem das redes familiares e sociais. Na expectativa de ser atendido, ele apela ao per-

[18] Ambos os termos — deslocado e refugiado — parecem misturar-se nas narrativas, o que mostra a dificuldade de autoidentificação dos sujeitos, que ora caracterizam-se como refugiados, ora como pessoas deslocadas. O conceito atual de refugiado surge na Convenção de Genebra de 1951, e define como "pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição" de diferentes causas, havendo um sentimento de não regressar. Já as pessoas deslocadas (*Displaced Person* — PD) são aquelas que tiveram que fugir forçosamente de sua residência, inserindo na definição um deslocamento dentro ou fora do país. Em algumas cartas, é possível identificar um desejo em regressar algum dia à sua *Heimat*, à sua terra natal. Portanto, os autores das cartas apresentadas neste estudo são definidos como pessoas deslocadas.

[19] Wier sind Deutsch evangelische Flüchtlinge aus Ungarn, mussten die liebe Heimat, wie so viele unsere Schicksalsgenossen verlassen. Fonte: Carta. Johanniskirchen, Kreis Eggenfelden, Niederbayern, Alemanha, 23/11/1947. Jung Konrad a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

tencimento religioso: "de um irmão e irmã desconhecidos da terra das necessidades"[20], seguido da citação do versículo de Coríntios 13:13: "portanto, agora existem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor. Porém a maior delas é o amor"[21]. No decorrer da carta, Jung descreve sua situação atual e as circunstâncias enfrentadas pela família: ele vivia em um pequeno quarto com a esposa, seu filho de 3 anos e seus pais. No ato do deslocamento, "nós quatro só podíamos levar bagagem de mão, não o essencial"[22], o que permite inferir que possuíam "o necessário para viver", mas não puderam carregar consigo.

Como já apontado, os contingentes de deslocados/refugiados originavam-se de um ato de fuga ou expulsão, devendo partir imediatamente, carregando consigo o mínimo possível. Logo, não era uma mudança planejada de um local para outro. No trajeto, ainda corriam o risco de saques, estelionatos e abusos de toda ordem.

> Tanto no Leste como no Oeste, soldados de todos os exércitos tomaram como presa a vulnerável população civil. No Oeste, soldados de uma *Wehrmacht* na iminência de sofrer uma derrota roubaram bens de seus "correligionários de raça" civis; e soldados dos exércitos ocidentais que entraram na Alemanha também praticaram roubos. No Leste, forças soviéticas que avançavam sobre a Alemanha saquearam com prazer as propriedades do odiado inimigo, chance essa que se tornava mais irresistível pelo fato de os alemães abandonarem às pressas suas casas. Ao mesmo tempo, a chegada de forças soviéticas era, em geral, o anúncio de uma orgia de saques e estupros, não raro seguidos de assassinatos; muitos civis foram mortos pelos motivos mais banais, por uma peça de roupa ou por um relógio (BESSEL, 2010, p. 90).

Nesse contexto, as populações expulsas chegavam no Oeste Europeu sem pátria, sem lar, sem pertences, empobrecidos e, ainda por cima, traumatizados. A circulação de relatos e denúncias despertou a atenção de organizações humanitárias, como a Cruz Vermelha, que, dentro da sua alçada,

[20] Von unbekanntem Bruder und Schwestern, aus dem Lande der Not. Fonte: Carta. Johanniskirchen, Kreis Eggenfelden, Niederbayern, Alemanha, 23/11/1947. Jung Konrad a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[21] Nun aber bleiben Glaube, Hoffnung, Liebe, diese drei aber die Liebe ist die größte unter ihnen. Fonte: Carta. Johanniskirchen, Kreis Eggenfelden, Niederbayern, Alemanha, 23/11/1947. Jung Konrad a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[22] Antenehmen durften vier nur Handgepäck, also nicht das allernötigste. Fonte: Carta. Johanniskirchen, Kreis Eggenfelden, Niederbayern, Alemanha, 23/11/1947. Jung Konrad a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

buscaram auxiliar e apoiar esses grupos vulneráveis. Ao mesmo tempo, essas instituições acolheram e distribuíram as suas cartas, contribuindo para que as narrativas dessas trajetórias ganhassem o mundo, escancarando o lado trágico do pós-guerra.

A carta de Jung Konrad, nesse sentido, é um grito de socorro, acionando o lado humano e de caridade cristã do seu possível leitor, isto é, os irmãos além-mar: "é a fé no amor cristão que nos faz enviar-lhes esta carta, com a esperança de que seremos ajudados pelas quatro promessas do Senhor, a todos os que acreditam n'Ele".[23] Percebe-se que, em meio a catástrofes, a predisposição das pessoas em buscar orientação e conforto nas igrejas aumenta, ou, como afirma Bessel (2010, p. 303), a catástrofe leva "o povo de volta para Cristo". Não é possível afirmar se Jung Konrad buscou a fé como um refúgio, ou se possuía uma vida baseada nos princípios protestantes. O que se sabe é que, ao longo da narrativa da carta, depositava a sua esperança em um ser superior, que salvaria a sua família da miséria:

> Não é fácil para mim revelar minha pobreza desta forma, mas sem teto e abandonados como muitos enquanto refugiados buscam socorro a cada colina, como um navio no meio de uma tempestade, na noite escura as luzes do tempo. Nossa miséria é grande, nenhum futuro parece dar poder para nós. Ganhamos tudo em termos de bem terreno, restam apenas duas coisas: o desejo ardente por nossa amada pátria perdida e a fé profunda que nosso Senhor Deus nos dará o melhor e nos salvará desta miséria![24]

Na ótica de Jung, "acima de tudo, precisamos da ajuda de Deus". O subterfúgio adotado aqui para sensibilizar seu leitor foi a comunidade religiosa: "irmãos e irmãs protestantes [evangélicos luteranos] da Alemanha" dirigiam-se aos seus "irmãos e irmãs" protestantes do Brasil. Dessa forma, a carta de Jung insere-se no rol de cartas que apelam à identidade religiosa, ao encaminhar seus pedidos à Cruz Vermelha, ramificada no além-mar, na América/Brasil/Rio Grande do Sul.

---

[23] Der Glaube an die Christliche Liebe ist es der uns diesen Briefen Euch achten lasst, mit der Hoffnung das uns Hilfe wird vier Herr Verheißen hat, allen die an ihn glauben. Fonte: Carta. Johanniskirchen, Kreis Eggenfelden, Niederbayern, Alemanha, 23/11/1947. Jung Konrad a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[24] Es fällt mir nicht leicht, meine und meinen Armuth so zu offenbaren, doch heimatlos und Verlassene wie viele als Flüchtlinge suchen vier jede Hille, wie ein Sturm erbautes Schiff, bei dunkler Nacht das wetterte Lichter. Das Große ist unser Elend, keine Zukunft scheint für uns Macht zu geben. Fonte: Carta. Johanniskirchen, Kreis Eggenfelden, Niederbayern, Alemanha, 23/11/1947. Jung Konrad a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

revista hydra

Após descrever sua condição de deslocado, Jung Konrad trouxe mais um elemento para justificar "o que me levou a escrever esta carta para vocês":

> [...] minha esposa está doente e mal alimentada, ela pesa apenas 47 kg. Eu mesmo sou pedreiro, meu pai é um trabalhador. Nós ganhamos dinheiro, mas ele vai para a compra da escassa comida que está disponível nas ruas. Todos vocês sabem como é a situação alimentar aqui, queridos irmãos e irmãs. Há muito para morrer e muito pouco para viver; a fome nos assombra como um fantasma e atinge mais duramente os refugiados aqui.[25]

A fome e a carestia foram um dos principais problemas que atingiu a Alemanha no pós-guerra. Muitas famílias, mesmo trabalhando, como é o caso da de Jung Konrad, não conseguiam suprir suas necessidades básicas de nutrição em razão do elevado preço ou da indisponibilidade de alimentos. Para contornar a fome, uma das estratégias foi suprir a carestia com o pedido de remessas de mantimentos básicos do exterior, com a intermediação de organizações humanitárias. Outra possibilidade era comprar no "mercado negro", que se tornou essencial na luta diária de uma população faminta pela sobrevivência nas ruínas das cidades. Conforme o historiador Richard Bessel (2012), em 1947, estimava-se que 95% da população estava envovida, de alguma maneira, no escambo ou mercado negro. Este período, que vai de 1945 a 1948, ficou conhecido como "era do mercado negro". Uma das moedas de troca utilizadas na Alemanha pós-guerra era o cigarro, tanto que a Cruz Vermelha Brasileira proibiu o envio de cigarros ou fumo nos pacotes remetidos à Alemanha, independente se para familiares ou não.

O fato de escrever uma carta e remetê-la ao exterior, por si só, não era garantia de haver um leitor e, muito menos, de ser atendido com o envio de um "pacote de amor". Na carta de Georg Heißenberg, escrita em 29 de março de 1948, em Oldenburg [Baixa Saxônia], Zona de Ocupação Britânica, há pistas sobre a dinâmica das remessas de mantimentos e a

[25] Dazu ist meine Frau Krank und schlecht Ernährt, sie regt nur noch 47kg. Ich selbst bin Maurer, mein Vater Hilfsarbeiter. Wier verdienen zwar Geld, doch geht es auf beim Erkauf der kärglichen Lebensmittel die es auf die Karau gibt. Wie es sonst mit der Ernährung hier steht wisst ihr voll liebe Bruder u. Schwestern. Es ist zum Sterben Zuviel und zum Leben zu wenig, die Hungersnot geht um wie ein Gespenst und trifft auch hier um Flüchtlinge am härtesten. Fonte: Carta. Johanniskirchen, Kreis Eggenfelden, Niederbayern, Alemanha, 23/11/1947. Jung Konrad a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

importância das cartas-pedido, embora causassem constrangimento ao seu remetente.[26] Conforme Georg, "vivemos com famílias que recebem um pacote da América, Suíça, Austrália e outros países quase a cada 3-4 semanas"[27], garantindo, assim, a sua subsistência. Subentende-se que, para garantir um abastecimento regular, além de acionar os familiares no exterior, era preciso buscar ajuda junto a diversas empresas e organizações humanitárias internacionais em diversos países. Exemplo disso é a mulher de Georg, que, em novembro de 1947,

> [...] tentou entrar em contato com empresas dos Estados Unidos e ofereceu-se para fazer alguns casacos bonitos, ou outras malhas para tricotar, a fim de obter também lã ou outras roupas. Trabalhar para ter. Infelizmente, essas empresas não responderam às cartas de minha esposa[28].

Escrever para pedir mantimentos era tarefa difícil para Georg: "não é da minha natureza pedir esmolas por meio de cartas de súplica, mas a necessidade me obriga a fazê-lo"[29]. Frente à necessidade, não havia muita escolha, já que não contava com "parentes ou conhecidos no exterior, como é o caso de algumas famílias alemãs"[30]. Porém, conforme ele mesmo apontou:

> [...] você está ciente de que a situação alimentar e econômica na Alemanha não melhorou de forma alguma desde o fim da guerra.

[26] Georg não descreve se é ou não uma pessoa deslocada, sendo indeterminada sua nacionalidade. Contudo, Oldenburg recebeu um fluxo de mais de 12 milhões de pessoas expulsas dos territórios orientais alemães, podendo assim Georg ser um alemão expulso ou não. Fonte: https://www.oldenburgische-landschaft.de/wissen/digitales-geschichtsbuch/kriegsende-und-nachkriegszeit/. Acesso em 02/03/2023.

[27] Wir wohnen bei Familien, die ast alle 3-4 Wochen ein Paket aus Amerika, der Schweiz, Australien und anderen Staaten erhalten. Fonte: Carta. Oldenburg, Alemanha, 29/03/1948. Georg Heißenberg a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[28] Meine Frau hat bereits im November 1947 einen Versuch gemacht, sich mit Firmen aus den Vereinigten Staaten ins Benehmen zu setzen und denselben angeboten, gegen Zusendung von Wolle einige nette Pullover oder andere Strickereien anzufertigen, um für diese Arbeit ebenfalls etwas an Wolle bzw. andere Kleidungsstücke zu erhalten. Leider haben diese Firmen die Briefe meiner Frau nicht beantwortet. Fonte: Carta. Oldenburg, Alemanha, 29/03/1948. Georg Heißenberg a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[29] Es liegt nicht in meiner Natur, durch Bittbriefe um Almosen Pakete zu bitten, aber die Not zwingt mich dazu. Fonte: Carta. Oldenburg, Alemanha, 29/03/1948. Georg Heißenberg a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[30] Hinzu kommt, daß wir keine Verwandten oder Bekannte im Auslande haben, wie es bei manchen deutschen Familien der Fall ist. Fonte: Carta. Oldenburg, Alemanha, 29/03/1948. Georg Heißenberg a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

revista hydra

> Não podemos comprar nada com o dinheiro que eu e minha família ganhamos com o trabalho árduo de minhas mãos[31].

Enfim, a lógica de Martha, Jung e Georg é semelhante: "trabalhar para ter", conquistar seu sustento com o seu trabalho. Já o ato de "pedir", "mendigar", "aceitar esmolas", antes de tudo, contrariava seus princípios éticos e morais, atingindo sua dignidade humana e honra, enquanto homens e mulheres. Esse conflito permeia as entrelinhas das três cartas, com nível de intensidade variada. Essas três narrativas ainda possibilitam um olhar multitemático, de religiosidade, trabalho, gênero, deslocamento etc. Cada uma apresenta suas especificidades, mas inserem-se dentro de um contexto que envolvia milhões de pessoas na Alemanha pós-guerra.

Considerações finais

Portanto, o conjunto de cartas escritas por pessoas deslocadas e endereçadas à Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, são fragmentos de trajetórias de vida de vítimas invisíveis, como diz Hobsbawm (1995). Esses "cacos" do espelho da História permitem observar e ampliar a compreensão do cotidiano e da vida "vista de baixo", narrada e descrita por pessoas comuns. As cartas trazidas neste estudo são um pálido reflexo de uma realidade/um contexto particular congelado pelo seu autor, um habitante anônimo numa Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial. Envolvidas em um cenário de traumas, fome e destruição, na luta diária pela sobrevivência, essas cartas foram enviadas para outros países, na esperança de serem lidas no além-mar. Ainda que endereçadas à Cruz Vermelha, as cartas guardam um caráter de pessoalidade, descrevendo a sua situação e tentando ao máximo conseguir um encontro imaginário com o leitor da carta. Enfim, a análise desses documentos busca trazer uma cor humana para a História (DE VIVO, 2023).

Finalmente, aqueles que tinham familiares no exterior escreviam a eles em busca de socorro, retroalimentando suas conexões. Já as narrativas de

[31] Es ist Ihnen bekannt, daB die Ernährungslage sowie die wirtschaftlichen Verhältnisse sich in Deutschland seit Beendigung des Krieges keineswegs gebessert haben. Für das mir und meiner Familie durch meiner Händ FleiB verdiente Geld können wir käuflich nichts erwerben. Fonte: Carta. Oldenburg, Alemanha, 29/03/1948. Georg Heißenberg a Cruz Vermelha/Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

pessoas sem conexões no exterior predominam no acervo da filial da Cruz Vermelha no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1945 e 1949. Essa organização, articulada com outras de caráter semelhante, acionou redes locais e nacionais em busca de encaminhar ajuda por pacotes de mantimentos. Esses pacotes, que levavam comidas, roupas e calçados, também eram um pacote de esperança para uma Europa que, até aquele momento, não havia presenciado uma catástrofe de tamanha dimensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSEL, Richard. *Alemanha, 1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE VIVO, Filippo. Micro-histórias da informação a longa distância: espaço, movimento e agências em notícias da Idade Média. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. Territórios da história: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023. p.271-316.

FERNANDES, Evandro. *SOS Europa Faminta: Comitê de Socorro à Europa Faminta –SEF*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In*: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. p.129-160.

FROTSCHER, Méri. "A miséria me obriga a escrever ao senhor": a escrita de si em cartas de alemães ao prefeito de Blumenau-SC (1946-1948). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 15, p. 137-176. maio/ago. 2015;

FROTSCHER, Méri. "Vou tentar ajudar minha família escrevendo essa carta": jogos de gênero em cartas enviadas da Alemanha para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 111-135, jan./ abr. 2019;

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ITURRA, Jorge Montealegre. Linhas de memória: testemunhos gráficos e estratégias narrativas. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima (Org.). *História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

MCNEIL, J. R.; MCNEIL William H. *Las redes humanas: una historia global del mundo*. Barcelona: Crítica, 2004.

OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009

SHEPHARD, Bem. *A longa estrada para casa*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

revista hydra

TURKISH REFUGEES IN BRAZIL AFTER THE 2016 TURKEY COUP ATTEMPT

Romerito Valeriano da Silva[1]

Elisângela Gonçalves Lacerda[2]

Abstract: Population geography is a subdiscipline of Geography devoted to the study of one of the aspects of geographic space, which is population flows. The flow of refugees is a topic of interest. In 2016, Turkey underwent a coup attempt which resulted in the deaths of hundreds of people and increased internal political tension. This study aimed to verify whether Turkey's internal circumstances impacted the number of Turkish refugee requests in Brazil and if so, to describe these refugees' general profile and their spatial distribution, without risking their safety. We used data provided by the International Migration Observatory, which is linked to the Brazilian Ministry of Justice. The analyses were performed using descriptive and geospatial statistics and showed a considerable increase in the number of Turkish refugees in Brazil from 2016, as well as their concentration in the richest state of the federation. We believe these results provide relevant information to improve the Brazilian system of recognition and reception of refugees.

Keywords: Refugees; Turkey; Brazil; Coup d'état.

REFUGIADOS TURCOS NO BRASIL APÓS A TENTATIVA DE GOLPE NA TURQUIA EM 2016

Resumo: A Geografia da População é uma subárea da Geografia que se dedica, entre outras temáticas, ao estudo de um dos aspectos do espaço geográfico, os fluxos populacionais. Um fluxo que chama a atenção dos estudos geográficos é o de refugiados. A Turquia passou por uma tentativa de golpe de Estado em 2016, o que resultou na morte de centenas de pessoas e no aumento da tensão política interna. O objetivo deste estudo foi verificar se essa situação interna da Turquia teve impacto no número de solicitações de refúgio de turcos no Brasil e descrever a distribuição espacial no país. Para tanto, foram usados dados disponibilizados pelo Observatório das Migrações Internacionais. As análises foram realizadas por meio de estatísticas descritivas e geoespaciais e demonstraram um aumento considerável do número de refugiados de origem turca no Brasil a partir de 2016, bem como sua

[1] Doutor em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Contato: romerito@cefetmg.br.

[2] Doutora em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Contato: elisangela.lacerda@ufrr.br.

concentração no estado mais rico da federação. Acreditamos que tais resultados sejam informações relevantes para uma melhoria no sistema brasileiro de reconhecimento e acolhida de refugiados.

Palavras-chave: Refugiados, Turquia, Brasil, Golpe de Estado.

Introduction

Population geography is a subdiscipline of Geography devoted to the study of one of the aspects of geographic space, which is population flows (BAILEY, 2005). Since the technical-scientific revolution (1950 – 1970), the flow of international migrants has intensified due to the advances in transport and communications, drawing the attention of Geography researchers in the subject. The flow of refugees is another topic of interest. Despite using the same migration technical structures, it differs in its causes and conditions of mobility.

According to international definitions, refugees are those who flee political, religious and other persecutions (IOM, 2009). Brazil is a signatory of international treaties that provide for the reception of refugees; the country has legal and governmental structures to acknowledge refugee status, despite their quality and effectiveness. In 2016, Turkey underwent an attempted coup d'état, which resulted in the deaths of hundreds of people and increased internal political tension (KALIN, 2016). This situation may affect the population movement, mainly of refugees. In this study, we set out to verify whether such internal event resonates in Brazil, which is very distant, from a geographic perspective.

We aimed to verify if there is a temporal relationship between this internal situation in Turkey and the increase in the number of asylum requests from Turks in Brazil; if so, to describe the spatial distribution of these refugees in the country as well as their general profile, without risking their security. For this purpose, we used data made available by the Observatory on International Migration, linked to the Brazilian Ministry of Justice.

The coup attempt: a brief context

On July 15, 2016, the world was startled by the news about what was happening in Turkey. An attempted coup was underway, with all the scenes that have marked this kind of event in different parts of the world, regardless of the

time: tanks on the streets, television networks invaded, guns hots, and deaths. Threats to Turkish institutions came not only from those who sparked the movement but also from the government, which resisted the attempt and reacted with a counter-coup. This destabilized the country just as much as the original movement could have, had it been successful. According to Levitsky and Ziblatt (2018, p. 95 and 96),

> Erdogan (*Turkey president*) responded to the coup by declaring a state of emergency and launching a massive wave of repression that included a purge of some 100.000 public officials, the closure of several newspapers, and more than 50.000 arrests, including hundreds of judges and prosecutors, 144 journalists, and even two members of the constitutional Court. Erdogan also used the coup attempt as a window of opportunity to make the case for sweeping new executive powers.

We do not intend to discuss this event in detail here; to do so we would need a perspective view that only time can provide, which would be a task more suitable for historians than for geographers. However, to better understand it, it is worth mentioning that the coup was an insurrection movement on the part of the Turkish Armed Forces, and according to Jacoby (2020), it was the outcome of at least four elements combined: part of the military wing's desire to ensure the continuity of its political influence in the country; the relationship and division between the Armed Forces and Islam, the Turkish military elite's financial and economic interests, and lastly, the increase in power of the President and his party posed a threat to laicism, which marked the foundation of the modern Republic of Turkey. We recommend reading this author and others' work for a deeper understanding of the topic.

This work aims to verify if this event affected one of the aspects that characterize geographic space, identified by Santos (1996) as a set of fixed and flows. In this case, the objective was to verify if there was a temporal relationship between the stated events and the number of asylum requests by Turkish refugees in Brazil. Hence, to verify if it affected the flows. If confirmed, this relationship it will indicate how internal events can reverberate to foreign policy, influence the movement of people demanding public policies, and the level of preparedness of countries located far away.

Turks in Brazil

Historically, Turkey as an independent country, is not amongst the main home countries of foreigners who came to Brazil. This is due to its constitution as an independent nation only in the 1920s, among other reasons. The 2010 Brazilian Census data indicates that 362 people born in Turkey lived in Brazil in that year. Table 1 illustrates the distribution of these Turks according to the year in which they took up residence in Brazil.

Years when they took up residence in Brasil	Frequency	Percent	Valid percentage	Accumulated percentage
1925	38	10,4	10,4	10,4
1930	7	1,9	1,9	12,3
1935	4	1,1	1,1	13,4
1937	10	2,8	2,8	16,2
1954	20	5,6	5,6	21,8
1955	21	5,8	5,8	27,6
1957	99	27,4	27,4	55,0
1960	10	2,9	2,9	57,9
1970	5	1,4	1,4	59,3
1972	16	4,5	4,5	63,8
1980	11	3,1	3,1	66,9
1985	12	3,4	3,4	70,3
1990	10	2,6	2,6	72,9
1992	10	2,8	2,8	75,7
2004	19	5,2	5,2	81,0
2007	10	2,8	2,8	83,8
2008	19	5,4	5,4	89,2
2009	10	2,7	2,7	91,9
2010	29	8,1	8,1	100,0
Total	362	100,0	100,0	

TABLE 1 – Foreigners born in Turkey living in Brazil in 2010, per year in which they took up residence.

Source: IBGE, 2010.

As we can see, the number is relatively small. This may indicate a possible low entry of Turks into Brazil, in addition to the fact that many of those who had come long ago have already passed away. However, it is emblematic that out of the 362 Turks who lived in Brazil in 2010, only 87 entered the country in the last ten years, thus an average of approximately nine entries per year. This data, when compared to the number of asylum requests from Turks in Brazil as of 2016, further highlights the relative importance of the number of requests for refuge.

revista hydra

Turkish immigration to Brazil, although small in volume, is symbolically representative. Historically, many foreigners from the Middle East who lived in Brazil were generically and derogatorily referred to as Turks. This has even been noted in a novel by Jorge Amado (1992), one of the main names of Brazilian literature. His work *The discovery of America by the Turks* portrays the arrival of immigrants from the Middle East to Brazil who were called Turks, even though the characters were from other countries in the region. It is difficult to determine the exact origin of this derogatory generalization. Yet, in addition to prejudice and ignorance toward the different, for a long time (in any case until 1925), nearly that entire region was under the domain of the Ottoman Empire – in Portuguese also known as Ottoman Turkish Empire. This could justify, at least in the early twentieth century, this association between the Turkish nationality and the other ethnic groups of the region[3]. Even so, regardless of its volume, the entry of Turks into Brazil has been very symbolic.

However, the purpose of this article is to analyze those Turks who came to Brazil and applied for the recognition of their refugee status, and not those who came as immigrants. To this point, our data analyses will indicate whether there has been an increase in this figure after the events of 2016 in Turkey.

When analyzing the most recent data on Turks in Brazil, it is important to consider the influence of the Gülen movement. This religious movement was the target of persecution by the Turkish government after the attempted coup. According to Dumovich (2019), the movement combines two religious' precepts – "good deeds" and "emigration" – as a way of propagating the Islamic faith as responsible for an internationalization of this Turkish version of how to experience faith. The movement is led by Fethullah Gülen, who lives exiled in the United States, and is considered a terrorist by the Turkish government. The movement also reached Latin America and was responsible for attracting some Turkish families to Latin American countries. This happened mainly after the persecution of the movement by the Turkish government as a reaction to the attempted coup in 2016 and should be considered when to analyzing data on the requests by Turkish refugees in Brazil.

[3] Besides, many ethnic minorities were constitutionally obligated to assume the nationality of national states in the Middle East, such as Turkey itself.

revista hydra

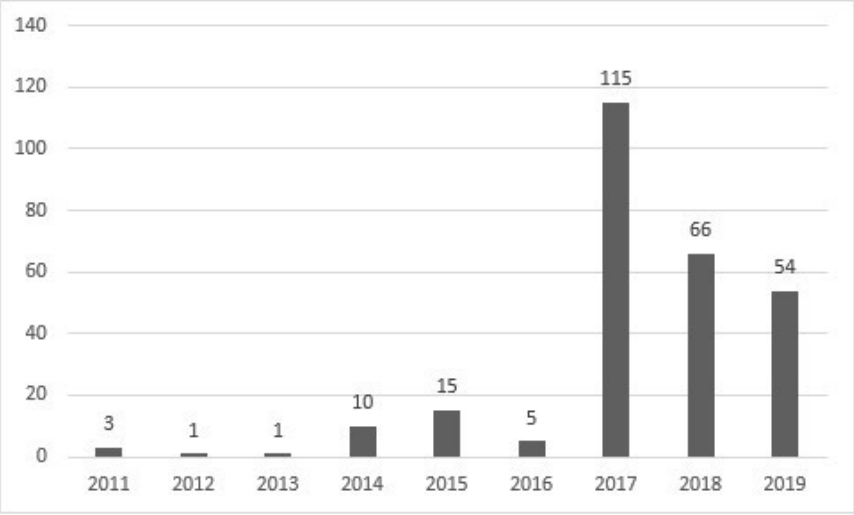
Methodology

To verify the temporal relationship between Turkish refugee requests in Brazil and the events connected to the attempted coup and its developments in Turkey in 2016, we analyzed the evolution of Turkish refugee requests in Brazil for a period of nine years, from 2011 to 2019. For this analysis, we used secondary data provided by the Observatory of International Migration, an entity that has partnered with the Ministry of Justice of Brazil and discloses information from the STI-MAR database (International Traffic System - Alerts and Restrictions Module), under the responsibility of the Federal Police.

Due to its methodological characteristics, this is an exploratory, documentary and quantitative research, which seeks to expose relevant aspects of social reality through a targeted data analysis. Data analysis was based on the use of descriptive statistics tools and treatment of spatial data to allow a geographically relevant presentation of the information.

Data presentation and analysis

The first aspect we sought to analyze was whether there was a temporal relationship between the number of asylum requests in Brazil and the events that occurred in Turkey. The temporal distribution of Turkish refugees' requests in Brazil is illustrated in Graph 1:



GRAPH 1 – Number of Turkish asylum seekers in Brazil.
Source: STI-MAR, Observatory of International Migration, 2019.

From the graph, it is clear that something strongly influenced the number of Turks' asylum applications in Brazil in 2017. The number of requests in that year was twenty-three times higher than the previous year, soaring from only five requests (close to the average of previous years) to 115 requests in 2017. In the following years, 2018 and 2019, the figure remained high when compared to the years before 2016, but showed a downward trend, with 66 requests in 2018 and 54 through September 2019.

Despite the expressiveness of the data, it is necessary to conduct a more detailed analysis. As we stated earlier, the data refer to the year of application for registration, which is not necessarily the same as when the refugee entered Brazil, as shown in Table 2.

		Year of registration				Total
		2016	2017	2018	2019	
Year of entry	2000	0	1	0	0	1
	2008	0	1	0	0	1
	2010	0	1	0	0	1
	2011	0	1	2	1	4
	2013	0	4	1	1	6
	2014	0	3	1	2	6
	2015	0	13	1	5	19
	2016	5	34	3	2	44
	2017	0	57	7	3	67
	2018	0	0	50	16	66
	2019	0	0	0	24	24
Total		5	115	65	54	239

TABLE 2 – Year of registration and entry of Turkish asylum seekers in Brazil - 2016 to 2019.

Source: STI-MAR, Observatory of International Migration, 2019.

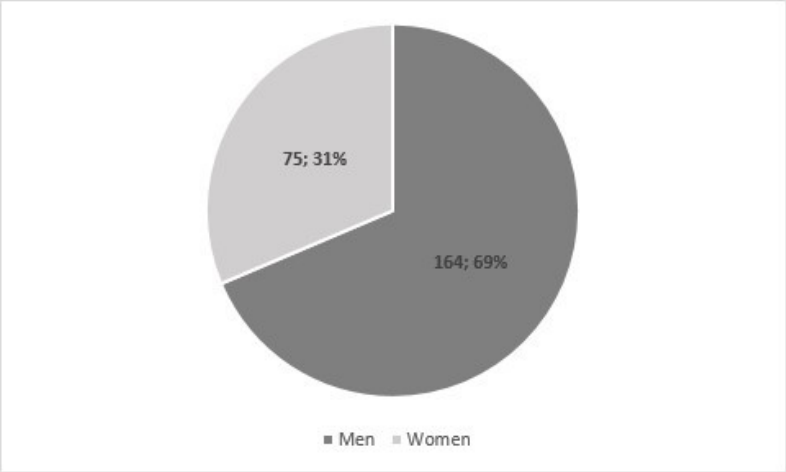
The table was constructed by cross-referencing the data from the year of entry and the year the request for recognition of refugee status was made. At least 19 asylum seekers after 2016 entered Brazil before that year. This raises different hypotheses. One of the strongest ones would be that Turkey's political instability as of 2016 created an acceptable justification for some residents in Brazil to solve any outstanding migratory issues faster via recognition of refugee status. Another interesting aspect is that 34 out of the 115 requests registered in 2017, i.e., almost 30%, were from Turks who entered Brazil in 2016, whereas 54 entered the country in the same year as the asylum application. Such

data strengthens the temporal proximity between the entry into Brazil, the asylum application, and the events that shook Turkish institutions in 2016.

Although the attempted coup occurred in July 2016, its effects – primarily resulting from the government's counter-coup movement – were felt in the following months and years, which may explain the increase in refugee requests from Turks in Brazil, especially as of 2017.

The analysis of Graph 1 and Table 2 confirms a temporal relationship between the increased number of Turks' asylum applications in Brazil and the events in Turkey. However, based on the data alone, it is not possible to state that it is a causal relationship. For that, we would need more detailed figures on the reasons behind the requests. This information is not publicly available, and its disclosure could risk the security of refugees and threaten compliance to established international conventions on the subject.

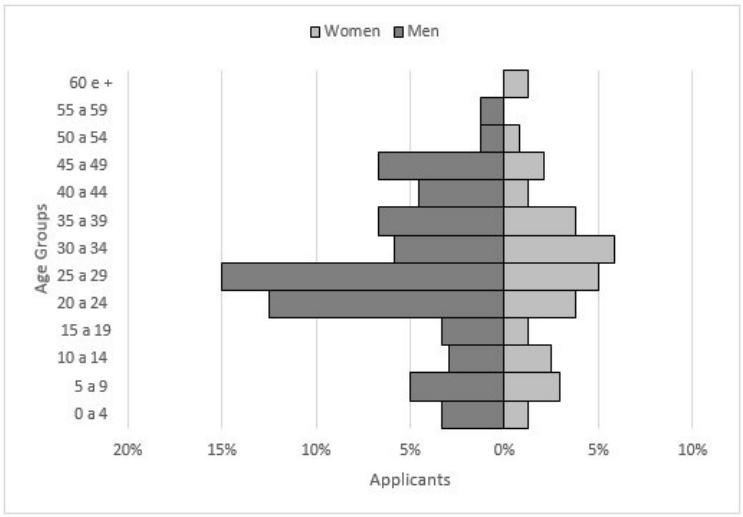
Another relevant aspect is the general profile of asylum seekers. We know from world data that the majority of refugee applicants are men; hence, a higher ratio of male refugee applications over female ones is expected. In the case of Turks in Brazil, however, we noticed an over-representation of male applicants, as seen in Graph 2. This ratio is much higher than the observed for the total number of male refugees in the world, which was 51% in 2019 (UNHCR, 2019). This male over-representation is a relevant aspect that deserves to be better studied, in relation to both its causes and its consequences.



GRAPH 2 – Distribution, by sex, of Turkish asylum seekers in Brazil from 2016 to 2019.
Source: STI-MAR, Observatory of International Migration, 2019.

revista hydra

Age was another element considered in the construction of this general profile. Graph 3 illustrates the age groups of asylum seekers; to construct it, we used the age provided by them on the year of application.



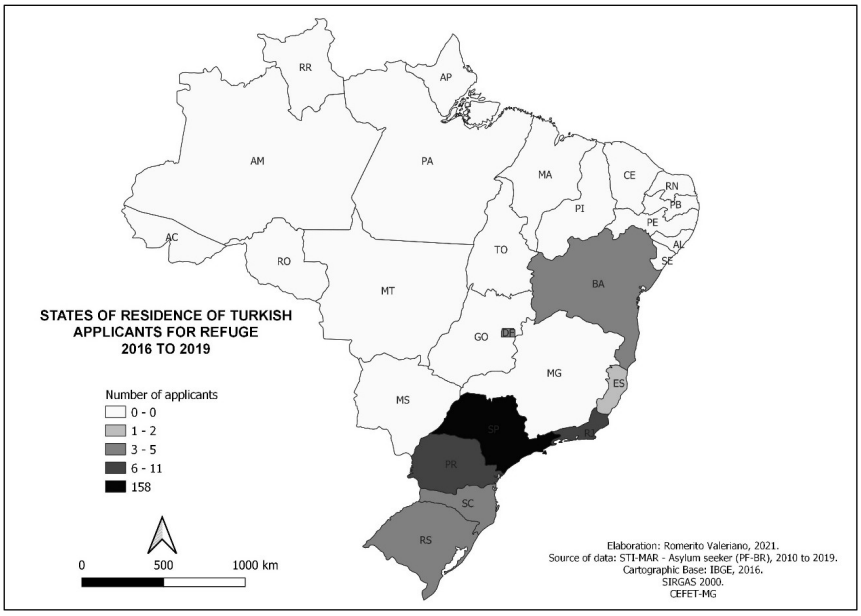
GRAPH 3 – Age distribution of Turkish asylum seekers in Brazil from 2016 to 2019.
Source: STI-MAR, Observatory of International Migration, 2019.

We are dealing with a population of working age and predominantly male. The most notable age groups are between 20 and 49 years old, with ages between 20 and 29 years old in a higher proportion. This indicates that the applicants came to Brazil at working age and required labor allocation upon arrival, which poses a challenge, considering Brazil began to experience an acceleration of its unemployment rates in this period.

In addition to analyzing how many asylum seekers there are and their general profile, we also analyzed their location. We used the data of the federal state of residence declared by the applicant, which allowed us to create a map. Map 1 illustrates the spatial distribution of Turkish asylum seekers in Brazil when they registered their request.

The map indicates a spatial concentration of Turks who sought refuge in Brazil during the studied period. One-third of applicants did not declare their location or did not have the federal unit of residence registered in the database, which hindered our analysis. However, we concluded that the state of São Paulo stands out considerably, concentrating 66% of the applicants. The non-disclosure of their location is understandable, considering it is sensitive information for people in a refugee situation. Nonetheless, we wonder why some have

informed and others have not, or some have disclosed data and others have not. Regardless of this aspect, the map analysis portrays that asylum seekers were concentrated in the wealthiest regions of Brazil, Southeast and South, with only a few exceptions in Bahia (Northeast) and the Federal District (Midwest).



MAP 1 – Spatial distribution of Turkish asylum seekers in Brazil from 2016 to 2019.
Source: STI-MAR, Observatory of International Migration, 2019.

The temporal analysis of Turkish asylum applications in Brazil, made up of their general profile and spatial distribution, forms an interesting portrait of this small flow of refugees. This helps to understand a little more about the geographical population connections between these two countries, which are so far apart in geographic space, but that can get closer through population flows.

Some initial considerations

We chose to call this "conclusion" as *initial considerations*, because we believe that this is what this paper represents: an approximation of the data on a small part of the Turks in Brazil. It is the onset of a still lengthy research path.

We conducted the analyses by using descriptive and geospatial statistics. The results demonstrated a considerable increase in the number of asylum requests from Turkish refugees in Brazil as of 2016. We also found they were concentrated in the richest state of the federation. This confirms the preliminary hypothesis of a temporal relationship between the number of asylum re-

quests and the events surrounding the attempted coup in Turkey in 2016. These results also confirm aspects raised by other researchers, such as Dumovich (2019), who reports the effect of the Gülen movement persecution on the arrival of Turkish families to Brazil, after the attempted coup. Our findings highlight the international effects of an internal crisis and are relevant to improve the Brazilian system of recognition and reception of refugees.

This situation also confirms the world's interconnectivity, meaning that one cannot say that problems are exclusive to the countries where they occur. The dynamics of population mobility can bring seemingly distant events closer in geographical space. This is a call for more effective public policies to create a more robust structure to monitor these international geopolitical events and to prepare internal structures to respond to their effects on a national scale.

The present work did not intend to overstep the limits of an exploratory analysis, but to indicate issues that require more in-depth studies that can contribute to our reflection and discussion on Population Geography.

References:

AMADO, Jorge. *A descoberta da América pelos Turcos*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BAILEY, Adrian. *Making Population Geography*. London: Hodder Arnold, 2005.

DUMOVICH, Liza. Travel as hicret: (Re)Framing Experiences of Exile in the Gülen Community in Brazil. *Religions*, Basel. v. 10, n. 303, 2019. Available at: https://www.mdpi.com/2077-1444/10/5/303. Accessed on Mar. 10, 2021.

JACOBY, Tim. A Historical Perspective on the July 2016 Coup Attempt in Turkey. *Insight Turkey*, Ankara, v. 18, n. 3, Summer 2016. Available at: https://www.insightturkey.com/articles/a-historical-perspective-on-the-july-2016-coupat-tempt-in-turkey. Accessed on Mar. 10, 2021.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die*. New York: Broadway Books, 2018.

OIM – Organização internacional para as Migrações. *Direito Internacional da Migração: Glossário Sobre Migração*. Genebra: OIM, 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo. Razões e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

revista hydra

UNHC – United Nations High Commissioner for Refugees. *Global Trends: Forced Displacement in 2019*. United Nations High Commissioner for Refugees – UN, 2019. 84 p. Report.

revista hydra

O PERFIL DA POPULAÇÃO ENCARCERADA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO "MAPA DO ENCARCERAMENTO" DE 2015

Andrey Henrique Sartori Camargo Perdoncini[1]

Resumo: O presente artigo tem como finalidade explicitar o perfil da população encarcerada no Brasil, assim como analisar as políticas públicas que estão à disponibilidade da população encarcerada. Para tal intencionalidade, utiliza-se como fonte o Mapa do Encarceramento de 2015, que nos traça um panorama em comparativo com anos anteriores. Um paralelo é feito entre encarceramento e violência, buscando entender os motivos desse perfil estar no centro do encarceramento e, para além, no centro da violência. Para a construção do perfil de "criminoso", busca-se observar algumas relações do cotidiano brasileiro, a forma como a polícia age com pessoas de determinada cor/classe e como essa ação está ligada com nosso passado. Para tanto, utilizam-se autores como Chalhoub, Viotti e Florentino para o entendimento do passado da população ainda na escravidão.

Palavras-chaves: Racismo; Encarceramento; Rotulação

THE PROFILE OF THE INCARCERATED POPULATION IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE 2015 "INCARCERATION MAP"

Abstract: This article aims to explain the profile of the incarcerated population in Brazil as well as to analyze the Public Policies that are available to the incarcerated population. For such intentionality, the 2015 Incarceration Map is used as source, which provides us with a scenery in comparison with previous years. A parallel is made between Incarceration and Violence, seeking to understand the motivations for this profile being at the center of incarceration and, beyond, at the center of violence. For the construction of the "criminal" profile, we seek to observe some relations of the Brazilian daily life, the conduct of the police towards people of a certain color/class, and how this action is linked to our past. To this end, authors such as Chalhoub, Viotti and Florentino are utilized for the understanding of the past of the population still in slavery.

Keywords: Racism; Incarceration; Lettering

[1] Graduado em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Contato: ahenriquesartori@gmail.com.

revista hydra

Introdução

A pesquisa tem como proposta identificar o perfil da população encarcerada no Brasil, usando como base o *Mapa do Encarceramento: Os jovens do Brasil,* obra da Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional da Juventude.

O objetivo da pesquisa é entender por que esse perfil está sob maior vigilância pelo sistema de justiça brasileiro, desde o momento do encarceramento até o momento do julgamento em si. Para que esse objetivo seja concluído, utilizam-se autores que trabalham essas questões judiciais. Exemplo disso é o artigo de Flávia Cristina Soares e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, que traça o modo de rotulação e seletividade policial.

Para entendimento do perfil — em si — do encarcerado, também se faz necessário o estudo de autores que trabalham a dinâmica brasileira anterior ao nosso cotidiano, sobretudo o modo como as pessoas negras eram tratadas nos séculos passados, ainda em um Brasil escravocrata. Esse é o caso de Emília Viotti e Manolo Florentino, que nos dão fatos históricos da dinâmica social da Monarquia, do tráfico de almas e do período escravocrata. Sidney Chalhoub nos apresenta a contextualização de "classes pobres, classes perigosas".

Pensando no que foi apresentado pelos autores citados, busca-se averiguar as políticas públicas existentes no Brasil — averiguação essa feita a partir da própria fonte — para sanar esse problema, analisando se elas dão conta da problemática ou se são necessárias reformulações.

Para embasar as argumentações, utiliza-se bibliografia que aborda as temáticas do encarceramento, do racismo institucional e, ainda, das instituições. São livros importantes para a fundamentação da pesquisa, já que, sem eles, não seria possível identificar os pontos que levam ao encarceramento desse perfil e o processo de criação desse "padrão" por parte das instituições, nesse caso, a de Segurança Pública.

Sendo assim, utilizam-se estatísticas para comprovação de um determinado perfil e análises historiográficas da forma como esse perfil era tratado em nosso passado escravocrata e da forma como é visto e tratado na contemporaneidade. Logo, o artigo tem metodologia de base mista, pois preocupa-se

revista hydra

com os dados que foram analisados e com autores que embasam a análise histórica acerca do tema.

Para facilitar a leitura, serão apresentados, brevemente, os tópicos que serão encontrados no decorrer da leitura: a discussão tem início trabalhando a fonte que propõe-se a análise (**a fonte: análise e explanação sobre o perfil do encarcerado no Brasil**), nela contém dados que firmam a discussão sobre o encarceramento em um comparativo entre negros e brancos, denunciando um perfil de encarcerados; busca-se, após essa análise da fonte, fazer um comparativo entre a violência e o encarceramento (**Violência x Encarceramento**), tal comparativo serve para denunciar como, o mesmo perfil de encarcerado, também sofre maior vigilância e violência policial; no cerne da discussão (**Construindo o perfil**), constrói-se o perfil do encarcerado, tal como a fonte apresenta, porém, observando os contextos históricos que a população negra esteve inserida desde sua chegada ao Brasil – nesse momento, constrói-se o perfil desde a escravidão até o período atual; por fim, nas **Considerações Finais**, aponta-se assuntos que ainda devemos, como sociedade, estar atentos e, a **Conclusão** de todo o apanhado teórico apresentado no decorrer do artigo.

A fonte: análise e explanação sobre o perfil do encarcerado no Brasil.

Antes de qualquer análise, deve-se entender o conceito de instituição. Para Peter e Brigitte Berger, instituição é "[...] um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade" (2004, p. 193). Sendo assim, entende-se que instituição é a forma como o Estado encontrou para orientar/controlar os indivíduos da sociedade, para que se firme um padrão de controle.

Para o desenvolvimento deste artigo, analisou-se o *Mapa do Encarceramento: Os jovens do Brasil*. Os dados fornecidos são dos anos de 2005 a 2012, mas, por conta da má coleta dentro das instituições carcerárias, há dados que são visualizados apenas de 2007 a 2012. Sobre isso, vale ressaltar que, no começo dos estudos, buscou-se fazer um recorte espacial menor, na cidade de Campo Mourão, mas não diferente de outros locais, a co-

leta de dados na cidade poderia levar ao erro, uma vez que o próprio policial contatado disse que, por haver muitas entradas e saídas de presos, poucos são realmente "fichados".

Alguns pontos observados na fonte devem ser analisados, como o crescimento de encarcerados, que, a nível federal, era de 74% nos anos observados, dando destaques a alguns estados, como Minas Gerais, que chegou a ter uma taxa de crescimento de 624% no número de encarcerados.[2] Esses dados não têm cor/idade/gênero, logo, só evidenciam o que é chamado de encarceramento em massa.[3] Acredita-se mesmo que o encarceramento é a melhor forma de lidar com problemas, muitas vezes, pífios?

Primeiramente, deve-se fazer a análise do gênero do perfil de encarcerado. Mesmo a fonte apontando um crescimento de 146% no encarceramento feminino, entre 2005 e 2012, enquanto 70% desse crescimento foi no encarceramento masculino, observa-se que, em 2005, eram 12.925 mulheres presas, sendo 283.994 o número de homens na mesma situação. Passados sete anos de análise, o número de mulheres cresceu severamente, indo para 31.824, assim como aconteceu com o de homens, que também drasticamente, para 483.658. Nota-se um perfil masculino de encarcerado.[4]

A partir dos dados expostos por região, observa-se na fonte, visando a raça, que, de 2007 até 2012, a variação era de 32% de crescimento dos encarcerados negros, e 26% em relação aos encarcerados brancos. Utilizando essa informação de parâmetro, 12 Unidades Federativas tiveram maiores variações (nesse recorte racial), com destaque para: Alagoas (175%), Espírito Santo (137%) e Minas Gerais (105%), que também aumentaram consideravelmente sua população carcerária branca (136%, 135% e 134%, respectivamente)[5]. Mesmo com o grande crescimento nesses estados citados, foi São Paulo o estado com mais presos negros nesse período, tendo um crescimento de 16%. Inclusive o Maranhão (estado com menos presos negros em 2007 e 2012) teve um crescimento de 29%.

[2] Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015, p. 41.
[3] Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015, p. 92.
[4] Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015, p. 29.
[5] Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015, p. 67.

revista hydra

O encarceramento negro teve queda apenas em dois estados, sendo eles Distrito Federal e Amapá, com 12% e 23%, respectivamente. No Amapá, essa queda pode ser entendida pela má coleta de dados em seu sistema carcerário, uma vez que esse é o único estado com mais presos brancos que negros.[6] Em base comparativa, Paraíba teve uma queda de 41% no encarceramento branco, bem como em outros quatro estados e toda região Centro-Oeste (queda de 9%, mas, no mesmo período, houve aumento de 11% no encarceramento negro).[7]

Para além da cor, pode-se observar outros pontos para traçar o perfil do encarcerado, por exemplo, a faixa etária dele. Voltando-se para o recorte temporal "2007-2012", nota-se, a nível federal, uma taxa de variação de 32% de encarcerados não jovens (com mais de 29 anos) e 53% no caso dos jovens. Essa variação de perfil é observada em todos as regiões, com destaque para a região Sudeste, com 66% dos encarcerados jovens, em comparação com 35% não jovens.[8]

Para finalizar a análise do perfil, observa-se a escolaridade do encarcerado. Em 2005, 41,1% dos encarcerados não tinham o ensino fundamental completo, já em 2012, eram 45,3% dos encarcerados com ensino fundamento incompleto. No mesmo espaço de tempo, a porcentagem de encarcerados com ensino superior não passou de 1,2% em nenhum dos anos. Além disso, a proporção de encarcerados com ensino fundamental completo permaneceu entre 11,5% e 13%. Logo, observa-se que o perfil do encarcerado, em se tratando de escolaridade, é o ensino fundamental incompleto.[9]

O material produzido pela Secretaria-Geral da Presidência da República em conjunto com a Secretaria Nacional da Juventude traz dados que apontam para o perfil da população encarcerada, e, como foi averiguado nos parágrafos anteriores, há a questão racial vinculada ao perfil, sendo que, em determinados anos, houve queda no encarceramento branco, enquanto o encarceramento negro aumentou em todo o período visualizado.

[6] Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015, p. 93.
[7] Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015, p. 64.
[8] Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015, p. 29.
[9] Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015, p. 30.

Para além da cor do encarcerado — foco da discussão presente no artigo —, nota-se que o perfil é: homens, jovens (menos de 29 anos), negros e com o ensino fundamental incompleto.

Violência x Encarceramento

Segundo o *Mapa do Encarceramento: Os jovens no Brasil*, o sistema de segurança pública (polícias) e o próprio sistema judiciário têm maior vigilância sobre a população preta: "A vigilância policial enfocada sobre a população negra culmina em mais possibilidade de confrontos entre agentes policiais e pessoas negras (...)"[10]. Logo, a própria forma com que a polícia aborda pessoas negras é diferente em relação à abordagem de pessoas brancas, o que acaba gerando conflitos mais frequentes entre negros e policiais.

Portanto, não seria difícil pensar que, assim como os negros são mais encarcerados, eles também são os que mais morrem de forma violenta (nas análises a seguir foram retiradas as mortes por acidentes no trânsito e não violentas). Essa comparativa "violência x encarceramento" é dada também pela fonte utilizada como base. Em um intervalo de dez anos (2002/2012), a morte de brancos caiu 24,8%, ao passo que a de negros aumentou 38,7%. Fazendo a análise apenas do perfil trabalhado (homens jovens), para cada jovem branco que morria, morriam 2,7 jovens negros. Em 2002, a taxa de mortos, em uma comparativa, era 73% maior quando se tratava da população preta (no geral). Já em 2012, essa taxa subiu para 100,7%.[11] Observa-se na fonte:

> [...] que os jovens negros estão mais suscetíveis ao homicídio, assim como ao encarceramento, e que a desigualdade entre os negros e os brancos cresceu nos últimos anos nos dois fenômenos comparados (Mapa do Encarceramento, 2015, p. 84).

A fonte apresenta dados até o ano de 2012, porém, ao observar os noticiários, pode-se notar que, oito anos depois, nada, ou quase nada, mudou. Na véspera do dia da Consciência Negra, João Alberto Silveira Freitas, homem negro, foi espancado até a morte por dois seguranças, sob a acusação de estar discutindo e gritando com uma funcionária da rede de mer-

[10] Mapa do Encarceramento, 2015, p. 88.
[11] Mapa do Encarceramento, 2015, p. 84.

revista hydra

cados Carrefour. Esse caso foi colocado na lista de casos de violência contra pessoas negras nas Américas, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) (PALOMINO, 2021). A questão que fica é: por que um homem negro morre tão facilmente, estando ou não agindo de forma agressiva, enquanto um homem branco pode receber a polícia com tiros e granadas em mãos e o futuro dessa pessoa é diferente? O caso de Roberto Jefferson ilustra a diferenciação entre uma pessoa negra, inserida na tese de "classes pobres, classes perigosas", e um ex-deputado branco, representando o outro peso da balança. O ex-deputado recebeu a polícia a tiros e com granadas em mãos. A polícia, antes de dar voz de prisão, revidou os tiros sem intenção de ferir, pensando no cessar dos disparos (MENDES, ANGELO, 2022).

Essa análise leva a confirmar o que foi analisado anteriormente: os policiais e outros componentes da justiça brasileira tendem a vigiar "mais de perto" os jovens negros, o que acaba gerando mais conflitos entre eles, e, consequentemente, leva mais jovens negros ao encarceramento, onde são violentados e mortos.[12] Mais um questionamento: por que essa maior vigilância policial sobre os jovens negros? Por que o jovem negro é o alvo de predileção?

No próximo momento, será traçado o arsenal teórico junto às explanações encontradas na fonte para entender a motivação policial e do sistema judiciário na manutenção das "classes perigosas". É importante lembrar que o artigo tem como temática o perfil do encarcerado no Brasil, mas é evidente que essas pessoas sofrem com o esquecimento social em várias áreas, desde moradia, educação, saúde, lazer e até a segurança, essa, infelizmente, feita por agentes sem preparo, que acabam mais por amedrontar do que assegurar.

Construindo o perfil

Como foi anteriormente abordado, o perfil do encarcerado é composto por homens, jovens, negros, pobres e com ensino fundamental incompleto. Sabe-se que isso se dá por conta de uma maior vigilância policial a esse perfil. Agora, o foco é em outras questões: "por que esse é o perfil e como ele foi construído?".

[12] Mapa do Encarceramento, 2015, p. 13.

revista hydra

Para responder a tais questões, deve-se pensar a chegada dos portugueses ao Brasil e o período da escravatura. Pensa-se, muitas vezes, que os grandes escravagistas eram os portugueses, porém isso não é bem verdade. Uma vez apresentado o tráfico de almas para a população brasileira, ela começa a fazer disso o grande movimento econômico, um verdadeiro tipo de empresa nacional, como se observa na leitura do livro de Manolo Florentino. No texto *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*, tal afirmação pode ser observada na seguinte passagem do autor: "Mas o tráfico era também um negócio, um tipo de empresa com lógica de funcionamento e estruturação próprias" (FLORENTINO, 1997, p. 23). Esse trecho apresenta como eram tratados e vistos os primeiros negros no Novo Mundo: objetos. A lógica escravagista era simples: quanto mais escravos, mais eles se reproduziriam, portanto, maior seria a quantidade de mão de obra e o lucro.

É importante ressaltar que este momento do artigo visa demonstrar a construção de uma população que, até hoje, é marginalizada. Sobre isso, evidencia-se que a escravidão foi abolida às pressas por razão político-econômica mundial. No decorrer desse tópico, concluem-se alguns motivos para a personificação marginal dos negros.

E a construção histórica? No que tange à lógica escravagista, como citado anteriormente, o lucro era buscado a partir do tráfico de negros africanos, e como a taxa de mortalidade era alta entre eles e os nativos eram escassos, a lógica era traficar cada vez mais. Como se observa na passagem de Florentino:

> Contudo, quando tomam gênese do tráfico atlântico, no século XVI, a escassez de braços de nativos na escala exigida pela produção é fator determinante (...) esta escassez (...) levaria a adoção da escravidão mercantil, é evidente que para todos eles a demanda precederia a oferta de braços (FLORENTINO, 1997, p. 25-26,).

Com essas explanações, nota-se como foi a chegada dos negros ao Novo Mundo, não com liberdade, não com alguma motivação, mas, sim, com a utilização da força, como mercadoria, sendo tratados como verdadeiros objetos, e uma vez objetificados, eles passavam a fazer parte dos inventários. Logo, aqueles que mais possuíam escravos, mais ricos eram. Com isso, nota-se

a disparidade social da época. Para Manolo, "O tráfico emergia como o mais eficiente mecanismo de acumulação de homens e recursos, acentuando e/ou cristalizando a diferenciação social" (FLORENTINO, 1997, p. 99). Essa diferenciação social pode ser entendida por parte dos escravagistas, porém, observa-se e entende-se que um ser humano, objetificado, passa a ser "moeda de troca", o que acaba por tirá-lo de qualquer camada social.

Com essas passagens do livro *Em costas negras*, faz-se a analogia da escravidão com o encarceramento. O encarceramento, pelo perfil de presos, acaba se tornando uma maneira de escravização, pois retira da sociedade aqueles que vivem à margem, assim como os primeiros negros foram retirados das funções sociais para cumprir o papel de objeto. Essa analogia pode ser justificada com a mudança do sistema socioeconômico:

> O modelo mercantilista já se encontrava em defasagem de lucros em frente ao modelo capitalista industrial que se desfraldava. O modo de produção capitalista (a partir do século XIX) consiste na produção e consumo das mercadorias produzidas, e neste processo a circulação de dinheiro é primordial. Portanto, a escravização de pessoas, cujo direito à propriedade era precário, era contraproducente para o capitalismo (NUNES, 2018, p. 11).

Sobre isso,

> Bazzan (2006) procura diferenciar a escravidão da época do Brasil colônia da escravidão da atualidade, sendo essa mais lucrativa do que aquela, visto que, por força do "ciclo natural" do sistema capitalista, o patrão não precisa "comprar" o indivíduo para ter sua mão de obra.
>
> Como principal ponto de distinção das duas cruéis formas de escravidão, destaca-se o fato de antes a escravidão ser lícita, e, após a abolição passar a ser ilícita, isto é, a escravidão não foi extinta totalmente, ela apenas deixou de ser amparada legalmente (SILVA, 2014, p. 14).

Feita essa análise de objetificação da população negra — como mão de obra escrava e, posteriormente, mão de obra mal remunerada em prol do novo sistema vigente —, volta-se à construção do perfil, mas, agora, buscando demonstrar como, logo após a abolição da escravatura, da criação de uma República brasileira e de um novo sistema econômico emergente, já existia o perfil da "classe perigosa".

Em Emília Viotti e sua obra *Da Monarquia à República*, e no artigo "Rotulação e seletividade policial: óbices à institucionalização da demo-

cracia no Brasil", de Flávia Cristina Soares e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, nota-se a forma com que a justiça é aplicada no Brasil, pouco antes de se tornar República, e como ela é aplicada nos dias atuais. Em *Da Monarquia à República* retirou-se um trecho sobre "a legislação e a prática de justiça" (nome dado ao tópico do qual ele foi retirado):

> A representação do crime e da culpabilidade era inconscientemente deformada pelos estereótipos vigentes. Via-se o escravo como culposo permanentemente. O senhor, aos olhos do júri, parecia sempre ter razão. Se a legislação era pouco eficaz na defesa do escravo, revelava-se atuante na defesa dos interesses senhoriais (VIOTTI, 1999, p. 293).

Percebe-se que não importa se o escravo estava certo ou errado, uma vez que eram os direitos dos senhores que iriam ser defendidos — o senhor, rico x o escravo, pobre. Porém, essa dualidade não era observada apenas na relação senhor x escravo, mas também na vigilância sobre qualquer corpo preto:

> Resta ver as consequências duradouras dessa situação no que respeita à experiência de liberdade dos negros. Por suposto, a polícia da Corte atravessou o século XIX a prender pessoas de cor sob a dupla suspeição de quem fossem escravas e de que estivessem fugidas. O tirocínio policial nessa atividade dependia de exercícios de interpretação potencialmente complexos, erros sempre à espreita, pois três em cada quatro negros habitantes do país eram livres por ocasião do recenseamento de 1872. [...] Se consideramos [no Rio de Janeiro] apenas a população negra, 59,9% era livre, 40% escrava; ou seja, em cada cinco pessoas de cor habitantes da Corte em 1872, três eram livres, duas escravas (CHALHOUB, 2012, p. 228).

Essa citação de Chalhoub, retirada da obra *A força da escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, ilustra, de forma assertiva, a vigilância da polícia com o negro antes da própria abolição da escravidão. Os policiais, por conta da cor de pele da pessoa, já a consideravam escrava, mesmo que ela já não estivesse nessa condição.

Os trechos citados buscam compreender uma questão: "como se dá a aplicação da justiça nos tempos atuais?". Nesse momento, busca-se a resposta no artigo de Soares e de Lopes Ribeiro. As autoras trazem o exemplo dos crimes de "colarinho branco" , reforçando quem os comente:

> Os estudos de Campos Coelho destacam a distinção existente no tratamento das pessoas envolvidas com o estelionato e com os crimes de 'colarinho branco' em comparação aos crimes praticados por in-

> divíduos das classes subalternas. Essa distinção é justificada pela capacidade operacional das organizações policiais em construir o perfil do criminoso atrelando a pobreza ao crime. Nesse raciocínio, o pobre se torna o estereótipo de alguém que comete crimes e, portanto, será alvo das intervenções policiais, enquanto o rico, sujeito ativo dos crimes contra o sistema financeiro e a administração pública, consegue passar despercebido pelos policiais que investigam a sua ação. (SOARES, LOPES RIBEIRO, 2018, p. 96-97).

Ainda:

> Além disso, o ritmo acelerado de apreensões de suspeitos pelas polícias não é o mesmo de resolução de casos pelo Poder Judiciário, sendo que o trabalho policial leva ao aumento de pessoas encarceradas provisoriamente e à superlotação das penitenciárias de sujeitos com o mesmo perfil: homens pretos e pobres. (CAMPOS COELHO, 1986, SINHORETTO, 2014 apud. SOARES, LOPES RIBEIRO, p.97).

Na citação anterior, essa vigilância é reforçada pela problemática que muitas são as prisões provisórias que acabam por gerar superlotação, que é composta pelo perfil já citado.

Sobre a primeira citação feita, nota-se que os crimes de "colarinho branco" passam, muitas vezes, "despercebidos", pois são cometidos por aqueles que são ricos, não sendo entendidos como criminosos — sendo esse termo aplicado apenas para os pobres. É dessa forma que se une a citação de Soares e de Lopes Ribeiro à de Sidney Chalhoub, em sua obra *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Nela, o autor discorre sobre as "classes pobres, classes perigosas".

Em *Cidade Febril*, Chalhoub contextualiza a primeira vez que a escritora Mary Carpenter pode ter utilizado a expressão "classes perigosas", referindo-se a uma população que estava à margem da sociedade, logo, os marginalizados. Para essa escritora inglesa, era referencial que a pessoa já havia sido presa ou que, mesmo se não tivesse sido, ainda, vivia abertamente na criminalidade (o emprego do termo nesse contexto é restrito a essas pessoas).

O autor alinha o entendimento das "classes pobres, classes perigosas" (ainda comentando a situação do imigrante) explicitando que a maioria contida nesse "perfil" eram pessoas negras, recém-libertas da escravidão, fugidas e "sobre si" — termo utilizado para os negros que, mesmo escravizados, podiam viver em "liberdade" (CHALHOUB, 1996, p. 23).

revista hydra

No Brasil, após a abolição da escravatura, a temática de classes perigosas passa a ter maior importância dentro da Câmara dos Deputados do Império, e é nesse momento que devemos prender nossa atenção.

As discussões da Câmara eram baseadas nas leituras de obras europeias, tendo como grande destaque um funcionário da polícia de Paris, M. A. Frégier, que, "baseando-se na análise de inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro influente, publicado em 1840, sobre 'as classes perigosas da população nas grandes cidades'" (CHALHOUB, 1996, p. 20-21). A intenção de Frégier era produzir o perfil dos criminosos em Paris. Seu estudo acaba por demonstrar a condição de vida dos tidos criminosos, logo, "(...) ele falhou na tentativa de determinar com qualquer precisão a fronteira entre as 'classes perigosas' e as 'classes pobres'" (CHALHOUB, 1996, p. 21). Mesmo o autor falhando em chegar a qualquer conclusão, os deputados continuam utilizando seu trabalho para vincular a criminalidade com o ócio da população brasileira, criando um estigma de que a classe pobre era, por si só, uma classe perigosa, uma vez que:

> (...) o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial: em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão 'classes pobres e viciosas' (...) (CHALHOUB, 1996, p. 22).

Tal citação pode mostrar que a culpa da pobreza é própria do pobre, pois é ele que não consegue, ou não tem, a virtude do acúmulo de capital e que possui o vício que gera a criminalidade. Criado esse perfil de pobreza e periculosidade, a polícia passa por agir a partir da suspeição generalizada. Mas, até aqui, não é respondida à questão proposta: "a população preta como população perigosa" aos olhos da sociedade atual.

Ainda na obra *Cidade Febril*, o autor faz a explanação, a partir de Lima Barreto em *Cemitério dos vivos*, da motivação da visualização do negro como malandro: "Na verdade, o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de 'classes perigosas' no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais" (CHALHOUB, 1996, p. 23). O contexto

histórico comentado pelo autor é o fim da escravatura brasileira. Logo, os deputados passam a temer o universo trabalhista nacional sem os escravos para cumprir algumas atividades. Esse temor é justificado pois, se os escravos não trabalham mais, logo, eles são viciosos/ociosos, por isso, são perigosos. Assim, a suspeição generalizada cria forma nessa sociedade pós-escravatura exatamente para dar continuidade na proibição dos negros em alguns locais da sociedade. A título de ilustração: "Se não era mais viável acorrentar o produtor local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar" (CHALHOUB, 1996, p.24).

Para além da suspeição generalizada que era justificada a partir da pobreza, os ex-senhores, agora patrões, passam a enxergar o negro com um caráter próprio daqueles que vieram dos cativeiros. A primeira justificativa da Câmara dos Deputados para tal caráter era, justamente, que, para os ex--escravos, foram negados educação e qualquer outro princípio básico para conviver naquela sociedade — nasceram, cresceram e viveram até ali como objetos para manutenção do trabalho, por isso, são detentores de todos os vícios como uma "herança social". Porém, para Chalhoub, sobre o comentário de Mac-Dowell (deputado da Câmara):

> (...) o deputado já mudou claramente de conversa: os 'defeitos' dos negros não se explicam a partir de um determinado fato social – a escravidão – porém se situam num campo extrínseco à história – a 'natureza'. Insinuam-se aqui, sem dúvidas, as famigeradas teorias racistas, que se tornariam mais influentes nas décadas seguintes; e a consequência disso é que os 'defeitos' dos negros podem ser pensados como insuperáveis, tornando-se eles, assim, membros potencialmente permanentes das classes perigosas (CHALHOUB, 1996, p. 25).

Com isso, os deputados retiram a culpa da escravidão e a transferem, a partir das teorias racistas, para a população preta, sugerindo que a própria natureza não permite que os negros façam parte da sociedade como ela foi construída.

Porém, com o fim do sistema escravocrata na sociedade brasileira, a perseguição permaneceu. Como foi possível observar anteriormente, pessoas brancas com *status* elevados cometem crimes de colarinho branco e, dificilmente, pagam por esses atos. Diferentemente dos pretos e pardos, que, antes mesmo do fim da escravatura, já eram interrogados pela polícia

com a suspeição de serem escravos, e que, atualmente, cometem crimes de menor periculosidade e dano para a sociedade e acabam pegando penas incompatíveis.

Essa perseguição aos negros, sobretudo aos que se enquadram no perfil já apresentado no artigo, tem um histórico centenário. Pois, se a polícia, antes da abolição suspeitava dos negros, e depois dela? Cita-se, rapidamente, uma lei criada após o Treze de Maio, presente no Código Criminal de 1890, chamada "Decreto nº 847". Entre seus vários códigos, dá-se atenção especial ao Código XII (dos mendigos e ébrios), que proibia a mendicância e embriaguez nas ruas, e ao Código XVIII (dos vadios e capoeiras)[13], que proibia a vadiagem. Enfim, qual o "termômetro" para identificar um vadio?

> Depois do Treze de Maio houve crescente controle sobre a população liberta. A repressão à vadiagem foi um recurso frequentemente utilizado pelos poderosos para expulsar das localidades indivíduos considerados "insubordinados" ou que não se submetiam à autoridade senhorial. Essa era também uma tentativa de controlar e limitar a liberdade dos egressos da escravidão de escolher onde e quando trabalhar, e de circular em busca de alternativas de sobrevivência (FRAGA, 2018, p. 353).

Sendo assim, percebe-se que, mesmo com o fim da abolição, o negro continuou sendo observado como coisa, privado da liberdade. No contexto atual, alguma lei é construída para a manutenção do encarceramento negro? Talvez. Mas fato é que não existe uma lei que, explicitamente, leve a essa conclusão, porém, pode-se pensar em alguns dispositivos legais para tal, como a discricionariedade policial (a construção de um perfil) e a teoria da rotulagem (*labeling theory*). O primeiro dispositivo:

> A Suprema Corte permitiu o uso dos perfis criminais como guias para o exercício da discricionariedade policial. Embora ela tenha indicado que o mero fato de alguém se encaixar em um perfil não constitui automaticamente uma suspeita razoável apta a justificar uma parada, os tribunais costumam deferir esses perfis, e a Suprema Corte ainda não se opôs. Como um juiz disse após conduzir a revisão de uma decisão baseada em técnicas de perfil criminal: "Muitos tribunais têm aceitado o perfil, assim como as abordagens aleatórias do DEA, de forma inquestionável, mecânica e dispositiva" (ALEXANDER, 2017, p.124).

[13] Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

A citação destacada é um exemplo do sistema penal estadunidense, porém, para exemplificação do contexto brasileiro, pode-se citar uma pesquisa feita com policiais militares no Recife. Nessa pesquisa, foi questionado quem seria abordado primeiramente em um caso de fundada suspeita, um homem branco ou um homem negro. Quase que unanimemente o homem negro era o primeiro, ou único, a ser abordado.[14] Já no segundo dispositivo legal:

> Os estudos que usam a teoria da rotulação procuram entender como se dá a definição de uma regra penal (empreendedores morais), a identificação desta regra abstrata na realidade (impositores de regras), a classificação de alguém como criminoso e, depois, os efeitos desta marcação que inferioriza, o que resulta em segregação (prisão) e, até mesmo, a institucionalização de uma carreira desviante por parte daquele que foi rotulado como bandido. Logo, ao adotar a perspectiva de rotulação, a sociologia da administração da justiça passa a ser crítica do processo de estigmatização, por parte dos grupos dominantes, em relação àqueles com menos poder dentro da hierarquia social, que serão mais suscetíveis ao rótulo de criminoso. (SOARES, RIBEIRO, 2018, p. 96).

Esses dois dispositivos legais apresentam certa seletividade no sistema judiciário, dando importância para pequenos delitos enquanto os mais graves ficam enrolados nessa mesma justiça:

> Assim, a seletividade penal desdobra-se em um punitivismo que focaliza alguns segmentos sociais e tipos de delito (como crimes patrimoniais e tráfico de drogas), ao mesmo tempo que, para outros tipos de conflito e seus autores, como os crimes de homicídios, os fluxos da justiça são lentos e até bloqueados. (MAPA DO ENCARCERAMENTO, 2015, p. 13).

Com essas explanações, consegue-se identificar formas que o Estado criou para a manutenção do encarceramento da população preta. Essa manutenção pode ser compreendida partindo do racismo institucional, uma vez que a própria instituição de Segurança Pública carrega essa problemática:

> Assim, a principal tese de quem afirma a existência de *racismo institucional* é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2018, p. 30).

[14] IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. JUNIOR, Almir de Oliveira; LIMA, Verônica Couto de Araújo. Segurança Pública e Racismo Institucional, p. 23. *In:* **Boletim de Análise Político-Institucional**. Brasília: Ipea, 2013.

Essa fala, do atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, remete ao termo "racismo institucional", usado pela primeira vez pelos integrantes dos "Panteras Negras", Stokely Carmichael e Charles Hamilton, na obra *Black Power: A Política de Libertação nos Estados Unidos*:

> Racismo institucional pode ser detectado de diversas formas e se verifica sempre que as políticas ou comportamentos do Estado ou de Instituições privadas, independentemente de ser intencional, privilegiam o atendimento às pessoas ou a coletividade branca ou predominantemente branca ou ao contrário, define ações e políticas que irão prejudicar predominantemente pessoas negras ou coletividade negra. (CHARMICHAEL, HAMILTON, 1967 apud. BERTULIO, 2021).

Dessa forma, o perfil não surge aleatoriamente, pois é herdado do passado escravagista brasileiro, recebendo sua manutenção pelas próprias instituições:

> Em seu significado *geral*, instituições são modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a tornam normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais. (HIRSCH, 2007, p. 26).

A seguir, serão analisadas algumas das políticas públicas existentes para que haja uma diminuição dessas prisões em massa e, ainda, se elas funcionam ou fazem parte apenas da teoria.

Políticas Públicas

No tópico em questão, far-se-ão apontamentos sobre as políticas públicas que existem e deveriam existir em nossa sociedade. Tais políticas públicas também foram disponibilizadas pelo *Mapa do Encarceramento: Os jovens no Brasil*. Assim, nos próximos parágrafos, comentam-se algumas dessas iniciativas, observando se elas atingiram, ou não, sucesso.

Como observado no tópico "Violência x Encarceramento", o jovem negro é mais vigiado pela polícia, o que acaba gerando mais conflitos entre eles.[15] Pensando nisso, a primeira política pública comentada é a reformulação do treinamento policial, uma vez que são esses profissionais os primeiros a ter contato com a população civil. O treinamento tem de ser pautado fora das questões raciais e etárias, uma vez que são essas questões que trazem

[15] Mapa do Encarceramento, 2015, p. 88.

revista hydra

maior vigilância policial. A busca pelo perfil está intrínseca no treinamento, logo, aqueles que são mais vulneráveis estão na base do encarceramento. Sobre isso, sabe-se que alguns Estados já mudaram o treinamento policial, porém o fizeram de forma errônea, pois, nesses estados, houve o crescimento da população encarcerada, logo, essas políticas não estão buscando formas alternativas de punição, mas, sim, continuando o encarceramento da população marginalizada.[16]

A assistência jurídica é outra política pública a ser pensada. Muitos dos encarcerados estão nessa situação por crimes de pouca periculosidade, como o contato com as drogas, que, por vezes, pode levar uma pessoa a ser presa por tráfico, quando, na realidade, ela estava com posse de pequena quantidade. Para que isso aconteça, deve-se pensar em formas alternativas de prisão e reajuste nas legislações, uma vez que, no Rio Grande do Sul, por exemplo, foram feitas essas mudanças e o encarceramento de até quatro anos diminuiu, gerando uma menor superlotação nos presídios. Assim, conclui-se que essa assistência dá ao encarcerado dignidade ao cumprir sua pena[17]. Os jovens também têm de ser pensados nessa questão, uma vez que, quando encarcerados, terão mais contato com grupos do crime organizado, o que pode levá-los a uma participação mais ativa na criminalidade.

Pensando em assistência jurídica, podemos uni-la com as ouvidorias públicas, uma vez que existe um perfil mais vigiado sem quaisquer motivações. Para que diminua o número de pessoas encarceradas injustamente, essas ouvidorias deveriam ser criadas para relatar denúncias sobre o abuso de autoridade. Assim como deveriam ser reformuladas as defensorias públicas, que, por conta da superlotação, não conseguem suprir a demanda de presos[18].

A saúde, a cultura, a educação e o trabalho devem ser pensados para os presos, para que eles, como citado anteriormente, possam cumprir sua sentença com dignidade. Uma forma que facilita nesses aspectos é a diminuição de encarcerados, pois a superlotação nas penitenciárias acaba

[16] Mapa do Encarceramento, 2015, p. 97.
[17] Mapa do Encarceramento, 2015, p. 98.
[18] Mapa do Encarceramento, 2015, p. 98.

negligenciando o acesso à cultura, à educação, à saúde e até mesmo ao trabalho (esse último também é um problema depois que o detento sai da prisão, logo, é preciso pensar em programas de ressocialização das pessoas que saem dos presídios).

Por último, mas não menos importante, deve-se pensar na produção de dados, que, como foi observado, são mal coletados pelos agentes de segurança. Essa má coleta pode levar à falta de transparência e, em casos de estudos dessa natureza, a uma complicação na análise de dados, e, por consequência, até a uma meia verdade, como pode ter sido no caso do Amapá, com a queda no encarceramento jovem e negro[19].

Essas políticas públicas são necessárias e fazem parte da motivação para a população negra estar no cerne do encarceramento e das mortes violentas:

> Nesse sentido, a desigualdade na distribuição de riquezas e recursos sociais (educação, saúde e saneamento, por exemplo) e outros indicadores de acesso a bens e consumo guardam uma relação direta com os homicídios da população negra, na medida em que a segregação social e espacial racializada tem confinado essa população em áreas vulnerabilizadas e carente de políticas públicas, onde os direitos e garantias constitucionais não são efetivados e, consequentemente, retroalimentando o ciclo de desvantagens históricas a cada geração (JESUS, 2022, p. 139).

Sendo assim, as políticas públicas existem, porém não estão sendo ofertadas para a camada marginalizada da sociedade, e esta é a questão que necessita de atenção: quais são as políticas que estão funcionando e quais não estão e, por isso, devem ser reformuladas para que as pessoas negras possam ser assistidas, retirando a desvantagem herdada por séculos de exploração.

Conclusão

A partir do que foi observado no artigo, conclui-se que, desde a escravidão foi se construindo um racismo institucional para o encarceramento dos negros. Mesmo que eles já fossem libertos, tinham o ônus de provar sua liberdade (CHALHOUB, 2012, p. 228). Ainda, mesmo com a abolição da escrava-

[19] Mapa do Encarceramento, 2015, p. 99.

tura, o Estado se valeu de artifícios legais para que essa parte da população brasileira continuasse encarcerada, o Código Criminal de 1890 é prova disso.

Para além da escravidão e o período inicial pós-abolição, houve muita luta para que o negro conseguisse espaço nas camadas mais abastadas da sociedade. Portanto, o que se conclui é que o racismo institucional faz parte do cotidiano em diferentes instituições, principalmente na de segurança pública, com novos artifícios legais. O negro está sendo vigiado de perto pelos policiais, sendo encarcerado e, o pior, sendo morto por uma instituição que deveria fazer a sua segurança.

Com o embasamento teórico, percebe-se o vínculo desse racismo institucional com o passado escravagista — este dando início à vigilância, ao encarceramento e à morte. A partir dos dados retirados do Mapa do Encarceramento, chega-se ao perfil daquele que é encarcerado e morto de forma violenta: homem, jovem, pobre, com ensino fundamental incompleto e negro.

Considerações finais

O mais importante em se destacar, depois de toda a discussão levantada, é como as políticas públicas devem agir para que o encarceramento em massa da população negra do Brasil diminua. Essas Políticas devem ser voltadas não só pensando na questão de segurança pública, mas também em questões mais centrais como: dar condição de moradia, retirando a negritude da periferia, que foi criada com o fim da escravidão e caça aos cortiços (CHALHOUB, 1996, p. 15); procurar inserir os jovens nas escolas, garantindo sua manutenção e evitando que eles se retirem precocemente do ensino; buscar contemplar o lazer, com cursos de música, esportes e outras atividades extracurriculares para a população que vive à margem; e proporcionar acesso à saúde, que, muitas vezes, é negligenciada.

Em questão de segurança pública, deveria ser pensado formas de treinamentos policiais que retirem a raça do cerne de uma suspeição infundada. Para além, as ouvidorias devem funcionar de forma a cessar os abusos de autoridade e a violência policial. E, como o encarceramento faz parte de uma instituição cristalizada de justiça, a Defensoria Pública necessita de incentivo

— tanto estrutural quanto de mão de obra — para que as pessoas que vão a julgamento recebam a justiça necessária, e não cumpram uma pena exagerada para pequenos delitos. Por fim, pensando na dignidade da pessoa em estado de privação da liberdade, as penitenciárias necessitam de formas de reinserção do preso na sociedade. Sendo assim, poder-se-ia ofertar aos presos opção de trabalhos e cursos dentro da própria penitenciária.

Todos esses levantamentos parecem impossível, porém, como observado, essas questões são uma dívida histórica para a população que está sendo vigiada, presa e morta diariamente. Nada mais justo que a justiça se faça e que as pessoas que vivem à margem da sociedade tenham os mesmos direitos que as pessoas mais abastadas. E ainda, que no decorrer do tempo, esse perfil seja superado pela melhora feita em outros pontos da sociedade, como educação, lazer, moradia e incentivo.

Fontes

Brasil. Presidência da República. Secretaria Geral. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil / Secretaria-geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015.

Referências

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação*: Racismo e encarceramento em massa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 373 p. ISBN 978-85-7559-555-8.

BERGER, Peter. BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Org.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro : Ed. /livros Técnicos e Científicos, 2004. P. 193-199.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. Considerações sobre segurança pública e população negra. *In*: Observa Br. [*S. l.*], 26 fev. 2022. Disponível em: https://fpabramo.org.br/observabr/2021/02/26/consideracoes-sobre-seguranca-publica-e-populacao-negra/. Acesso em: 22 abr. 2023.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p. ISBN 85-7164-587-6.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1. ed. São Paulo: Schwarcz, 2012. ISBN 978-85-359-2141-0.

CRISTINA SOARES, Flávia; MENDONÇA LOPES RIBEIRO, Ludmila. Rotulação e seletividade policial: óbices à institucionalização da democracia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 90-108, janeiro-abril 2018. DOI 10.1590/S2178-14942018000100006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862018000100089&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 set. 2020.

FILHO, Walter Fraga. Pós-abolição: o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (Org.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 1. ed. rev. São Paulo: Editora Schwarcz, 1997. 305 p. ISBN 85-7164-646-5.

HIRSCH, Joachim. Forma política, instituições políticas e Estado – I. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.24, 2007, p.9-36. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo212artigo1.pdf. Acesso em: 31 mai. 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. JUNIOR, Almir de Oliveira; LIMA, Verônica Couto de Araújo. Segurança Pública e Racismo Institucional, p. 21-26. *In*: *Boletim de Análise Político-Institucional.* Brasília: Ipea, 2013.

MENDES, Lucas; ANGELO, Tiago. Poder 360. In: THE TRUST PROJECT (org.). *Jefferson deu 50 tiros de fuzil e jogou 3 granadas, diz PF [S. l.]*, 24 out. 2022. Disponível em: https://www.poder360.com.br/justica/jefferson-deu-50-tiros-de-fuzil-e-jogou-3-granadas-diz-pf/. Acesso em: 5 jul. 2023.

NUNES, André Rangel de Souza. *130 anos da Lei Áurea*: As leis abolicionistas e a integração da população negra no Brasil. Orientador: Letícia Helena Medeiros Veloso. 2018. 152 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PALOMINO, Sally. *O assassinato de João Alberto como símbolo da violência racista na América Latina*: Comissão Interamericana de Direitos Humanos adverte que, apesar das políticas públicas a favor da população afrodescendente, a discriminação continua dificultando a vida das pessoas negras na região. *El País*, Cidade do México, 1 set. 2021. Internacional, p. 1. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-01/o-assassinato-de-joao-alberto-como-simbolo-da-violencia-racista-na-america-latina.html. Acesso em: 5 jul. 2023.

SILVA, Maria Eunides Câmara da. *A manutenção do regime escravocrata pós abolição em "menino de engenho" de José Lins do Rego*. Orientador: Marta Lúcia Nunes. 2014. 25 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Catolé do Rocha, 2014.

VIOTTI, Emília. *Da Monarquia à República*: Momentos Decisivos. 6. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 490 p. ISBN 85-7139-232-3.

revista hydra

O CREATIVITY MOVEMENT E O DESTINO MANIFESTO DA RAÇA BRANCA: O REVISIONISMO HISTÓRICO A SERVIÇO DO SUPREMACISMO BRANCO NOS ESTADOS UNIDOS

Diego Leonardo Santana Silva[1]

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar de que maneira a organização neonazista norte-americana *Creativity Movement* compreende eventos da história dos Estados Unidos. Para isso, selecionamos como fontes duas edições do jornal *Racial Loyalty*, criado para divulgar as atividades do grupo e aspectos da crença da *Church of the Creator*. Nelas, mediante uma perspectiva revisionista, são abordados dois acontecimentos importantes da história dos Estados Unidos no século XIX: a Guerra de Secessão e a Conquista do Oeste. Ao se debruçar sobre esses eventos, o grupo em questão defende a ideia de que, assim como seus antepassados conquistaram a América, caberia aos supremacistas brancos atuais conquistar o mundo cumprindo o real Destino Manifesto da Raça Branca. Tal atividade consiste em um exemplo de como a extrema-direita neonazista faz uso de abordagens revisionistas para justificar sua visão de mundo em defesa da superioridade racial e do neonazismo.

Palavras-chave: Estados Unidos; Revisionismo Histórico; Supremacismo Branco.

THE CREATIVITY MOVEMENT AND THE MANIFEST DESTINY OF THE WHITE RACE: HISTORICAL REVISIONISM IN THE SERVICE OF WHITE SUPREMACISM IN THE UNITED STATES

Keywords: This article aims to analyze how the American neo-Nazi organization Creativity Movement understands the history events of the United States. For this, we selected as sources two editions of the Racial Loyalty newspaper, created to publicize the group's activities and aspects of the Church of the Creator's belief. In them, through a revisionist perspective, two important events in the history of the United States in the 19th century are approached: the Civil War and the Conquest of the West. By focusing on these events, the group in question defends the idea that, just as their ancestors conquered America, it would be up to the current white supremacists to conquer the world, fulfilling the real Manifest Destiny of the White Race. Such activity is an example of how the neo-Nazi extreme right uses revisionist approaches to justify its worldview in defense of racial superiority and neo-Nazism.

Abstract: United States; Historical Revisionism; White Supremacism.

[1] Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: diego@getempo.org.

revista hydra

Introdução

O uso do discurso histórico como elemento de legitimidade para fins políticos é uma atividade corriqueira. Ao longo dos tempos, algumas ideologias e práticas políticas trouxeram para si o papel de porta-voz de oprimidos, defensores de uma ordem natural, guerreiros a serviço de uma causa sacra ou justa, entre outras características. De um modo ou de outro, a história acaba sendo invocada para trazer luz ou como algo a ser realizado.

Em meio a uma diversidade de organizações que variam desde iniciativas como os *jihadistas*, os comunistas, os fascistas e tantos outros, a concepção do que seria a história e sua finalidade acaba variando. Nesse cenário, interessa-nos os grupos e as organizações da atual extrema-direita neonazista, em especial a organização estadunidense *Creativity Movement* (CM) e o tipo de história contada por esse grupo e seus escritos. Ao passar pelas páginas de um jornal organizado por esse grupo, chamado *Racial Loyalty*, encontramos a seguinte afirmação:

> Assim como os pioneiros americanos, nós, a Raça Branca, devemos realizar nosso Destino Manifesto de ganhar o mundo e povoar todas as suas boas terras. RAHOWA! Este Planeta é Todo Nosso! (Ben Klassen)[2]

Afinal, o que seria esse Destino Manifesto[3] da Raça Branca para o CM? Para compreendermos isso, devemos levar em consideração que o CM ressignificou uma expressão famosa na cultura norte-americana e que essa ressignificação está baseada em textos que visam recontar a história dos Estados Unidos para os integrantes desse grupo, propondo uma abordagem revisionista. Sabemos que o Revisionismo é uma atividade comum na historiografia. Para Enzo Traverso, esse termo assume forma camaleônica ao longo do sé-

[2] Do original: "Like the American pioneers, we, the White Race, must now make it our Manifest Destiny to win the world, and populate all the good lands thereof. RAHOWA! This Planet is All Ours!" (KLASSEN, Ben. The Manifest Destiny of the White Race. *Racial Loyalty*. Estados Unidos, setembro de 1990, p. 3). Tradução nossa.

[3] O Destino Manifesto ou *Manifest Destiny* é uma expressão criada pelo editor estadunidense John O'Sullivan (1813-1895) durante o século XIX. Segundo o historiador norte-americano Shane Mountjoyy, o termo é proveniente das tendências de Nacionalismo e Expansionismo que já existiam nos Estados Unidos nesse período e ganhou notoriedade durante o processo de anexação do Texas (MOUNTJOY,2009). Ao decorrer dos anos, a expressão ganhou notoriedade por expressar uma tendência de ações estadunidenses.

culo XX, com seu significado se modificando.[4] Ainda segundo Traverso, a história do Revisionismo no século XX poderia ser localizada em momentos que iriam desde a controvérsia marxista até os debates historiográficos após a Segunda Guerra Mundial.[5]

Entre as correntes que se apropriaram do Revisionismo, temos os negacionistas da *shoah* ou holocausto. As discussões quanto à natureza do extermínio dos judeus pelo regime nazista rendeu acalorados debates na historiografia do século XX, principalmente durante o movimento da virada ou giro linguístico e suas perspectivas para a historiografia contemporânea.

Após a derrota e a exposição dos crimes como os campos de concentração, o fascismo passou por um período de descrédito no cenário político mais amplo por alguns anos.[6] Definições quanto à periodicidade dos fascismos em meio à emergência de movimentos desse tipo nas últimas décadas levaram os historiadores a pensarem a temática. Neste texto, adotaremos a divisão proposta por Karl Schurster e Francisco Carlos Teixeira da Silva, que categorizam o fascismo em Fascismos Históricos, que vão dos anos de 1920 até o final da Segunda Guerra Mundial, e Fascismos Contemporâneos, que são aqueles que emergem a partir dos anos 1980.[7]

Sabemos que o conhecimento histórico é algo em constante atualização. Ao longo dos anos, interpretações de fatos são ressignificadas à medida que novos paradigmas aparecem. Com isso, surgem diferentes conceitos e olhares para os acontecimentos, tornando a leitura historiográfica cada vez mais plural, não se limitando a percepções únicas sobre os temas. Com isso, a percepção historiográfica se amplia contemplando o fazer historiográfico com várias perspectivas.

Cada olhar sob o passado traz consigo um processo de escrita da história que visa atribuir significado e transmitir esse conhecimento. Afinal, a história de um determinado grupo também representa uma memória coletiva

[4] TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Tradução de Tiago Avó. - 2ª ed. Unipop, 2012. p. 149.

[5] Ibidem, p. 151.

[6] Kershaw, Ian. *De Volta do Inferno: Europa 1914-1949*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p.409.

[7] Silva, Francisco Carlos Teixeira da; Schurster, Karl. *Passageiros da tempestade*: fascistas e negacionistas no tempo presente. Cepe editora. Edição do Kindle, 2022.

que, junto a uma memória pessoal, acaba trazendo sentido e identidade.[8] Para observarmos esse processo, devemos levar em consideração por quem e em que lugar essa história é escrita, além, é claro, de como tal discurso é organizado. Além disso, a história também é ensinada. Conforme explica Antoine Prost, esse processo ocorre em dois momentos: primeiro, é preciso conhecer os fatos e, em seguida, apresentá-los em uma exposição coerente.[9]

Para isso, os historiadores seguem uma série de regras e critérios teóricos e metodológicos de acordo com seus interesses. Nesse caso, o sentido do revisionismo passa por interpretações distintas, sendo utilizado por historiadores tanto para afirmar um caráter renovador em suas abordagens quanto para afirmar tendências étnico-políticas.[10] No decorrer do tempo, novas fontes são descobertas e novas problemáticas surgem e fazem do conhecimento histórico algo em constante transformação.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira o CM compreende aspectos da história dos Estados Unidos. Para isso, selecionamos como fonte duas edições do jornal *Racial Loyalty*, criado para divulgar as atividades do grupo e aspectos da crença da *Church of the Creator* (COTC). A primeira é a edição de número 47, publicada em fevereiro de 1989, e a segundo é a edição de número 63, publicada em setembro de 1990. Nelas, mediante uma perspectiva revisionista, são abordados dois acontecimentos importantes da história dos Estados Unidos no século XIX: a Guerra de Secessão e a Conquista do Oeste. Ao se debruçar sobre esses eventos, o grupo em questão defende a ideia de que, assim como seus antepassados conquistaram a América, caberia aos supremacistas brancos atuais conquistar o mundo, cumprindo o real Destino Manifesto da Raça Branca. Tal atividade consiste em um exemplo de como a extrema-direita neonazista faz uso de abordagens revisionistas para justificar sua visão de mundo em defesa da superioridade racial e do neonazismo.

---

[8] FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Tradução de Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 11.

[9] PROST, Antoine. *Doze Lições Sobre a História*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p.53.

[10] MELO, Demiam Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. Marx e o Marxismo v.1, n.1, jul/dez 2013. p. 49-74, p.50.

O projeto de reconstrução historiográfica do *Creativity Movement*

Devido a seu caráter legitimador, o passado acaba servindo como guia para ações no presente, seja como inspiração ou algo a ser superado.[11] Se a história apresenta uma versão não satisfatória dos fatos para uma organização desse tipo, isso causa incômodo e, em alguns casos, dá origem a projetos de reconstrução historiográfica, como é o caso do *Creativity Movement* e sua interpretação alternativa da história dos Estados Unidos.

Para darmos continuidade ao tema, faz-se necessário apresentar essa organização. O *Creativity Movement* é um grupo neonazista estadunidense oriundo da *Church of the Creator*, atual *World Church of the Creator* (WCOTC), que promove uma ideologia de religião racial com o *Creativity Movement*, sendo o movimento criado para sua difusão. Essa organização foi fundada por um ex-legislador da Flórida chamado Bernhardt Klassen (1918 – 1993) em 1973. Ben Klassen, como era conhecido, liderou esse grupo até sua morte, em 1993. Após isso, Matt Hale assumiu o controle.

É de Klassen a autoria das principais obras desse movimento. Aqui destacamos o livro *Nature's Eternal Religion,* publicado em 1973. Nele são estabelecidos os princípios básicos dessa organização, e ele servirá como uma das fontes consultadas neste artigo. O *Creativity Movement* fazia parte do *Group for the Research and Study of European Civilization* (GRECE), que integrava organizações da extrema-direita americana em um estudo sobre a civilização europeia e sua superioridade racial.[12] O GRECE era composto por autores com esse tipo de pensamento e se manifestou principalmente nos anos de 1970 a 1990. Nessa época, debates quanto ao revisionismo negacionista do holocausto estavam em curso, com o GRECE atuando como uma vertente de um projeto de reconstrução historiográfica da extrema-direita.

Segundo Klassen, a Raça Branca — *White Race* — teria o direito e dever de predominar sobre as outras. Essa obra é apresentada como um manual de sobrevivência e está baseada em deturpados princípios históricos, religiosos

[11] HOBSBAWM, Eric. Dentro e Fora da História. In: _____. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

[12] STERN, Alexandra Minna. *Proud Boys and the White Ethnostate: how the alt-right is warping the american imagination.* Beacon Press, 2019. p. 29-30.

e biológicos. Ao observá-la, podemos perceber aspectos que, segundo Klassen, justificariam a superioridade branca. No livro, é afirmado que a natureza seria controlada por leis que a regeriam de maneira absoluta. O mundo é um local povoado por espécies e subespécies, tendo as espécies o direito e dever de predominar e, por isso, deveriam agir para se perpetuar.[13] Para o autor:

> Acreditamos que a mais alta Lei da Natureza é o direito de qualquer espécie à sobrevivência, expansão e avanço de si mesma. Consideramos que, para a Raça Branca, o direito à sobrevivência, expansão e avanço de seu próprio povo não é apenas a mais alta lei da natureza, mas também o fundamento de nosso credo religioso.[14]

As ideias de Klassen se assemelham a algumas concepções existentes nos Estados Unidos que ganharam força entre o final do século XIX e início do século XX. Nisso, o período de 1901 até 1909, em que Theodore Roosevelt Jr. (1858-1919) foi presidente, se destacou. Para Roosevelt, a raça estaria no centro do que seria a ideia de nação, e a história mostraria isso por meio da interpretação de episódios da história americana. Afinal, como foi possível que aquilo que era originalmente 13 colônias inglesas se tornassem um país continental? Episódios como a conquista do Oeste e o extermínio de indígenas eram fruto de uma superioridade racial dos brancos, resultando em uma história com uma série de conflitos raciais.[15]

Além de uma série de teorias biológicas, a construção dessa concepção de mundo almeja apresentar uma visão "natural" da ordem social, ação que era feita no movimento romântico europeu do século XIX, algo difundido nas origens intelectuais do Terceiro Reich.[16] Ao longo dos anos, organizações de extrema-direita fazem uso desse tipo de iniciativa para elaborar interpretações que satisfaçam seus interesses.

---

[13] KLASSEN, Ben. Nature's Eternal Religions. Disponível em: https://archive.org/details/BenKlassenNaturesEternalReligionbookPdf. 1ª ed. 1973.

[14] Do original: "We believe that the highest Law of Nature is the right of any species to survival, expansion and advancement of its own kind. We deem that for the White Race, the right to survival, expansion and advancement of its own people is not only the highest Law of Nature, but also the foundation of our religious creed." (KLASSEN, Ben. *Nature's Eternal Religions*. 2008. p. 10). Tradução nossa.

[15] GERSTLE, Gary. Theodore Roosevelt's Racialized Nation, 1890–1900. In: _____. *American Crucible*: race and nation in the twentieth century. Princeton University Press, 2017.

[16] MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology*: Intellectual Origins of the Third Reich. Grosset & Dunlap: New York, 1964.

Todavia, a prática historiográfica é guiada por uma série de preceitos metodológicos que garantem uma estrutura lógica com metodologia científica para a atividade historiográfica. O que organizações como o *Creativity Movement* fazem é se aproveitar disso para criar uma visão historiográfica que atenda a seus interesses, sem respeitar os preceitos da metodologia historiográfica. É algo semelhante ao que os negacionistas do holocausto fizeram ao tornar o discurso histórico mais um combustível em seu arcabouço argumentativo. É um revisionismo baseado em uma visão supremacista branca[17] do mundo, sendo mais um caso de manipulação da história para fins políticos e ideológicos. Sobre iniciativas desse tipo, Eric Hobsbawm escreveu que:

> Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício em heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo.[18]

Foi isso que Ben Klassen fez. Como a história americana não era escrita e ensinada de maneira satisfatória dentro daquilo que ele acreditava, ele tratou de defender uma versão alternativa dos fatos. Para isso, ele fez uso do *Racial Loyalty*, um pequeno jornal que tinha o objetivo de divulgar a COTC. Ele foi lançado em 1983 e teve sua última edição lançada em novembro de 1992, contando com 82 edições ao todo. Em suas páginas, além de divulgar aspectos da crença, o grupo se dedicava a emitir opiniões sobre fatos cotidianos, abordando questões políticas sociais e históricas.

Com isso, era possível comunicar-se com seus leitores e difundir as ideias ali defendidas. Para este artigo, faremos uso de duas edições em especial. A primeira delas é a edição de número 47, publicada em fevereiro de 1989, na qual encontramos em suas páginas o artigo "The Rothschilds, the Civil War and the Lincoln Assassination", escrito por Ben Klassen. Ele se dedica a explicar como

[17] O supremacismo branco é um conjunto de crenças racistas que supõe que os membros da raça branca seriam superiores às de outras origens étnicas e, por isso, deveriam governar e controlar os não brancos. Para mais informações ver: SILVA, Diego Leonardo Santana. *Guerreiros da Raça*: História Comparada dos skinheads neonazistas nos Estados Unidos e na Inglaterra (1983-1993). 2023. Tese Doutorado) - História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

[18] HOBSBAWM, Eric. Dentro e Fora da História. In: _____. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia da Letras, 2013. p.18.

a família Rothschilds influenciou eventos da Guerra de Secessão a partir de uma interpretação da guerra e do assassinato de Abraham Lincoln em 1865.

A segunda edição selecionada é a de número 63, publicada em setembro de 1990. Nessa edição está o artigo intitulado *The Manifest Destiny of the White Race*, também escrito por Ben Klassen. Nele, Klassen defende a superioridade racial branca utilizando a colonização do território que viria a se tornar os Estados Unidos atual como exemplo. Assim como os homens brancos do passado, cabia aos seus descendentes cumprir o seu real Destino Manifesto, que consistia em conquistar todo o planeta para a raça branca.

Devido ao modelo de formatação daquele jornal, os artigos foram reproduzidos em 12 laudas das edições com colagens ao longo das páginas. Assim, partiremos do princípio de que a superioridade da raça branca era entendida por Klassen como um aspecto imutável da natureza. Acreditamos que, devido à defesa de que tal característica teria origem biológica, coube a Klassen utilizar de subterfúgios historiográficos para justificar a razão pela qual tal Destino Manifesto — no caso, o Destino Manifesto da Raça Branca seria dominar o mundo — não teria sido cumprido. Segundo esse autor, isso ocorreu devido às ações dos inimigos da raça branca, cabendo organizar um movimento em sua defesa e que o direcionasse para o seu Destino Manifesto.

Por conta disso, a história dos Estados Unidos ganhou uma interpretação a serviço dessa causa.

Uma história racista dos Estados Unidos

O que conhecemos hoje como os Estados Unidos da América era povoados por povos indígenas quando ocorreu a chegada dos europeus. Os nativos eram formados por várias tribos, como os iroqueses, os comanches e os apaches, que, por não possuírem cultura semelhante à dos europeus, eram vistos como selvagens. Por conta disso, suas terras poderiam ser ocupadas por aqueles que se achavam eleitos para uma nova terra prometida.[19] Esse imenso território passou por transformações, tornando-se o país mais

[19] KARNAL, Leandro. A formação da nação. In: KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius (Orgs.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.* São Paulo: Contexto, 2007.

rico e poderoso do planeta séculos depois, com uma população de maioria branca.[20]

Os primeiros colonizadores trouxeram consigo interesses comerciais e, junto a isso, negros africanos que foram escravizados, além, é claro, do combate dos povos nativos da região. Há interpretações sobre por que os europeus, mesmo em minoria, conseguiram conquistar as Américas.[21] Isso pode ter ocorrido devido à superioridade militar, à exploração das rivalidades entre os indígenas para incitar conflitos, às epidemias causadas por doenças trazidas pelos europeus etc. Porém, para Klassen, a resposta para essa questão é clara. A conquista do território se deu devido à natural superioridade da Raça Branca em relação aos "povos vermelhos", assim chamados pejorativamente. Segundo ele:

> O europeu branco cruzou o oceano, invadiu o continente americano polvilhado por uma raça vermelha inferior e dirigiu para o oeste; ele conquistou o homem vermelho, assumiu o controle de suas terras, matou a maioria de seus oponentes e, quando sem dúvida os subjugou, conduziu-os a uma área encolhida de terras consideradas inúteis, chamadas reservas. Não importa como você olhe para isso, foi uma conquista aberta e desenfreada, um jogo livre das forças da Natureza, era o Homem Branco em seu melhor.[22]

Com isso, esse fato em específico trazia consigo um bom exemplo sobre o potencial da Raça Branca, em que o homem branco estava em seu melhor. Ao olhar para o passado, seria possível perceber o que eles, no presente, seriam capazes de fazer com as outras raças. Isso se devia a uma condição natural, na medida em que Klassen compreendia o mundo como algo organi-

---

[20] "Novos dados do Censo dos EUA mostram que população branca encolheu pela primeira vez". G1, por Reuters. 12 de ago de 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/12/novos-dados-do-censo-dos-eua-mostram-que-populacao-branca-encolheu-pela-primeira-vez.ghtml. Acesso em 23 de dez de 2021.

[21] Para mais informações sobre esse processo no caso norte-americano, ler: GRANDT, Susan-Mary. *História Concisa dos Estados Unidos da América*. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. São Paulo: EDIPRO, 2014.

[22] Do original: "The White European crossed the ocean, invaded American continent poepled by an inferior red race, and drove westward; he conquered the red man, he took over his land, he killed off mos of his opponents, and when he had unquestionably subduen them, he herde-de them into a shruken area of the deemed useless land callded reservations. No matter how you look at it, it was open, free-wheeling conquest, a free play of the foorces of Nature, it was the White Manen at his beast" (KLASSEN, Ben. The Manifest Destiny of the White Race. *Racial Loyalty*. Estados Unidos, setembro de 1990, p. 9.) Tradução nossa.

zado em espécies e subespécies com condições físicas, mentais, emocionais e psicológicas diferentes. Em meio a todas elas, a Raça Branca seria a mais forte, o que explicaria sua superioridade, suas conquistas e embasaria seu direito natural em relação às outras.[23]

A conquista da América faria parte de um processo histórico no qual a Raça Branca estabeleceu uma série de grandes civilizações que iam desde gregos e romanos até chegar à formação dos Estados Unidos. Isso justificaria a importância dessas civilizações e as colocaria como superiores às demais existentes no mundo antigo. Foi graças a elas que o Homem Branco teria se estabelecido na Europa. Segundo Klassen:

> Esses homens brancos europeus, então, com a civilização em seu sangue e em seu destino, cruzaram o Atlântico e estabeleceram uma nova civilização em uma costa sombria e rochosa. Foram os Homens Brancos que dirigiram para o norte, para o Alasca, e para o oeste, para a Califórnia; os homens que abriram os trópicos e subjugaram os Árticos; os homens que dominavam os vales africanos; os homens que povoaram a Austrália e tomaram as portas do mundo em Suez, Gibraltar e Panamá.[24]

Desse modo, a civilização estadunidense estaria em meio a esse processo histórico. Na edição 63, publicada em 1990, é afirmado que a chegada dos colonizadores à América está inserida na história da Raça Branca, à qual os integrantes do *Creativity Movement* pertenciam. Segundo Klassen, a maioria branca na América não sabia de sua real missão: realizar o seu Destino Manifesto. A Conquista do Oeste se torna o exemplo do que fazer com o resto do mundo.[25] Os homens brancos que vieram nos séculos passados seriam os pioneiros dessa conquista e serviriam como inspiração. Segundo Klassen:

> Na Conquista do Oeste, sem dúvida, foi demonstrado um dos maiores e mais amplos feitos da raça humana. Na heroica Conquista do Oeste

[23] KLASSEN, Ben. Nature's Eternal Religions. 2008. p. 15.

[24] Do original: "These European White Men, then, with civilization in their blood and in their destiny, crossed the Atlantic and set up a new civilization on a bleak and rock boubnd coast. It was the White Men who drove north to Alaska and west to California; the men who opened up the tropics and subdued the Arctics; the men who mastered the African Veldts; the men who peopled Australia and seized the gates of the world at Suez, Gibraltar and Panama." (KLASSEN, Ben. Nature's Eternal Religions. 2008. p. 15.). Tradução nossa.

[25] KLASSEN, Ben. The Manifest Destiny of the White Race. *Racial Loyalty*. Estados Unidos, setembro de 1990, p. 3.

> foi escrito um dos capítulos mais gloriosos e mais abrangentes da história da Raça Branca, ou de qualquer raça, quanto a isso.[26]

O homem branco chegou à América e a conquistou, por que não fazer isso com o resto do mundo? Ora, isso não seria possível devido à ação dos inimigos da raça que agiram e continuam atuando para desestruturar a Raça Branca, que, enfraquecida, sucumbiria aos inferiores. O homem banco trouxe africanos e os escravizou, algo aceitável, completamente normal na concepção de uma pessoa como Ben Klassen. Porém, a atribuição de uma igualdade entre brancos e negros nos EUA acabou enfraquecendo a Raça Branca.

É preciso lembrar que, no caso dos Estados Unidos, a diferença entre negros e brancos não são apenas características genéticas, são distinções culturais e históricas. O traço da escravidão trouxe consigo a desumanização do diferente, nesse caso, o negro. Conforme explica Susan-Mary Grant: "a escravidão e a liberdade mostraram ser conceitos escorregadios para a nova nação",[27] a ponto de os estadunidenses guerrearem entre si por conta disso. Por essa razão, a Guerra de Secessão representa um evento fundamental na história americana. Além, é claro, de influenciar na estrutura política do país.

Nas páginas do *Racial Loyalty*, uma nova história desse conflito é contada. A Guerra de Secessão Americana, também conhecida como Guerra Civil dos Estados Unidos, foi um conflito bélico travado entre os anos de 1861 e 1865. Até hoje esse evento é fruto de vários estudos e interpretações sobre suas causas. Já as consequências podem ser vistas até hoje como, por exemplo, no fato da bandeira de batalha dos Estados Confederados da América vir a se tornar um dos mais icônicos símbolos racistas nos Estados Unidos.

Recentemente, símbolos como estátuas em homenagens aos confederados começaram a ser removidas nos Estados Unidos em ações de reinterpretação histórica. Esse processo causou controvérsia em 2017, quando o então

[26] Do original: "In the Winning of the West undoubtedly was demonstrated one of the widest and breadest accomplishments of the human race. In the heroic Winning of the West was written one of the most glorious and farreaching chapters in the history of the White Race, or of any race, for that matter." (KLASSEN, Ben. Racial Loyalty, 1990. p. 3). Tradução nossa.

[27] GRANDT, Susan-Mary. *História Concisa dos Estados Unidos da América*. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. São Paulo: EDIPRO, 2014. p.136.

presidente Donald Trump classificou o ato como uma estupidez.[28] Em 2021, quatro anos após incidentes violentos entre grupos supremacistas e manifestantes antifascistas, a cidade de Charlottesville, na Virgínia, retirou as estátuas dos generais confederados Robert E. Lee e Thomas Jackson.[29]

Conforme explica Vitor Izecksohn, existem múltiplas interpretações para as causas da Guerra de Secessão, o que faz dela um fenômeno que não pode ser compreendido por um único fator. Essas compreensões levam em consideração os interesses econômicos opostos e a irresponsável e egoísta ação dos políticos da época, o que gerou uma crise institucional e questões referentes à escravidão.[30] De acordo com historiadores como Viktor Izekson (2021) e Susan-Mary Grant (2009), a interpretação mais comum sobre as causas da Guerra de Secessão é a de que nela, o norte e o sul desse país entraram em conflito devido a seus opostos interesses econômicos, políticos e sociais, que iam desde discordâncias quanto ao modelo econômico (norte industrializado e sul agrícola) até questões envolvendo a escravidão com os estados do sul sendo contrários à abolição dela. Tal disputa se acirrou quando os sulistas fundaram os Estados Confederados da América, declarando secessão em relação à União, algo que não foi aceito pelo restante do país e que desencadeou uma sangrenta Guerra Civil.

O norte venceu o conflito, com esse evento se tornando um dos principais acontecimentos tanto da história quanto do imaginário estadunidense. Como consequência, o modelo federativo foi decisivamente implementado e, em 1865, o presidente Abraham Lincoln sancionou a 13ª emenda abolindo a escravatura nos Estados Unidos.[31] Naquele mesmo ano, Lincoln foi assassinado. Segundo Susan-Mary Grandt, Lincoln é uma figura central da Guerra de

[28] LLANO, Pablo de. Trump diz que retirada de símbolos confederados é "estupidez". *El País.* Internacional. 17 de ago de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/17/internacional/1502980445_259315.html. Acesso em 05/01/2022.

[29] BEAUREGARD, Luis Pablo. Estátua de Robert Lee é retirada em Charlottesville quatro anos depois da revolta dos supremacistas. *El País*. Internacional. 10 de jul de 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-11/estatua-de-robert-lee-e-retirada-em-charlottesville-quatro-anos-depois-da-revolta-dos-supremacistas.html. Acesso em 05/01/2022.

[30] IZECKSOHN, Vitor. *Estados Unidos: uma história.* São Paulo: Contexto, 2021. p.93

[31] GRANDT, Susan-Mary. *História Concisa dos Estados Unidos da América*. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. São Paulo: EDIPRO, 2014. p. 234.

Secessão, pois, compreender quem ele foi e o governo que liderou é fundamental para entender a guerra.[32]

Na versão defendida por Ben Klassen, a figura do presidente Abraham Lincoln e a própria guerra são reinterpretadas. Observamos isso na 47ª edição do Racial Loyalty, lançada em 1989, que tem como ponto de partida comentar o assassinato de Lincoln. Segundo esse grupo, o presidente havia impresso 450 milhões de dólares e distribuído esse valor para bancos judeus, tendo sido assassinado a mando destes depois da Guerra de Secessão para criar um mito nacional em prol da divisão racial.[33] Isso teria criado a ideia de que os confederados seriam radicais e teriam assassinado um mito nacional. Logo, a partir disso, qualquer manifestação em defesa da Raça Branca seria sufocada, transformando os Estados Unidos em algo que seus conquistadores não desejavam.

A Guerra de Secessão não seria uma disputa entre a federação (norte) e os confederados (sul). Na verdade, o embate seria entre os sionistas e a Raça Branca. Os judeus são os principais inimigos da Raça Branca para a COTC, pois teriam agido durante séculos para prejudicá-los. Os sionistas teriam feito uso de seu poder econômico e propagandístico para fomentar a guerra e, com isso, enfraquecer a Raça Branca com diversas mortes e com a libertação dos escravos.[34] Desse modo, a história norte-americana passa a ter outro sentido. Nesse contexto, o olhar para o século XIX acaba sendo importante, pois é uma época que antecede o século americano (século XX) e que são lançadas as bases do que o país seria dali em diante do ponto de vista político, territorial e cultural.

Com isso, Klassen explicaria no que os Estados Unidos se transformaram, inserindo sua série de teorias conspiracionistas em uma exposição argumentativa secular. Para isso, ele vai de encontro a dois dos mais importantes eventos da história de seu país. O olhar sob tais acontecimentos se justifica devido à sua importância subsequente. Segundo Eric Hobsbawm:

---

[32] Ibidem, p. 475.

[33] KLASSEN, Ben. The Rothschilds, the Civil War and the Lincoln Assassination. *Racial Loyalty*. Estados Unidos, fevereiro de 1989, p. 1

[34] Ibidem, p. 2-3.

> Seja qual for a forma que escolhermos para analisar a transformação dos Estados Unidos, se o final de um sonho revolucionário ou o início de uma era, o fato é que isso aconteceu no período de 1848-1875. A mitologia em si mesma testemunha a importância dessa época, com os dois temas mais profundos e duradouros da história americana localizados na cultura popular: a Guerra Civil e o oeste.[35]

A ênfase em tais eventos permite levar o olhar para episódios fundamentais da formação dos Estados Unidos e do ideal do que seria a América, mesmo que tais acontecimentos remetam ao século XIX. Nesse caso, mesmo sendo eventos ocorridos há mais de um século, eles permanecem contemporâneos, representando catástrofes no sentido atribuído por Henry Rousso, ou seja, um dos últimos grandes acontecimentos que guiam o contemporâneo.[36] Com isso, o revisionismo proposto por Klassen insere a história dos Estados Unidos em meio à história da Raça Branca fazendo com que seus leitores passem a enxergar os Estados Unidos de outra maneira. Nisso, o governo norte-americano, suas instituições e suas leis passam a ser encaradas como um projeto de dominação dos inimigos da Raça Branca, cabendo ao *Creativity Movement* trazer a verdade.

Nessa visão de mundo, os oprimidos tornam-se opressores, e a História, conforme é ensinada nas escolas, passa a ser um instrumento de legitimação da visão dos inimigos da raça. Isso faz com que um projeto de reconstrução historiográfica seja necessário para grupos como o *Creativity Movement* elaborar seu arcabouço ideológico.

Conclusão

Ao reinterpretar dois aspectos fundamentais da história norte-americana, Klassen busca ressignificar o entendimento sobre a formação da nação indo à raiz interpretativa de acontecimentos chave. Ele queria divulgar sua crença, expandindo sua mensagem, apresentando-se como um líder supremo que guiaria a Raça Branca ao seu real propósito. O Destino Manifesto da Raça Branca era se expandir por todo o mundo e colocá-lo sob seu controle. No caso, ele se

[35] HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. p. 218.

[36] ROUSSO, Henry. *A Última Catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

apropria dessa concepção de Destino Manifesto, atribuindo-o o sentido de ser algo voltado para a Raça Branca e não para os Estados Unidos em si.

Aquela nação, construída pela conquista do homem branco devido à sua engenhosidade, criatividade e superioridade natural, havia perdido seu rumo como um local na qual a Raça Branca iria prosperar. Por isso, era necessário contar a verdadeira história dos Estados Unidos, aquela que ninguém deseja que seja conhecida, pois seus vilões, inimigos mortais da Raça Branca, controlam a narrativa. Percebe-se, então, que Ben Klassen faz o uso da história, ressignificando acontecimentos, para embasar um projeto político ideológico de superioridade racial branca.

O revisionismo histórico adotado pelo *Creativity Movement* é um exemplo de iniciativas desse tipo com caráter negacionista. Sua exposição visa apresentar uma história alternativa, pouco conhecida, que, na verdade, seria legítima e sufocada pela ação opressora de seus inimigos. Em meio a um arcabouço ideológico que grupos desse tipo possuem, uma interpretação histórica dessa natureza se encaixa, pois ela passa a ser utilizada para legitimar ações e gerar desconfiança ao que é ensinado nas escolas e universidades. Para um seguidor do *Creativity Movement,* não é apresentada uma visão de mundo plural, e sim focada em basear e justificar os ideais racistas desse grupo.

Sendo assim, o caso aqui apresentado é um exemplo de um projeto de reconstrução historiográfica realizado por organizações de extrema-direita, seja neofascista, neonazistas, supremacistas brancas, entre outras, no tempo presente. O olhar para esse tipo de fenômeno ajuda a construir um perfil analítico de tais grupos, encaixando a percepção de tal visão historiográfica dentro das atividades dessas organizações, levando a uma reflexão para os usos da história por grupos desse tipo no tempo presente.

Fontes

KLASSEN, Ben. Nature's Eternal Religions. 2008

KLASSEN, Ben. The Manifest Destiny of the White Race. *Racial Loyalty*. Estados Unidos, edição 63, setembro de 1990, p. 1-12.

KLASSEN, Ben. The Rothschilds, the Civil War and the Lincoln Assassination. *Racial Loyalty*. Edição 47, Estados Unidos, fevereiro de 1989, p. 1-12.

Referências

FONTANA, Josep. *A História dos Homens.* Tradução de Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

GRANDT, Susan-Mary. *História Concisa dos Estados Unidos da América*. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. São Paulo: EDIPRO, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital, 1848-1875.* Tradução de Luciano Costa Neto. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HOBSBAWM, Eric. Dentro e Fora da História. In: _____. *Sobre História.* Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia da Letras, 2013. p.13-24.

IZECKSOHN, Vitor. *Estados Unidos: uma história.* São Paulo: Contexto, 2021

KARNAL, Leandro. A formação da nação. In: KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius (Orgs.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.* São Paulo: Contexto, 2007.

Kershaw, Ian. *De Volta do Inferno: Europa 1914-1949.* São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MELO, Demiam Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo* v.1, n.1, jul/dez 2013. p. 49-74.

MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology*: Intellectual Origins of the Third Reich. Grosset & Dunlap: New York, 1964.

MOUNTJOY, Shane. *Manifest Destiny*: westward Expansion. Milestones in American History. Infobase Publishing. New York, 2009

PROST, Antoine. *Doze Lições Sobre a História.* Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ROUSSO, Henry. *A Última Catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SILVA, Diego Leonardo Santana. *Guerreiros da Raça*: História Comparada dos skinheads neonazistas nos Estados Unidos e na Inglaterra (1983-1993). 2023. Tese Doutorado) - História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Silva, Francisco Carlos Teixeira da; Schurster, Karl. *Passageiros da tempestade*: fascistas e negacionistas no tempo presente. Cepe editora. Edição do Kindle, 2022.

STERN, Alexandra Minna. *Proud Boys and the White Ethnostate: how the alt-right is warping the american imagination.* Beacon Press, 2019.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Tradução de Tiago Avó. - 2ª ed. Unipop, 2012.

Sitiografia

"Novos dados do Censo dos EUA mostram que população branca encolheu pela primeira vez". *G1, por Reuters*. 12 de ago de 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/12/novos-dados-do-censo-dos-eua-mostram-que-populacao-branca-encolheu-pela-primeira-vez.ghtml. Acesso em 23 de dez de 2021.

BEAUREGARD, Luis Pablo. Estátua de Robert Lee é retirada em Charlottesville quatro anos depois da revolta dos supremacistas. *El País*. Internacional. 10 de jul de 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-11/estatua-de-robert-lee-e-retirada-em-charlottesville-quatro-anos-depois-da-revolta-dos-supremacistas.html. Acesso em 05/01/2022.

LLANO, Pablo de. Trump diz que retirada de símbolos confederados é "estupidez". *El País*. Internacional. 17 de ago de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/17/internacional/1502980445_259315.html. Acesso em 05/01/2022.

revista hydra

PODER: UMA BREVE REFLEXÃO ENTRE THOMAS HOBBES E MICHEL FOUCAULT

Leandro Freitas Oliveira[1]

Gabriela de Oliveira[2]

Resumo: A presente pesquisa é uma revisão bibliográfica cujo objetivo é explanar e comparar sobre o conceito de poder nas teorias de Thomas Hobbes (1588-1679), enquanto potência - *potentia*, e do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), destacando suas proximidades e rupturas. Para tanto, além das obras O Leviatã e A sociedade punitiva, dos respectivos filósofos, obras de alguns mestres e doutores desses pensadores, como Limongi (2013), Pogrebinschi (2014), Ferreirinha e Raitz (2010) e Santos (2019), ajudarão na compreensão desse conceito tão complexo.

Palavras-chave: Poder; *Potentia*; Thomas Hobbes; Michel Foucault.

POWER: A BRIEF REFLECTION BETWEEN THOMAS HOBBES AND MICHEL FOUCAULT

Abstract: The present research is a bibliographic review with the objective of explaining and compare the concept of power in the theories of Thomas Hobbes (1588-1679), as potency - potentia, and of the french philosopher Michel Foucault (1926-1984), highlighting their proximities and ruptures. To this end, in addition to the works Leviathan and Discipline and Punish: The Birth of the Prison, by the respective philosophers, works by some masters and doctors of these thinkers, such as Limongi (2013), Pogrebinschi (204), Ferreirinha and Raitz (2010) and Santos (2019), will help understanding this complex concept.

Keywords: Power; Potentia; Thomas Hobbes; Michel Foucault.

Introdução

A presente pesquisa é resultado de um trabalho feito durante o mestrado sobre o conceito de poder em Thomas Hobbes (1588-1679), não tendo a intenção de ser resolvido e esgotado, podendo ser aprofundado em oportunidades futuras. Trata-se de uma revisão bibliográfica, cuja proposta é apre-

[1] Mestrando em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Contato: le.freitas.19@hotmail.com.

[2] Graduada em Filosofia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Contato: gabrieladeoliveira2@gmail.com.

sentar, em linhas gerais, o conceito de poder presente em Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo inglês do século XVII, e em Michel Foucault (1926-1984), filósofo contemporâneo, e compará-los, destacando suas proximidades e rupturas.

Para a questão hobbesiana, será utilizado sua obra mais influente, o "Leviatã", além de artigos de Maria Isabel Limongi (2009 e 2013) e Yohana Silva Marques dos Santos (2019) que ajudarão a ilustrar tais pensamentos. Para tratar sobre Michel Foucault, a obra em questão será "A sociedade punitiva", resultado de uma de suas aulas ministradas no Collège de France, entre 1972 e 1973, e artigos de Thamy Pogrebinschi (2004), Isabella Maria Nunes Ferreirinha (2010) e Tânia Regina Raitz (2010). A escolha de textos se deu a partir das leituras feitas e cobradas em sala em aula, apesar de não possuir uma extensa bibliografia os textos são referências importantes de ambos autores sobre o tema proposto.

Tomas Hobbes é conhecido, dentre outras coisas, por sua teoria do contrato social, sendo uma obra fundamental para qualquer área de estudos sobre a sociedade e sua formação. A partir de um estado da natureza humana, que, conforme a teoria hobbesiana, há sempre uma guerra de todos contra todos, Hobbes afirma que somente a partir do momento em que os indivíduos renunciarem a sua liberdade plena e a entregarem a um soberano é que haverá uma possibilidade de uma sociedade com paz. Assim, pensar em um contrato social implica também pensar em uma noção de poder, já que a legitimidade do Estado tem como ponto de partida o reconhecimento de quem o detém, a fim de governá-lo. O que raramente é citado é o fato de Hobbes não resumir o poder a um poder de Estado, antes disso há uma teoria sobre o poder enquanto uma potência.

A *potentia*, ou potência, nasce das paixões humanas, ou seja, da busca natural que o indivíduo faz para conservação de sua vida. Assim, o foco é a noção de poder hobbesiano enquanto uma *potentia*.

Por outro lado, no século XX, o filósofo francês Michel Foucault abordará as concepções de poder em suas obras, abordando a concepção das relações de poder numa sociedade, analisando como o poder se desenrola no cotidiano. Para o pensador contemporâneo o poder não é nada a ser

possuído, mas sim algo a ser exercido. Tal exercício é que faz das relações cotidianas relações de poder que acabam por modificar-se a todo instante, a depender de cada situação. Crítico do pensamento hobbesiano, no que diz respeito ao contrato social, talvez Foucault não tenha se dado conta que sua análise sobre as relações de poder - vistas por muitos como inovadoras - já estavam, de certa forma, presentes na concepção de *potentia* em Hobbes.

O texto está dividido em duas partes, a primeira busca-se compreender a noção de poder enquanto *potentia* em Hobbes. Na segunda, haverá uma introdução à noção foucaultiana de poder, mostrando as aproximações e rupturas com o pensamento hobbesiano, apontado em alguns momentos as fragilidades interpretativas da noção de poder feito de Foucault sobre Hobbes.

Thomas Hobbes e o Poder

Em sua obra Leviatã, Hobbes dedica alguns capítulos para falar sobre o poder. Mais precisamente, no capítulo X, intitulado "Do poder, valor, dignidade, honra e merecimento" onde começa a discussão sobre o tema. Assim, Hobbes (2004) afirma que "O poder de *um homem* (universalmente considerado) consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro." (p. 83 - grifo do autor). O filósofo dividirá o poder em dois: *potentia* e *potestas*, sendo que cada um representa um modo diferente de poder.

Por *potestas*, compreende-se o poder em sua forma jurídica, sendo que essa forma jurídica representa o contrato social e é, portanto, artificial, devendo ser usado como forma de preservação de sua própria pessoa. (SANTOS, 2019, p. 20). Portanto, no Estado, o poder do soberano é regido por tal poder jurídico, criando laços sociais de direitos e obrigações.

> É apenas sob a proteção do poder do Estado que os homens podem criar vínculos jurídicos entre si e calcular suas condutas como um cálculo de direitos e obrigações. O Estado se constitui assim por meio de uma relação de mútua dependência entre direito e poder (LIMONGI, 2009, p. 184).

Vale ainda ressaltar que, de acordo com Hobbes (2004), "o maior dos poderes humanos é aquele composto pelo poder de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil [...]" (p. 83). Assim, tanto

o Estado quanto as facções representam um poder maior, bem como a amizade, pois representam forças unidas (p. 83). Esse conceito de *potestas* não terá palco principal, mas sim o de *potentia*, isto é, o poder não jurídico, o conceito central deste trabalho.

Para Hobbes, o poder enquanto *potentia* antecede o Contrato Social, ou seja, é ainda um estado de natureza, na qual a guerra de todos contra todos predomina, portanto, faz-se necessário ter poder sobre os demais, simultaneamente, em que se busca reduzir o poder alheio, como garantia de sobrevivência (SANTOS, 2019, p. 46). A *potentia* representa as relações de poder, que não são justas nem injustas, mas que causam consequências no âmbito jurídico da sociedade (LIMONGI, 2013). O poder enquanto *potentia,* segundo Santos (2019), "trata-se de uma definição juridicamente neutra, na qual o poder é tomado como capacidade de fazer algo, ou ainda, de produzir efeitos que são físicos." (p. 23). Ainda segundo Santos (2019), a ideia de *potentia* tem inspiração aristotélica nos termos de ato e potência (potentia hobbesiana), sendo a potência uma noção de causa. Hobbes não utilizará o termo como uma relação de causa e efeito no mesmo sentido temporal de ação e consequência utilizados por Aristóteles, mas ressignificará o termo enquanto um "conjunto de qualidades ou ainda aquele poder que, quando presente em um agente, capacitam-no para produzir determinado efeito." (SANTOS, p. 24, 2019).

Assim, é importante salientar que, para uma melhor compreensão da *potentia*, é necessário abordar também o conceito de paixões na teoria hobbesiana. No capítulo VIII do Leviatã, Hobbes (2004) discorre sobre as virtudes naturais e adquiridas pelo ser humano, afirma que:

> As paixões que provocam de maneira mais decisiva as diferenças de talento são, principalmente, o maior ou menor desejo de poder, de riqueza, de saber e de honra. Todas as quais podem ser reduzidas à primeira, que é o desejo de poder. Porque a riqueza, o saber e a honra não são mais do que diferentes formas de poder. (p. 74)

Tal relação entre as paixões e o poder, segundo Limongi (2013), já foi citado por Hobbes em *The Elements of Law*, no qual o filósofo já afirmava que antes de falar sobre paixões, é necessário falar sobre poder, já que as paixões

dão um norte ao futuro (p. 148). Ou seja, uma relação na qual, a partir do desejo (paixão), nasce uma potência - ou *potentia*.

Desse modo, pode-se notar que há uma proposta de um poder movido por paixões, pelos desejos humanos de conquistas e glórias, ou seja, um poder que foge de uma noção jurídica e torna-se um poder de relações humanas, algo relevante no âmbito da filosofia política e do jusnaturalismo[3].

> Nesse sentido, Hobbes mostra no capítulo X do Leviathan que o poder enquanto *potentia*, isto é, aquela capacidade de produzir efeitos físicos, acaba por investir os homens de poderes sociais, enquanto suas ações passam, nessa dinâmica, a determinar fisicamente as ações de outrem. (SANTOS, 2019, p.26).

Importante também ressaltar que, para Hobbes, as relações de poder são relações naturais, fundadas e formadas nas relações sociais, a partir de valores instituídos pelos próprios indivíduos.

> Nesse sentido, enquanto reunião de forças, as relações de poder são relações naturais. E, no que são mais do que simples relações de força, ali onde se fundam num universo propriamente humano e social, nas opiniões que os homens têm do próprio poder, do poder dos outros e de seus valores (LIMONGI, 2009, p. 186)

Ainda segundo Hobbes (2004):

> O poder natural é a eminência das faculdades do corpo ou do espírito. Extraordinária força, beleza, prudência, capacidade, eloquência, liberalidade ou nobreza. Os poderes instrumentais, são os que se adquirem mediante os anteriores ou pelo acaso, e constituem meios e instrumentos para adquirir mais (p. 83).

Cabe ainda ressaltar que as paixões movem o indivíduo de forma voluntária, não sendo, portanto, resultado do uso da razão. Desse modo, o poder gerado é um poder de conservação, no qual cada indivíduo buscará sua pró-

[3] Em linhas gerais, o jusnaturalismo é uma forma de pensar a sociedade a partir dos direitos naturais dos indivíduos. Na modernidade, não apenas Hobbes defendeu tal ideia, mas também John Locke (1632 - 1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712 - 1778). Porém, cada um deles possui uma interpretação diferente da noção de Hobbes, pois para Locke, no texto "Segundo Tratado sobre o Governo Civil", o direito natural é a vida, a liberdade e a propriedade privada; a monarquia não deveria ser absoluta, mas sim parlamentar. Para Rousseau, na obra "O contrato social", as ideias propostas tanto por Hobbes quanto por Locke, eram ineficientes, pois acabavam por demarcar uma desigualdade social, assim, para ser justo, o contrato deveria ser refeito com base nas ideias de liberdade e igualdade social. Após o contrato, segundo Rousseau, a sociedade deveria ser democrática e o ser humano seria educado para viver em paz com os demais.

pria preservação enquanto domina os demais. Tal poder (*potentia*), é parte do estado de natureza. Portanto, aqui os julgamentos não acontecem de modo racional e articulado, mas com base nas relações estabelecidas pelos indivíduos em busca de poder pessoal para oprimir e dominar os demais.

> Tomadas a partir daí, configuram as paixões não somente o simples movimento de esforço em direção ou em afastamento dos corpos, mas meios pelos quais as opiniões são geradas quanto aos benefícios e aos malefícios que algo pode proporcionar individualmente (SANTOS, 2019, p.49).

É a partir daí que os indivíduos criam suas próprias regras sociais tendo como base julgamentos criados no privado e em torno de objetivos, interesses e desejos pessoais, afirma Santos (2019). Surge, então, a necessidade de criar um contrato artificial, que dê conta de executar e criar as leis sem que interesses próprios sejam colocados acima dos demais. Sem o juiz, prevalece apenas uma disputa entre os indivíduos, cada qual querendo fazer sua própria ideia de moral.

Ou seja, apesar das diferenças existentes entre os tipos de poderes hobbesianos, é importante destacar que eles não são excludentes, mas possuem uma correlação. Assim, as relações de poder que são naturais, não são apenas força física, mas também as capacidades humanas de reunir forças entre si, formadas a partir das experiências (LIMONGI, 2009). Se o poder enquanto *potentia* faz parte do natural, ou seja, de um estado de natureza no qual um indivíduo precisa se sobrepor ao outro, é necessário que esse poder seja aceito para que se constitua como um poder sobre os demais (SANTOS, 2019). Sendo assim, o poder enquanto *potentia* é poder que nasce de relações humanas, dependendo de variáveis para ser possível.

No século XX, outro importante pensador continuará a discorrer sobre o poder e as relações humanas: Michel Foucault. Porém, entendemo um equívoco na interpretação que o francês faz do poder hobbesiano, sobre isso que discorreremos a seguir.

Poder em Foucault: aproximações com Hobbes.

Se é um fato que Thomas Hobbes foi um dos primeiros a pensar o poder a partir da noção de *potentia*, é também certo que, no século XX, o filósofo

francês Michel Foucault procura compreender as relações de poder em todos os seus segmentos, inclusive em uma perspectiva de poder exercido entre as pessoas, de modo muito semelhante com as ideias de Hobbes e do poder enquanto *potentia*. Se, por um lado, Foucault é um crítico do filósofo inglês, por outro também ressignifica o uso do termo poder em relações pessoais que estão muito além das esferas jurídicas de um Estado.

> Em sua forma, portanto, mais abstrata, o conceito foucaultiano de poder não mantém nenhum contato com os conceitos de Estado, soberania, lei e dominação. Ele é, sim, compreendido como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização (POGREBINSCHI, 2004, p. 187-188).

A partir do tema central, o filósofo francês faz análise geral do poder, dividido em quatro pontos principais: apropriação, localização, subordinação e ideologia. Além disso, há também uma análise do poder como elemento disciplinar a partir da normatização do hábito e da disciplina, bem como a comparação entre poder-soberania no século XVIII *versus* o poder-normatização no século XIX.

O primeiro ponto explorado por Foucault (2015), referente à apropriação do poder, o filósofo afirma que o poder não é algo que se possui, mas sim é exercido. "[...] Poder é algo exercido em toda a espessura, em toda a superfície do campo social, segundo todo um sistema de intermediações, conexões, pontos de apoio, coisas tênues como família, relações sexuais, moradia, etc." (p. 207).

Ainda sobre a apropriação do poder, Foucault (2015) afirma que o "poder nunca é estável, mas está sempre em mobilidade'' (p. 208). Em nítida crítica a Hobbes, afirma que

> É preciso abandonar o esquema segundo o qual o poder, por meio de um contrato do tipo comercial, seria conferido a alguns pela vontade de todos - contrato em virtude do qual aqueles que o desrespeitassem cairiam fora da sociedade e retomariam a guerra de todos contra todos (p. 208).

Pelo trecho acima, nota-se que Foucault reduziu o conceito de poder hobbesiano a um poder de Estado, ou seja, uma *potestas* que deixaria de existir caso o Estado se dissolvesse. Porém, como bem aponta Limongi (2013) em uma referência ao pensamento de Foucault sobre Hobbes:

> [...] não parece ser verdade que Hobbes tenha pensado o poder apenas sob um modelo jurídico. Pelo contrário, ele parece ter sido um dos primeiros a oferecer um conceito bastante preciso do poder enquanto potência, enquanto uma capacidade de atingir fins, entendida num sentido deliberadamente não jurídico, e a pensar as relações sociais a partir daí (p. 164).

De certo modo, em Foucault, há uma inversão da *potentia* hobbesiana. Se para Hobbes é a partir das paixões que nasce as relações de poder e que, estas, no que lhe concerne, resultam no Estado - na busca por um poder legítimo, baseado em razão e linguagem e não somente na imaginação e no instinto de preservação, que leva ao estado de guerra - em Foucault temos um Estado que, a partir de seu poder e para garantir sua legitimidade de poder, molda os indivíduos para sempre aceitarem o poder, transformando o poder em micro, dissolvido por todas as esferas sociais, capaz de ser uma fonte disciplinar da sociedade. Mas Hobbes não fala apenas do poder do Estado, o poder anterior ao Estado, a *potentia*, é uma relação de poder a partir da qual se constrói, posteriormente, o poder estatal.

Para Foucault (2015) "a relação de poder nunca é estável nem conhecida uma vez por todas; mas está sempre nessa espécie de mobilidade" (p. 208), assim como também não é monolítico, mas "a cada instante ele se desenrola em pequenas disputas singulares, com inversões locais, derrotas e vitórias regionais, desforras provisórias" (p. 208). Tal afirmação pode ser comparada a questão colocada por Hobbes no livro X do Leviatã:

> O valor de um homem, tal qual como de todas as outras coisas, é seu preço; isto é, tanto quanto seria dado pelo uso do seu poder. Portanto, não absoluto, mas algo que depende de necessidade e julgamento de outrem. Um hábil condutor de soldado é de alto preço em tempo de guerra, mas não o é em tempo de paz. Um juiz douto e incorruptível é de grande valor em tempo de paz, mas não o é tanto em tempo de guerra. Tal como nas outras coisas, também no homem não é o vendedor, mas o comprador quem determina o preço. Porque mesmo que um homem (como muitos fazem) atribua a si mesmo o mais alto valor possível, apesar disso seu verdadeiro valor não será superior ao que lhe for atribuído pelos outros (p. 84, 2004).

Comparando a passagem de Foucault com a de Hobbes, nota-se que para ambos o poder é móvel e dependerá de certas circunstâncias, sendo sempre determinado por relações sociais que vão além daquilo que é com-

preendido pelo indivíduo. Enquanto pode estar no poder em alguma situação (como quando é o comprador e não o vendedor), pode perder tal poder se for um hábil soldado, mas vivendo em um tempo de paz. Portanto, assim como para o francês, o filósofo inglês também considera o poder como algo volátil, sujeito a mudanças de acordo com situações das mais variadas e que não dependem de modo direto de somente um único poder centralizado. Ressaltando, aqui, que quando se fala do poder em Hobbes, é a noção de poder enquanto *potentia*.

Em outros pontos de aproximação, pode-se ainda observar as relações de saber e poder propostas por Foucault e as afirmações de Hobbes sobre tal questão. Para Foucault (2015), "todo saber estabelecido possibilita e garante o exercício de um poder", não sendo o poder uma ideologia, mas sim uma ideia de um poder enquanto produtor de um conhecimento (Pogrebinschi, 2004, p. 181). Tal poder-saber se constitui também como uma verdade:

> O poder como verdade vem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão (FERREIRINHA e RAITZ, 2010, p.370).

Ainda segundo Foucault (2015):

> É preciso mostrar como o saber e o poder estão efetivamente interligados, não ao modo de uma identidade - saber é poder e vice-versa - mas de forma absolutamente específica que obedece a um jogo complexo (p. 212).

A partir disso, nota-se que Hobbes (2004) também discorre sobre a questão do saber no livro XI, intitulado "Das diferenças de costume", abordado ainda dentro da teoria de poder enquanto *potentia:*

> A falta de ciência, isto é, a ignorância das causas, predispõe, ou melhor, obriga os homens a confiar na opinião e autoridade alheia. Porque todos os homens preocupados com a verdade, se não confiarem em sua própria opinião, deverão confiar na de alguma outra pessoa, a quem considerem mais sábias que eles próprios, e não considerem provável que queiram enganá-los (p. 94).

O filósofo inglês complementa a questão afirmando que quando um homem possui uma ignorância em relação às palavras, precisa confiar em outro sobre aquilo dito, porém, a falta de entendimento os leva a ter que

confiar tanto no que é verdade quanto nos erros, já que não possuem o entendimento necessário para discernir entre a verdade e o erro (HOBBES, 2004, p. 94). Isso mostra como Hobbes também pensou nas relações de poder enquanto um gerador de verdades e, em consequência, da problemática que pode haver caso alguém decida enganar os demais que não possuem tal conhecimento, constituindo assim em um poder dominador.

Conclusão

Mostramos ao longo do texto, de modo introdutório, um esboço preliminar, que as relações existentes entre Hobbes e Foucault não são apenas divergentes, mas, em alguns pontos, são de bastante similaridade, mostrando um pensamento político e social que vai além das relações estabelecidas de forma jurídica. Apesar de o contrato hobbesiano ser o fundador de um tipo de poder, o inglês não ignora que, antes do pacto, houvesse já uma relação de poder, muito diferente do que afirma Foucault em suas críticas a Hobbes.

Assim, essa pesquisa abre muitas possibilidades para pensar as relações e diferenças existentes entre Thomas Hobbes e Michel Foucault. Apesar das inúmeras críticas feitas pelo francês, Foucault tem razão quando endereça a crítica a um dos tipos de poder de Hobbes, mas também não podemos deixar de notar que há uma interpretação parcial e incompleta.

É certo, porém, que ambos avaliam o poder por uma nova perspectiva, cada um a seu tempo e a seu modo. É preciso ressaltar, que apesar de qualquer divergência, ambos seguem influenciado o modo de pensar o poder, o direito e o Estado atualmente, sendo sempre pensadores de destaque na ciência política e ciências humanas, em geral.

Referências

FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

LIMONGI, M. I. *Direito e Poder*: Hobbes e a dissolução do Estado. Dois Pontos, vol. 6, n. 3 – especial, Curitiba, São Carlos, abril, 2009, p.181-193.

_____*Potentia* e *potestas* no Leviathan de Hobbes. Dois pontos, vol. 10, n. 1, Curitiba, São Carlos, abril, 2013, p.143-166.

POGREBINSCHI, T. Foucault. *Para Além do Poder Disciplinar e do Biopoder*. nº 63, Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2004, p.179-201.

RAITZ, T.R; FERREIRINHA, I. M. N. *As relações de poder em Michel Foucault*: reflexões teóricas. Rev. Adm. Pública, 2010, p.1-17.

HOBBES, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004, p.495.

SANTOS, Y. S. M. *A semiologia do poder em Hobbes*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Pós-graduação em Filosofia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p.78. 2019.

revista hydra

RETRATOS E RECORTES MONTES-CLARENSES: HISTÓRIAS DA CIDADE NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR[1]

Luís Fernando de Souza Alves[2]

André Luiz Mendes Athayde[3]

Resumo: Este artigo buscou apresentar informações relacionadas à cidade de Montes Claros-MG. A primeira parte é dedicada aos governos de Antônio Lafetá Rebello (1967 – 1970 e 1978 – 1982), vulgo *Toninho Rebello*, um prefeito que foi querido por boa parte da população que viveu naquela Montes Claros. A nível nacional, o Brasil passava pela ditadura militar (1964 – 1985). A segunda parte do artigo é sobre o coronel Georgino Jorge de Souza, que, em uma charge da época, foi retratado como *Custer*, nome referente a um general estadunidense, conhecido por matar indígenas. Na terceira parte, apresentamos um caso da época da ditadura, o qual salta aos olhos, ligado à cidade de Montes Claros e que toma grandes proporções, chegando ao conhecimento nacional, a saber, o de Salustiano Gomes Ferreira, mais conhecido como *Saluzinho*. Essas três histórias têm em comum o período da ditadura militar e a cidade de Montes Claros. Por meio delas, a referida cidade Norte-Mineira pode ter um pouco mais de sua história contada.

Palavras-chave: Ditadura militar; Minas Gerais; Montes Claros.

PORTRAITS AND CLIPPINGS OF MONTES CLAROS: STORIES OF THE CITY DURING THE PERIOD OF THE MILITARY DICTATORSHIP

Abstract: This paper sought to present information related to the city of Montes Claros-MG. The first part of the paper is dedicated to the governments of Antônio Lafetá Rebello (1967 – 1970 and 1978 – 1982), known as Toninho Rebello, a mayor who was loved by a good part of the population who lived in that Montes Claros. Brazil was going through a military dictatorship (1964 – 1985). The second part of the paper is about Colonel Georgino Jorge de Souza, who, in a cartoon of the time, was portrayed as Custer, a name referring to an American general, known for killing indigenous people. In the third part, we present a curious case from the time of the dictatorship, which is eye-catching, linked to the city of Montes Claros, and which takes on great proportions, coming to national attention, namely that of Salustiano Gomes Ferreira, better known as Saluzinho. These three stories have the period of the military dictatorship and

[1] Os autores são gratos pelo apoio do CNPq para o desenvolvimento deste artigo.

[2] Mestrando em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: luisf3@gmail.com.

[3] Doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: andreluizathayde@outlook.com.

revista hydra

the city of Montes Claros in common, and through them, it is possible to learn a little more about the history of the Northern Minas Gerais city of Montes Claros.

Keywords: Military dictatorship; Minas Gerais; Montes Claros.

Introdução

Um futuro promissor começava a chegar em Montes Claros, Minas Gerais. Era 15 de dezembro de 1959 e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) fora criada pela Lei 3.692, envolvendo quarenta e dois municípios do Norte de Minas, sendo Montes Claros o principal e que se tornou o centro de desenvolvimento da região. Em julho de 1965, o escritório da SUDENE foi instalado e sediado em Montes Claros. Com a chegada de tal superintendência, ocorreu um crescimento, com indústrias instaladas e milhares de empregos que beneficiam a população local, que chegou a mais de 180 mil habitantes na época.[4]

Falar de Montes Claros, cidade Norte-Mineira, não é algo simples. Comparado a assuntos que possuem quantidade de fontes em abundância, pode-se dizer que, para conseguir obter informações sobre a cidade, é necessário um esforço maior na busca de fontes. O esforço exigido também diz respeito à delimitação da situação da cidade no período da ditadura militar[5]. O objetivo deste artigo é apresentar um pouco do que ocorria na cidade nesse período, por meio de recortes separados, os quais também podem ser unidos pelo período em comum. A presente publicação tem sua parcela de contribuição para os estudos históricos por oferecer perspectivas adicionais sobre a cidade na época, com três recortes diferentes, a saber, a prefeitura sob a administração de Antônio Lafetá Rebello, a figura do coronel Georgino Jorge de Souza e o caso de Salustiano Gomes Ferreira, mais conhecido como *Saluzinho*.

[4] GRAÇA, R. T. Prefácio In: *Montes Claros*. Disponível em: https://montesclaros.com/era/. Acesso em: 24 mar. 2022.

[5] ALBERTI, V. Ditadura militar brasileira nas aulas de história. *Tempo e argumento*, v. 13, n. 33, 2021, p. 1-34; CARVALHO, A. Discutindo a ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e possibilidades. *Memorial da resistência do Estado de São Paulo*, 2014; MOTTA, M. H. S. O ensino sobre a ditadura brasileira na sala de aula. Entrevista cedida a Izabella Lourença, mar. 2014. Disponível em: https://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/o-ensino-sobre-a-ditadura-militar-brasileira-na-sala-de-aula.html. Acesso em: 2 abr. 2022.

A escolha de tais figuras se deu pelo fato de o prefeito Toninho, como era conhecido, ter exercido dois mandatos (1967 – 1970 e 1978 – 1982). Por conta disso, foi possível obter informações de dois períodos de tempo pelo qual a cidade passou, um que contempla a parte inicial e outro mais próximo do fim da ditadura. A figura do coronel Georgino apareceu na pesquisa por meio do relato de um dos entrevistados. Investigando mais a vida de tal militar, foi possível tomar conhecimento de que ele perseguiu figuras que ameaçavam seus propósitos e os do regime, sendo o caso mais emblemático o de Cachoeirinha, local onde ele agiu ostensivamente contra camponeses[6]. Junto desse episódio contra trabalhadores do campo, ligado à figura do referido coronel, está a história de *Saluzinho*. Com tais histórias, é possível apresentar novas perspectivas históricas e novas abordagens sobre Montes Claros, considerando movimentos e personagens menos conhecidos da ditadura, que, nem por isso, deixam de ser importantes.[7]

Analisar tais casos joga luz a contextos e espaços que não têm sido tão estudados. O artigo, portanto, busca apresentar informações da história de Montes Claros no período da ditadura militar, além de trazer contribuições para os estudos históricos da cidade e para a temática da ditadura brasileira. Para que os objetivos e a escrita deste artigo fossem concretizados, consultas foram feitas a arquivos históricos e funcionários envolvidos com o Museu Regional do Norte de Minas, ao Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros (IHGMC) e à Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Foi feito uso de entrevistas, livros, artigos, monografias, dissertações, recursos visuais, músicas, matérias jornalísticas e páginas da internet, tudo isso visando enriquecer a análise[8]. Há aqui três histórias, as quais têm em comum o período da ditadura militar e a cidade Norte-Mineira. A seguir, há o recorte da história de um dos prefeitos da cidade mineira, mais conhecido, na boca do povo, como Toninho Rebello.

---

[6] SANTOS, S. N. *À procura da terra perdida*: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade Federal de Minas Gerais, 1985; SUCURSAL BH. Mineira destemida de Cachoeirinha diz que com pistoleiro só no tiro! *Tribuna da Luta Operária*, ano 2, n. 46, 15-28 ago. 1981.

[7] Cf. LE GOFF, J. (Ed.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990; BURKE, P. (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992; FONSECA, S. G. *Didática e prática de ensino de história*: experiências, reflexões e aprendizados. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003.

[8] Cf. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

De que partida chegaste,
viste o sol em cada vida?
Pois, já viste o mar de outono,
e tua triste cantiga,
viste o sol e o desengano
na tristeza da partida, quero a névoa deste outono,
quero o sol na despedida,
na tristeza destes vales,
choro a morte e esqueço a vida,
visto meus trajes de luto,
nos adeuses da partida,
choro meu céu sem estrelas,
Piso esta terra querida,
Entro nas águas dos rios
desço nos vales perdidos...
Conto nas mágoas da vida,
esta cantiga ferida...[9]
– Madeleine Velloso Rebello,
poetisa, cunhada de Toninho

Homenagem criada em abril de 2015, a *medalha de honra ao mérito Antônio Lafetá Rebello* remete ao prefeito de Montes Claros mais conhecido como *Toninho* (cf. figuras 1 e 2), geralmente visto de modo positivo pelos entrevistados, pois foi um gestor e apoiador do desenvolvimento da cidade[10]. Toninho foi prefeito da cidade de 1967 a 1970 e de 1978 a 1982[11], datas próximas ao início e fim do regime militar, respectivamente. No ano de 1966, diante do consenso da *Aliança Renovadora Nacional (ARENA)*, ele aceitou

[9] REBELLO, M. V. Cantiga ferida In: *Jornal de Montes Claros*, 05 de julho de 1983.

[10] NETO, Pedro. Dia do trabalhador. *Prefeitura de Montes Claros*, Montes Claros, 29 abr. 2019. Disponível em: https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/dia-do-trabalhador-prefeitura-fara-homenagens-a-toninho-rebello-e-milton-prates. Acesso em: 25 mar. 2022; GAZETA Norte Mineira. *Cidade*. Disponível em: https://gazetanortemineira.com.br/noticias/cidade/prefeitura-prestara-homenagem-a-toninho-rebello-e-milton-prates. Acesso em: 17 out. 2019.

[11] PEREIRA, L. M. *Em nome da região, a serviço do capital*: o regionalismo político norte-mineiro. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2007; PREFEITURA. Prefeitos. Disponível em: https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/prefeitos . Acesso em: 25 mar. 2022; G1. 'Medalha Antônio Lafetá Rebello' premia gestores de Montes Claros. *G1 Grande Minas*, 29 jun. 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2016/06/medalha-antonio-lafeta-rebello-premia-gestores-de-montes-claros.html. Acesso em: 25 mar. 2022; O NORTE de Minas. Medalha Toninho Rebello será entregue nesta quinta. *Jornal O Norte*, 30 jun. 2016. Disponível em: https://onorte.net/montesclaros/medalha-toninho-rebello-sera-entregue-nesta-quinta-1.484076. Acesso em 25 mar. 2022.

ser candidato à prefeitura, como candidato único[12], tendo apoio até da modesta oposição abrigada no *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB). A nível nacional, precisando de consolidação nos municípios, os militares buscaram centralizar o poder em suas mãos. A instauração da ditadura deu forte impulso ao planejamento central e à intervenção estatal[13].

Figura 1 – Prefeito Toninho.
Fonte: Adaptado de G1. 'Medalha Antônio Lafetá Rebello' premia gestores de Montes Claros. G1 Grande Minas, 29 jun. 2016.

A primeira administração de Pedro Santos (1963 – 1966), antecessor de *Toninho*, deu forte motivo para lideranças políticas do município decidirem por uma candidatura única para suceder aquele, o que convergiu para o nome de Rebello, o qual assumiu, no primeiro mandato, uma Montes Claros com grandes problemas (1967 – 1970). As primeiras indústrias da SUDENE estavam chegando. A fábrica de cimento Companhia de Materiais Sulfurosos (MATSULFUR) estava em vias de concretização. A obra, iniciada em 1964, veio a ser inaugurada em 1969[14]. O *Frigorífico Norte de Minas* (FRIGONORTE) já tinha sido inaugurado em 1965[15] e a pecuária de corte, por exemplo, era muito forte na região. Nesse

[12] ARRUDA, W. *Construtores de Montes Claros*. Montes Claros: Cotrim, 2011; BRASIL, H. O. *História e desenvolvimento de Montes Claros*. Montes Claros: Lemi, 1983.

[13] MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 11, n. 1, p. 41-60, 1994.

[14] PEREIRA, L. M.; LOPES, I. R. Experiências e vivências dos trabalhadores da Companhia de Materiais Sulfurosos S. A. – MATSULFUR de Montes Claros – MG (1969-1994). *Revista Semina*, v. 13, n. 1, p. 286-301, 2014.

[15] SANTOS, G. R.; SOUTO, K. G. S. O desenvolvimento no Norte de Minas na perspectiva da SUDENE. *Revista Desenvolvimento Social*. v. 12, n. 2, p. 69-78, 2014.

revista hydra

contexto, a SUDENE é considerada um órgão relevante porque vinha instalando várias indústrias na região, por meio de incentivos fiscais disponibilizados via governo, com reflexos perceptíveis na vida da população até os dias atuais[16].

Figura 2 – Antônio Lafetá Rebello.
Fonte: Adaptado de MONTES CLAROS. Prefeitura de Montes Claros. Galeria de fotos antigas, 2022.

Montes Claros experimentava grande transformação urbana. Toninho enviou o plano diretor para ser apreciado pela Câmara Municipal da cidade, em 1969. O plano apresentava um projeto de planejamento urbano para mudar a cidade, que foi aprovado em setembro de 1970, e tinha tendências modernistas e estéticas que incentivavam a organização do uso e ocupação do solo urbano[17]. O tom modernizador de tal plano marcou a história da cidade como uma proposta considerada avançada, moderna e que representou o anseio do executivo local, expressão da elite modernizadora do município. A ideia foi eliminar o congestionamento de áreas centrais, criando grandes espaços para um sistema de vias amplas, estacionamentos e áreas institucionais, bem como adequar a cidade ao processo de industrialização[18].

[16] SANTOS, G. R.; SOUTO, K. G. S. O desenvolvimento no Norte de Minas na perspectiva da SUDENE. *Revista Desenvolvimento Social*. v. 12, n. 2, p. 69-78, 2014.

[17] GOMES, F. S. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros*: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007; SILVA, L. J. D. *A modernidade no sertão*: a experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Montes Claros, 2008.

[18] SILVA, L. J. D. *A modernidade no sertão*: a experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Montes Claros, 2008.

Sua primeira grande obra foi a construção da rede de esgoto e águas pluviais em toda a área central da cidade, feito que ele conseguiu que o governo federal financiasse, com custo zero para a prefeitura. Nesse mandato, Toninho liderou mudanças no aspecto urbanístico de Montes Claros, de modo que a cidade ficou pronta para receber as indústrias da SUDENE. Toninho também colocou em prática a construção dos mercados municipais da rua Joaquim Costa e o da rua Melo Viana, bem como o *Parque Municipal Milton Prates*, escolas e postos de saúde.[19]

Lafetá era um dos maiores fazendeiros do município e contava com o apoio da *Sociedade Rural de Montes Claros*, da qual foi presidente de 1975 a 1976[20], algo que ocorreu após seu primeiro governo. A chegada ao segundo período de governo se deu por conta de sua ligação a grupos políticos tradicionais que lhe sustentaram. Novamente eleito, ele colocou em prática grandes obras, como o *Centro Cultural*, a urbanização da avenida *Deputado Esteves Rodrigues*, a finalização da obra de saneamento do rio Vieira e da estação rodoviária Hildeberto de Freitas, sendo esta inaugurada pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, em 1980. Além disso, Toninho deu importância a ações políticas de seus correligionários e evitou ouvir vozes de lideranças dos bairros e associações comunitárias, que não eram beneficiados pelas obras da administração municipal[21].

Também, em seu segundo governo, o referido prefeito, por determinação do *Conselho de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior*, participou do programa *Cidades de Porte Médio* (PCPM), iniciativa do governo com o objetivo de estimular o desenvolvimento de cidades com população

[19] REBELLO, I. F.; SILVEIRA, J. *Toninho Rebello*: o homem e o político. Belo Horizonte: Cleber Caldeira Editora, 2014; MONTES CLAROS. *Mural*. Disponível em: https://montesclaros.com/mural/default.asp?numero=1588,94. Acesso em: 17 out. 2019.

[20] OLIVEIRA, E. A. F. *Nova cidade, velha política*: um estudo de poder sobre Montes Claros/MG. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 1994; FERREIRA, H. A. *Dominação política*: liderança carismática e populismo. Um estudo sobre a dominação e a transição do poder político em Montes Claros na década de 80. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

[21] O NORTE de Minas. Os prefeitos de Montes Claros e suas administrações: Antônio Lafetá Rebello (1967–1970/1977–1982). *Jornal O Norte*, 15 nov. 2021. Disponível em: https://onorte.net/opiniao/os-prefeitos-de-montes-claros-e-suas-administrac-es-antonio-lafeta-rebello-1967-1970-1977-1982-1.532604. Acesso em: 27 de fev. 2023.

entre 50.000 e 500.000 habitantes, tendo sido criado em 1975 como parte do *Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND) do governo do presidente Ernesto Geisel[22]. O PCPM trouxe recursos para Montes Claros, permitindo o prefeito reorganizar a prefeitura e urbanizar ainda mais a cidade.

Antônio Lafetá ficou conhecido na cidade como aquele que mudou a Prefeitura e a Câmara Municipal da cidade para um prédio grande, na avenida *Coronel Prates*, além de ser visto como como aquele que abriu várias ruas antes fechadas[23], permanecendo, de modo geral, na mente do povo, como um bom prefeito, fato que é observado nas entrevistas feitas na cidade, com pessoas que vivenciariam os governos do referido prefeito.

As entrevistas foram feitas na praça *Doutor Carlos Versiani*, no dia 5 de outubro de 2019, com idosos que frequentam o lugar. A gravação foi realizada com uso de gravador do celular. A intenção foi escolher entrevistados que vivenciaram o período da ditadura militar em Montes Claros e que aceitassem responder, rapidamente, duas perguntas, a primeira sobre a opinião em relação aos governos de *Toninho* e a segunda sobre a presença de traços da ditadura na cidade durante o período em questão.

Tal abordagem, que se utiliza da história oral, tem suas contribuições para análises historiográficas, pois amplia as perspectivas sobre um determinado assunto, traz a possibilidade de edificar a história a partir de diferentes óticas e captar significados expressos na linguagem do entrevistado, permitindo chegar em elementos não encontrados em outras fontes[24]. Entrevistas, portanto, podem fornecer pistas de questões que geralmente não seriam percebidas de outra maneira ou por outros meios[25]. Segundo Alessandro Portelli, narrativas orais e testemunhos que constituem a história oral são "[...] uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador – e, assim, estão sujeitas ao mesmo escrutínio

[22] NUNES, O. V. R. *O Programa Cidades de Porte Médio*: planejamento e política urbano-regional no Brasil (1976 – 1986). Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, 2020.

[23] ARRUDA, W. *Política montes-clarense de ontem e de hoje*. Disponível em: http://montes-claros.art.br/cronicas/0304.htm. Acesso em 25 mar. 2022.

[24] ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004; MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

[25] GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

crítico que todas as outras fontes, a fim de averiguar sua confiabilidade e usabilidade [...]"[26]. Tal criticidade é importante, uma vez que, a partir do conteúdo das entrevistas, foi possível notar que, em seus respectivos relatos, os entrevistados não trouxeram a temática da violência e repressão da ditadura, questões que ocorreram em Montes Claros e circunvizinhanças.

Uma das entrevistadas nasceu em 1944 e viveu dos seus trinta e dois anos em diante na época do início do primeiro mandato de Toninho. Ao ser indagada sobre como foram os governos do ex-prefeito, a senhora, de setenta e cinco anos, afirmou que, apesar de não lembrar muito dos detalhes, considera que foram governos bons. Ao ser indagada se percebeu, na época, algum reflexo da ditadura em Montes Claros, respondeu negativamente[27]. Outro entrevistado nasceu em 1939 e viveu dos seus trinta e sete anos em diante no início do primeiro governo do prefeito supramencionado. Ao ser indagado com as mesmas perguntas, o senhor, de oitenta anos, respondeu:

> [...] Seu Toninho Rebello foi ótimo, foi beleza [...] veja bem, quando eu discuto com uma pessoa [sobre o período da ditadura militar], digo que foi a época melhor da minha vida, eu estou com 80 anos, foi a época melhor da minha vida [...] Eles falam ditadura como sendo coisada assim, mas não, eles pegava [sic] era só quem era vagabundo mesmo, mas quem não era... quem era... eu mesmo nunca que uma polícia chegasse em mim e falasse alguma coisa, nada. Você chegava num banco e fazia alguma coisa, pegava o dinheiro na mão e saía na rua, hoje nem na sua casa você fica com dinheiro hoje [sic] [...] Foi bom demais aqui, foi a época melhor, dos que tem feito no Brasil, tirando Juscelino, foi o militarismo que fez.[28]

Em sua fala, é possível notar que o período Juscelino Kubitschek (JK) e do militarismo são considerados como muito bons. Na história do Brasil, uma das principais marcas de tais períodos foi a questão dos investimentos em infraestrutura, com a realização de grandes construções, como a cidade de Brasília, inaugurada em 1960. Apesar dos grandes investimentos feitos nessas épocas, sabe-se

[26] PORTELLI, A. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9.

[27] MEDEIROS, I. F. Entrevista 2. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

[28] OLIVEIRA, G. L. Entrevista 3. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

que grandes, também, foram as dívidas e desigualdades que o Brasil vivenciou[29], temas abordados mais adiante, na fala do professor Laurindo Mekie Pereira.

Ao lidar com cidades de menor porte, como Montes Claros, no período da ditadura, é necessário que o estudioso não se aproxime do tema com a tendência de querer confirmar expectativas de que houve perseguição extrema em todos os lugares do país. Isso, segundo Mekie, professor de História da UNIMONTES, ocorreu, principalmente, em cidades de maiores proporções:

> [...] No momento imediato é que, se fechado o golpe, não há grandes repercussões, assim como não há em outras cidades do interior. Porque aqui não havia movimento social, sindical e estudantil muito forte, muito organizado, combativo. Porque esses movimentos foram os primeiros a serem vítimas da intervenção militar [...] o impacto imediato é pequeno, pouco perceptivo [...] a cidade continua tendo eleições municipais, a câmara ainda continua funcionando e, no ponto de vista econômico e social, as grandes transformações que se dão a Montes Claros datam dos anos 70 e porque ali ocorre um processo acelerado de industrialização, em grande medida incentivada pela SUDENE e, também, pelo governo estadual, e o êxodo rural muito grande. A população predominantemente urbana passa a ser em 70 e se dá essa transição, e com isso vieram [sic] uma série de problemas do crescimento das chamadas favelas sem infraestrutura e em contexto de desigualdade social muito grande. Então, nesse aspecto, Montes Claros sofre com a ditadura, assim como o resto do Brasil, por causa de um modelo econômico que, embora tenha promovido crescimento, também promoveu muita desigualdade.[30]

Ao privilegiar a revitalização da área central da cidade, em detrimento das áreas periféricas, houve, na cidade, expansão de favelas, problema que foi agravado com o processo de migração[31]. Com o aumento de problemas sociais, crescimento desordenado da cidade e descaso sofrido por bairros populares, o mandato de Lafetá acabaria por terminar com críticas[32]. O problema mais sério foi a indiferença da administração em relação às periferias. Ao buscar

---

[29] GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995; SANTOS, S. N. *À procura da terra perdida*: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade Federal de Minas Gerais, 1985; SUCURSAL BH. Mineira destemida de Cachoeirinha diz que com pistoleiro só no tiro! *Tribuna da Luta Operária*, ano 2, n. 46, 15-28 ago. 1981.

[30] PEREIRA, L. M. Entrevista 5. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

[31] DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone, 1985; GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.

[32] PRIMO, L. C. C. *Demandantes e demandados na história e na cultura política de Montes Claros-MG*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

trazer infraestrutura para a cidade e conviver com o progresso observado na região, os bairros da cidade explodiam em volta do centro, quase todos sem infraestrutura básica, como água, esgoto, escola e posto de saúde[33].

Sobre a composição do executivo municipal, de 1962 a 1982, ela foi formada por prefeitos representantes de oligarquias e partidos ligados ao arranjo político estadual, com bases eleitorais assentadas em políticas coronelistas[34]. Na fala do professor Mekie, percebe-se que, com a instalação da ditadura no país, não há, inicialmente, grandes mudanças em Montes Claros e em cidades do interior, por conta da ausência de movimentos muito fortes e combativos, como em grandes cidades, o que não descarta a existência de reações ao regime em cidades de menor porte. Montes Claros chegou a ser um ponto de preparação para guerrilha rural e como uma das cidades estratégicas para a *Corrente Revolucionária de Minas Gerais* (CORRENTE), dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuou de modo armado contra a ditadura[35]. Agora, voltando à figura de Toninho, outro entrevistado, nascido em 1950, de sessenta e nove anos na época da entrevista, traz algumas informações adicionais:

> **Qual foi sua visão sobre o governo de Antônio Lafetá Rebello?**
>
> Honestidade, em primeiro lugar, administração, em segundo, mas muito bom, é [...] prefeito que nunca ninguém nunca falou mal de seu Antônio Lafetá Rebello, sempre ótimo prefeito, honesto e bom administrador.
>
> **Na década de 66 [sic], quando foi eleito, era a época que estava acontecendo a ditadura militar no Brasil. Aqui, em Montes Claros, houve algum traço dessa ditadura?**
>
> Olha, teve a... por exemplo a ditadura, por exemplo, começou na época, teve... teve uma reunião de todos os militares em Brasília, e o coronel Georgino foi um dos que comandou o 10º Batalhão até Brasília, a marcha, todos em caminhões do governo, caminhões do DNOCS [Departamento Nacional de Obras Contra as Secas],

[33] VALMOR, C. M. S. *Outros modos de viver*: pobreza urbana em Montes Claros – 1960 a 1980. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

[34] QUADROS, D. B. *Participação popular na gestão pública municipal de Montes Claros – 2005-2008*: avanço ou continuísmo? Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros, 2014; cf. QUEIROZ, M. I. P. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira:* o Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

[35] VITRAL, T. V. *Corrente revolucionária de Minas Gerais*: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

> todos foram requisitados pelo coronel Georgino para a marcha a Brasília, para honrar o 10º Batalhão da Polícia Militar.
>
> **E o senhor acha que aqui, em Montes Claros, houve algum traço a mais dessa ditadura? Alguma repressão, por exemplo?**
>
> Olha, naquela época do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social], então, foi muito bem vigiado pelo DOPS aqui, mas não teve nada de agravante.[36]

Aqui, além dos elogios característicos à figura de *Toninho*, o entrevistado se recordou do coronel Georgino, responsável pelo *10º Batalhão da Polícia Militar*. Além disso, na resposta à última pergunta, o entrevistado sustentou que não houve agravantes na cidade, mas, ao voltarmos nossos olhos para outros retratos e recortes montes-clarenses, percebemos alguns acontecimentos graves na cidade e em seu entorno.

Coronel Georgino Jorge de Souza

Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue[37]
– Trecho da canção Cálice, de Chico Buarque

Figura 3 – Coronel Georgino.
Fonte: Adaptado de ACADEMIA de Letras. Centenário Georgino de Souza. Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais, 22 jun. 2018.

[36] SENA, S. R. Entrevista 1. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.
[37] CÁLICE. Compositor e intérprete: Chico Buarque. Polygram/Philips, 1978.

revista hydra

Parte da fala do último entrevistado, mencionada no tópico anterior, apresenta informação importante para a história montes-clarense, a saber, que o *10º Batalhão da Polícia Militar*, instalado em Montes Claros, teve um coronel, chamado Georgino Jorge de Souza (cf. figura 3), que, em 1964, conduziu sua tropa até Brasília, a fim de apoiar a tomada do governo pelos militares (cf. figura 4).

Figura 4 – Oficiais do 10º Batalhão, sob comando do coronel Georgino, em Brasília, em abril de 1964.
Fonte: Adaptado de SENA, L. F. Padre Agostinho, a saga de um sacerdote. Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, 2022.

No período, tal fato histórico não alterou de imediato a rotina dos habitantes de Montes Claros[38]. Opiniões contrárias ao regime militar não foram brutalmente reprimidas, como ocorreu em grandes cidades. Contudo, com a instauração do período militar no Brasil, o dia a dia das redações dos jornais chega a contar com a presença de soldados fardados ou à paisana, responsáveis por vigiar o que seria publicado na imprensa. Quando policiais militares locais voltaram da operação do golpe de 1964, membros da corporação foram inseridos em redações dos jornais *Diário de Montes Claros* e Jornal de Montes Claros[39].

[38] SILVA, C. G. Censura, repressão e silêncio: a memória da imprensa escrita de Montes Claros durante o governo militar (1964 – 1985). *Revista Ágora*, Vitória, n. 11, 2010, p. 1-17; SILVA, C. G. *A censura veste farda*: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita à censura, durante o governo militar em Montes Claros de 1964-1985. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

[39] SOUZA, A. L. *Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha*: violência, mobilização e conquistas. Vale do Jaíba-MG, 1960/1980. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

revista hydra

Ao voltar da operação em Brasília, o coronel realizou o controle da imprensa e, mesmo após ser reformado, em 18 de novembro de 1973, continuou envolvido no arranjo de relações e interesses no cenário Norte-Mineiro. O controle da imprensa, que ocorreu nos três ou quatro primeiros anos do regime, com censura prévia, aconteceu, nos anos subsequentes, pela autocensura combinada entre donos de jornais e o *10° Batalhão* quanto ao que seria ou não publicado. Como já mencionado, a cidade e a região Norte de Minas Gerais passavam por transformações, tendo sido tal parte do estado inserido na área mineira da SUDENE. Com a vinda de indústrias e incentivos via Estado, a imprensa também foi modernizada. Assim, o anseio pelo progresso da cidade obrigava jornalistas a redigirem matérias com tal enfoque[40].

Apesar de ter existido uma ação de restrição mais forte por parte dos militares em grandes cidades, houve, em Montes Claros, censores que buscaram fiscalizar as matérias. Mesmo assim, repórteres e editores, vez ou outra, driblavam as fiscalizações, por meio do uso de metáforas e linguagem subliminar, à semelhança da parte da canção de Chico Buarque de Hollanda mencionada no início do presente tópico. Existiam casos em que censores cortavam partes do que seria publicado e não deixavam que informações consideradas polêmicas fossem publicadas[41]. Tais questões trazem à mente algo mencionado por Michel Foucault:

> [...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.
>
> Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual

[40] SOUZA, A. L. *Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela terra em Cachoeirinha*: violência, mobilização e conquistas. Vale do Jaíba-MG, 1960/1980. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

[41] SILVA, C. G. Censura, repressão e silêncio: a memória da imprensa escrita de Montes Claros durante o governo militar (1964 – 1985). *Revista Ágora*, Vitória, n. 11, 2010.

> da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo [...][42]

Trazendo a citação de Foucault para a discussão, é possível afirmar que, sob a liderança de Georgino, houve esforços no sentido de impedir e até mesmo excluir parte do conteúdo que seria publicado no período militar, na cidade de Montes Claros. Sob o discurso de combate à implantação do comunismo, qualquer fala contrária ao regime era censurada e discursos eram produzidos, visando o controle e o poder. Além da atuação a nível de imprensa, Georgino trabalhava como advogado de fazendeiros da região e liderou tropas responsáveis por violentar camponeses[43]. Essa dupla atuação rendeu ao coronel-advogado terras como pagamento por serviços prestados, o que aumentou ainda mais o seu poder de repressão, exclusão e interdição.

Entre suas atuações, esteve o conhecido caso do conflito de Cachoeirinha, do início da década de 1960[44], contra camponeses, no Norte de Minas Gerais. Tal episódio, relativo a lutas por terras e reconhecimento, é descrito no relatório final da Comissão da Verdade de Minas Gerais (COVEMG)[45], sendo um exemplo de violações de direitos humanos contra camponeses no período da ditadura militar, uma das mais violentas expulsões de posseiros no estado. As narrativas destes focam na violência a que foram submetidos a mando do coronel, responsável pelos despejos e pela violência a que foram submetidos[46].

---

[42] FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007, p. 8-9.

[43] CAMISASCA, M. M. Resistência camponesa no município de Varzelândia. In: SANT'ANA, Mateus Ribeiro (Org.); FACHINI, Rafael Augusto (Org.). *Caderno de programação e resumos da semana de história UFU 2018*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

[44] Também conhecido como *Conflito de Cachoeirinha*. Assassinatos e ameaças foram perpetrados contra posseiros, por parte de fazendeiros e do aparato militar. Em tal caso, existiram dois despejos, o primeiro em setembro de 64, meses após o golpe, e o segundo em junho de 67.

[45] COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

[46] SANGLARD, F. N.; CAMISASCA, M. M. Os despejos de Cachoeirinha e a luta por terra no período da ditadura militar. *História Unisinos*, v. 24, n. 2, 2020, p. 325-333; CHAVES, L. A. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas Gerais. *Revista Verde Grande*, v. 1, n. 3, 2006, p. 98-107.

revista hydra

Figura 5 – Reconstrução de charge sobre o coronel Georgino.

Fonte: Adaptado de CHARGE. Jornal do Sindicato dos Médicos, 1982.

O Jornal do Sindicato dos Médicos, na notícia Cachoeirinha, terra para quem nela trabalha, de setembro de 1982, traz uma charge, cujo personagem é o coronel Georgino (cf. figura 5). O nome "Custer" é uma referência ao general estadunidense George Armstrong Custer, conhecido por matar índios. Georgino é retratado com as falas "Índio bom é índio morto" e "Posseiro bom, idem [isto é, posseiro bom é posseiro morto]"[47], enquanto corre atrás de um indivíduo que representa a pessoa expulsa da terra. Em tal charge, a memória negativa do coronel contra posseiros foi registrada, o que acaba por nos levar a outro personagem da região.

Salustiano Gomes Ferreira

> "[...] O heroísmo tem nos sertões, para todo sempre perdidas, tragédias espantosas [...]"[48]
> – Euclides da Cunha, em *Os sertões*

Tempos após as tropas do *10º Batalhão da Polícia Militar* (10º BPM), junto a pistoleiros, sob o comando do coronel Georgino terem invadido Cachoeirinha, no ano de 1967, na região de Varzelândia-MG, um camponês de meia idade se tornaria conhecido nos sertões do Norte de Minas[49]. Seu nome era Salustiano Gomes Ferreira, o *Saluzinho* (cf. figura 5). Sua história é des-

[47] CHARGE. Cachoeirinha, terra para quem nela trabalha. *Jornal do Sindicato dos Médicos*, set. 1982.

[48] CUNHA, E. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2010, p. 112.

[49] AROEIRA. Saluzinho: a saga de um 'forte' contra o latifúndio. *A nova democracia*, ano 15, n. 190, jun. 2017. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/no-190/7040-saluzinho--a-saga-de-um-forte-contra-o-latifundio. Acesso em: 25 mar. 2022; cf. O TEMPO. Repressão no campo. Disponível em: https://www.otempo.com.br/infograficos/repressao-no-campo-1.1554575. Acesso em: 2 abr. 2022.

tacada no relatório da *Comissão da Verdade em Minas Gerais*[50], e ele é considerado uma das vítimas de avanços contra trabalhadores rurais que lutavam por terras.

Em 17 de novembro de 1967, jagunços de um influente fazendeiro ligado às elites de Montes Claros, Oswaldo Alves Antunes, e policiais militares foram à casa do *Saluzinho*, para expulsá-lo da terra, sem mandado judicial. O fazendeiro, que também era advogado e dono do periódico O Jornal de Montes Claros, mobilizou, em defesa de seus interesses, a imprensa regional, criando uma atmosfera de temor contra o avanço comunista[51]. Com uma espingarda velha, Salustiano atingiu um jagunço e um militar. Temendo uma represália, com uma garrucha, um revólver 38 e duas espingardas, ele se escondeu no sertão, refugiando-se em uma gruta[52]. Durante os três primeiros dias de perseguição, policiais abriram fogo contra *Saluzinho*, houve revidar e um militar foi ferido. Os policiais utilizaram dinamite para explodir a gruta, mas Saluzinho ali continuou. A perseguição virou notícia no jornal O Estado de São Paulo[53], e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) enviou uma força especializada de quarenta homens para prender o camponês.

[50] COVEMG. *Saluzinho*: um mito da resistência. Disponível em: http://www.comissaodaverdad e.mg.gov.br/handle/123456789/396. Acesso em: 25 mar. 2022; COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

[51] DAYRELL, Carlos Alberto; CESAR, Fabiano Cordeiro; FERNANDES, Cristina Rodrigues; SANTOS, Lilian Maria. O sertão rebelde: impactos socioambientais da ditadura civil-militar no Norte de Minas Gerais. *VI Congresso em Desenvolvimento Social*, 2018.

[52] ZANGELMI, A. J.; QUELER, J. J. Q. "O latifúndio é o Diabo: apontamentos sobre a inusitada trajetória de Saluzinho. *Tempo*, v. 27, n. 3, 2021, p. 606-628.

[53] INVASOR de terras é cercado pela polícia. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1967; RESISTÊNCIA de invasor surpreende. *O Estado de São Paulo*, 24 nov. 1967.

Figura 6 – *Saluzinho*.

Fonte: Adaptado de COVEMG. *Saluzinho*: um mito da resistência, 2022.

Eles usaram bombas de gás, algo que não surtiu efeito. No sexto dia, e com ampla cobertura da imprensa nacional, *Saluzinho* negociou sua rendição, temendo que, se assim não fizesse, poderia acabar sendo assassinado. Após se entregar, ele foi colocado na caçamba de um caminhão, o qual circulou por Montes Claros. Segundo o relatório da COVEMG[54], a polícia exibiu o camponês para mostrar que prendera o criminoso mais perigoso do Norte de Minas, sendo que, após sua prisão, os jornais passaram a tratá-lo como *comunista, invasor de terras, uma fera, assassino incontrolável com prazer em matar*, embora não tivesse envolvimento na política, nem soubesse o que era um comunista[55].

Saluzinho ficou estigmatizado, algo que o levou a viver escondido depois de ser inocentado das acusações e libertado[56]. Sua esposa, segundo um dos filhos, morreu meses depois do marido ser solto, por conta de sequelas das torturas perpetradas pela polícia contra ela, que chegou a ser pendurada de cabeça para baixo, nua, tendo o bico de seus seios queimados

[54] COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2; COVEMG. Saluzinho: um mito da resistência. Disponível em: http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/396. Acesso em: 25 mar. 2022.

[55] CHAVES, L. A. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas Gerais. *Revista Verde Grande*, v. 1, n. 3, 2006, p. 98-107.

[56] MIRANDA, B. Saluzinho, o herói assustador que resistiu ao cerco militar. *O Tempo*, 18 dez. 2017. Disponível em: https://www.otempo.com.br/politica/saluzinho-o-heroi-assustador-que-resistiu-ao-cerco-militar-1.1554577. Acesso em: 25 mar. 2022.

e um galho de árvore introduzido em seu ânus[57]. Apesar das falas, a COVEMG não conseguiu encontrar documentos para comprovar a causa da morte de Dulce Gonçalves Pereira (ou Dúlcia Gonçalves de Araújo) e considerá-la vítima do regime militar.[58]

Considerações finais

Retratos e recortes montes-clarenses são histórias que, apesar de não parecem relacionadas, são interligadas por um mesmo período e cidade. De um lado, há um dos prefeitos mais amados na memória dos habitantes. Considerando nossas investigações, o período da ditadura militar não está intensamente presente na memória da população e não afetou tanto a vida dos cidadãos de Montes Claros como ocorreu em grandes cidades do país, mas isso não significa ausência[59]. Foi possível encontrar um coronel com ações a favor da ditadura e contra alguns grupos de indivíduos. Entre os retratos e recortes, também há a história de um homem rural, que acabou sendo visto como comunista e pervertedor da ordem pública, o qual, junto de sua família, acabou sofrendo consequências duras.

Além do período militar que interliga tais retratos e recortes, há também a cidade de Montes Claros, que passa por mudanças de planejamento e urbanísticas. Foi em 1967 que, em nome do progresso, o velho e famoso mercado da cidade foi demolido, por decreto do prefeito Toninho[60]. Apesar de ter afirmado que "*Pior que a injustiça social sem culpa, é acostumar-se culposamente a ela*"[61], o processo acelerado de industrialização e modernização executado sob seu governo acabou perpetuando um modelo econômico que,

---

[57] MENDES, A. A verdade vai sendo desenterrada no grande sertão. *Rede Brasil Atual*, 23 jan. 2016. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2016/01/a-verdade-vai-sendo-desenterrada-no-grande-sertao-32 76/. Acesso em: 25 mar. 2022.

[58] COVEMG. *Dulce Gonçalves Pereira*. Disponível em: http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/1280. Acesso em: 25 mar. 2022.

[59] Cf. MENDES, A. A verdade vai sendo desenterrada no grande sertão. *Rede Brasil Atual*, 23 jan. 2016. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2016/01/a-verdade-vai-sendo-desenterrada-no-grand e-sertao-3276/. Acesso em: 25 mar. 2022; PIMENTEL, G. C. O sonho vigiado: comunistas do interior mineiro e a vigilância-repressão às suas atividades. *8º FEPEG*, 2014.

[60] ALMEIDA, R. J. O velho mercado. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. 7, 2011, p. 145.

[61] REBELLO, A. L. *apud* REBELLO, I. F.; SILVEIRA, J. *Toninho Rebello*: o homem e o político. Belo Horizonte: Cleber Caldeira Editora, 2014, contracapa.

apesar do crescimento, também trouxe desigualdade e problemas, algo que foi característico em outras regiões do país no período da ditadura[62]. Assimetrias quanto ao poder[63] também são observadas nos despejos feitos sob o comando do coronel Georgino, que agia a favor de latifundiários e agentes públicos, sendo ele também uma das partes interessadas na aquisição das terras.

Em sua condição de policial, articulou expulsões. Como advogado, atuou a favor de proprietários de terras, que lhe deram parte das terras como pagamento[64]. Houve violência nos despejos, torturas, incêndio de imóveis, destruição agrícola, pecuária e de bens dos posseiros[65]. O referido coronel é associado a disputas territoriais e casos de assassinatos de camponeses na região, além de ter contado com a cumplicidade da ditadura militar e criado condições locais para que houvesse, por meio da revolução verde, uma grande transformação no campo brasileiro, afetando muitos camponeses, como *Saluzinho*[66].

A realização deste estudo, portanto, gera reflexões sobre a importância de investigar, de maneira profunda, cada contexto e história de cidades e regiões em momentos de conjuntura histórica específica no cenário nacional, como foi o da ditadura militar. O presente artigo revelou que o caráter de lideranças municipais pode marcar a memória de uma população

---

[62] COSTA, L. C. *Metamorfoses do mercado público de Montes Claros*: mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2019; SILVA; E. P. F.; GALIZONI, F. M.; LIMA, V. M. P.; RIBEIRO, E. M.; PAULA, É. J. S.; SANTOS, A. O.; SANTOS, A. F. R. Metamorfose da Chapada: monocultura de eucalipto e tomadas de terras e águas no Alto do Jequitinhonha, Minas Gerais. *Campo-Território*: revista de geografia agrária, v. 17, n. 44, 2022, p. 63-89; MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. C. (Org.); CROCCO, M. (Org.). *Economia regional e urbana*: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006; COUTINHO, L. M. O conceito do cerrado. *Revista Brasileira de Botânica*, v. 1, p. 17-23, 1978.

[63] BOURDIEU, P. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana*, v. 2, n. 2, 1996; AUYERO, J. *Pacientes del Estado*. Buenos Aires: Eudeba, 2016.

[64] SOBRAL, H. D.; CAMISASCA, M. M. Considerações sobre docência e historiografia: o caso da disciplina Questão Agrária nas ditaduras do Brasil. *História Agraria de América Latina*. v. 1, n.2, 2020, p. 1-20.

[65] SANGLARD, F. N.; CAMISASCA, M. M. Os despejos de Cachoeirinha e a luta por terra no período da ditadura militar. *História Unisinos*, v. 24, n. 2, 2020, p. 325-333; CHAVES, L. A. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas Gerais. *Revista Verde Grande*, v. 1, n. 3, 2006, p. 98-107.

[66] DAYRELL, C. A. Rebeldia nos sertões. *Combate Racismo Ambiental*, 11 fev. 2016. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2016/02/11/rebeldia-nos-sertoes-por-carlos-alberto-dayrell-2/. Acesso em: 28 fev. 2023.

de modo positivo ou negativo. Por fim, esta pesquisa revela que os reflexos da ditadura em grandes centros, divulgados pela mídia e cunhados na literatura, podem apresentar cenários diferentes daqueles de cidades de pequeno e médio porte.

Referências

ACADEMIA de Letras. Centenário Georgino de Souza. *Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais*, 22 jun. 2018. Disponível em: https://academia-deletrasdobrasildeminasgerais.blogspot.com/2018/06/centenario-georgino--jorge-de-souza.html. Acesso em 25 mar. 2022.

ALBERTI, V. Ditadura militar brasileira nas aulas de história. *Tempo e argumento*, v. 13, n. 33, 2021, p. 1-34.

ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, R. J. O velho mercado. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*, v. 7, 2011.

AROEIRA. Saluzinho: a saga de um 'forte' contra o latifúndio. *A nova democracia*, ano 15, n. 190, jun. 2017. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/no-190/7040-saluzinho-a-saga-de-um-forte-contra-o-latifundio. Acesso em: 25 mar. 2022.

ARRUDA, W. *Construtores de Montes Claros*. Montes Claros: Cotrim, 2011.

ARRUDA, W. *Política montes-clarense de ontem e de hoje*. Disponível em: http://montesclaros.art.br/cronicas/0304.htm. Acesso em 25 mar. 2022.

AUYERO, J. *Pacientes del Estado*. Buenos Aires: Eudeba, 2016.

BOURDIEU, P. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana*, v. 2, n. 2, 1996.

BRASIL, H. O. *História e desenvolvimento de Montes Claros*. Montes Claros: Lemi, 1983.

BURKE, P. (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CÁLICE. Compositor e intérprete: Chico Buarque. Polygram/Philips, 1978.

CAMISASCA, M. M. Resistência camponesa no município de Varzelândia. In: SANT'ANA, M. R. (Org.); FACHINI, R. A. (Org.). *Caderno de programação e resumos da semana de história UFU 2018*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

CHARGE. Cachoeirinha, terra para quem nela trabalha. *Jornal do Sindicato dos Médicos*, set. 1982.

CARVALHO, A. Discutindo a ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e possibilidades. *Memorial da resistência do Estado de São Paulo*, 2014.

CHAVES, L. A. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas Gerais. *Revista Verde Grande*, v. 1, n. 3, 2006, p. 98-107.

COSTA, L. C. *Metamorfoses do mercado público de Montes Claros*: mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

COUTINHO, L. M. O conceito do cerrado. *Revista Brasileira de Botânica*, v. 1, p. 17-23, 1978.

COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

COVEMG. *Dulce Gonçalves Pereira*. Disponível em: http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/1280. Acesso em: 25 mar. 2022.

COVEMG. *Saluzinho*: um mito da resistência. Disponível em: http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/396. Acesso em: 25 mar. 2022.

CUNHA, E. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2010.

DAYRELL, C. A. Rebeldia nos sertões. *Combate Racismo Ambiental*, 11 fev. 2016. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2016/02/11/rebeldia-nos-sertoes-por-carlos-alberto-dayrell-2/. Acesso em: 28 fev. 2023.

DAYRELL, C. A.; CESAR, F. C.; FERNANDES, C. R.; SANTOS, L. M. O sertão rebelde: impactos socioambientais da ditadura civil-militar no Norte de Minas Gerais. *VI Congresso em Desenvolvimento Social*, 2018.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone, 1985.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

FERREIRA, H. A. *Dominação política*: liderança carismática e populismo. Um estudo sobre a dominação e a transição do poder político em Montes Claros na década de 80. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

FONSECA, S. G. *Didática e prática de ensino de história*: experiências, reflexões e aprendizados. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

G1. 'Medalha Antônio Lafetá Rebello' premia gestores de Montes Claros. *G1 Grande Minas*, 29 jun. 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2016/06/medalha-antonio-lafeta-rebello-premia-gestores-de-montes-claros.html. Acesso em: 25 mar. 2022.

GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZETA Norte Mineira. *Cidade*. Disponível em: https://gazetanortemineira.com.br/noticias/cidade/prefeitura-prestara-homenagem-a-toninho-rebello--e-milton-prates. Acesso em: 17 out. 2019.

GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, F. S. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros*: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAÇA, R. T. Prefácio In: *Montes Claros*. Disponível em: https://montesclaros.com/era/. Acesso em: 24 mar. 2022.

INVASOR de terras é cercado pela polícia. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 nov. 1967.

LE GOFF, J. (Ed.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 11, n. 1, p. 41-60, 1994.

MEDEIROS, I. F. Entrevista 2. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

MENDES, A. A verdade vai sendo desenterrada no grande sertão. *Rede Brasil Atual*, 23 jan. 2016. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2016/01/a-verdade-vai-sendo-desenterrada-no-grande-sertao-3276/. Acesso em: 25 mar. 2022.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MIRANDA, B. *Saluzinho*, o herói assustador que resistiu ao cerco militar. O Tempo, 18 dez. 2017. Disponível em: https://www.otempo.com.br/politica/saluzinho-o-heroi-assustador-que-resistiu-ao-cerco-militar-1.1554577. Acesso em : 25 mar. 2022.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. C. (Org.); CROCCO, M. (Org.). *Economia regional e urbana*: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MONTES CLAROS. *Mural*. Disponível em: https://montesclaros.com/mural/default.asp?numero=1588,94. Acesso em: 17 out. 2019.

MONTES CLAROS. Prefeitura de Montes Claros. *Galeria de fotos antigas*. 1 fotografia. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/desenvolvimento%20economico/div_tur/fotos%20antigas/Administradores/images/1970%20e%201977%20-%201982%20-%20Ant%C3%B4nio%20Lafet%C3%A1%20Rebelo%201966_jpg.jpg. Acesso em: 25 mar. 2022.

MOTTA, M. H. S. O ensino sobre a ditadura brasileira na sala de aula. Entrevista cedida a Izabella Lourença, mar. 2014. Disponível em: https://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/o-ensino-sobre-a-ditadura-militar-brasileira-na-sala-de-aula.html. Acesso em: 2 abr. 2022.

NETO, P. Dia do trabalhador. *Prefeitura de Montes Claros*, Montes Claros, 29 abr. 2019. Disponível em: https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/dia-do-trabalhador-prefeitura-fara-homenagens-a-toninho-rebello-e-milton-prates. Acesso em: 25 mar. 2022.

NUNES, O. V. R. *O Programa Cidades de Porte Médio*: planejamento e política urbano-regional no Brasil (1976 – 1986). Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, 2020.

OLIVEIRA, E. A. F. *Nova cidade, velha política*: um estudo de poder sobre Montes Claros/MG. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

OLIVEIRA, G. L. Entrevista 3. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019. O NORTE de Minas. Medalha Toninho Rebello será entregue nesta quinta. Jornal *O Norte*, 30 jun. 2016. Disponível em: https://onorte.net/montesclaros/m edalha-toninho-rebello-sera-entregue-nesta-quinta-1.484076. Acesso em 25 mar. 2022.

O NORTE de Minas. Os prefeitos de Montes Claros e suas administrações: Antônio Lafetá Rebello (1967–1970/1977–1982). Jornal *O Norte*, 15 nov. 2021. Disponível em: https://onorte.net/opiniao/os-prefeitos-de-montes-claros-e-suas-administrac-es-antonio-lafeta-rebello-1967-1970-1977-1982-1.532604. Acesso em: 27 de fev. 2023.

O TEMPO. Repressão no campo. Disponível em: https://www.otempo.com.br/infograficos/repressao-no-campo-1.1554575. Acesso em: 2 abr. 2022.

O TEMPO. *Saluzinho*, o herói assustador que resistiu ao cerco militar. Disponível em: https://www.otempo.com.br/politica/saluzinho-o-heroi-assustador-que-resistiu-ao-cerco-militar-1.1554577.

PEREIRA, L. M. *Em nome da região*, a serviço do capital: o regionalismo político Norte-Mineiro. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2007.

PEREIRA, L. M. Entrevista 5. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

PEREIRA, L. M.; LOPES, I. R. Experiências e vivências dos trabalhadores da Companhia de Materiais Sulfurosos S. A. – MATSULFUR de Montes Claros – MG (1969-1994). *Revista Semina*, v. 13, n. 1, p. 286-301, 2014.

PIMENTEL, G. C. O sonho vigiado: comunistas do interior mineiro e a vigilância-repressão às suas atividades. *8º FEPEG*, 2014.

PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTELLI, A. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PREFEITURA. Prefeitos. Disponível em: https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/prefeitos. Acesso em: 25 mar. 2022.

PRIMO, L. C. C. *Demandantes e demandados na história e na cultura política de Montes Claros-MG*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

QUADROS, D. B. *Participação popular na gestão pública municipal de Montes Claros – 2005-2008*: avanço ou continuísmo? Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

QUEIROZ, M. I. P. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*: o Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

REBELLO, I. F.; SILVEIRA, J. *Toninho Rebello*: o homem e o político. Belo Horizonte: Cleber Caldeira Editora, 2014.

REBELLO, M. V. Cantiga ferida In: *Jornal de Montes Claros*. 05 de julho de 1983.

RESISTÊNCIA de invasor surpreende. *O Estado de São Paulo*, 24 nov. 1967.

SANGLARD, F. N.; CAMISASCA, M. M. Os despejos de Cachoeirinha e a luta por terra no período da ditadura militar. *História Unisinos*, v. 24, n. 2, 2020, p. 325-333.

SANTOS, G. R.; SOUTO, K. G. S. O desenvolvimento no Norte de Minas na perspectiva da SUDENE. *Revista Desenvolvimento Social*. v. 12, n. 2, p. 69-78, 2014.

SANTOS, S. N. *À procura da terra perdida*: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

SENA, L. F. Padre Agostinho, a saga de um sacerdote. Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros. 1 fotografia. Disponível em: https://www.ihgmc.art.br/revista_volume6.htm. Acesso em: 25 mar. 2022.

SENA, S. R. Entrevista 1. Entrevista cedida a Maria Isabel Soares Almeida Rodrigues e Yasmin de Cássia Ramos Oliveira. Montes Claros, out. 2019.

SILVA, C. G. *A censura veste farda*: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita à censura, durante o governo militar em Montes Claros de 1964-1985. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

revista hydra

SILVA, C. G. Censura, repressão e silêncio: a memória da imprensa escrita de Montes Claros durante o governo militar (1964 – 1985). *Revista Ágora, Vitória*, n. 11, p. 1-17, 2010.

SILVA; E. P. F.; GALIZONI, F. M.; LIMA, V. M. P.; RIBEIRO, E. M.; PAULA, É. J. S.; SANTOS, A. O.; SANTOS, A. F. R. Metamorfose da Chapada: monocultura de eucalipto e tomadas de terras e águas no Alto do Jequitinhonha, Minas Gerais. *Campo-Território*: revista de geografia agrária, v. 17, n. 44, 2022, p. 63-89.

SILVA, L. J. D. *A modernidade no sertão*: a experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Montes Claros, 2008.

SOBRAL, H. D.; CAMISASCA, M. M. Considerações sobre docência e historiografia: o caso da disciplina Questão Agrária nas ditaduras do Brasil. *História Agraria de América Latina*. v. 1, n.2, 2020, p. 1-20.

SUCURSAL BH. Mineira destemida de Cachoeirinha diz que com pistoleiro só no tiro! *Tribuna da Luta Operária*, ano 2, n. 46, 15-28 ago. 1981.

VALMOR, C. M. S. *Outros modos de viver*: pobreza urbana em Montes Claros – 1960 a 1980. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

VITRAL, T. V. *Corrente revolucionária de Minas Gerais*: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

ZANGELMI, A. J.; QUELER, J. J. Q. "O latifúndio é o Diabo: apontamentos sobre a inusitada trajetória de Saluzinho. *Tempo*, v. 27, n. 3, 2021, p. 606-628.

revista hydra

AS RELAÇÕES ENTRE PARANISMO E MUSEU PARANAENSE: CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE E SOCIABILIDADE CURITIBANA A PARTIR DO JORNAL *A REPUBLICA* (1902-1922)

Barbara Fonseca[1]

Amanda Cristina Nery Venancio da Silva[2]

Resumo: No presente artigo, buscamos trabalhar as relações constituídas entre o Movimento Paranista e o Museu Paranaense ao longo da gestão de Romário Martins enquanto diretor da instituição (1902-1928). Martins criou o Centro Paranista e desenvolveu diversas atividades para o fortalecimento desse movimento. Nesse sentido, questionamos as suas ações no museu que poderiam contribuir para organização e divulgação da identidade paranista. Para responder nossos questionamentos, analisamos como fonte o jornal *A Republica* e encontramos como resultados a percepção de que o Museu Paranaense realizou um importante papel para exaltar o Paraná, bem como a noção de paranista, uma vez que esse era um espaço de sociabilidade na capital que trabalhava com o anseio paranista, com as temporalidades passado, presente e futuro; e permitia elogios a região.

Palavras-chave: Museu Paranaense; Movimento Paranista; Sociabilidade.

THE RELATIONS BETWEEN PARANISMO AND PARANAENSE MUSEUM: CONSTITUTION OF A CURITIBAN IDENTITY AND SOCIABILITY BY NEWSPAPER A REPUBLICA

Abstract: In this article we look to understand the relation between the Paranaense Museum and Paranista Moviment that was constructed in Romario's Martins direction of the institution (1902 - 1928). These two movements happened at the same time. In paranaense historiography Martins were knowed as "Father of Paranismo" since he has created the paranaense center and made lots of actions to improve this movement. In that way, our main question is about possible relations between the museum and the Paranista movement. At the same time, we look for actions made by the museum that have helped in the construction of this movement and the divulgation of it. Searching the answer for these questions the main source was the paper A Republica where we find out as result that the museum has had an important role in exalt the Paraná state as well the Paranista notion,

[1] Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Residente técnica do Departamento de História do Museu Paranaense entre 02/2022 e 05/2023. Contato: fonseca.bah@gmail.com.

[2] Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Estagiária do Museu Paranaense entre 10/2021 e 06/2023. Contato: amandacristina376@gmail.com.

revista hydra

since the institution was a place for sociability in the paranaense capital, having the same impressions as the Paranista intent with temporalities past, present and future getting compliments for the museum and, in the same way, for the state.

Keywords: Paranaense Museum; Paranista Movement; Sociability.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, Curitiba passou por um momento de urbanização devido à ascensão de uma burguesia ervateira na cidade. Pavimentou seu centro, aumentou a instalação da energia elétrica e, entre outras coisas, adquiriu novas formas de registro, como câmeras fotográficas e filmadoras. Essas ações, juntamente à ampliação da imprensa e à criação de obras de arte, fizeram parte do Movimento Paranista ou Paranismo[3]. O movimento buscava a modernização e a constituição de uma identidade para o estado do Paraná, tendo como principais símbolos a natureza paranaense, a partir do Pinheiro do Paraná e do Pinhão, e a construção de um passado mítico de acordo com a criação de lendas indianistas[4].

Concomitantemente a esse movimento, de 1902 a 1928, o Museu Paranaense foi dirigido por Romário Martins (1874 – 1948), historiador, jornalista, político e um dos principais líderes paranistas. Em sua gestão, a instituição se tornou um espaço de sociabilidade e elaboração do Paranismo, e são nessas relações que estabelecemos nosso ponto de partida para o desenvolvimento do presente artigo. Isto é, questionamos a função, a relevância e a participação do museu na constituição da identidade gestada.

[3] Vale ressaltar que apesar de o Movimento Paranista e o Paranismo não serem, necessariamente, sinônimos, aqui falaremos sobre o mesmo período histórico. Assim como trabalham Salturi (2014) e Fonseca (2022), o Movimento Paranista pode ser entendido como a expressão prática do Paranismo, que seria a idealização da identidade paranaense. Enquanto o primeiro é datado no início do século XX, o Paranismo se deu em fins do século XIX e permanece até a atualidade.

[4] O Movimento Paranista, apesar de ter se enfraquecido com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, conseguiu constituir a identidade paranaense almejada, visto ainda hoje observarmos nas ruas de Curitiba símbolos criados nesse momento, como a rosácea paranista nas calçadas. Além disso, ainda percebemos a permanência de grande divulgação política sobre os ideais do que seria um paranaense: "aquele que ama e trabalha pelo Paraná" (MARTINS, 1946).

O Museu Paranaense foi criado em 1876, por Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido Muricy, e incorporado pelo Governo da Província do Paraná em 1882. Foi o primeiro museu do estado, tendo iniciado seu acervo com cerca de 600 peças. Na gestão de Martins, conforme discutiu Rodrigues (2018, p. 290), o museu passou a se organizar de acordo com o campo da História Natural e a ter maior preocupação com a construção do conhecimento, procurando adquirir material arqueológico e etnológico e a desenvolver pesquisas sobre os povos indígenas do Paraná. Apesar de não ter conseguido continuidade, Romário Martins publicou um primeiro Boletim do Museu Paranaense, em 1904, buscando veicular publicações científicas sobre as temáticas presentes dentro da instituição. Nesse período, o museu ainda se aproximou de outras organizações paranaenses, como o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Partindo, assim, dessas percepções e das questões apresentadas inicialmente, para realizar esta pesquisa, além de nos alinharmos com a bibliografia mais recente sobre a temática, a partir dos livros de Ricardo Rodrigues (2018) e de Cíntia Carneiro (2013), temos como fonte o jornal *A Republica*, dos anos de 1902 a 1922[5]. Com essas leituras e análises, muito se vê a veiculação do Paranismo e do nome de Martins junto ao do museu e vice-versa, como também se percebe a instituição como um espaço de sociabilidade; de exaltação das belezas do Paraná; e da criação de conteúdos sobre o estado.

A escolha desse jornal como fonte se dá por três motivos principais, quais sejam: a maior quantidade de matérias sobre o Museu Paranaense em *A Republica*, em comparação com outros periódicos paranaenses do período; a observação de que muitos dos textos sobre a instituição publicados em outros jornais repetem os conteúdos presentes em *A Republica*; e o fato do jornal fazer parte do círculo do Clube Republicano, bem como dos idealizadores da identidade paranista, tendo Romário Martins como seu editor-chefe

[5] O intuito inicial de nossa análise era trabalhar com os exemplares de 1902 a 1928, abrangendo todo o período de direção de Martins, contudo, devido às adversidades do trabalho do historiador, a partir de meados de 1922 não encontramos mais as edições de *A Republica*. A pesquisa foi realizada entre os acervos do Museu Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória de Curitiba e Hemeroteca Digital. Em nenhum desses espaços de memória existem maiores informações sobre a localização dos periódicos a partir de 1922 até o ano de 1928.

por vários anos. Para este trabalho com fontes históricas, assim, segue-se a metodologia de trabalho com periódicos expressa por Tânia Regina de Luca (2008), em seu capítulo "História dos, nos e por meio dos periódicos". Para tanto, buscamos nos atentar sobre a localização espaço-temporal que *A Republica* fazia parte, bem como quem foi o grupo responsável por sua criação e publicação, quem eram seus colaboradores e a qual público se destinava essa leitura.

É importante ressaltar ainda que, a fim de compreender o Museu Paranaense como um espaço de sociabilidade paranista, trabalha-se aqui com os estudos desse conceito apresentado por Luiz Carlos Ribeiro (2019) no livro *O que é sociabilidade?*. Nesse sentido, possuímos como premissa a noção de que sociabilidade é

> (...) um modo de convivência, mais ou menos formal, quase sempre associado à confiabilidade pessoal de estar junto - o que pressupõe algo como 'estar entre iguais' - seja em atividades lúdicas e prazerosas como festas, bares, cafés ou outras maneiras menos formais de encontro, seja nas mais formais como as maçonarias ou as irmandades (RIBEIRO, 2019, p. 55).

Diante dessas considerações, nosso texto está dividido em dois subtítulos principais. Neles, buscamos discutir: i. a bibliografia acerca do Paranismo, do espaço museal e do jornal *A Republica*; e ii. de que maneira o Museu Paranaense é apresentado nas páginas do respectivo periódico, trabalhando as relações de sociabilidade e exaltação da identidade paranista a partir das ações ocorridas e divulgadas pela instituição.

Paranismo, discussão historiográfica e fontes históricas

Segundo Romário Martins, o termo paranista surgiu em 1906[6], no norte do estado do Paraná, quando o poeta Domingos Nascimento visitou a região e percebeu que a população local, em analogia ao gentílico "paulista", chamava-se de "paranista" e não "paranaense" (PEREIRA, 1998, p. 79). A expressão foi assimilada pelo Movimento Paranista, uma vez que poderia representar moradores do estado que não necessariamente eram nascidos no Paraná.

[6] Mas passou a ser usado com frequência para dominar o movimento e seus participantes a partir de 1927, quando Romário Martins fundou o Centro Paranista.

revista hydra

Assim, o paranista seria aquele com afeição pela região, que trabalhava para o seu crescimento, sem necessariamente ser paranaense. Com essa estratégia, fazia-se possível encaixar principalmente os imigrantes europeus na identidade que estava sendo gestada, sobretudo como forma de tecer comparações entre o Paraná e o velho continente.

A constituição dessa identidade pode ser entendida a partir do contexto econômico da expansão da venda da erva-mate em Curitiba e do surgimento de movimentos regionalistas no país logo após a Proclamação da República, momento em que o poder é descentralizado da figura do imperador D. Pedro II e há o fortalecimento do governo federativo no país (PEREIRA, 1998). Nesse período, com o intuito de romper o estigma de ser um local de pouca expressão nacional, o Paraná passou a buscar símbolos, artes, heróis e a urbanização de sua capital.

O Paranismo, juntamente a seu caráter regionalista e identitário, constituiu-se como um movimento político, social e cultural, isto, principalmente a partir da elite curitibana e de artistas que viam no movimento um caminho para a ascensão social (CAMARGO, 2007). O movimento contava com a participação de oficiais do Estado, intelectuais, jornalistas e artistas, como Romário Martins[7], João Baptista Groff, João Turin, Lange de Morretes e Zaco Paraná. Nesse sentido, desenvolveu-se por várias frentes, de acordo com a encomenda de estátuas de "heróis" paranaenses pelo governo do Estado — como é o caso do busto de general Carneiro ainda hoje presente na cidade da Lapa-PR; da realização de eventos comemorativos; da publicação de revistas e jornais; e da criação de artes visuais com temáticas diversas.

O Museu Paranaense desempenhou um papel crucial na criação desse movimento, visto que Romário Martins, seu diretor, abriu o espaço para a articulação dos símbolos e ideais paranistas na instituição. Essa relação se intensificou porque o Museu Paranaense foi, nesse momento, local absoluto para a discussão da história e da memória paranaense. Junto a isso, o Paranismo buscava, no passado, a legitimação de seu presente e de suas ações futuras.

[7] Romário Martins conseguiu bolsas de estudo para alguns artistas paranaenses, como João Turin, realizarem suas formações na Europa.

Conforme afirmou Luis Pereira (1998, p. 117), "se nenhuma ligação com os símbolos do passado paranista fosse criada, os símbolos cairiam no vazio, se não no ridículo". Dessa maneira, apesar do Movimento Paranista ser marcado por anseios de progresso e modernização, o passado, mesmo que forjado, serviria como constituição das bases do "ser paranaense".

Com seu surgimento datado do fim do século XIX, a pouco mais de vinte anos da emancipação da recém Província do Paraná, o Museu Paranaense foi criado como instituição privada. Sua estruturação acompanhava o ritmo mundial das instituições museais: um gabinete de curiosidades aberto ao público. Tais gabinetes, inerentes ao contexto dos objetos e sua relação usual, cultural ou social, configuravam a ideia de um colecionismo que despertava curiosidade.

Elevado a espaço público em 1882, em dezembro, o Museu Paranaense teve o seu primeiro regulamento, que promoveu sua divisão nas seções de antropologia, zoologia e paleontologia animal; botânica em geral e paleontologia vegetal; mineralogia e geologia; e, por fim, arqueologia, etnografia e numismática. Esse arranjo vai ao encontro da ideia corrente no mundo ocidental, de que o museu se apresentava como *locus* de elaboração e interpretação da cultura material (BREFE, 1998). Tal reconfiguração não necessariamente rompeu com o colecionismo corrente, mas reorganizou sua elaboração e apresentação a partir de preceitos científicos.

Em nota no periódico *Dezenove de Dezembro*, sobre a configuração do regulamento do Museu Paranaense, observamos as seguintes interpretações e indicações acerca da destinação da instituição:

> Art. 1º: O Museu Paranaense, estabelecido nesta capital em edificio proprio provincial, é destinado a coleggir e conservar sob a sua guarda, devidamente classificados, os productos naturaes e industriaes que interessam ao estudo da história natural ou que mostrem as riquezas da provincia e quaesquer curiosidades em geral [.sic] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1883 ed. 69, p. 1).

Entre seus propósitos, encontramos a conservação e classificação de objetos inerentes à História Natural que correspondiam as riquezas da província. Assim, entendemos o museu como um possível espaço de representação e legitimação do estado, de maneira que a instituição se constituía

como um dispositivo de autenticidade[8]. De acordo com essa ideia, o Museu Paranaense adentrou a década de 1900 como um importante local público e, por conseguinte, de sociabilidade.

Com Romário Martins em sua direção entre os anos de 1902 a 1928, também existiram alterações na estruturação do Museu Paranaense, assim, à vista desses caminhos seguidos ao longo dos anos, entendemos que o museu se configurou de acordo com a articulação entre sociabilidade, identidade e memória. Sociabilidade, pois representava um dos únicos espaços culturais existentes em Curitiba, frequentado por diversas pessoas e tido como lugar de vários eventos, conforme veremos a seguir. De identidade, pois tinha o propósito de expor as riquezas naturais da região, bem como representar o estado. De memória, pois constituía-se enquanto um espaço de rememoração do passado ocidental e paranaense.

Tais aspectos podem ser atrelados ao que Ulpiano de Meneses (2018) apresentou como a junção entre o cognitivo e o afetivo dentro de um museu. Isto é, a concepção de que as ideias e ações estabelecidas por esses espaços acabam por tangenciar essas duas dimensões citadas, que podem ser traduzidas como científico e sentimental, racional e irracional. A argumentação de Meneses, assim, revela uma dinâmica entre esses dois pontos, nos quais se percebe o espaço museal como um local de movimento, criação e também para ser sentido e experienciado.

Em nosso objeto de estudo, é possível pensar que o Movimento Paranista encontrou no Museu Paranaense e na figura de seu interlocutor Romário Martins a possibilidade de articulação entre o afetivo e o cognitivo. O afetivo carregado de sentimento pelo Paraná, de ser paranista, fazer e sentir pertencer ao território paranaense, materializou-se a partir do cognitivo, com os variados estudos de Martins sobre o estado, como suas pesquisas de cunho originário buscando raízes para a região, principalmente por meio do indianismo.

Ao se apresentar como um espaço de sociabilidade, o Museu Paranaense acabou por concentrar tal articulação. Isso não apenas por meio da reali-

[8] O dispositivo de autenticidade, nesse caso, coloca-se como meio para autenticar, ou seja, dar validade ao projeto de nação em suas diferentes instituições. O museu se encaixa enquanto uma possibilidade de se fazer valer tal projeto de nação (FOUCAULT, 1989).

revista hydra

zação de eventos e exposições, mas também pela possibilidade dialética criada a partir da reforma institucional promovida pelo então diretor. Além de um espaço aberto ao público, o museu procurava, como indicado no Boletim do Museu Paranaense de 1904, promover uma reforma que empenhasse importante esforço em organizar e classificar os objetos do museu. Com um apelo científico, essa nova fase é caracterizada metodologicamente.

> Selleccionado o material existente, dispostas com methodo as collecções, concluido um fatigante trabalho de classificação, - o Museu Paranaense está hoje encarreirado, aproando certo para um ponto, distante embora, e que é a sua identificação com os congeneres no paiz [.sic] (MUSEU PARANAENSE, 1904, p. 4).

Alocado sempre na região central de Curitiba, o Museu Paranaense, no período que foi dirigido por Romário Martins, passou por três sedes: entre 1902 a 1913, situado na esquina entre as ruas Dr. Muricy e Cândido Lopes; no segundo período, de 1913 a 1928, no Salão Tívoli, localizado na Rua São Francisco; e, por fim, a última sede que Martins esteve à frente da direção da instituição, em 1928, foi na rua Buenos Aires.

Cíntia Braga Carneiro (2013), em sua dissertação de mestrado, realiza o que acreditamos ser o primeiro esforço de fôlego para pensar a relação entre o Museu Paranaense e o Movimento Paranista. Em seu trabalho, a historiadora levanta a hipótese — com a qual concordamos — de que, durante a direção de Romário Martins, a instituição "contribuiu para a construção de uma identidade para o estado do Paraná de forma mais determinada". Para isso, trabalhou com uma miríade de fontes, que são: periódicos, documentos oficiais do estado, Boletim do Museu Paranaense (1904) e outras publicações avulsas do museu.

Devido ao grande número de fontes trabalhadas, Carneiro acabou por desenvolver um sobrevoo da temática em seu trabalho, assim, aponta formas possíveis para se observar a constituição da identidade paranista a partir do Museu Paranaense. No caso, essa situação se desdobrou com a aquisição, por Martins, de materiais arqueológicos e etnológicos com fins de estudos de cunho científico. Nesse caminho, ele explorou a temática no Boletim criado, que também foi oficializada em lei estadual,

> (...) obrigando os comissários de medição de terras a remeterem ao Museu Paranaense artefatos indígenas, objetos fósseis, bem como amostras de minerais encontrados em suas explorações. As despesas com o transporte destes objetos correriam por conta do Estado" (CARNEIRO, 2013, p. 107).

Ainda, a autora explorou outros três pontos em sua dissertação: desenvolveu uma tabela com o número de visitantes do Museu Paranaense de 1902 a 1928, comparando com a população local a fim de entender a frequência de visitação pela população de Curitiba; observou as relações do museu com outras instituições que Martins fazia parte em Curitiba, que também tiveram seu papel na constituição da identidade paranaense, como o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense; e analisou a participação do Museu nas exposições do Cinquentenário da Província do Paraná e na Exposição Nacional de 1908.

A partir desses pontos, Cíntia Carneiro (2013. p. 168) firma seu argumento principal de que o "o museu se constituiu em uma espécie de 'laboratório' para o paranismo", visto ser um espaço pensado por Romário Martins para expor suas ideias, anteriormente à fundação do Centro Paranista, criado quatro meses antes dele deixar o cargo de diretor.

A obra de Carneiro tem a capacidade de condensar as diversas direções que o Paranismo assumiu dentro do Museu Paranaense durante a atuação de Romário Martins. A partir de seu trabalho, observamos o museu como um espaço de elaboração da identidade paranista e aqui buscamos aprofundar o estudo dessa ação. Para isso, contamos como fonte de pesquisa o jornal *A Republica*, entre os anos de 1902 a 1922, e pretendemos analisar as relações de sociabilidade paranista proporcionadas pela instituição.

O jornal foi criado no final do Brasil Império, em março de 1886, por Eduardo Mendes Gonçalves, engenheiro curitibano, e teve sua última edição em 1930 (PILOTTO, 1976). Proveniente do Clube Republicano, órgão de defesa dos princípios republicanos no Paraná, buscava sua representação em uma luta simbólica que procurava manifestar tal interpretação do mundo social nas redações, encontrando nos militares e republicanos a resposta para a reorganização do país. Romário Martins, que iniciou sua carreira como auxiliar de tipografia, participou como redator em diferentes jornais do Paraná, inclusive no *A Republica*, de 1896 até a década de 1920.

revista hydra

Quando se lê o respectivo jornal, facilmente se percebe a exaltação do museu e, por conseguinte, do estado do Paraná em suas páginas. Isto principalmente a partir de matérias em que se apresenta a aquisição de acervos pelo Museu Paranaense, que representavam características positivas de personalidades grandiosas do estado. Além disso, há a presença de notas publicadas sobre a visitação ao museu de autoridades e intelectuais do período, que, segundo o jornal, muito elogiavam suas coleções e organização. Dentre esses excertos, trabalharemos nosso argumento de que, a partir dos encontros tecidos na instituição — sejam eles do presente com o passado, ou dos coetâneos paranistas —, se fortaleceu a identidade paranaense e paranista, ao passo que foi discutida, representada e divulgada pelo museu entre sujeitos plurais.

O Museu Paranaense como espaço de convívio e exaltação paranista

Conforme indicado no início deste artigo, iremos nos deter em dois pontos de análise principais que se interligam: i. as relações de sociabilidade curitibana proporcionadas pelo espaço museal e ii. a exaltação da região por meio da visitação e de elogios tecidos por autoridades ao Museu Paranaense, bem como de acordo com a aquisição de acervo de "heróis" do estado.

Ao lermos as páginas de *A Republica*, observamos o Museu Paranaense como um local onde são feitas reuniões, exposições e organização de comissões, sendo as três atividades voltadas para eventos e ações não dirigidas pelo museu.

Isto é, sabemos da realização de reuniões de grupos que não possuíam como motivo de sua existência a instituição, a exemplo da reunião de associados da Cooperativa do Trabalho (A REPUBLICA, 08/09/1902) e da reunião da imprensa paranaense (A REPUBLICA 03/08/1904), essas duas ocorridas, respectivamente, em 1902 e 1904; e, ainda, da reunião do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGPR), em 1921 (A REPUBLICA, 27/12/2921).

Também observamos a realização de exposições de agricultura, como a de Americh Tarres João em 1903, quando o agricultor expôs no jardim do Museu Paranaense alguns de seus enxertos (A REPUBLICA, 19/08/1903). A exibição de trigo, ocorrida em 1919, realizada pelo Centro Agrícola do Paraná

pelo tempo de uma semana (A REPUBLICA, 02/06/1919). E, seguindo esse exemplo, também foram realizadas no museu as mostras Avícola e de Canários, em 1920 (A REPUBLICA, 19/07/1920).

Por fim, o espaço participou das exposições do Cinquentenário da Província do Paraná (1903) e da Nacional de 1908, conforme discutiu Carneiro (2013) em sua dissertação. No jornal *A Republica* (14/05/1908), por exemplo, existem reportagens indicando o Museu Paranaense como local de trabalho da comissão, que estava "incumbida de promover a representação do Paraná na Grande Exposição Nacional" de 1908. Assim, os industriais que desejassem representar o estado nesse evento deveriam ir até a instituição para se inscrever.

A partir desses exemplos, percebe-se que as atividades desenvolvidas no espaço museal são em datas variadas e sobre assuntos diversos. Não obstante, apesar de plurais, acreditamos que essas ações provavelmente ocorreram no Museu Paranaense devido à ligação das temáticas com o diretor Romário Martins e com pessoas próximas a seu círculo social.

Quanto à reunião da Cooperativa de trabalho, essa buscava unir "todas as classes" da cidade para a criação de um estatuto da cooperativa em Curitiba. Apesar de não termos mais informações sobre sua constituição, é possível que ela fosse composta por industriais e trabalhadores gerais da erva-mate, da estrada de ferro, comerciantes e outros artífices. Mesmo com lacunas em sua análise, escolhemos destacar esse evento, uma vez que chamou uma diversidade de pessoas para o museu.

As reuniões da imprensa paranaense e do IHGPR, por sua vez, foram realizadas evidentemente devido ao vínculo das duas instituições com o diretor. Martins, conforme já apresentado, iniciou sua carreira como auxiliar de tipografia e se tornou redator-chefe de *A Republica*, sendo também um dos fundadores do IHGPR.

Não é possível saber com certeza os porquês da escolha do Museu Paranaense como local de reuniões, mas aventando algumas possibilidades, compreendemos que, provavelmente, ou Romário Martins convidou esses grupos a se juntarem ao museu; ou esses eventos pediram ao diretor o uso desse

espaço — devido à existência de poucos locais de reunião construídos pela cidade. De toda forma, inferimos que o seu motivo de existência na instituição se deu principalmente pela sociabilidade desses grupos com Martins, em que a pessoalidade acaba por justificar as escolhas e aceites. Assim, provavelmente, a opção em se reunir nesse espaço tenha vindo de amizades e outras formas de se relacionar desenvolvidas entre essas pessoas.

As exposições, por sua vez, trabalharam temas muito caros ao Museu Paranaense, a Martins e ao Movimento Paranista, ao apresentarem relações com a agricultura e com a fauna e flora paranaense. Como se sabe, Romário Martins deixou seu cargo como diretor do museu para se tornar secretário da Agricultura do Paraná. Ele sempre prezou pelo estudo dessas temáticas. Em 1928, por exemplo, publicou o livro intitulado *Pinheiro é nativo: ahi é chão de trigo* e diversas outras obras sobre características e dados qualitativos gerais do Paraná. As três exposições citadas anteriormente, apesar de partirem de fora da instituição, estavam, assim, de acordo com suas propostas e objetivos.

Enquanto isso, pensando nas comissões para as exposições de 1903 e 1908, sabe-se que Romário Martins, de 1903 a 1928, concomitantemente à sua direção do Museu Paranaense, foi deputado estadual no Paraná. À vista disso, provavelmente a escolha do museu como espaço de organização para as comissões citadas se deu pelo próprio Martins, devido a seu cargo no Legislativo, uma vez que a organização das exposições partiu do governo paranaense.

Diante dessas situações narradas, compreende-se a importância de Romário Martins como articulador entre o Museu Paranaense e a sociedade curitibana. Com sua gestão, o museu se mostrou de portas abertas para a utilização de seu espaço para além da visitação às suas exposições e eventos próprios. Foram expressas nesses eventos a interlocução entre a instituição e a sociedade e a constituição de um espaço de sociabilidade.

Conforme discutimos, estar em sociabilidade é estar entre "iguais", por conseguinte, a convivência tecida no Museu Paranaense pode confirmar este local como uma área atrativa, em que seria possível "estar

à vontade" para a realização de diversos trabalhos, conversas, amizades e ideias. Nessas ideias plurais, encontramos a promoção do Paranismo, visto que, provavelmente, entre os frequentadores desses eventos estavam outros intelectuais paranaenses, artistas e políticos que concordavam com as propostas de Martins. Nas exposições do Cinquentenário do Paraná e de 1908, por exemplo, tinha-se o desejo de demonstrar a capacidade produtora do Paraná, de suas riquezas naturais e de seu desenvolvimento e progresso — ou seja, expressava-se materialmente o anseio paranista.

Além de realizar esses eventos, outro elemento de destaque a respeito do museu nas edições do jornal foram as consecutivas visitas de personalidades notáveis do período. Entendemos que essas visitas são o ponto de encontro entre as duas temáticas separadas por nós: o museu como local de reunião da sociedade curitibana e enquanto um espaço de exaltação do estado do Paraná. Assim, como decorrência desses encontros entre políticos e intelectuais, foram publicados no jornal *A Republica* diversos elogios, que foram tecidos não apenas ao Museu Paranaense, mas, principalmente, às belezas e às tecnologias da região expostas em suas salas.

Nessas visitas, observadas no periódico pelo menos de 1902 a 1919, há um padrão semelhante na textualidade veiculada pelo *A Republica*. Conforme lido na notícia de 6 de novembro de 1902:

> S. Ex. o Sr. Dr. Governador do Estado visitou hoje o *Museu Paranaense*, mostrando-se muito agradado da nova disposição das collecções.
>
> S. Ex. ali demorou-se mais de uma hora examinando tudo com vivo interesse.

Observamos, em um primeiro momento, a informação sobre a pessoa que visitou o espaço, no respectivo caso, o governador do estado, que acreditamos ser Francisco Xavier da Silva. Em seguida, as impressões gerais desse espectador, que obviamente são positivas.

O que lemos no jornal não é necessariamente genuíno, afinal, é um texto que passou ou mesmo foi criado por Romário Martins para ser publicado. Nesse sentido, aqui encontramos dois caminhos de análise que se entrelaçam: o primeiro percebe as ações do museu e que ocorreram no próprio

revista hydra

museu, enquanto o segundo se atenta à leitura do jornal sobre essas ações e sobre a instituição.

Vale lembrar o que Luis Pereira (1992, p. 62) apresentou sobre o Movimento Paranista em sua obra. Segundo o autor, o importante para os paranistas "não era retratar a realidade, mas construir uma imagem do real que, por sua força simbólica, se tornaria mais forte que o próprio real". Por conseguinte, esses elogios são fontes de grande importância para se analisar o passado, pois permitem compreender como se era buscado apresentar o Museu Paranaense a partir do jornal do órgão republicano do estado para seus leitores — e de um paranista para outro[9].

Entre as pessoas que apreciaram o espaço do Museu Paranaense, observamos, além de Francisco Xavier da Silva, o Dr. Alfredo Ferreira, fundador de um museu de História Natural na Argentina, que, em 18 de maio de 1904, "Visitando hontem o Museu Paranaense, teve elogios para o seu desenvolvimento e methodo, que, disse, não suppoz existir numa capital nova como a nossa" (A REPUBLICA, 1904). Há também a notícia do ministro francês Charles, em 1907, que também conheceu o Banco do Paraná e o Jardim de infância, "sahindo bem impressionado desses estabelecimentos" (A REPUBLICA, 26/08/1907). Os jornalistas italianos Prof. Angelo Bonfanti e Fernanda Pera de Bonfanti, em 1909, segundo Martins,

> (...) se disseram satisfeitos com a visita, applaudindo que o Estado mantenha um centro de informação e estudo como o Museu, onde o viajante encontra o subsidio de que precisa para conhecer das forças productoras e da riqueza natural do Paraná (A REPUBLICA, 25/02/1909).

Além do padrão entre os elogios, que expressam boa impressão pela existência de um espaço para guarda das riquezas históricas e naturais do estado, essas pessoas não são brasileiras. Nessas matérias, argentinos, franceses e italianos revelam o Museu Paranaense como uma das principais instituições do estado. Esses convidados, devido aos seus cargos políticos e intelectuais, e por serem estrangeiros, são considerados ilustres e motivo de destaque para o jornal ao visitarem o museu. Essa situação também se repete com a

[9] Isso não quer dizer que os elogios eram invenção do jornal, ou que o museu não era, realmente, interessante.

visita do agente japonês de colonização Takeo Goto, em 11 de novembro de 1910[10]; do escritor francês Paul Adam, em 4 de julho de 1912; do botânico sueco Pedro Dusén, em 15 de abril de 1914; e do naturalista alemão Ricardo Krone, em 29 de fevereiro 1917[11].

Apesar de existirem em número minoritário durante a década de 1910, as reportagens sobre visitação no museu também são realizadas com personalidades locais. Como exemplo, cita-se a visita de Pamphilo d'Assumpção, advogado e diretor do Comercio do Paraná, que foi veiculada com a escrita deixada por este no livro de visitantes:

> Na visita que hoje fiz ao Museu foi me dado o prazer de examinar collecções ainda não expostas que enriquecem este estabelecimento, maxime a da flóra paranaense, cuidadosamente organisada e classificada. Com satisfação constatei que o illustre patricio Coronel Romario Martins procura angmentar com carinho e solicitude as collecções do Museu que tão competentemente dirige (A REPUBLICA, 10/07/1916)

Nesse excerto é clara a relação entre o sucesso do museu, o Paraná e Romário Martins. Os três pontos são vinculados ao afirmar que as coleções musealizadas expressam a rica flora paranaense e foram compostas pelo trabalho árduo de Martins.

Até o presente momento, fica evidente nossa hipótese acerca da constituição da identidade paranista no Museu Paranaense e vice-versa. Isso é evidenciado pela sociabilidade apresentada pelo espaço, em que se percebe a possibilidade de diálogo entre os paranistas e seus convidados, como também pelas visitas e elogios tecidos por essas pessoas à instituição, uma vez que o museu passa a servir de exemplo para se observar as riquezas do Paraná. De acordo com o lido até o momento, sabemos que o estado seria possuidor de rica natureza, ao mesmo tempo que teria a capacidade de modernizar e realizar o progresso científico de suas cidades.

Ademais, junto desse argumento, ainda se observa no jornal a incorporação feita pelo Museu Paranaense de objetos doados para as suas coleções. Isso é feito com o objetivo de legitimar o passado do estado e de perpetuar na história os nomes de seus grandes heróis.

---

[10] Todas as datas citadas são referentes às edições respectivas do Jornal *A Republica*.

[11] Segundo o jornal, junto de Dussen — que doou seus volumes escritos sobre exemplares da botânica da região —, a visita foi realizada por políticos paranaenses.

Entre esses itens doados, encontramos uma "chave molgada por bala de Barão do Serro Azul", que, segundo *A Republica* (22/12/1921), estaria presente no bolso do Barão quando assassinado na Serra do Mar, em 1894; e também objetos pertencentes ao tenente Carlos Andrade Neves (A REPUBLICA, 20/08/1920).

Barão do Serro Azul, de acordo com o jornal, foi assassinado injustamente[12] ao tentar salvar Curitiba das tropas federalistas, enquanto o tenente Carlos Andrade Neves seria um ilustre paranaense morto durante a Primeira Guerra Mundial, na França, "que deixou a vida batalhando em defesa de sua paixão pela liberdade humana"[13].

Por fim, encaminhando para as conclusões de nosso texto, na edição de 1919 de *A Republica*, lemos a matéria intitulada "Visita de Romário Martins e Raul Pericles ao Museu Paranaense" (A REPUBLICA, 28/08/1919). Nesse escrito, observamos uma forma de sintetizar grande parte do pensamento expresso em nosso artigo até o momento:

> O Museu Paranaense
> Uma visita ao notavel estabelecimento
> Impressão indelevel
> (...)
> Tendo o seu nome particularmente ligado á história do Paraná pelas rebuscas a que se tem devotado relativamente á descoberta e á catalogação de quanto respeita ás tradições de toda ordem de sua terra, desde os feitos heroicos dos seus antepassados ao mais complicado discernimento dos factores ethnicos que actuaram mais fortemente na constituição do povo paranaense, muito se parecendo com o nosso pranteado Irineu Pinto, a quem tanto deve a historia da Parahyba -- o Romario entendeu de levar-nos ao Museu Paranaense, de sua direcção, para que assim podessemos robustecer o nosso conceito da terra dos pinheiros e das araucarias por uma informação mais precisa de coisas ao alcance do nosso raio visual.
> Eram dez horas quando ambos penetramos no edifício do Museu e ao transpor logo o seu humbral fomo-nos possuindo desse extasiamento

[12] A partir do texto veiculado, podemos observar a constituição do contraditório personagem como um herói paranaense, pois "O sr. Ildefonso Serro Azul ofereceu ao Museu Paranaense um objecto que sua digníssima progenitora a veneranda patrícia senhora Baronesa do Serro Azul, conservou sempre, como preciosa relíquia de um dos dias mais tristes de nossa história e do seu boníssimo coração tão comoventemente torturado" (A REPUBLICA, 22/12/1921).

[13] Aqui vale atenção para o tenente Andrade Neves, um dos poucos brasileiros que atuou na Primeira Guerra. Paranaense, membro da Missão Aché, faleceu de gripe espanhola em 1918, na França.

> que nem sempre podemos conter quando o propelle a vibração de uma forte emoção.
> Em primeiro logar attrahiu-nos a distribuição perfeita de tudo quanto se encontra exposto naquelle departamento publico do Paraná, o que nos mereceu o louvor franco e sincero.
> Embora soubessemos da existencia no Paraná do seu importante Museu, bem longe eramos de suppor que elle fosse um estabelecimento scientifico de tão relevante valia.
> (...)
> Distribuindo em secções, cuja ordem não podemos conservar nestas lettras, por maior que seja o nosso esforço mnemonico nesse sentido, o Museu Paranaense é um dos mais ricos estabelecimentos nas raridades de sua especie.
> [...]
> Acham-se methodicamente colleccionados todos os symbolos de vidas já vividas, de tradições e de costumes desapparecidos, o que resulta dessa admiravel capacidade organisadora de Romario Martins.
> [...]
> De modo que de tudo o que vimos no Museu Paranaense nos ficou esta impressão que aqui deixamos registrada, para que outros a procurem e que não pôde ser levado a bom termo pela deploravel insufficiencia das nossas lettras e do nosso pensamento.
> Raul Pericles.

De acordo com Raul Pericles[14], o Museu Paranaense estaria diretamente ligado à História do Paraná, afinal, buscava descobrir e catalogar tradições, feitos heroicos e fatores étnicos do passado do estado. Segundo suas impressões ao conhecer o espaço, as raridades presentes no museu e seu conteúdo científico de grande valia causaram nele um deslumbramento. Assim, para além de enaltecer o Museu Paranaense, também evidenciou a figura de Romário Martins[15] como o responsável por essa organização e grandiosidade.

A instituição seria um importante local para se enriquecer de conhecimento e reconhecer o passado, pois, nas palavras de Péricles, o Museu Paranaense seria "um dos mais ricos estabelecimentos nas raridades de sua espécie".

[14] O autor dessa matéria é Raul Péricles, nome encontrado diversas vezes no jornal *A República*. Ele foi autor de outros textos sobre sociedade e política, além de ter publicado anúncios como advogado. Segundo o mesmo periódico, ele também foi juiz municipal de São José dos Pinhais/PR.

[15] Devido à sua competência, assemelhava-se a Irineu Pinto (1881-1918), importante nome da cultura e história paraibana no início do século XX. Irineu Pinto, entre diversas coisas, foi fundador do Clube Benjamin Constant e um dos sócios fundadores do Instituto Histórico Geográfico Paraibano — assim como Martins, que foi fundador do Instituto Histórico Geográfico Paranaense.

revista hydra

Nesse texto são levantadas as principais tópicas paranistas, isto é: tradição e heróis do estado; o Paraná como terra dos pinheirais; e o esforço de Romário Martins ao catalogar e procurar construir conhecimento sobre os itens do museu. Essas temáticas relacionadas acabam por demonstrar parte dos ideais expressos pelo movimento, uma vez que correlacionam o passado, o presente, a flora paranaense, a grandiosidade das instituições, o trabalho de seus intelectuais e a destreza de Martins.

Considerações finais

Diante do trabalho com o jornal *A Republica*, acreditamos ter contribuído para a historiografia paranaense ao analisarmos as relações entre o Paranismo e o Museu Paranaense a partir da sociabilidade curitibana, temática pouco explorada nas produções bibliográficas.

Nesse sentido, destacamos como alguns dos resultados de nosso texto: i. a percepção das funções e relevância do Museu Paranaense para a cidade de Curitiba — incluindo o conhecimento de parte dos encontros realizados na cidade; ii. as relações entre as temporalidades passado, presente e futuro, constituídas pela instituição e também muito pensadas pelo Paranismo; iii. a associação paranista corrente no Museu Paranaense a partir dos conceitos de cognitivo e afetivo; e iv. a compreensão de que os elogios realizados à instituição eram, ao mesmo tempo, para o museu e para estado do Paraná.

A fim de constituir nossa argumentação de maneira clara, separamos aqui esses tópicos citados. Contudo, é impossível pensá-los separadamente, pois, direta ou indiretamente, são vinculados e/ou resultados um do outro. Acreditamos que, ao entendermos a função e relevância do museu para a cidade de Curitiba, também percebemos que a instituição não seria apenas um espaço de memória, de "guarda" dos objetos de nossa terra, mas um local para realização de eventos e, por conseguinte, de sociabilidade. Essas relações intersubjetivas ocorridas dentro desse espaço provavelmente proporcionaram a criação de diversas ideias, conflitos e amizades, além de colaborarem para a fixação dos ideais paranistas no respectivo contexto curitibano.

revista hydra

Ao observarmos o museu como um espaço vivo e dinâmico, percebemos, dentro dele, as possibilidades intertemporais e afetivas paranaenses dispostas. Isto é, ao tocar temas e períodos diversos, junta-se o cognitivo, suas produções científicas, salas e acervo de etnologia, antropologia, história natural e outras mais, ao afetivo.

Criado como gabinete de curiosidades, o museu, ao longo dos anos, foi se reformulando, mas desde o início esteve implicitamente vinculado aos sentimentos de nação, pertencimento e nostalgia. A volta ao passado pelo presente, longe de ser uma ação infrutífera ou ingênua, esteve repleta de objetivos, anseios e tensões — momento em que se escolhe o que se pretende recuperar e contar como história. No caso do Museu Paranaense, conforme lemos na historiografia e no jornal *A Republica*, buscou-se rememorar itens diversos sobre o Paraná, nos quais se encontravam acervos em que se configuravam heróis, belezas naturais e a comprovação desse grande passado.

A constituição da identidade paranaense, assim, foi estimulada pelo museu a partir do acervo exposto, de suas ações em prol da constituição de conhecimento científico acerca do estado, de seus elogios tecidos ao Paraná, de ser um espaço de memória e sociabilidade. Nesse sentido, a gestão de Romário Martins foi essencial para o fortalecimento e a propagação dos ideais paranistas, ao menos no cenário intelectual curitibano. O historiador usufruiu de seu posicionamento enquanto diretor para fazer desse espaço museal um local de divulgação de suas concepções e das percepções dos grupos sociais em que estava inserido.

Referências bibliográficas

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os Primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição pública. São Paulo: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, v. 17, p. 281-315, 1998.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga. Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná: 1853 - 1953. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CARNEIRO, Cíntia Braga. O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná. Curitiba: SAMP, 2013.

FONSECA, Barbara. Paranismo, neo-paranismo e as mídias sociais: um estudo dos símbolos paranaenses na gestão Greca a partir do Facebook (2016–2021). Temáticas, v. 29, n. 58, p. 192-222, 2021.

FONSECA, Barbara. Entre Colunas e Pinheiros: a Recepção da Antiguidade nas obras paranistas de João Turin (1927-1930). 133 f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla. Fontes Históricas. 2aed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Romário. Paranistica. In: A DIVULGAÇÃO. Curitiba. fev-mar. 1946.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. In: ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS, 10., 2018, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: SISEM, 2018.

MUSEU PARANAENSE. Boletim do Museu Paranaense. Curitiba: Museu Paranaense, n. 1, p.4, 1904.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Paranismo: o Paraná inventado: Cultura e imaginário no Paraná da I Republica. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PILOTTO, Osvaldo. Cem anos de imprensa no Paraná (1854 - 1954). Curitiba: IGPEH, 1976.

RODRIGUES, Ricardo Carvalho. Caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade. Curitiba: SAMP, 2018.

SALTURI, Luis Afonso. O movimento paranista e a revista Illustração Paranaense. Temáticas, Campinas, 22, pp.127-158, fev./jun. 2014.

Fontes

A REPUBLICA, 08/09/1902

A REPUBLICA, 06/11/1902

A REPUBLICA, 19/08/1903

A REPUBLICA, 18/05/1904

A REPUBLICA, 03/08/1904

A REPUBLICA, 26/08/1907

A REPUBLICA, 14/05/1908

A REPUBLICA, 25/02/1909

A REPUBLICA, 10/07/1916

A REPUBLICA, 08/04/1919

A REPUBLICA, 02/06/1919

A REPUBLICA, 28/08/1919

A REPUBLICA, 19/07/1920

A REPUBLICA, 22/12/1921

A REPUBLICA, 22/12/1921

A REPUBLICA, 27/12/1921

DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1883, ed. 69

revista hydra

AIDS EM MANCHETE: AS CARTAS DOS LEITORES DA REVISTA MANCHETE SOBRE A EPIDEMIA DE AIDS (1985-1990)

Frederico Renan Hilgenberg Gomes[1]

Georgiane Garabely Heil Vázquez[2]

Resumo: Este artigo problematizou, a partir de uma perspectiva histórica, como a epidemia de Aids foi apresentada na revista *Manchete* durante os anos de 1985 a 1990. Para tanto, foram utilizadas como documentação de análise as cartas de leitores enviadas para a revista durante o período, totalizando 47 ocorrências de cartas com a temática HIV/Aids. A metodologia utilizada foi de análise de discurso, tendo como foco os debates de Fausto Neto (1991) sobre olimpianos. O objetivo central foi verificar como os leitores da *Manchete* interagiram com tal temática por meio da revista e quais foram os subtemas gerados a partir das reportagens sobre Aids publicadas no periódico. Percebeu-se uma maior participação no envio de cartas realizadas por leitores da região Sudeste do país. As temáticas das cartas enviadas foram variadas ao longo do recorte temporal, sendo as principais abordadas neste texto.

Palavras-Chave: Aids; Revista *Manchete*; Cartas dos Leitores; Olimpianos.

AIDS IN THE HEADLINES: THE LETTERS FROM THE READERS OF MANCHETE MAGAZINE ABOUT THE AIDS EPIDEMIC (1985-1990)

Abstract: This paper has problematized, from a historical perspective, how the AIDS epidemic was presented in *Manchete* magazine during the years 1985 to 1990. To do so, letters from readers sent to the magazine during the period were used as documentation for analysis, totaling 47 occurrences of letters with the HIV/AIDS theme. The methodology used was discourse analysis focusing on Fausto Neto's (1991) discussions about Olympians. The main objective was to verify how the readers of Manchete interacted with such theme through the magazine and the sub-themes generated from the articles on Aids published in the periodical. It was noticed a higher participation of readers from the Southeast region of the country and the themes of the letters sent were varied throughout the time period, being the main ones discussed in this text.

Keywords: Aids; *Manchete* magazine; Letters from Readers; Olympians.

[1] Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: frhg.fred@gmail.com.

[2] Doutora em História. Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: profgeorgiane@hotmail.com.

Introdução

A seção de carta dos leitores de um periódico é um dos pontos mais interessantes desse veículo de imprensa, pois é nesse ponto que o público leitor, de alguma forma, aparece dando sua opinião sobre temas tratados dentro da publicação. Pensando nesse sentido, o presente artigo buscou analisar o que motivava os leitores da revista *Manchete* a escreverem sobre a Aids para o semanário na segunda metade da década de 1980.

A *Manchete*, como um dos principais veículos de imprensa da segunda metade do século XX, desempenhou um papel preponderante na difusão de informações sobre a epidemia de Aids, e, quase como consequência, seus leitores também produziram sentidos sobre essa "nova doença". O material aqui analisado foram as cartas dos leitores do segundo quinquênio da década de 1980, período que começaram a ser veiculadas missivas sobre a síndrome no semanário.

O principal conceito aqui trabalhado foi o de olimpianos proposto por Edgar Morin (1997 *apud* BITTENCOUT NETO e PERSICHETTI, 2010), porém o teórico que mais foi utilizado foi Antônio Fausto Neto (1991), pois ele tem uma ampla produção relacionando o conceito de olimpianos e a epidemia de Aids. A utilização desse conceito se deu devido ao próprio levantamento das cartas dos leitores, uma vez que a vida de famosos foi a principal temática abordada por quem escreveu sobre a epidemia para a *Manchete*.

As primeiras notícias sobre a Aids

No dia 5 de junho de 1981 foi publicado um artigo no *Morbidity and Mortality Weekly Report*[3] *(MMWR)*, nos Estados Unidos da América (EUA), que relatava o fato de cinco jovens, sem relações entre si, moradores de *Los Angeles*, homossexuais e sem histórico prévio de imunodeficiência, apresentarem infecção pulmonar por *Pneumocystis carinii* (PPC), infecção que só seria possível devido à baixa imunidade. Outras doenças oportunistas também foram identi-

[3] Tradução nossa: Relatório Semanal de Morbidade e Mortalidade. Boletim epidemiológico dos EUA, editado pelo Centro de Controle de Doenças e Prevenção — *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC).

ficadas, como candidíase oral e citomegalovírus (CMV). Era o primeiro registro científico oficial da Aids na história (NASCIMENTO D., 2005, p. 81; LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2015).

Atualmente, é de conhecimento da comunidade científica que a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, a Aids, é causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e que suas vias de transmissão são a sexual, sanguínea e vertical (VÁZQUEZ e GOMES, 2021). Porém, no início dos anos 1980, não se sabia a causa da "nova doença" nem como se dava a sua transmissão, mas, o que era reiterado, é que acometia "pessoas estranhas", ou seja, pessoas que fugiam do padrão heteronormativo de sexualidade, trabalhadores do sexo e usuários de drogas injetáveis (UDI) (SONTAG, 1989; NASCIMENTO D., 2005, p. 82).

Contudo, não foi somente o campo médico-científico que produziu sentidos e tentou explicar a Aids. A imprensa teve um papel preponderante numa construção social da síndrome, pois foi o meio pelo qual grande parte da população se informava sobre a nova epidemia (NASCIMENTO D., 2005; DIAS, 2012). A primeira notícia na imprensa brasileira sobre a síndrome data de 5 de julho de 1981, realizada pelo *Jornal do Brasil*, ainda sobre o desenrolar da nova enfermidade nos Estados Unidos (NASCIMENTO D., 2005; LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2015). "Portanto, além de fenômeno biológico que atinge os corpos físicos, a Aids é um fenômeno discursivo que vai se disseminando pelas páginas das revistas, submetida a estratégias enunciativas específicas que a semantizam" (CASTRO, 2005, p. 3).

A revista *Manchete* foi uma das principais publicações da Bloch Editores (1952-2000). Idealizada por Adolph Bloch (1908-1995) e lançada no mercado editorial em 1952, era um semanário de variedades, falando da intimidade das celebridades até os complexos jogos de poder. A revista esteve presente na história brasileira durante toda a segunda metade do século XX (NASCIMENTO G., 2020), e com a Aids não seria diferente.

A revista *Manchete* tinha como um dos principais focos abordar a vida de celebridades, tanto que um padrão de suas matérias de capas era estampar figuras como a apresentadora Xuxa, a princesa Diana, o fute-

bolista Pelé, o ex-presidente Juscelino Kubitscheck, entre outros (GONÇALVES e MUGGIATI, 2008; GOMES e VÁZQUEZ, 2022). Tanto Morin (1997 *apud* BITTENCOUT NETO e PERSICHETTI, 2010) como Fausto Neto (1991) definiram essas pessoas, que ganham destaque no meio midiático, como olimpianos.

Os olimpianos são figuras criadas e transformadas em "heróis" e "mitos" pela cultura de massa, são rostos conhecidos do cinema, da música, da literatura, da política e, no Brasil, especialmente, da televisão (FAUSTO NETO, 1991; BITTENCOUT NETO e PERSICHETTI 2010; ALVES, 2016; GOMES e VÁZQUEZ, 2022). "Conjugando a vida quotidiana e a vida olimpiana, os olimpianos se tornam modelos de cultura no sentido etnográfico do termo, isto é, modelos. Encarnam os mitos de autorrealização da vida privada" (MORIN, 1997, p. 107 *apud* BITTENCOUT NETO e PERSICHETTI, 2010, p. 106).

Ao mesmo tempo que essas pessoas são alçadas quase ao nível de divindades contemporâneas, elas têm suas vidas privadas atravessadas por essa mesma mídia. A privacidade dos olimpianos está em constante vigilância e escrutínio da imprensa. Os olimpianos são "(...) seres cuja vida privada é de certo modo pública, cuja vida pública de certo modo é publicizada, cuja vida real de certo modo é mítica" (RODRIGUES *apud* FAUSTO NETO, 1991, p. 15-16). Isso ocorre porque essas celebridades não representam mais apenas a si mesmas, mas sim ideias, como, por exemplo, os ideais de feminilidade e masculinidade.

As vidas dessas celebridades são encaradas, então, como mais uma mercadoria, e os meios de comunicação utilizam-se delas para alavancar suas vendas. Nesse sentido, as informações sobre esses olimpianos antigamente passavam pelo filtro familiar para resguardar alguma discrição ou conforto, porém, na contemporaneidade, não há mais esses limites e se busca a espetacularização através da força do drama e da tragédia (FAUSTO NETO, 1991). Dessa forma, as histórias de celebridades soropositivas na década de 1980 era um chamariz para a mídia e o público leitor.

A primeira vez que a epidemia apareceu nas páginas da *Manchete* foi na edição 1.551, de 9 de janeiro de 1982, com a tradução de uma reportagem da revista *Time*, "A *misteriosa doença dos homossexuais*" (VÁZQUEZ

e GOMES, 2021). Já a primeira vez que o semanário veiculou uma matéria sobre um caso de Aids em um brasileiro foi em 18 de junho de 1983, edição 1.626, assinada por Hélio Carneiro, que tratava sobre a morte de Marcos Vinícius Resende Gonçalves, "*A morte prematura de Markito*". Contudo, a primeira carta do leitor versando sobre a Aids só foi localizada em 1985, mais especificamente na edição 1.736, de 27 de julho. Nela, a leitora parabeniza a revista pela cobertura da epidemia (ALVES, 1985, p. 31). Ao todo, de acordo com o atual levantamento, na década de 1980, foram veiculados 253 textos sobre a epidemia na revista, dentre notícias, reportagens, artigos de opinião, entre outros. Além disso, a revista contou com 47 cartas dos leitores.

O Leitor em Manchete

Sérgio Roberto Costa (2014, p. 61), no *Dicionário de gêneros textuais*, definiu a carta do leitor como uma variação do gênero Carta, porém a do leitor é "geralmente de opinião (argumentativa), circula em jornais e revistas, já que o leitor a envia para manifestar seu ponto de vista sobre matérias que leu". A carta do leitor, então, pode ser enquadrada como parte do jornalismo opinativo, uma vez que esse gênero textual se baseia na opinião de agrado, desagrado, sugestivo, ou concordância do autor sobre determinado tema (MEDEIROS, 2009; NUNES, 2017; GUARALDO, 2020).

Os nomes podem ser os mais variados: "carta do leitor", "painel do leitor", "espaço do leitor", entre outros. A *Manchete*, em suas quase cinco décadas, nomeou a seção com seis nomenclaturas diferentes: *Manchete Responde* nas primeiras edições, mas logo mudou para *O Leitor em Manchete*, variando sem o artigo na frente. Esta última forma vai ficar vigente até metade dos anos 1990, quando mudou para *Linha Direta*. Também foi a partir da década de 1990 que a revista passou a contar com uma subseção apenas para os textos que chegavam de forma *on-line*, intitulada *Manchete na Internet* e, por fim, o derradeiro nome, *Sr. Editor*.

Lygia Trouche (2010) pontuou que as cartas dos leitores se caracterizam pelo estilo de comunicação "*in absentia*", geralmente em parágrafos delimitados e tendo seu conteúdo interagindo de alguma forma com o veículo

de comunicação. As cartas da seção *Leitor em Manchete* eram organizadas em uma única página da revista, às vezes dividindo o espaço com alguma publicidade. Assim, elas eram precedidas por um enunciado indicando qual seria a temática. As cartas, em si, contavam com, em média, 5 a 15 linhas, e logo após o texto eram apresentados a autoria, a cidade e o estado de quem escreveu.

A seção de cartas dos leitores de um veículo de imprensa é um ponto importante e interessante de ser analisado, pois é nessa parte que o leitor sai da figura passiva, de receptor, e passa para uma postura ativa, em que coloca a sua opinião sobre determinado tema. Não que a opinião dos leitores não pudesse aparecer em outros espaços da revista, como as enquetes, por exemplo, mas é na seção das cartas que essa voz consegue ser "ouvida mais alta". Essa seção vai contar com um número grande de pessoas escrevendo para redação, de todos os lugares do país, idades e gêneros (FAUSTO NETO, 1999; NUNES, 2017).

Como lembra Eni Orlandi (2000), nenhum discurso existe em si mesmo, pois ele é tocado por outros e influencia outros tantos. Essa noção da intertextualidade é importante para a análise das cartas dos leitores, uma vez que é umas das características desse gênero textual. As cartas dos leitores são, essencialmente, intertextuais, pois, de um ponto de vista mais prático, elas fazem referência a matérias, reportagens, entrevistas, enfim, textos da própria publicação, mas também porque os leitores se informam para além daquele veículo de informação. Dessa forma, eles trazem em seus discursos suas crenças, ideologias e preconceitos (GUARALDO, 2013; 2020).

Ao analisar as cartas, é preciso lembrar que elas passaram por uma triagem até chegarem na edição das bancas. Em uma redação são recebidas inúmeras cartas (ou, atualmente, *e-mails*), porém nem todas elas são publicadas, pois é preciso manter em seguimento a linha editorial do periódico, e uma vez escolhida essa carta, ela passa também por uma edição, principalmente em relação à norma culta, ou cortes de algumas partes (JESUS, 2009; GUARALDO, 2013; COSTA, 2014). Dessa forma, o leitor "interfere" de forma casual na publicação, uma concessão do periódico, em um espaço pequeno e restrito.

revista hydra

Para efeitos comparativos, na edição de 1.736, a primeira a veicular uma carta do leitor sobre a Aids, a seção das cartas dos leitores ocupava metade de uma página, dividindo o espaço com uma publicidade da própria *Manchete*, ocupando menos de 1% do total das 124 páginas do número em questão. No entanto, essa mesma edição contava com 25 páginas de publicidade, perfazendo algo em torno de 20% do total da revista.

Mas mesmo passando por todo esse processo de triagem e edição, as cartas dos leitores são elementos muito "reveladores" da cultura de um povo em um determinado espaço-tempo, revelando-se, assim, uma excepcional fonte para o trabalho de historiadores da saúde, uma vez que as inúmeras cartas vão revelar temas que afligiam as populações, bem como os grandes debates de um tempo (TROUCHE, 2010). É por essa característica polifônica que as cartas dos leitores da *Manchete* foram escolhidas. Com esse material em mãos, tornou-se possível entender como a imprensa, esse grande palco em que discursos disputam e performam seus ideais, mediou esse debate sobre a epidemia de Aids e quais eram os temas que as pessoas mais se preocupavam.

Metodologia

Para a seleção das cartas dos leitores da *Manchete* durante os anos de 1985 a 1990, que versaram sobre a Aids, foi utilizado o acervo digital disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), e, dentro da HDB, foi utilizado o próprio sistema de busca de termos. Os termos pesquisados foram: "AIDS" e "HIV".

Em seguida, foi realizada a leitura de todo o material da revista que apresentou correspondência aos termos pesquisados. Ao todo, durante o período de 1982 a 1990, foram levantados 253 textos que faziam referência à Aids, para além das cartas dos leitores, que, sozinhas, contabilizaram 47 ocorrências. Após a identificação dessas cartas, elas foram transcritas para auxiliar na catalogação e análise.

Tanto os textos em geral quanto as cartas foram organizados em tabelas. A tabela referente às cartas contou com os campos: "edição", "ano", "identificação", "tema", "autor(a)", "gênero" e "local". Com os dados da ta-

bela, foi possível verificar a localidade e o gênero da maior parte de quem escrevia para a *Manchete*. Dessa forma, vislumbrou-se quem eram as pessoas que liam e se interessavam pela Aids na revista. Em relação ao recorte temporal da pesquisa, os anos de 1987 e 1990 contaram com as maiores ocorrências, 12 cada ano, e o ano de 1986 com o menor número, quatro no total, como pode ser visualizado no Gráfico 1:

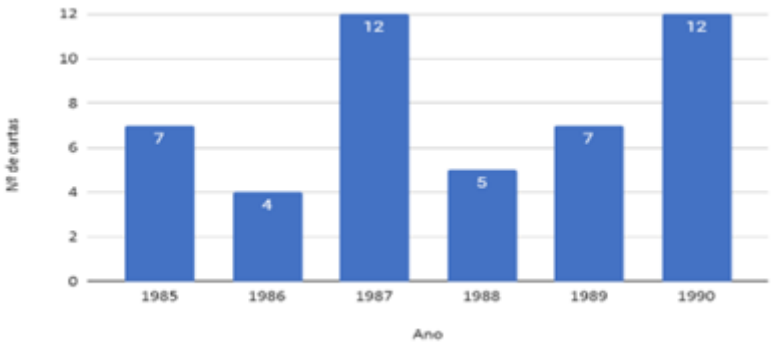


Gráfico 1 – Número de cartas dos leitores da revista Manchete sobre a epidemia de Aids distribuídos durante os anos de 1985 a 1990.
Fonte: Os autores.

Para o escopo deste artigo foram consideradas apenas as cartas dos leitores da *Manchete* da segunda metade da década de 1980, pois o principal objetivo é verificar como ocorreu a recepção da cobertura da epidemia de Aids da/na revista e entender como funcionava a relação dos leitores com a publicação naquele momento histórico de início da descoberta da Aids. Sendo assim, as cartas dos leitores são excelentes para perceber isso, pois são escritas por diversas pessoas do país inteiro. Também buscou-se perceber a polifonia, ou não, de discursos presentes nessas cartas, a fim de reconstruir, ao menos parcialmente, aquilo que foi narrado como epidemia de Aids nos anos 1980.

As temáticas estabelecidas para as cartas foram criadas pelos autores após a leitura delas, o que permitiu criar relações para a análise do conteúdo, comparando-as entre si. Ao todo, foram levantados 24 temas[4], sendo que Famoso (12), Agradecimentos (10) e Morte (5) tiveram os maiores números de ocorrências, como evidencia o Gráfico 2:

[4] No Gráfico 2 só foram representadas as temáticas que possuíam mais de uma ocorrência para melhor visualização, as que ficaram de fora são: Doença, Vírus, Comentário, Comportamento, Premiação e Infância.

revista hydra

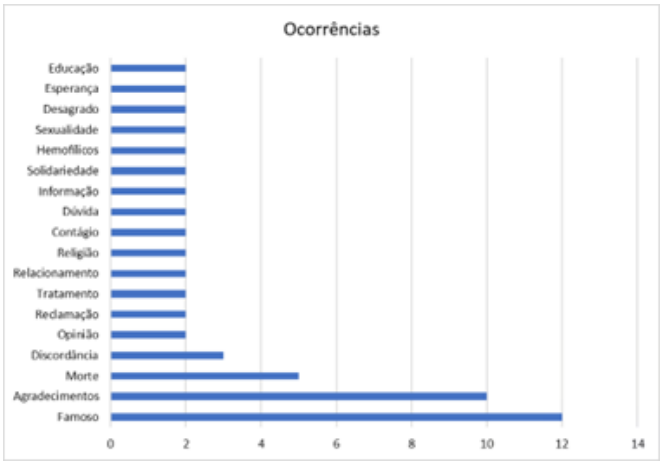


Gráfico 2 – Distribuição das cartas de leitores em relação às temáticas levantadas
Fonte: Os autores.

Nesse sentido, o enfoque da análise do artigo recaiu nas três maiores ocorrências, pois, juntas, representam as maiores temáticas sobre a Aids na *Manchete*. Um ponto importante é que, na categorização, uma mesma carta poderia se referir a mais de uma temática, como morte e famoso, por isso, esse texto foi categorizado com as duas temáticas.

A Aids em Manchete

Realizado o levantamento, foi possível notar alguns elementos interessantes. O primeiro deles foi a identificação do porquê das cartas sobre a Aids só começarem a ter ocorrências em 1985, sendo que as reportagens da *Manchete* já falavam sobre a epidemia desde 1982. Essa maior incidência de textos sobre a Aids a partir de 1985 não ocorre apenas na seção de cartas, mas na revista como um todo. Foi a partir desse ano que ocorreu um aumento de casos de Aids pelo país. Consequentemente, um número maior de matérias, reportagens, dossiês etc. sobre a epidemia foi produzido pela imprensa, especialmente na *Manchete*.

Além da própria revista ter abordado mais essa temática em suas páginas, foi em 1985 que pessoas muito conhecidas pelo grande público, principalmente do meio artístico, começaram a relatar sua condição de portadores do HIV, sendo que um dos casos mais emblemático foi do ator hollywoodiano Rock Hudson (1925-1985) (VÁZQUEZ e GOMES, 2021). Um terceiro ponto que pode ser posto para entender a relevância do ano de 1985 é trazido por Érica Lima (2021). Segundo a autora, nesse ano ficou mais evidente, ganhando di-

mensões nacionais, o trabalho da sociedade civil de informação e prevenção sobre a Aids, o que acabou tornando cada vez mais difícil ignorar essa questão de saúde pública.

Retornando ao levantamento, foi possível verificar outras questões, como: quem era o público da Manchete? Por ser uma revista de variedades, seu público leitor também era bem diverso, mas, ainda assim, havia a predominância de um tipo de leitor. Por isso, verificaremos como ocorria a distribuição desses leitores geograficamente.

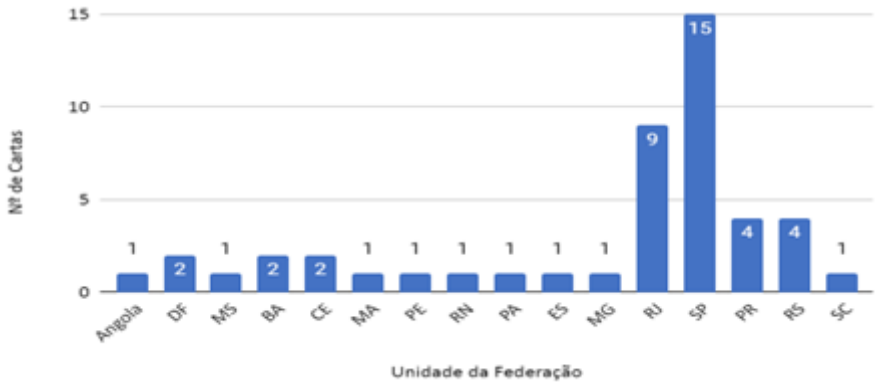


Gráfico 3 – Distribuição de cartas dos leitores sobre Aids por Unidade da Federação e regiões entre os anos de 1985-1990.
Fonte: Os autores.

No Gráfico 3 é possível verificar, no eixo X, as unidades da federação, agrupadas por região, que tiveram pessoas escrevendo sobre a Aids para a *Manchete*; e no eixo Y, é possível verificar quantas cartas vieram de cada estado. Durante esse recorte temporal somente vamos ter um registro de uma carta de fora do país, onde um angolano questionou qual seria a relação entre a Aids e o Carnaval brasileiro (PIMENTEL, 1987, p. 34). Em relação às regiões, é possível verificar que a região Sudeste conta com um grande número de participação, sendo São Paulo e Rio de Janeiro os estados com mais cartas enviadas, 15 e 9 cartas respectivamente. A região Sul aparece em segunda colocação, seguida do Nordeste, Centro-Oeste e uma única carta da região Norte do país.

Essa discrepância entre a região Sudeste e o resto do país pode ser entendida por três motivos: 1. a sede da *Manchete* era no Rio de Janeiro e, com isso, situações envolvendo o eixo Rio-São Paulo ganhavam maior destaque; 2. a importância econômica e cultural que ambos os estados desem-

penham no país; e 3. São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a registrar casos de Aids, sendo responsável pela maioria dos casos até a virada da década. Porém essa diferença de número de leitores não se restringe somente às regiões, como pode ser visto no Gráfico 4:

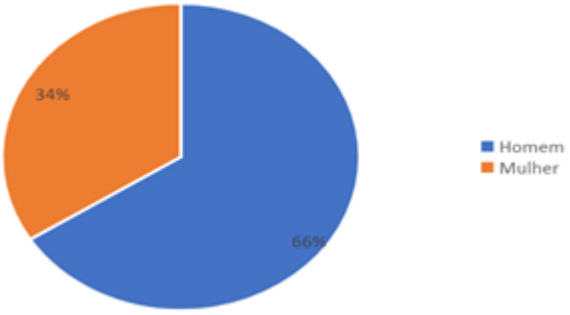


Gráfico 4 – Proporção de cartas escritas por homens e mulheres sobre Aids na Manchete entre os anos 1985-1990.

Fonte: Os autores.

Nesse gráfico é possível verificar que a maioria das pessoas que escreveram para *Manchete*, ao menos sobre a epidemia de Aids na segunda metade da década de 1980, era composta de homens. Ao todo, eles escreveram 31 cartas, contra 16 das mulheres. Com esse recorte não é possível definir com precisão o público leitor da revista, contudo, é bem sintomático que a maior parte das pessoas que escreveu para revista fosse de homens dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Tendo definido quem escrevia para a *Manchete* sobre a Aids, agora faz-se necessário compreender o que era abordado nessas cartas. No Gráfico 2, é possível visualizar que a principal temática relacionada à epidemia eram os famosos, tanto soropositivos, como os que atuavam de alguma forma na prevenção da enfermidade.

Os dois principais nomes que os leitores se referiam diretamente sobre as suas soropositividades e que foram capa da *Manchete* foi o ator estadunidense Rock Hudson (1925-1985) e o cantor brasileiro Cazuza (1958-1990). Ambos tiveram suas condições sorológicas estampadas em edições da revista duas vezes: Rock nos números 1.738, de 10 de agosto de 1985, e 1.748, de 19 de outubro do mesmo ano; e Cazuza nas publicações 1.934, de 13 de maio de 1989, e 1.996, de 21 de julho de 1990.

revista hydra

Rock era considerado o símbolo da heterossexualidade e do que deveria ser o homem estadunidense, porém, na metade da década de 1980, tornara-se de conhecimento da população em geral que Hudson estava com Aids e, quase como consequência, mais tarde foi revelada também a sua homossexualidade, características que não condiziam com o ideal construído em torno do ator. A real identidade do ator foi desvelada posteriormente pela mesma mídia que o construiu e o colocou no lugar de olimpiano.

Fausto Neto (1991), fazendo referência a Edgar Morin, também evidencia que uma característica desses olimpianos é que eles acabam se tornando mercadorias e isso abrangeria todos os aspectos das vidas desses *stars*: "'nenhum centímetro do seu corpo, nenhuma fibra de sua alma, nenhuma lembrança da sua vida que não possa ser jetada sobre o mercado', lembra Morin, é descartada, ao que acrescentaríamos também, a sua morte." (FAUSTO NETO, 1991, p. 47). Tanto que a *Manchete* fez uma vasta cobertura sobre a morte desses dois olimpianos em questão e os leitores reagiram a isso.

O ator americano foi a primeira pessoa famosa de grande destaque dos EUA que faleceu em decorrência das complicações da Aids, o que acabou gerando muitos debates da parte artística e na mídia. Contudo, sobre ele, apenas uma carta do leitor escrita em relação à edição 1.748 abordou sua morte:

> I. Não foi só Elizabeth Taylor que ficou triste com a morte de seu amigo. Nós todos, fãs de Rock Hudson, também vamos sentir muito a sua falta. Os cientistas precisam fazer logo alguma coisa para acabar com a AIDS, esta doença infame poderá causar outras mortes entre artistas de que tanto gostamos (PROENÇA e FONTOURA, 1985, p. 35).

Nessa carta é possível verificar que, além de Rock Hudson, a autora se refere à outra olimpiana, Elizabeth Taylor, amiga e colega de trabalho do ator. Assim como a atriz, a leitora se emocionou devido à morte de Hudson. Justamente pela cobertura da imprensa sobre a vida dessas celebridades há um laço de identificação que os leitores acabam criando com essas estrelas. Nesse sentido, a leitora ainda utiliza o espaço da carta para pedir que os cientistas se apressem em achar uma cura, antes que outros famosos partissem devido à Aids.

Cazuza, no entanto, contou com um número maior de cartas, cinco no total, três comentando sobre a edição de 1989 e outras duas em relação ao número que tratou sobre a sua morte em 1990. As primeiras foram veiculadas na publicação seguinte, 1.935, aquela que abordou sobre a resposta do cantor à matéria da revista *Veja*[5] (GOMES e VÁZQUEZ, 2022).

> II. A AIDS é um problema que interessa a toda humanidade. Os portadores do vírus devem ser tratados com respeito. Parabenizo a MANCHETE pela dignidade com que deu voz e vez ao nosso querido Cazuza. A sua luta tenaz pela vida é um exemplo para todos (VIEIRA, 1989, p. 96).
>
> III. O poeta Cazuza nos dá uma injeção de esperança a cada vez que aparece nos jornais, nas revistas e na televisão. MANCHETE, em seu número 1.934, ao mostrar o Cazuza em família, recebendo o extraordinário apoio dos seus pais, prestou um serviço a centenas de famílias brasileiras que vivem o mesmo drama. Fora da solidariedade, não há salvação (PINGITTORE, 1989, p. 96).
>
> IV. Só tenho duas palavras para me referir à edição passada de MANCHETE e para agradecer o momento de reflexão que vocês me proporcionaram: Cazuza me comoveu (RENNER, 1989, p. 96).

A relação de proximidade entre o público, pessoas comuns, e os famosos, olimpianos, também é refletida nessas cartas: "nosso querido Cazuza", "Cazuza nos dá uma injeção de esperança" e "Cazuza me comoveu". Dessa forma, também fica evidente uma característica do gênero carta do leitor, a agência dos leitores, uma vez que eles se colocam em primeira pessoa nos seus textos e usam aspectos emocionais para balizarem os seus argumentos. O cantor veio a falecer em 7 de junho de 1990 em decorrência da Aids, e a edição 1.996 da *Manchete*, que fez a cobertura sobre a sua morte, contou com duas cartas dos leitores na edição 1.999 de 11 de agosto de 1990:

> V. Com a morte de Cazuza encerrou-se um admirável ciclo de reportagens de MANCHETE sobre o compositor genial da MPB, vitimado pela AIDS. Foram diversas matérias enquanto ele padecia da doença e a reportagem final após sua morte. A palavra amiga redigida pela jornalista e amiga Ana Gaio, nesta edição, foi comovente. Exageros à parte, não há como negar que Cazuza foi um cometa

[5] A edição da *Veja* em questão é a 1.077, de 26 de abril de 1989, em que Cazuza estampou e foi veiculada com a manchete: *CAZUZA Uma vítima da Aids agoniza em praça pública*.

> que passou em nossas vidas (PACHECO, 1990, p. 67).
>
> VI. Não há dúvida que Cazuza foi um gênio musical, verdadeiro poeta maior de nossa MPB. Mas discordo da idolatria excessiva que fizeram em torno dele (RAMOS, 1990, p. 67).

Dois pontos importante de destacar aqui é que, por mais que o semanário realizasse a seleção de cartas pensando em manter a sua linha editorial, isso não significa que todas as missivas concordavam entre si. Muitas vezes, havia mensagens que abordavam o mesmo tema, mas com perspectivas diferentes, como é o caso das cartas V e VI. O segundo ponto é como a leitora da carta VI percebe justamente o processo de transformar o famoso, no caso Cazuza, em um olimpiano realizado pela imprensa. Nesse caso, a autora não faz, necessariamente, uma crítica direta à reportagem da *Manchete*, pois ela se refere de forma geral à imprensa, e aqui fica evidente o componente intertextual da carta dos leitores para além da produção do periódico que ela foi veiculada.

Retomando o Gráfico 1, é possível visualizar que os anos de 1987 e 1990 tiveram mais cartas dos leitores, e isso pode ser explicado pois, a década de 1980, de acordo com o levantamento realizado, foi o período com maiores ocorrências em geral sobre a abordagem da *Manchete* sobre a Aids (VÁZQUEZ e GOMES, 2021).

Em 1987 foram publicadas 12 cartas relacionadas à epidemia e o conteúdo dessas missivas foi muito diverso, porém a maioria dos textos eram para agradecer à *Manchete* sobre as informações trazidas sobre a Aids, agradecimentos à revista eram uma temática recorrente no semanário, como fica evidente no Gráfico 2. Inclusive uma série de reportagens que vai ser muito elogiada pelos leitores é o dossiê intitulado *AIDS – A Tragédia no Brasil*, de autoria da jornalista Márcia Mello Penna. Com as fotos de Carlos Humberto TCD, essa série de reportagens recebeu o prêmio Abramge[6] de Jornalismo no ano seguinte (VÁZQUEZ e GOMES, 2021). Um exemplo dessas cartas pode ser visto a seguir:

> VII. Excelente a série de reportagens que vocês estão publicando sob o título AIDS – A Tragédia no Brasil. O trabalho da repórter Márcia Mello Penna e do fotógrafo Carlos Humberto

[6] A sigla para Associação Brasileira de Medicina de Grupo atualmente faz referência à Associação Brasileira de Planos de Saúde.

> TDC esclarece e mobiliza o nosso povo para a maior calamidade que poderia afetar a humanidade. E o tema é tratado com seriedade e sem apelos. Parabéns a revista e a sua equipe de reportagem. (COUTO, 1987, p. 91).
>
> VIII. Na reportagem AIDS – A Tragédia no Brasil, diz-se que a Fiocruz é a única a realizar o teste Western Blot. Acho útil informar que os laboratórios Fleucy (SP), Weinmann (RS) e o Hemocentro daqui fazem o teste. (REIS, 1987, p. 34).
>
> IX. Entre várias reportagens que venho acompanhando na MANCHETE, uma me chama a atenção: a AIDS. Apesar de ser um jovem de 23 anos, sinceramente, fiquei chocado com algumas fotos (como do cabeleireiro Edgard). Mas acredito que tudo deva ser mostrado e dito, para esclarecer melhor este povo tão desinformado e apegado a falsos moralismo e preconceitos sem sentido. Não é condenando a homossexualidade, a prostituição ou os infelizes viciados que vamos resolver o problema. A doença é um fato e como tal deve ser encarada. O problema pode ser resolvido, ou pelo amenizado, através de esclarecimentos à população, por meio da imprensa, como foi feito nesta revista. Quero parabenizar pela coragem e ousadia, o casal vinte da reportagem: a repórter Márcia Mello Penna e o fotógrafo Carlos Humberto. (COSTA, 1987, p. 35).

Essas cartas e o prêmio da Abramge servem para mostrar como a *Manchete* construía seu discurso baseado no discurso médico. Por fazer isso, inclusive, ela teve seu trabalho reconhecido não só por uma instituição da área, mas também pelos leitores, através das cartas. Sendo assim, fica evidente que um dos principais papéis da imprensa era cumprido pela revista, o de informar. A própria seção de carta dos leitores funcionava como uma forma de informar, pois, na carta VIII, a autora utilizou-se desse espaço para complementar uma informação trazida por uma matéria.

Já no ano de 1990, também com 12 ocorrências, a principal temática que figurou nas cartas dos leitores foi, além da vida de famosos, a morte. Aqui há uma convergência importante de ser apontada, que é em relação à morte de Cazuza, que ocorreu nesse mesmo ano. Além disso, foi nesse período que apareceram os textos em primeira pessoa dos leitores relatando sobre as consequências da Aids.

> X. Meu irmão morreu de AIDS. Escrevo esta carta em homenagem a ele e a todos os que, por puro amor, se dedicam à busca de uma vacina contra esta peste mortal.

> Quero homenagear, até o macaco apresentado na capa da MANCHETE nº 1982 como melhor amigo do homem. Tenho fé em que os sacrifícios serão recompensados, e que a tragédia da AIDS será vencida. (SILVA, 1990, p. 96).
>
> XI. Como pai de um garoto hemofílico, que no mês passado morreu de AIDS, fiquei comovido com a reportagem AIDS, a vacina, na MANCHETE nº 1982. Claro, sei que a vacina está muito na área do sonho futurista, mas é maravilhoso o empenho dos pesquisadores, como se vê na capa e no texto interior da sua revista. Também fiquei comovidíssimo com o chimpanzé que inocentemente serve de cobaia, ajudando, quem sabe, a salvar muitas vidas. Este chimpanzé é um herói. (PERREIRA, 1990, p. 83).
>
> XII. Recentemente, um meu parente aidético morreu, e desde então passei a me comover mais fortemente com o drama da AIDS. A matéria sobre os dez anos de luta contra a peste, na MANCHETE nº 1970, coloca muito bem o problema. Fico grato a tanta gente que luta para livrar a humanidade dessa desgraça. (PORFÍRIO, 1990, p. 82).

As três cartas partem do lugar do luto, pela perda de um parente, irmão ou filho. Todas elas, além da dor, estão carregadas pela esperança de que, no futuro, a humanidade venha superar a Aids. É importante salientar que em quase uma década de epidemia, essas vão ser as primeiras cartas dos leitores em primeira pessoa, porém não houve cartas escritas por pessoas assumidamente soropositivas ao longo deste recorte temporal. Já nas missivas X, XI e XII é possível novamente identificar que os autores se utilizavam de experiências pessoais para dar fundamento às suas argumentações.

Considerações Finais

Não é novidade que as revistas, e os periódicos em geral, são uma excelente fonte para o trabalho de historiadores. Com esta pesquisa, queremos constatar a riqueza que o conjunto, em específico, das cartas dos leitores pode trazer para a pesquisa historiográfica. Revelando uma pluralidade de vozes e de discursos dentro do periódico que não é vista em nenhum outro espaço da publicação.

Com este artigo, conseguimos ter um vislumbre de quem era o público leitor da revista *Manchete*. Em relação à temática da Aids, tinha-se uma prevalência de homens e da região Sudeste e Sul do país escrevendo para o periódico. Além disso, a própria epidemia de Aids era um tema em disputa

pelos inúmeros discursos que se constituíam pela e na revista, uma vez que as pessoas conseguiam informações por outros meios e relacionavam com que a revista trazia, produzindo o seu próprio discurso (ORLANDI, 2000).

Contudo, constatou-se que a *Manchete* teve um importante papel no contexto da epidemia, funcionando como uma ponte entre o saber científico e a população em geral. Exemplo disso é a série de reportagens produzidas sobre a Aids pela revista e que foi premiada por uma instituição do campo médico. Essas reportagens também contaram com os agradecimentos dos leitores (cartas VII e IX).

Ainda, foi possível verificar que a seção *Leitor em Manchete* correspondia ao gênero jornalístico que pertencia. Na década de 1980, a maior parte de seu conteúdo abordava discussões sobre os olimpianos, um tema recorrente no semanário, e agradecimentos pelas matérias produzidas pelo periódico. No entanto, também abordava temas sensíveis, como a própria epidemia de Aids e as mortes relacionadas a ela.

Fontes:

ALVES, Maria Márcia. AIDS. *Manchete*, Rio de Janeiro, 27 jul. 1985. Leitor em Manchete. p. 31. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/233062>. Acesso em: 18 ago. 2023.

COSTA, Marcelo E. Ainda sobre a AIDS. *Manchete*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1987. Leitor em Manchete. p. 35. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/248391>. Acesso em: 18 out. 2023.

COUTO, Maria Alice da Silva. AIDS. *Manchete*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1987. Leitor em Manchete. p. 91. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/247619>. Acesso em: 18 out. 2023.

PACHECO, Glauce de Assis. Cazuza poeta maior da MPB. *Manchete*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1990. Leitor em Manchete. p. 67. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/263591>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PEREIRA, Assuero S. O Macaco Herói. *Manchete*, Rio de Janeiro, 26 maio 1990. Leitor em Manchete. p. 83. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/262323>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PINGITTORE, Maria Lúcia. O drama de Cazuza. *Manchete*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1989. Leitor em Manchete. p. 96. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/256259>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PIMENTEL, Carlos Alberto. Benguela. *Manchete*, Rio de Janeiro, 31 out. 1987. Leitor em Manchete. p. 34. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/247446>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PORFÍRIO, Antônio. A Guerra da AIDS. *Manchete*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1990. Leitor em Manchete. p. 82. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/263134>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PROENÇA, Isabel; FONTOURA, Carla. Rock Hudson. *Manchete*, Rio de Janeiro, 26 out. 1985. Leitor em Manchete. p. 35. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/234142>. Acesso em: 18 ago. 2023.

RAMOS, Maria Alice Carvalho. Cazuza poeta maior da MPB. *Manchete*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1990. Leitor em Manchete. p. 67. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/263591>. Acesso em: 18 ago. 2023.

REIS, Myrian M. AIDS. *Manchete*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1987. Leitor em Manchete. p. 34. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/248274>. Acesso em: 18 out. 2023.

RENNER, Sônia L. O drama de Cazuza. *Manchete*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1989. Leitor em Manchete. p. 96. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/256259>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SILVA, Analice M. AIDS, a Esperança. *Manchete*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1990. Leitor em Manchete. p. 83. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/261859>. Acesso em: 18 ago. 2023.

VIEIRA, Aurélio M. O drama de Cazuza. *Manchete*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1989. Leitor em Manchete. p. 96. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/256259>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Referências

ALVES, F. A. O fotojornalismo e os olimpianos modernos: o caso de Costa e Silva na revista Manchete (1966-1969). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39, 2016, São Paulo, *Anais eletrônicos*... São Paulo: Intercom, 2016, p. 1-16. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3151-1.pdf. Acessado em: 30 jan. 2023.

BITTENCOURT NETO, L. H.; PERSICHETTI, S. Olimpianos pós-modernos: um rápido olhar sobre as fotografias de celebridades. *Discursos Fotográficos*, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 101–118, 2010. DOI: 10.5433/1984-7939.2010v6n8p101. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/5686. Acesso em: 10 jul. 2023.

CASTRO, P. C. A enunciação midiática da sexualidade a partir da Aids: os discursos de Veja e IstoÉ nas décadas de 1980 e 1990. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro, *Anais eletrônicos*... Rio de Janeiro: Intercom, 2005, p. 1-16. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/315256448883246624200810644335885884 89.pdf. Acessado em: 30 jan. 2023.

COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. 3. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 61, 2014.

DIAS, C. J. P. *A trajetória soropositiva de Herbert Daniel (1989-1992)*, 2012. 133 p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

FAUSTO NETO, A. *Mortes em Derrapagem*: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

_____. *Comunicação e mídia impressa. Estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

GOMES, F. R. H; VÁZQUEZ, G. G. H. As Matérias de capa da revista Manchete sobre famosos soropositivos nas décadas de 1980 e 1990. *In*: COLÓQUIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-UEPG, 2, 2022, Ponta Grossa, *Anais Eletrônicos*... Ponta Grossa: PPGH-UEPG, 2022, p. 184-193. Disponível em: https://www2.uepg.br/ppgh/wp-content/uploads/sites/131/2023/05/Anais-II--Coloquio-rev.pdf. Acessado em: 10 jul. 2023.

GONÇALVES, J. E.; MUGGIATI, R. *A janela do Russel*. In: GONÇALVES, J. E.; BARROS, J. A. Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 21-53.

GUARALDO, T. S. B. Mediação Editorial nas cartas de leitores: uma análise do texto instrucional de revistas semanais de informação. *Revista Multiplicidade*, v. 4, n. 4, p. 55-73, 2013.

_____. Cartas de leitores como espaços privilegiados de apropriação da informação e dos efeitos de sentido. *Informação & Informação*, v. 25, n. 1, p. 373-404, 2020.

JESUS, J. de. *Carta do leitor:* a voz de quem leu. In: DELL'ISOLA, R. L. P. (Org). Nos domínios dos Gêneros Textuais. v. 2. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 69-74, 2009.

LAURINDO-TEODORESCU, L.; TEIXEIRA, P. R. *Histórias da aids no Brasil, v. 1*: as respostas governamentais à epidemia de aids. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015

LIMA, É. C. *A AIDS vira notícia:* os discursos sobre a "doença nova" nos periódicos cearenses na década de 1980. Fortaleza: Editora da UECE, 2021.

MEDEIROS, A. *Carta do Leitor*. In: DELL'ISOLA, R. L. P. (Org). Nos domínios dos Gêneros Textuais. v. 2. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 59-68, 2009.

NASCIMENTO, D. R. do. *As pestes do século XX: tuberculose e aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, G. F. do. *Aconteceu, virou Manchete*: *notícias da ditadura*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

NUNES, V. S. Cartas e Carta do Leitor: o que diz a Literatura sobre o Tema. *Revista Tabuleiro de Letras*, v. 11, n. 02, p. 158-122, dez. 2017.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: *princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

SONTAG, S. *AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TROUCHE, L. M. G. Cartas do leitor: a construção do ethos como espelho da cidadania. *Cadernos do CNLF*, v. 14, n. 2, p. 292-704, 2010.

UNAIDS. *Guia de Terminologia do UNAIDS*. 2017. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2015/06/WEB_2018_01_18_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf. Acessado em: 30 jan. 2023.

VÁZQUEZ, G. G. H.; GOMES, F. R. H. Da "doença misteriosa dos homossexuais" à Aids: notas sobre Aids na Revista Manchete – década de 1980. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p.26-45, set./dez. 2021.

revista hydra

UM PROJETO PARA O FUTURO: CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO EM "A AMAZÔNIA – ASPECTOS ECONÔMICOS" (1892), DE JOSÉ VERÍSSIMO (1857-1916)[1]

Otávio Vítor Vieira Ribeiro[2]

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar as bases do projeto de revitalização social e econômica da região amazônica proposto por José Veríssimo (1857-1916) na obra *A Amazônia – aspectos econômicos* (1892). O estudo é composto por uma pesquisa documental e bibliográfica, através da contextualização histórica, social e política da produção da obra e da leitura e compreensão de seus sentidos. O seu repertório político-científico baseava-se nos debates promovidos pela Geração 1870, movimento intelectual de contestação ao regime monárquico brasileiro. A associação entre o fomento à agricultura e à imigração estrangeira constituíam-se nas vias de inserção da Amazônia nos quadros da "civilização" e do "progresso" da "nação" brasileira de fins do século XIX.

Palavras-chave: Amazônia, Civilização, Progresso.

A PROJECT FOR THE FUTURE: CIVILIZATION AND PROGRESS IN "A AMAZÔNIA – ASPECTOS ECONÔMICOS" (1892), BY JOSÉ VERÍSSIMO (1857-1916)

Abstract: This article aims to present the bases of the social and economic revitalization project for amazon region proposed by José Veríssimo (1857-1916) in the work *A Amazônia – aspectos econômicos* (1892). The study is composed of documentary and bibliographical research, through the historical, social, and political context of the production of the work and the reading and understanding of its meanings. The project repertoire was based on the on scientific political by the 1870 Generation, an intellectual movement that challenged the brazilian monarchical regime. The association between the promotions of agricultura and foreign immigration constituted the ways of insertion of the Amazon in the frameworks of "civilization" and "progress" of the brazilian "nation" in the late 19th century.

Keywords: Amazon, Civilization, Progress.

[1] Este texto é fruto das discussões desenvolvidas na disciplina Poder e Hierarquizações Sociais - Modernidade, modernismo e nação: a construção do brasil moderno na produção intelectual brasileira da geração de 1870, ministrada pelo Prof. Dr. Antônio Edmilson Martins Rodrigues, durante o primeiro semestre de 2022, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). A pesquisa conta com o apoio financeiro de uma bolsa CAPES-DS.

[2] Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: otaviovvribeiro@gmail.com.

revista hydra

Introdução

A década de 1870 marcou o princípio da crise política, institucional e intelectual no Brasil. A dinastia dos Bragança não sobreviveu à contestação da ordem que se avolumou com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), a fundação do Partido Republicano (1870), o movimento abolicionista e a ascensão da Geração 1870.

O conflito militar evidenciou as precárias condições de suas forças de defesa. O nascente partido político publicizou o sofisma eleitoral e a asfixia das instituições policiais e das magistraturas. O movimento abolicionista contestou uma das principais instituições do Império brasileiro: a escravidão africana. A importação de teorias científicas em voga na Europa - Darwinismo, Positivismo, Evolucionismo, Naturalismo, entre outras - pelos teóricos da Geração 1870 sistematizaram a contestação do *status quo* imperial brasileiro[3].

A Geração 1870 constituiu-se em um movimento político-intelectual de crítica ao regime monárquico brasileiro na segunda metade do século XIX. Os seus teóricos investiram no uso de uma produção engajada como instrumento de intervenção político-institucional na ordem imperial. As suas obras tratavam de temas circunstanciais, entre eles: trabalho; regime monárquico; anticlericalismo; crítica ao Poder Moderador; defesa da abolição da escravidão africana etc.

A religião católica, o indianismo romântico e o liberalismo estamental foram as engrenagens políticas que fundamentaram a construção da ideia de "nação" no Brasil entre a Independência (1822) e o início da crise do Império (1870) – tais engrenagens representavam a *tradição imperial*, conforme Ângela Alonso. O catolicismo cristalizou a representação simbólica de uma sociabilidade hierárquica; o indianismo definiu a nacionalidade brasileira e o liberalismo limitou o exercício da cidadania[4].

[3] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. 1 ed. São Paulo: Convívio/Edusp, 1959, p. 7, 17-18.

[4] ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento.* A geração de 1870 na crise do Brasil Império. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 168.

A "unidade nacional" foi cristalizada na associação entre Geografia, História e Literatura[5]. A Geografia desenhou os seus contornos físicos, climáticos e topográficos do espaço. A História selecionou e encadeou os episódios do passado em narrativas uniformizantes sobre a constituição da "nação". Por sua vez, a Literatura publicizou os elementos que comporão o seu patrimônio[6].

A superação dessa visão oficial se deu com a proposição de modelos explicativos generalizantes sobre o Brasil com base em uma *política científica*. O seu repertório é o produto da inversão dos valores da tradição intelectual imperial – anticlericalismo, anti-indianismo romântico e antiliberalismo – e de uma linguagem seletiva de teorias científicas. Segundo Ângela Alonso, a sua orientação "era mista, amalgamando elementos da velha tradição imperial com teorias do repertório novo da política científica"[7].

Atestado o diagnóstico da decadência nacional - instituições, práticas e valores do *status quo* imperial -, de acordo com Alonso, quatro grupos colocaram em pauta os seus programas de reformas políticas e sociais: *Liberais Republicanos*; *Federalistas Científicos*; *Novos Liberais* e *Positivistas Abolicionistas*.

Os *Liberais Republicanos* e os *Federalistas Científicos* defendiam programas de reformas políticas, baseados na reconfiguração político-institucional do Estado brasileiro. Já os *Novos Liberais* e os *Positivistas Abolicionistas* eram partidários de um programa de reformas sociais, fundamentado na abolição da escravidão africana.

Os *Liberais Republicanos* defendiam a implementação de um governo republicano, de base federativa; a abolição da escravidão africana e a importação de imigrantes. Entre os seus partidários estavam Quintino Bocaiúva (1836-1912) e Salvador de Mendonça (1841-1913). As suas obras mais representativas constam panfletos políticos – *Trabalhadores asiáticos* (1881), de Salvador de Mendonça; e *A crise da lavoura* (1868), de Quintino

[5] RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 86-87.

[6] ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In: JOBIM, José Luís (Org.). Introdução ao Romantismo. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 18-20.

[7] ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 179-182.

Bocaiuva - e artigos de jornal – *A questão social* (1879) e *Colonização asiática* (1870), de Quintino Bocaiúva[8].

Os *Federalistas Científicos* foram um grupo profícuo na elaboração de obras que versavam sobre a interpretação do Brasil: *A República Federal* (1881), de Joaquim Francisco de Assis Brasil; e *Catecismo republicano* (1885), de Alberto Sales. Os seus textos constituíam críticas ao *status quo* imperial e propunham mudanças na orientação política nacional: a estratificação social, a divisão social do trabalho e a regulação da economia pela competição de "mercado". Os Partidos Republicano paulista e gaúcho financiavam as suas publicações. Entre os seus partidários paulistas constavam: Alberto Sales (1855-1904) e Ubaldino do Amaral (1842-1920). Já entre os gaúchos: Joaquim Francisco de Assis Brasil (1858-1938) e Ramiro Fortes de Barcelos (1851-1916)[9].

Os *Novos Liberais* eram contra a centralização político-institucional da monarquia brasileira, mas, defendiam a limitação da sua intervenção na sociedade. Na esfera econômica, caberia ao Estado assegurar o seu funcionamento, a partir da garantia dos direitos individuais. O seu posicionamento era veiculado na imprensa – "*Charles Darwin e a escravidão no Brasil*" (1881) e "*Abolição da miséria*" (1888), de André Rebouças – e em livros - *O Abolicionismo* (1883), de Joaquim Nabuco; e *Questão militar* (1887), de Rui Barbosa[10].

Os *Positivistas Abolicionistas* atuavam na causa política do Segundo Reinado (1840-1889), destacadamente, a partir da década de 1880. Eles almejavam implementar um projeto político ancorado na separação entre Estado e Igreja; a abolição da escravidão africana e a liberdade de imprensa. O seu grupo era liderado por Miguel Lemos (1854-1917) e composto por intelectuais universitários; alunos egressos das Escolas Militar e Politécnica, positivistas republicanos de Pernambuco e positivistas da Escola Normal de São Paulo. Os seus textos mais destacados constavam de opúsculos sobre temáticas diárias:

[8] ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 179-182, 184-185.

[9] ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 222-224.

[10] ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 188-191, 200, 202-203.

A Pátria brasileira (1881); *A universidade* (1882); *A liberdade espiritual e a secularização dos cemitérios* (1887)[11].

Ao recorrerem a literatura, as instituições oficiais e aos periódicos, estes grupos políticos converteram a ideia de "nação" no Brasil em uma "sociedade científica e moderna". A mestiçagem foi eleita o traço singular de sua constituição, o que contribuiu significativamente para consolidar a sua "identidade" e reiterar hierarquias sociais já cristalizadas[12].

Na Amazônia, esse debate materializou-se nos estudos culturais, etnográficos e econômicos de José Veríssimo (1857-1916). As suas leituras partiam da adaptação de pressupostos evolucionistas e naturalistas à realidade regional e do diálogo com teóricos europeus - Louis Agassiz (1807-1873) e Arthur de Gobineau (1816-1882) - e brasileiros - Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909) e o general José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898)[13].

Conforme destaca Felipe Moraes[14], José Veríssimo foi um dos principais propagadores do projeto político-institucional da Geração 1870 na Amazônia. Em conjunto com Lauro Sodré (1858-1944)[15], José Veríssimo compôs o "grupo paraense" da Geração 1870, sendo este, constituído por liberais e republicanos que defendiam a implementação de reformas sociais e políticas. Apesar disso, eles eram partidários de alas diferentes. No período em que José Veríssimo atuou política e intelectualmente na província do Pará (1877-1891), ele advogou em favor da manutenção da monarquia, estando

[11] ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 205-207.

[12] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 35-37, 41-44.

[13] SOUVERAIN, Mackendy. *Arthur de Gobineau aux tropiques*: la réception et l'interprétation des pensées raciales au Brésil et en Haïti (1880-1930). 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, p. 49-58.

[14] MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico*: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 129-131, 196, 207-208, 238-239.

[15] Lauro Nina Sodré e Silva foi um político e militar paraense. Era defensor do governo republicano e de sua fundação sob bases positivistas. Ele exerceu dois mandatos como governador no Estado do Pará em momentos distintos: a consolidação da República (1891-1897) e o fim da Primeira Guerra Mundial (1917-1921).

associado à causa dos *Novos Liberais*16. Deste modo, defendia um programa de reformas sociais baseado no fomento à imigração estrangeira e à produção agrícola; a "civilização" das populações indígenas e mestiças do interior da região amazônica; e a abolição da escravidão africana. Por sua vez, Lauro Sodré identificava-se com os *Positivistas Abolicionistas* e argumentava em prol de reformas políticas amparadas na implantação de uma república federativa no Brasil e a abolição da escravidão africana[17].

O cientificismo fundamentou a crítica ao *status quo* político imperial e permitiu entrever a região amazônica de modo abrangente, destacando-se as suas particularidades históricas, geográficas, sociais, econômicas e ambientais.

Sendo assim, o objetivo deste artigo consiste em apresentar as bases do projeto de revitalização social e econômica da região amazônica proposto por José Veríssimo (1857-1916) na obra *A Amazônia – aspectos econômicos* (1892). O estudo é composto por uma pesquisa documental e bibliográfica, através da contextualização histórica, social e política de produção da obra e da leitura e compreensão de seus sentidos[18]. Neste contexto, a "civilização" e o "progresso" compreendiam a formulação de "modelos universais"[19] de intervenção política na Amazônia.

A obra[20] encontra-se disponível para consulta online no acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (BBM), da Universidade de São Paulo (USP)[21]. A sua leitura foi direcionada para se apreender a mobilização

---

[16] MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico*: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 275-277.

[17] MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico*: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 131, 188, 207-208 e SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar*: poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930). 2020. 536 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 38-39, 52.

[18] GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. *Pro-Posições*, v. 33, Campinas, 2022, p. 1-21.

[19] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 56.

[20] Originalmente, a obra é constituída por uma compilação de artigos publicados por José Veríssimo no periódico *Jornal do Brasil* (1891), quando ele passou a residir na cidade do Rio de Janeiro.

[21] A obra encontra-se disponível para consulta no seguinte link: https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018150&bbm/7076#page/1/mode/2up

do repertório da política científica defendida pelos teóricos da Geração 1870 na leitura de José Veríssimo sobre a Amazônia. O fomento à agricultura e à imigração estrangeira constituíram as vias de inserção da Amazônia nos quadros da "civilização" e do "progresso" da "nação" brasileira de fins do século XIX.

Nas seções a seguir, apresentaremos um panorama geral sobre as filiações teóricas, o contexto de produção e a análise da obra de José Veríssimo.

José Veríssimo: um expoente da Geração 1870 na Amazônia

José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) era natural de Óbidos (Oeste do estado do Pará) e provinha de uma família de reconhecida tradição como plantadores de café no interior da província do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX[22]. A sua trajetória foi marcada pelo intercâmbio com teóricos nacionais e internacionais. Ele foi professor, jornalista, escritor, cronista, crítico literário e ensaísta. De acordo com Rachel Bertol, José Veríssimo formou com Silvio Romero (1851-1914) e Araripe Júnior (1848-1911) a "tríade" da crítica literária brasileira na transição do século XIX para o século XX[23].

Nas páginas dos jornais, José Veríssimo discutia as conjunturas internacionais para pensar a sua repercussão no Brasil. Para João Alexandre Barbosa, "os objetos, homens e coisas, podem ser *estrangeiros*, mas a crítica deles é diferencialmente brasileira". Os seus ensaios sobre temas históricos e políticos eram caracterizados pela "oposição forte ao culto do herói e da personalidade" de seus protagonistas. A sua leitura era orientada pelo positivismo de Augusto Comte em que se "sobressai o apego à objetividade dos fatos e documentos"[24].

Já em suas obras literárias e etnográficas, Veríssimo propunha uma nova perspectiva de história "nacional", partindo-se da "elaboração de um ima-

[22] MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico*: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 197.

[23] BERTOL, Rachel. Anacronias da crítica literária em jornal: a transição da matriz romântica ao rodapé. *Intercom*, v. 43, n. 1, São Paulo, jan./abr. 2020, p. 55.

[24] BARBOSA, João Alexandre. José Veríssimo, leitor de estrangeiros. *Literatura e Sociedade*, v. 5, n. 5, São Paulo, 2000, p. 59, 63, 68, 71.

ginário social" que desse conta da recuperação de seus aspectos históricos, geográficos, sociais, culturais e econômicos[25].

A Amazônia é um espaço ecologicamente rico e diverso. A exploração de seus recursos articulou-se nos programas de ações estatais visando o seu desenvolvimento socioeconômico regional. Como bem destaca Marilene Silva, "o esforço de desvendá-la não termina; a natureza é constantemente reinventada pelas exigências do conhecimento e da operacionalização da produção de riqueza"[26].

José Veríssimo vislumbrou apreender essas potencialidades econômicas, no entanto, não deixou de destacar o "atraso" cultural e social que a mantinha vinculada ao seu passado colonial. Deste modo, a "floresta" era concebida como um "lugar de história", o lócus privilegiado para o desenrolar das tramas e das experiências cotidianas dos sujeitos - índios, mestiços, negros, tapuios, mulheres – que habitavam as cidades e as margens dos rios[27].

A interação homem-meio ambiente é basilar na sua representação. Os seus intercâmbios conformavam mudanças de comportamento e de valores morais nos agentes, assim como as questões étnicas e a mestiçagem entre "raças" que configuravam a expressão particular de sua "identidade nacional"[28]. A "qualidade" e a propensão destes povos à "civilização" caracterizaram a apropriação do Naturalismo e das teses raciais importadas da Europa na construção de suas leituras sobre a Amazônia de fins do século XIX[29].

---

[25] CASTILHO, Mariana Moreno. Mestiçagem cultural em 'Cenas da Vida Amazônica' (1886). *Revista Maracanan*, v. 8, Rio de Janeiro, 2011, p. 171.

[26] SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. 1997. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997, p. 97-99.

[27] PAULINO, Itamar Rodrigues; DA SILVA, Elian Karine Serrão; DE MELO, Habia Santos. Amazônia como cenário da vida efervescente nas obras literárias de Inglez de Souza e José Veríssimo. *Via Litterae – Revista de Linguística e Teoria Literária*, v. 13, n. 1, Anápolis, jan./jun. 2021, p. 19.

[28] COSTA DA SILVA, Aline. *José Veríssimo*: seus anos de formação (1877-1891). 2021. 306 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, p. 16-17 e MORAES, Felipe Tavares de. "Não basta produzir borracha": José Veríssimo (1857-1916) e a "civilização" do sertão amazônico no Grão-Pará (1883-1886). *Almanack*, ea01221, n. 32, Guarulhos, 2022, p. 14.

[29] BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Dados*, v. 42, n. 3, Rio de Janeiro, 1999, p. 547-548.

A sua ambientação acompanha as transformações substanciais que vinham ocorrendo na região a partir da segunda metade do século XIX: a introdução da navegação a vapor (1852), a abertura da navegação do rio Amazonas (1865)[30] e o debate sobre a modernização da agricultura[31].

O franqueamento da navegação fluvial dinamizou a expansão do extrativismo da borracha nos seringais localizados nos afluentes do rio Amazonas entre 1850 e 1920[32]. A circulação de capital, de bens e de pessoas articularam a internacionalização de sua economia ao forjarem a composição de um mercado interno composto pela elite local. O consumo de produtos industriais e de bens culturais provenientes dos Estados Unidos e da Europa tornaram-se a maior expressão do desenvolvimento urbano de suas capitais regionais: as cidades de Belém e de Manaus[33]. O seu impacto evidenciou o contraste entre a opulência material experimentada nos grandes centros urbanos e as condições de vida e de subsistência de sua população mais pobre: fome, carestia e miséria.

O debate sobre a modernização da agricultura na Amazônia já vinha sendo realizado desde a década de 1830, quando a borracha começou a compor parcelas de suas pautas de exportação. No entanto, foi na década de 1870 que as discussões ganharam fôlego. Neste contexto, vivenciaram-se crises de abastecimento de alimentos nos mercados provinciais amazônicos decorrentes do "boom" da goma elástica. Concomitantemente, a sua ascensão comercial foi associada à instabilidade e à retração do desenvolvimento local[34]. Os colonos eram vistos como os principais responsáveis pela perma-

[30] GREGÓRIO, Vítor Marcos. O barco civiliza: navegação a vapor e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. In: FALEIROS, Rogério Naques; NUNES, Ivanil (Orgs.). *Sistemas de transportes e formações econômicas regionais – Brasil & Argentina*. 1 ed. Vitória: Ed. UFES, 2016, v. 2, p. 60-61.

[31] NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 81-82.

[32] WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Hucitec/Ed. USP, 1993.

[33] SOUSA, Eveline Almeida de. *Os ideais de civilização na Amazônia imperial*: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889). 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 63-65.

[34] NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências

nência do seu sistema devido à sua baixa mecanização e o emprego de técnicas tradicionais indígenas na sua produção, gerando o "fracasso da lavoura"[35].

A agricultura despontou no discurso oficial como a sua via de regeneração socioeconômica. A expansão, o cultivo e o tratamento do solo constituíam-se em alternativas viáveis para a obtenção de uma economia estável e sólida[36]. A ciência estava a serviço do conhecimento das suas potencialidades naturais, da reforma dos costumes da população nativa, da conversão de suas riquezas em mercadorias e do reordenamento de suas relações de trabalho[37]. A exploração de seu potencial dependia da realização de estudos sistêmicos que envolvessem o conhecimento de seu passado histórico e da realidade regional[38] e a supressão do *modus vivendi* ameríndio[39].

José Veríssimo se insere na conjuntura deste debate com a escrita da obra *A Amazônia - aspectos econômicos* (1892). Partindo da apresentação de um panorama histórico, político, econômico e ambiental das condições produtivas da Amazônia no final do século XIX. O seu projeto de revitalização regional estava fundamentado em três pressupostos: 1) a produção econômica; 2) a ocupação e o povoamento territorial; 3) a imigração estrangeira.

A produção econômica

Desde o período colonial, o extrativismo animal e florestal compôs a maior parte da economia amazônica. O seu regime de exportação foi potencializado com a coleta de látex nas seringueiras (*Hevea Brasilienses*)

Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 100-101.

[35] LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. "O celeiro da Amazônia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi*, v. 16, n. 30, Rio de Janeiro, jan./jun. 2015, p. 158, 163-164.

[36] NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 101-103.

[37] MORAES, Felipe Tavares de. "Não basta produzir borracha": José Veríssimo (1857-1916) e a "civilização" do sertão amazônico no Grão-Pará (1883-1886). *Almanack*, ea01221, n. 32, Guarulhos, 2022, p. 3-5.

[38] SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva*: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília, Instituto Brasileiro de Museus; Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

[39] MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico*: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 196, 220-221.

localizadas nas margens dos rios amazônicos em meados do século XIX. A sua produção alcançou o seu apogeu entre 1870 e 1912, estando voltada para o abastecimento das indústrias automobilísticas em formação na Europa e nos Estados Unidos. Na década de 1940, foi retomada para dar conta da indústria de guerra[40].

O emprego de mão de obra constituída pela população local – majoritariamente, povos indígenas - na sua produção tornou-se insuficiente para o atendimento das demandas do mercado internacional. O recurso a importação de força de trabalho tornou-se sistemático, especialmente, o de migrantes nordestinos em fuga das secas que assolaram o Nordeste entre as décadas de 1870 e 1910. Os seus deslocamentos converteram-se, de um lado, em uma "alternativa de sobrevivência", na busca por oportunidades de trabalho e melhores de condições de vida e, por outro lado, no crescente suprimento de 'braços' para a produção, tanto de borracha nos seringais quanto no cultivo de lavouras em núcleos coloniais na Amazônia[41].

O trabalho nos seringais obedecia a regimes de produção distintos. De acordo com João Pacheco de Oliveira Filho[42], havia dois tipos de seringais na Amazônia: "seringal caboclo" e "seringal brabo". O primeiro era constituído por relações de produção que envolviam mestiços e indígenas residentes em suas adjacências. A produção era pequena e não envolvia o abandono do cultivo de lavouras. O segundo envolvia a exploração de mão de obra nordestina. A coleta de látex se dava em massa, visando o suprimento das demandas de mercado e com o abandono da lavoura.

A produção e a comercialização da borracha baseavam-se em um sistema hierárquico de endividamento, sendo composto por quatro atores:

[40] MEIRA, Márcio Augusto de Freitas. *A persistência do aviamento*: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico. 2017. 323 f. Tese (Doutorado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 96, 236 e SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

[41] LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará*: faces da sobrevivencia (1889-1916). 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 25-28, 127-129, 259-262.

[42] OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 11, Rio de Janeiro, 1979, p. 121-122, 126.

revista hydra

os correspondentes estrangeiros, os comerciantes/patrões, os intermediários e os indígenas não-aldeados.

Os correspondentes estrangeiros forneciam produtos (machados, espelhos, facas, anzóis, entre outros) à crédito aos comerciantes/patrões estabelecidos na Amazônia. Esses artigos eram destinados aos negócios com as populações indígenas locais para a obtenção dos gêneros florestais que compunham as suas pautas de exportação e revenda no mercado internacional: borracha, piaçaba, salsaparrilha, cacau, resinas, óleos.

Os comerciantes/patrões, eram, em sua maioria, estrangeiros residentes nas cidades de Belém ou de Manaus. Esses homens detinham o monopólio do financiamento, transporte e comercialização dos gêneros extrativistas exportados para o mercado internacional através de companhias e casas comerciais. Além disso, revendiam os artigos obtidos com os seus correspondentes aos "aviados" mediante a abertura de linhas de crédito, tornando-os assim, seus credores. O seu poder político e econômico era reforçado com a agregação de outros comerciantes em redes de compadrio e de negócios.

Os "aviados", também conhecidos localmente como *mascates*, eram médios e pequenos comerciantes nordestinos pobres, indígenas e quilombolas. Eles seguiam em canoas pelos rios amazônicos e negociavam estes artigos com os seus intermediários. Os preços eram elevados para que os "aviados" conseguissem angariar uma margem de lucro – quase sempre insuficiente – para quitar os dividendos contraídos com o seu comerciante/patrão e o custeio das despesas com o aluguel ou compra da canoa.

Os intermediários eram indígenas com os quais os "aviados" estabeleciam relações comerciais baseadas no endividamento. Eles recebiam os artigos que poderiam ser redistribuídos entre outros nativos ou tratá-los com os seus "aviadores". Em ambos os casos, o que se almejava era o acesso aos produtos florestais. A perpetuação de suas relações de dependência com os "aviados" era assegurada pela desproporção entre o ritmo de fornecimento de novos artigos e o aumento progressivo das somas que lhes eram devidas.

Por sua vez, os indígenas não-aldeados viviam nas proximidades dos seringais e estavam submetidos a um regime equivalente à escravidão. Eles

poderiam negociar diretamente com os "aviados" ou tratar com os seus intermediários. Neste processo, cabia-lhes fornecer mão de obra para os trabalhos nos seringais e realizar a coleta de gêneros florestais. As suas relações eram marcadas por alianças e conflitos. A entrada nas matas para o recolhimento das especiarias, só era realizado após a efetivação de seu pagamento antecipado. A violência foi um recurso constantemente empregado por comerciantes e particulares em expedições de apresamento de indígenas em suas aldeias[43].

Para José Veríssimo, esse sistema de produção inviabilizava o desenvolvimento de outras atividades econômicas mais rentáveis e menos extenuantes, como a agricultura e a pecuária de corte. Consequentemente, as suas condições de subsistência não poderiam ser outras, senão a pobreza, o endividamento progressivo e a carestia de gêneros[44].

A drenagem da força de trabalho pelos seringais consubstanciava a inconstância e o deslocamento de colonos em potencial. A sua sedentarização nas margens dos rios era fundamental para a consolidação da ocupação e do povoamento territorial. O desenvolvimento da agricultura dependia do tratamento sistemático do solo e o incremento de sua produção mediante o emprego de técnicas de produção modernas[45].

A ocupação e o povoamento territorial

Após o investimento na produção agrícola, a ocupação e o povoamento deveriam ser o centro das atenções das políticas estatais na Amazônia. A sua

[43] MEIRA, Márcio Augusto de Freitas. *A persistência do aviamento*: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico. 2017. 323 f. Tese (Doutorado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 94, 227-233, 238-239, 244-245.

[44] VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 35-37, 59, 62-64.

[45] Entre estas, destacavam-se: o emprego de maquinário no cultivo da terra - arado (preparo da terra), semeadores (distribuição de sementes e estrume) e escarificador ou extirpador (auxílio na cavação de terrenos mais resistentes) -; a abertura de linhas de crédito para a aquisição de equipamentos e de linhas de transporte regulares para o escoamento da produção; a aclimatação de novas sementes; o uso de adubos e fertilizantes nas plantações; e o cultivo de espécies anteriormente voltadas para o extrativismo, com ênfase para as seringueiras (*Hevea brasilienses*). Cf. NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 121-122, 122-124, 124-125, 131-132, 133-138.

efetivação seria assegurada com a introdução do imigrante europeu. As condições ambientais da região tornavam a tarefa quase inviável.

Desde Silvio Romero, as condições climáticas, ambientais, geográficas e naturais do Brasil eram vistas como condicionantes da formação da fisiologia do povo brasileiro – indolência, fraqueza física, doenças, infertilidade etc. Por ser um país predominantemente tropical, o Brasil seria profundamente marcado por suas intempéries locais no desenvolvimento de sua sociedade, política, economia e cultura[46].

Na Amazônia, essa percepção era potencializada pelo seu "mau" clima. A disseminação de doenças tropicais, as elevadas temperaturas e a alta umidade a convertiam num espaço quase inóspito. Segundo José Veríssimo, as doenças tropicais, como a malária, também conhecida localmente como *impaludismo*, eram bem disseminadas e recorrentes nos vilarejos estabelecidos nas margens dos rios amazônicos. Nestes núcleos, imperava a supremacia de traços culturais indígenas na disposição de suas habitações e em práticas ritualísticas e de cura[47].

Neste ponto de vista mesológico, José Veríssimo compartilhava da perspectiva de Silvio Romero, quanto a capacidade do meio ambiente selecionar e modificar as "raças", sem cria-las. O vencimento de suas adversidades viabilizaria a fixação e a formação do povo brasileiro e amazônico. As suas tradições, hábitos e interesses seriam expressões de um modo de vida particular, pautado pela constante adaptação local[48].

A introdução do imigrante europeu era uma alternativa substancial para a concretização da sedentarização de colonos e a supressão do *modus vivendi* indígena. Essas articulações estavam na sua pauta diária, não se devendo perder de vista, como já havia ressaltado Silvio Romero, de que o "nosso" espelho são os europeus, padrão de "civilização" ocidental. A sua filosofia, ciência, arte, lirismo são profundamente desenvolvidos e enraizados; já no

[46] ROMERO, Silvio. *História da Literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, p. 42-47.
[47] VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 69-70.
[48] ROMERO, Silvio. *História da Literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, p. 50, 52.

Brasil, "temos apenas o palavreado da carolice, a mística ridícula do beatério enfermo e fanático (...)"[49].

A recepção de imigrantes foi amplamente debatida no repertório científico da Geração 1870. A abolição da escravidão africana (1888) gerou duas frentes de argumentação reformista: o suprimento de mão de obra (economia) e a hierarquização entre as "raças" (ciência)[50].

A sua projeção na Amazônia apresentou uma conotação particular e esteve voltada para o complemento de sua consolidação territorial e a "civilização" dos povos nativos. A sua inferioridade "racial", a diversidade de costumes e a tendência ao "desaparecimento" constituíam-se entraves para a homogeneização da "nação" e da configuração de seu caráter. A mestiçagem era a solução viável para a sua afirmação. Para isto, o governo deveria assegurar o fluxo regular de entrada de imigrantes estrangeiros na região, elemento basilar para a consecução de sua "civilização" e de seu "progresso".

A imigração estrangeira

O assentamento de colonos estrangeiros na Amazônia era uma medida fundamental, pois, permitiria contornar a falta de mão de obra 'drenada' pelo extrativismo nos seringais; "extirparia" os traços indígenas da população; consolidaria a ocupação do território ao torná-lo economicamente estável e produtivo. Segundo Francisnaldo Santos, acreditava-se que "o estrangeiro conhecia técnicas modernas de produção, além de ser considerado afeito ao trabalho e assim servir de exemplo para os trabalhadores locais"[51].

A fundação de colônias agrícolas já era pauta nas políticas oficiais implementadas nas províncias do Amazonas e do Pará, desde meados do século XIX. Os seus governos investiram no estabelecimento de núcleos confi-

[49] ROMERO, Silvio. *História da Literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, p. 49.

[50] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. 1 ed. São Paulo: Convívio/Edusp, 1959, p. 176-179 e ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 250-252.

[51] SANTOS, Francisnaldo Sousa dos. *Ações colonizadoras em descompasso*: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, p. 67-68.

nantes com as cidades de Manaus e de Belém e nas áreas do interior[52]. Nestes espaços, conviviam nordestinos, europeus, norte-americanos e a sociedade local. Com isto, o Estado vislumbrava dinamizar o cultivo do solo através da distribuição de sementes aos colonos, a diversificação da produção agrícola e o loteamento de terras[53].

Por sua vez, outros projetos de assentamentos agrícolas não atenderam às expectativas oficiais. O desacordo entre colonos e o Estado em matérias basilares fizeram frutificar o abandono de suas lavouras; o seu emprego no comércio e nas manufaturas urbanas; na falta de orientação para o plantio de sementes; e na sua inadaptação às rotinas de trabalho nas terras loteadas[54].

O plano de imigração estrangeira concebido por José Veríssimo aprimorava a consecução de um projeto em andamento na Amazônia: a colonização agrícola. Ele era composto por dez pontos articulados por critérios científicos[55], nos quais, pressupunha avaliar as melhores condições e estratégias a serem adotadas pelo Estado para assegurar a permanência dos imigrantes na região. Para tanto, era necessário elaborar um diagnóstico sobre

---

[52] Entre eles: Santa Izabel, Maracajú, Mauá, Itacoatiara (província do Amazonas); Bom Gosto, Benevides, São José de Tentugal, Araripe, Nossa Senhora do Ó (província do Grão-Pará). Esses núcleos contaram com subsídios da iniciativa pública e privada, de legislações e de instituições oficiais que regulamentaram os seus estabelecimentos. Cf. NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 341-343.

[53] NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 341-350.

[54] OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 11, 1979, p. 127-128 e NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 350-354.

[55] 1) Avaliação da adaptabilidade dos povos estrangeiros às condições climáticas da Amazônia; 2) Eliminação das "raças do Norte" (indígenas "selvagens"); 3) Seletividade de fluxos migratórios e imigratórios; 4) Estabelecimento de uma linha regular de comunicação entre a Amazônia e a Europa; 5) Fornecimento de subsídio estatal para a compra de passagens nas companhias de navegação a vapor; 6) Estabelecimento de hospedarias para a recepção temporária de imigrantes, bem como de terras e de ferramentas para o cultivo de lavouras em propriedades particulares ou do Estado; 7) Cooperação entre os governos dos estados do Pará e do Amazonas; 8) Incentivo à produção agrícola; 9) Inclusão de crianças nas jornadas de trabalho a partir dos seis ou sete anos de idade; 10) Conversão da produtividade dos imigrantes na subsistência e rendimento de suas famílias. Cf. VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 91-94.

quais povos estrangeiros tinham melhores condições de adaptar e vencer as adversas condições ambientais locais, de modo a reduzir o risco de seu retorno para os seus países de origem[56].

Apesar de José Veríssimo destacar a preferência a ser dada aos imigrantes europeus, ele não descartava a possibilidade de investir na migração de "nacionais" oriundos de estados do Nordeste, haja vista, muitos deles já estarem, supostamente, "habituados" ao cultivo de lavouras e já vivenciarem um fluxo migratório contínuo para a região desde a década de 1870[57].

A chegada, a recepção e a instalação dos imigrantes europeus seriam atribuições dos governadores do Pará e do Amazonas[58]. Ao atuarem em regime de cooperação, deveriam assegurar-lhes a compra de suas passagens, o seu embarque em companhias de navegação a vapor com atuação no mercado interno e internacional, assim como o estabelecimento de uma linha regular de comunicação entre a Europa e a Amazônia, via rota Gênova-Marselhesa-Barcelona-Lisboa-Belém-Manaus[59].

Ao desembarcarem nos portos de Belém e de Manaus, os estrangeiros seriam instalados em hospedarias, de forma temporária. Neste período, o Estado forneceria ferramentas e uma parcela de terra a homens e mulheres em idade produtiva, ou seja, a partir dos seis ou sete anos de idade, para o cultivo de terras em propriedades particulares ou estatais. O início precoce das jornadas de trabalho concorria para a "civilização" da população amazônica ao impulsionar a agricultura e o seu distanciamento gradativo dos habitantes locais do extrativismo, pois, a agricultura já seria prática recorrente na "cultura" econômica e alimentar dos imigrantes europeus[60].

---

[56] VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 91.

[57] VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 91.

[58] VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 92.

[59] VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 92.

[60] VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 92-93.

A sua permanência na Amazônia seria garantida, de um lado, pela sua adaptação às condições geográficas e climáticas regionais, e por outro lado, pela conversão dos frutos de seu trabalho na subsistência e nos proventos financeiros de suas famílias[61].

Esperava-se ainda que, ao longo do seu contato e cruzamento com as "raças do Norte" – indígenas e, em menor medida, africanos[62] –, a formação sociocultural dos seus descendentes suprimissem, por completo, os traços indígenas e concorressem para a formação do mestiço, "fruto da mistura entre índios e brancos e outros cruzamentos posteriores"[63].

Assim como Silvio Romero, José Veríssimo era partidário da mestiçagem racial como a síntese da "civilização" e da formação do povo amazônico. O branco se tornaria gradualmente preponderante sobre os indígenas e os africanos. A miscigenação racial deveria chegar a termo a longo prazo e conformar a existência de uma única "raça", definida como "superior". Essas trocas tornariam possível a homogeneização positiva da "identidade" nacional brasileira[64].

Apesar das sistemáticas perseguições e massacres sofridos pelos povos indígenas, eles não desapareceram e mantiveram-se presentes na conformação da sociedade, dos hábitos, da cultura e das práticas cotidianas regionais. Os imigrantes europeus e os nordestinos transitaram entre os espaços rural e urbano, de modo a priorizar as suas demandas pessoais e familiares. Na prática, o projeto de revitalização socioeconômica proposto por José Veríssimo reafirmou o discurso oficial em torno da cultura agrícola e da imigração estrangeira na Amazônia em fins do século XIX.

---

[61] VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 93-94.

[62] VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, p. 91-92.

[63] SOUSA, Eveline Almeida de. *Os ideais de civilização na Amazônia imperial*: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889). 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 201, p. 61.

[64] SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, Ponta Grossa, 2004, p. 20-21 e CASTILHO, Mariana Moreno. Mestiçagem cultural em 'Cenas da Vida Amazônica' (1886). *Revista Maracanan*, v. 8, Rio de Janeiro, 2011, p. 180-181.

revista hydra

Conclusão

A Geração 1870 desempenhou papel fundamental na elaboração da crítica ao projeto de Estado e a ideia de "nação" sedimentadas pelos teóricos e as instituições oficiais do Império brasileiro (1822-1889). A composição de um repertório composto pela seleção de teorias científicas importadas da Europa fundamentou a inserção do Brasil no cenário internacional. A sua afirmação cultural e material foram simbolizadas pelas ideias de "civilização" e de "progresso".

José Veríssimo instrumentalizou a adaptação dessas prerrogativas à realidade regional amazônica. A sua peculiaridade fluvial, histórico-geográfica e populacional cadenciou o seu alinhamento com o debate político e científico promovido pelos teóricos da Geração 1870.

A agricultura e a imigração estrangeira conformaram a base do seu projeto de revitalização social e econômica. A produção agrícola fomentava a sedentarização dos colonos nas áreas do interior do território, onde as suas potencialidades econômicas eram subaproveitadas pelo Estado. A sua ocupação e povoamento esbarravam no vencimento de suas intempéries ambientais e no incentivo à imigração estrangeira. Por sua vez, a presença do imigrante europeu garantiria a "assimilação" indígena através do cruzamento para compor o mestiço, o tipo "nacional" na Amazônia.

A cultura agrícola tornou-se o centro das atenções nos "discursos civilizatórios" propagados pela medicina e os trabalhos técnicos na Amazônia de fins do século XIX: o saneamento rural; a profilaxia do campo; a aclimatação de novas plantas; a diversificação da alimentação regional; e a introdução de novas ferramentas e técnicas de plantio[65].

Fonte

VERÍSSIMO, José. *A Amazônia - aspectos econômicos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Brasil, 1892, 103 p.

[65] LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. "O celeiro da Amazônia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi*, v. 16, n. 30, Rio de Janeiro, jan./jun. 2015, p. 167-168, 171-172, 175, 177.

Referências

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERTOL, Rachel. Anacronias da crítica literária em jornal: a transição da matriz romântica ao rodapé. *Intercom*, v. 43, n. 1, São Paulo, jan./abr. 2020, p. 53-70.

BARBOSA, João Alexandre. José Veríssimo, leitor de estrangeiros. *Literatura e Sociedade*, v. 5, n. 5, São Paulo, 2000, p. 56-84.

BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Dados*, v. 42, n. 3, Rio de Janeiro, 1999, p. 539-564.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. 1 ed. São Paulo: Convívio/Edusp, 1959.

COSTA DA SILVA, Aline. *José Veríssimo*: seus anos de formação (1877-1891). 2021. 306 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

CASTILHO, Mariana Moreno. Mestiçagem cultural em 'Cenas da Vida Amazônica' (1886). *Revista Maracanan*, v. 8, Rio de Janeiro, 2011, p. 171-189.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. *Pro-Posições*, v. 33, Campinas, 2022, p. 1-21.

GREGÓRIO, Vítor Marcos. O barco civiliza: navegação a vapor e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. In: FALEIROS, Rogério Naques; NUNES, Ivanil (Orgs.). *Sistemas de transportes e formações econômicas regionais – Brasil & Argentina*. 1 ed. Vitória: Ed. UFES, 2016, v. 2, p. 58-83.

LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. "O celeiro da Amazônia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi*, v. 16, n. 30, Rio de Janeiro, jan./jun. 2015, p. 157-181.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará*: faces da sobrevivencia (1889-1916). 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORAES, Felipe Tavares de. "Não basta produzir borracha": José Veríssimo (1857-1916) e a "civilização" do sertão amazônico no Grão-Pará (1883-1886). *Almanack*, ea01221, n. 32, Guarulhos, 2022, p. 1-34.

MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico*: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

revista hydra

MEIRA, Márcio Augusto de Freitas. *A persistência do aviamento*: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico. 2017. 323 f. Tese (Doutorado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 11, 1979, p. 101-147.

PAULINO, Itamar Rodrigues; DA SILVA, Elian Karine Serrão; DE MELO, Habia Santos. Amazônia como cenário da vida efervescente nas obras literárias de Inglez de Souza e José Veríssimo. *Via Litterae – Revista de Linguística e Teoria Literária*, v. 13, n. 1, Anápolis, jan./jun. 2021, p. 9-26.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 287 p.

ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In: JOBIM, José Luís (Org.). Introdução ao Romantismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, 144 p.

ROMERO, Silvio. História da Literatura brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, 646 p.

SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar*: poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930). 2020. 536 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SOUVERAIN, Mackendy. *Arthur de Gobineau aux tropiques*: la réception et l'interprétation des pensées raciales au Brésil et en Haïti (1880-1930). 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SANTOS, Francisnaldo Sousa dos. *Ações colonizadoras em descompasso*: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SOUSA, Eveline Almeida de. *Os ideais de civilização na Amazônia imperial*: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889). 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva*: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília, Instituto Brasileiro de Museus; Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2010, 496 p.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, Ponta Grossa, 2004, p. 9-30.

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. 1997. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 404 p.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Hucitec/Ed. USP, 1993, 372 p.

revista hydra

PROMESSAS E DESILUSÕES NO PLANO DE AVENIDAS: AS MORADIAS POPULARES NA CAPITAL PAULISTA

Georgia de Proença dos Santos[1]

Fernando Atique[2]

Resumo: Esta pesquisa toma como ponto de partida o processo de remodelação de espaços urbanos na área central de São Paulo propostos no Plano de Avenidas, elaborado por Francisco Prestes Maia (1896-1965) e João Florence de Ulhôa Cintra (1887-1944). Neste plano urbanístico, assenta-se a ideia de modernidade automobilística por meio da implantação do Perímetro de Irradiação, um cinturão viário que enfeixa áreas centrais, e que permitiria a criação de um sistema radioconcêntrico de vias, que impulsionariam o crescimento da mancha urbana. Este projeto foi colocado em execução a partir do final de 1930, levando a capital paulista a sofrer alterações espaciais e viárias conforme a elite dirigente almejava. As modificações e demolições impactaram não apenas a arquitetura da cidade, mas no âmbito social, visto que grande parte da população e seu paradeiro, em especial a que habitava os cortiços ao redor de onde se implantariam as obras planejadas, foi omitida dos discursos sobre Prestes Maia. O objetivo é compreender como as transformações realizadas na urbe trouxeram grandes consequências, destacando-se, a emergência da Crise de Habitações e parte das limitações internas no Plano de Avenidas, previstas no papel, mas que repercutiram na cidade de maneiras conflituosas.

Palavras-Chave: Prestes Maia; Demolições; São Paulo.

DECONSTRUCTION OF THE 'PLAN OF AVENUES': THE ABSENCE OF POPULAR HOUSING IN THE CAPITAL OF SÃO PAULO

Abstract: This research takes as its starting point the process of remodeling urban spaces in the central area of São Paulo proposed in the Avenues Plan, drawn up by Francisco Prestes Maia (1896-1965) and João Florence de Ulhôa Cintra (1887-1944). In this urban plan, the idea of automobile modernity is based through the implementation of the Irradiation Perimeter, a road belt that surrounds central areas, and which would allow the creation of a radio-concentric system of roads, which would boost the growth of the urban area. This project was put into effect at the end of 1930, leading the capital of São Paulo to undergo spatial and road changes as the ruling elite desired. The modifications

[1] Graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: georgiapsantos@hotmail.com.

[2] Doutor em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo. Professor na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: fernando.atique@gmail.com.

revista hydra

and demolitions impacted not only the city's architecture, but also the social sphere, since a large part of the population and its whereabouts, especially those who lived in the tenements around where the planned works would be implemented, were omitted from the speeches about Prestes Maia. The objective is to understand how the transformations carried out in the city brought major consequences, highlighting the emergence of the Housing Crisis and part of the internal limitations in the Avenues Plan, foreseen on paper, but which had repercussions on the city in conflicting ways.

Keywords: Prestes Maia; Demolitions; São Paulo.

A desconstrução da chamada cidade velha até o erguer da cidade tecnológica e industrial, foi um caminho longo a ser percorrido. Por mais de dois séculos, as teorias urbanísticas, entre sonhos utópicos e planos grandiosos, desafiavam as possibilidades para versões futuras de grandes cidades. O progresso era o ponto final a ser atingido, obstáculos estavam fadados a ressignificação ou até ao desaparecimento. Discursos tecnocráticos foram proferidos para mobilizar a população mediante o "espectáculo" de urbanização bem a frente de seus olhos (LEME, 1990). Figuras públicas garantiam a concretização de promessas e resultados imprescindíveis para usufruto de toda a sociedade, na teoria.

Propostas e possibilidades de transformações urbanas vieram à tona especialmente no período de passagem entre os séculos XIX e XX, que desafiavam apagar elementos tido como obsoletos, julgados como típico "(...) da cidade velha colonial, que se desejava eliminar" para erguer uma cidade moderna (TOPALOV, 2014). Este progresso é atribuído às grandes modificações espaciais pelas quais a cidade de São Paulo passou até se estabelecer, na atual configuração viária de seu centro expandido. Na década de 1920 em particular, estudos de planejamento urbano surgiram para guiar as possíveis direções do processo de crescimento da cidade.

Um dos principais autores de propostas urbanas na Prefeitura, nos anos de 1920, foi Ulhôa Cintra[3]. Esquemas urbanos produzidos no período envol-

[3] Engenheiro civil pela Escola Politécnica de São Paulo, formado em 1911, João Florence de Ulhôa Cintra integrou o corpo funcional da administração municipal de São Paulo entre 1913 e 1944. Além de chefe da Divisão de Urbanismo da Prefeitura, foi também professor de hidráulica urbana na Escola Politécnica de São Paulo. Em 1927, com a saída do engenheiro Saturnino de Brito da Comissão de Melhoramentos do Tietê, Ulhôa Cintra assumiu seu lugar no cargo de chefia e, em 1938, na gestão do prefeito Prestes Maia, tornou-se Diretor Geral de

viam "demonstrar a visão do futuro da municipalidade" (CAMPOS NETO, 2002). Um destes esquemas, seria o do Perímetro de Irradiação, do próprio Ulhôa Cintra, redigido em 1922, cuja proposta, em linhas gerais, seria de construir um anel viário em torno do centro da cidade.

Posteriormente, entre 1924 e 1926, Francisco Prestes Maia[4] passou a fazer parte da comissão técnica criada para acompanhar o desenvolvimento do projeto do Perímetro de Irradiação (LUCCHESE, 2016). A partir de então, se firmaria uma parceria entre ambos, que compartilhavam e se inspiravam em uma perspectiva de um "futuro brilhante e crescimento rápido da cidade" (CAMPOS NETO, 2002), que viabilizasse o novo caráter industrial e moderno de São Paulo.

Em 1924, eles elaboraram conjuntamente o "Projeto de Avenida Circular Constituindo Perímetro de Irradiação", assimilado em 1930, como Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo. O Perímetro de Irradiação, pertencente ao projeto, tinha como um de seus intuitos a execução de um esquema viário circular, com avenidas radiais e perimetrais. A grande questão que permeava o Perímetro de Irradiação e o Plano de Avenidas seria o de auxiliar na expansão da área urbana da cidade e na instauração da ideia de progresso, propondo também soluções para ocupação, integração e mobilidade viária da urbe. Um dos melhoramentos colocados em execução para a primeira parte da "Avenida de Irradiação", foi a construção de viadutos, na zona sudoeste do Perímetro, no intuito de melhorar o fluxo de tráfego intenso da cidade.

A execução das obras dos Viadutos Nove de Julho, Jacareí e Dona Paulina, entre 1940 até 1950, tinha também como objetivo, a partir de uma ampliação do espaço do centro histórico, a ocupação extensiva e integrada do solo. O processo de demolição para possibilitar a execução destas obras

Obras do Município – cargo em que permaneceu até 1944, ao falecer aos 54 anos de idade (LUCCHESE, 2016, p.99-105.

[4] A carreira de Francisco Prestes Maia inicia-se em 1917, quando havia acabado de se graduar como engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica de São Paulo, e, logo no ano posterior, já trabalhava no Setor de Obras da Prefeitura Municipal de São Paulo. Ali, interagiu com grandes figuras do pensamento urbano e futuros colegas, como Victor da Silva Freire (1869-1951) e João Florence de Ulhôa Cintra (c.1887-1944), que seriam fundamentais para posteriores projetos para a cidade de São Paulo, que serão abordados mais adiante. A trajetória política de Prestes Maia inicia-se, de fato, em 1937, ao ser indicado como Prefeito em seu primeiro mandato.

públicas, exigiu a reconfiguração de dois bairros, o Bexiga e a Liberdade, para que se implantasse parte do traçado viário do Perímetro de Irradiação no local, demandando a construção desses corredores nas antigas áreas situadas nos vales dos ribeirões Saracura e Itororó. Esse traçado viário se relacionaria posteriormente com as propostas de Prestes Maia para a reconfiguração do sistema de transporte urbano, visto que os viadutos desempenhariam um duplo papel, ao receber, além do transporte de superfície, o transporte subterrâneo, pois foram dotados de tuneis que receberiam o metrô, inaugurando o modelo de transporte de massa na cidade. Entretanto, o transporte subterrâneo acabou não se concretizando neste período.

Este artigo sintetiza anteriores trabalhos realizados, sendo o mais recente, a pesquisa de Iniciação Científica, processo 2020/09561-9, denominada "A Crise de Moradia nas Notícias de Jornais": as demolições ocorridas em São Paulo no governo Prestes Maia e a recepção crítica no Correio Paulistano de um problema urbano, realizada com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Estas pesquisas fizeram parte de projeto maior, denominado de "Pauliceia Esfacelada", orientado pelo Prof. Dr. Fernando Atique, do Curso de História, da Universidade Federal de São Paulo.

Esta comunicação investigou as contradições do Plano de Avenidas, proposto por Francisco Prestes Maia, em 1930, e suas consequências, a partir de um ponto de vista da imprensa, em particular do jornal Correio Paulistano, enfatizando a maneira como este veículo relatou e lidou com as demolições em massa na cidade. Além disso, aqui, foco particularmente como os melhoramentos[5] no Plano intensificaram o agravamento da Crise de Moradias a partir de 1940, a partir da promulgação do Decreto-Lei nº 4.598 de 1942, denominado de Lei do Inquilinato[6], que impactou no deslocamento forçado

[5] A palavra "melhoramentos", como já pontuou Stella Bresciani, no período que de estudo, uma palavra guarda-chuvaA palavra "melhoramentos", como já pontuou Stella Bresciani, no período que de estudo, uma palavra guarda-chuva, "um lugar comum" para a designação das transformações urbanas, divulgadas como sempre "melhores" do que a condição que a cidade ostentava (BRESCIANI, 2001).

[6] A Lei do Inquilinato permitiu o estabelecimento de parâmetros mais claros e juridicamente aparelhados na relação proprietário de imóveis e inquilinos. Proprietários de imóveis que atendiam às camadas mais baixas de habitantes da cidade, revoltaram-se com a legislação

de milhares de pessoas de camadas menos abastadas da população para as periferias, o aumento do aluguel e a escassez das casas de aluguel na cidade de São Paulo.

Em 2019, realizei a pesquisa *"Demolições e Viadutos: levantamento de fontes oficiais, da imprensa e iconográficas como suporte à História do Perímetro de Irradiação e sua passagem por sobre os ribeirões Saracura e Itororó (1937-1945)"* (2019/06749-0), também orientada pelo Prof. Dr. Fernando Atique, e pertencente ao mesmo projeto de nome "Pauliceia Esfacelada". Em "Demolições e Viadutos" busquei compreender como se desenhou a construção do arco sudoeste do Perímetro de Irradiação que fazia parte do projeto de remodelação da cidade de São Paulo proposto por Prestes Maia, e colocado em execução a partir do final da década de 1930.

Foram investigados os Viadutos Nove de Julho, Dona Paulina e Jacareí, de maneira que se buscasse informações sobre o processo de construção e suas consequências em jornais da época, além de fotografias e registros, como plantas e cadernos de obras. Para isso, investiguei o acervo de três jornais: Folhas da Manhã, da Tarde e da Noite, do Grupo Folha; Correio Paulistano e O Estado S. Paulo, entre 1920-1940, sobre o processo de construção dos viadutos e suas consequências sobre as demolições. As palavras-chaves utilizadas foram: Viaduto Nove de Julho, Jacareí, Dona Paulina e Maria Paula. O resultado foi a criação de uma tabela que relacionou o número de notícias de jornais de cada viaduto, em um determinado ano com cada um dos veículos de notícias. Ao fazer esta tabela, me deparei com uma das consequências do Plano de Avenidas na Cidade: a escassez de casas de moradias de aluguel e habitações populares no geral.

O motivo da escolha do jornal *Correio Paulistano*[7] foi primeiramente por já ter familiaridade com fontes da imprensa devido às pesquisas ante-

e passaram a demolir os locais de moradia em meados da década de 1940, substituindo os usos dos terrenos, conforme apuramos no levantamento de fontes no Correio Paulistano. Para maiores informações sobre esta lei, ver BONDUKI, 2004.

[7] Este foi o primeiro jornal do estado de São Paulo, lançado em 1854. Desde sua fundação apresentava ideais liberais, mostrando-se avançado para sua época. Posteriormente, se associou ao Partido Conservador, e depois, ao Partido Republicano Paulista (PRP). Os discursos proferidos nas notícias relacionavam-se aos valores do Partido, e por consequência, após a Revolução de 1930, com a derrota da oligarquia paulista que dirigia o PRP, o jornal foi afeta-

riores já mencionadas. Desta maneira, a investigação se iniciou através da Hemeroteca Digital, no jornal Correio Paulistano, com as palavras-chaves: "alargamentos", "melhoramentos" e "demolições + prestes maia", que me permitiu chegar ao problema das moradias populares de 1940.

A partir desta breve contextualização da trajetória de pesquisa e do momento histórico que permeia esse trabalho, é importante delinear que o objetivo deste artigo[8] é discutir os dilemas e contradições entre aquilo que estava proposto no Plano de Avenidas, lançado em 1930 por Prestes Maia, e os resultados e consequências efetivamente colocados em execução na cidade de São Paulo, criticados na imprensa paulistana mais deliberadamente a partir da década de 1940 em adiante.

As promessas por trás do Plano de Avenidas: habitações populares

O Plano de Avenidas é o resultado de um processo de concretização de propostas que vinham sendo desenvolvidas por urbanistas e engenheiros da Prefeitura de São Paulo desde meados de 1910 (LEME, 1990). O grande protagonista por trás do sonho da capital moderna, Prestes Maia, se mostrou favorável às intensas modificações do Plano de Avenidas, ao permitir o aumento da intervenção direta e indireta do Estado para a realização de obras, de maneira que concilia a gestão de serviços urbanos que atingem interesses públicos e privados, em um momento no qual ocupar, predominantemente, a área central, e explorar seu potencial, carregava componentes tecnológicos, operacionais e institucionais que visavam uma concepção sobre a cidade, sua estrutura e seu desenvolvimento futuro.

O discurso utilizado pelo prefeito Prestes Maia dialoga com aspectos da política de gestão pública do espaço urbano adotada desde a Primeira República, do desejo de transformar a cidade em uma futura metró-

do. Foi fechado até 1934, por ordem de Vargas, até ser reaberto e incorporado como patrimônio do Estado. Dali por diante, passou por um período de queda de relevância e problemas financeiros, até ser fechado definitivamente em 1963. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Paulistano, acesso: 14/08/2023.

[8] Esse trabalho é uma adaptação de pesquisas desenvolvidas sob orientação do Prof. Dr. Fernando Atique pertencentes ao projeto "Pauliceia Esfacelada", que tem como objetivo investigar as demolições ocorridas em São Paulo no governo Prestes Maia, e a recepção crítica da imprensa paulistana acerca da crise de moradia urbana entre 1937 até 1949.

pole. Os melhoramentos de São Paulo viriam, na perspectiva do urbanista, resolver aquilo julgado como um male e algo degradante, como "o congestionamento, a aglomeração, as habitações insalubres, a inexistência de obras sanitárias, de iluminação, de água e a falta de esgotos, em suma, tudo aquilo que fossem elementos incompatíveis com o desenvolvimento da cidade" (CARPINTERO, 2007).

Maria Cristina da Silva Leme, em "Revisão do Plano de Avenidas", traz à tona o conceito de que o Plano era um reflexo do pensamento de urbanistas da época, mas mais do que isso, tratava também do papel do Estado e os limites entre planejamento e discurso, e o que realmente foi colocado em prática. Um exemplo entre o limite do que se foi proposto, e o que foi realmente executado, é a questão das Moradias Populares na capital paulista.

Em "Introdução ao estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo", de 1930, Prestes Maia discute como as habitações populares estavam inclusas entre as execuções futuras, de maneira que havia uma comissão de planejamento e estudos. O então prefeito delineou que as habitações populares não estavam ligadas a "belas e espaçosas residências", mas sim regulamentações sanitárias e de utilidade. Para além disso, já estabelecia parte do discurso tecnocrático, ao dizer que não há para tal uma valorização de uma classe social em detrimento de outras, sendo que "no extremo há a questão dos miseráveis, (...), mas essa [questão] é antes de filantropia e formação, que de habitações populares", e continua: "o poder público não pode alterar radicalmente a situação" (MAIA, 1930), ratificando que para esse projeto também teria capital de iniciativas privadas, complementadas por iniciativas públicas.

Prestes Maia traçou um paralelo com habitações populares e suas características e questões, com exemplos estrangeiros, como França, Alemanha, Inglaterra, entre outros, para depois chegar em terras paulistanas. Defendia que "a nossa situação é bem diferente e menos grave" visto que a legislação sobre a habitação popular ainda estava sendo criada, e ainda prosseguiu dizendo que seria "inútil e perigoso reproduzir a alheia". Mais do que isso, o autor defendia como o problema da habitação econômica deveria

ser visto primeiramente como uma questão do "nível geral da vida" e depois de urbanismo, não sendo solucionável com meras construções, era algo maior: intrinsecamente ligado ao transporte, ao *zoning*, a questões de auxílios populacionais construídos e inaugurados, mas que não se concretizou, e, de "papel importante da iniciativa privada" (MAIA, 1930).

As habitações populares, nas palavras do próprio Prefeito, relacionavam-se com questões governamentais e referentes ao urbanismo no geral. Um detalhe que não passa despercebido é ao dizer que, "ao tratar o problema [das habitações] as modalidades variam com as teorias sociológicas", e que estas não seriam do campo do urbanista propriamente dito (MAIA, 1930). A preocupação que cabe para esse plano, seria de compreender os preços de terrenos, de construção e de transporte para a execução das obras públicas, levando em consideração também o processo de crescimento urbano e o movimento de descentralização da cidade, para além de questões estéticas, ou até de conforto.

Com o prosseguir das obras de canalização do Rio Tietê, o Plano de Avenidas previa que as habitações populares seriam ali instaladas, onde a Municipalidade possuía uma área regularizada e disponível, e seria uma possiblidade de oferecer um exemplo oficial de habitação popular. O Prefeito, ao comentar a execução de moradias francesas, enunciou que "as promessas da municipalização frequentemente produzem desilusões" (MAIA, 1930), e, coincidentemente, tornou a construção de habitações de moradia popular uma desilusão para a realidade paulista, não sendo executadas no primeiro mandato de Prestes Maia[9].

Um dilema: as demolições de casas de moradias populares em prol dos melhoramentos urbanos

O crescimento desenfreado de São Paulo, atribuiu um certo caráter de urgência para alguns melhoramentos urbanos em detrimento de outros. A cidade "cresceu na cabeça de um morro", de maneira tão expressiva "que desceu aos vales de entorno", e por sua vez, (...) "os vales acabaram sendo

[9] Em 1938, período do Estado Novo de Getúlio Vargas, Prestes Maia foi nomeado prefeito da cidade de São Paulo através de uma indicação pelo Interventor Federal, Ademar de Barros, permanecendo no cargo até 1945. Posteriormente assumiu a Prefeitura novamente, em 1961, dessa vez eleito, ficando no poder até 1965, ano de seu falecimento.

revista hydra

pequenos para a sua febre de expansão", demandando a construção de estruturas para interligar as regiões da cidade (Correio Paulistano, 1941, p.4).

Não só mudanças físicas, mas no início da década de 1920, já se percebe a constituição da mentalidade paulistana visando estabelecer de uma nova relação com a cidade, sendo passível de se usufruir de obras arquitetônicas planejadas por urbanistas, como pontes, avenidas e túneis. A beleza, a utilidade e a vivência da cidade moderna passaram a estampar as manchetes de jornais. O que destoasse disso, era reportado, de maneira que devesse ser concertado pela municipalidade, ao dizer:

> O sr. Prefeito Prestes Maia construiu, como se sabe, entre a rua da Abolição e a rua de Santo Amaro, o Viaduto Jacareí. Este importante e útil pontilhão atravessa uma das zonas mais infestadas de 'habitações coletivas' da nossa cidade. No dia em que for entregue ao trânsito público, (...) a urbanização daquele trecho central (...) será obrigado a ver (...) uma porção de residências do tipo das que estamos analisando. (Correio Paulistano, 1943, p.5)

O entusiasmo da construção da chamada "Cidade dos Viadutos" no governo Prestes Maia, celebrava através de artigos de jornais a execução das obras dos Viadutos Jacareí, Nove de Julho e Dona Paulina, entre outros, em meio a abertura de grandes avenidas. Entretanto, o tráfego que passava por essas vias, trouxe à tona os cortiços de São Paulo, passíveis de serem avistados dos próprios viadutos, e que "prejudicam a beleza da cidade", como estes localizados na Avenida Nove de Julho, sendo vistos como "(...) celas anti-higiênicas, são um campo aberto aos contágios, são os negros autores de uma estranha promiscuidade que só o extremo pauperismo justifica" (Correio Paulistano, 1944, p.4).

Além disso, os artigos de jornais da grande imprensa do período, como o *Correio Paulistano*, entre 1930 até a 1940, mostram satisfação ao então Prefeito, enquanto narram as desapropriações de prédios e casas na região central, de maneira que "o público poderá ter uma ideia do que será São Paulo dentro de alguns anos, graças ao 'Plano de Avenidas' do atual governador da cidade" (Correio Paulistano, 1942, p.8).

O urbanismo deixa de ser algo intrínseco apenas a profissionais da área e se torna convidativo ao diálogo mobilizando parte da população a se unir diante esse momento importante para a cidade, de maneira que "a colaboração dos

habitantes de uma cidade entregue a imaginação e a técnica dos Agaches e dos Prestes Maia é indispensável (Correio Paulistano, 1943, p.5). Não era necessário o tal conhecimento técnico para compreender e usufruir da magnitude das transformações físicas que aconteciam cotidianamente. Urbanizar passa a ser vinculado a demolir, e demolir, era visto como progredir, portanto, incentivado até então.

Figura 1 – SEQ Figura * ARABIC 1. Fotografia da Rua Japurá, mostrando partes do cortiço Navio Parado, em sua extremidade para a Rua Jacareí. Em cima, aos fundos das casas da Rua Sto. Antônio e atravessando o Vale do Bexiga, as obras do Viaduto Jacareí.
Fonte – DUARTE, Bendito Junqueira.

O discurso encontrado nos jornais e obras sobre o processo de demolição do Plano de Avenidas do período, foi construído sobre uma preocupação maior de expansão e integração, em detrimento da moradia de uma população mais pobre que já habitava as áreas de interesse para intervenções localizadas no centro da cidade. Grande parte da população e seu paradeiro, em especial a que habitava os cortiços ao redor de onde se implantariam as obras planejadas, foi omitida dos discursos sobre Maia e seus feitos em prol da enunciação do aformoseamento progressista na segunda metade dos feitos em prol da enunciação do aformoseamento progressista na segunda metade do século XX em São Paulo.

revista hydra

Figura 2 – <inserir título>

O fato de o centro da urbe ser o grande ponto de partida para as obras de remodelação e o epicentro do processo de expansão da cidade, como o ponto de partida de algo que se irradiasse, do centro até as bordas, não se faz apenas pela mobilidade. As mudanças ali arquitetadas não eram meramente estruturais, mas passariam também por transformações que remodelassem seus padrões visuais, de acordo com as propostas de embelezamento. Essas intervenções de remodelamento relacionavam-se com propostas de reestruturação do centro de modo que possibilitassem posteriormente garantir a "especulação imobiliária". Os projetos urbanos seguiam a lógica de redesenhar o centro, demolindo e reformando construções vistas como precárias e malquistas, para permitir a valorização e nova caracterização de locais que previamente continham a "presença indesejada de pobres encortiçados, mendigos, vadios, bêbados e prostitutas, alocando em seu lugar luxuosos edifícios, para um público consumidor rico e europeizado" (DOMINGUES, 2019).

Fez parte então, do projeto do Plano de Avenidas a grande quantidade de casas de habitação popular desapropriadas e demolidas a fim de seguir

revista hydra

com as obras de diversos melhoramentos urbanos, sendo um deles também a construção dos próprios viadutos. Os arredores dos Viadutos Jacareí e Dona Paulina, localizados no centro da cidade, eram alguns dos locais principais por onde o Perímetro passaria, porém, não apenas isso, também eram vistos como locais decadentes, habitados majoritariamente por moradores de grandes complexos de cortiços da região, como o Navio Parado, nas encostas do Viaduto Jacareí, próximo ao Vale do Bexiga e da Rua Japurá.

O excesso de demolições, principalmente de moradias populares, generalizadas como "casebres já condenados" (Correio Paulistano, 1944, p.4), chegou em um ponto crítico na década de 1940. A remodelação de bairros como o Bexiga e República, entre outros, e, de certa maneira, de suas vizinhanças, impulsionou o processo de gentrificação da cidade, de modo que se expulsasse grande parte da população, em sua maioria, de camadas mais baixas, para fora da zona central e a caminho de áreas periféricas.

A crise de habitações de 1940

Evidencia-se que para todos esses projetos de embelezamento da capital paulista, foi necessária a remodelação de um espaço para atribuir-lhe uma nova utilidade: explorá-lo, ampliá-lo e realizar mudanças ali que impactariam em níveis econômicos, políticos, sociais e culturais. Ampliar espaços implicava remoção de elementos para permitir a entrada de outros. Como mencionado anteriormente, esses desaparecimentos e substituições implicam também na remoção de pessoas que habitavam e já ocupavam esses locais, sendo em sua considerável maioria, parte da população mais vulnerável, obrigada a se retirar para as periferias da cidade. Neste cenário, se delineou a chamada "Crise das Habitações" resultante, principalmente, das demolições frequentes na cidade ordenadas por Prestes Maia (Correio Paulistano, 1946, p.4).

A "Crise de Habitações" desencadeou-se em meio a um panorama caótico: final da década de 1940, com os escombros da Segunda Guerra Mundial no contexto geral, altas taxas de imigração para a cidade de São Paulo, a crise do aluguel – decorrente do rechaço dos proprietários de imóveis por conta da promulgação do Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de

Agosto de 1942, conhecido como Lei do Inquilinato-, e ainda assim, o dinamismo demolidor de Prestes Maia, apontado como um dos maiores agravadores, se não o principal catalisador, da crise das moradias na capital paulista pela imprensa (Correio Paulistano,1946, p.4).

É importante salientar que em 1938, período do Estado Novo (1935-1945) de Getúlio Vargas, Prestes Maia foi nomeado prefeito da cidade de São Paulo através de uma indicação pelo Interventor Federal, Ademar de Barros, permanecendo no cargo até 1945. Por ter sido indicado em meio ao período de censura na imprensa, as críticas mais expressivas em relação ao Plano de Avenidas e suas consequências, essencialmente relacionadas ao então prefeito, surgiram com mais intensidade em artigos de jornais a partir de sua saída do cargo, como:

> Acontece, porém, que a abertura de avenidas e praças em substituição de pardieiros desapropriados sempre agravou, tornou mais aguda, a crise inevitável. Este fenômeno geral por certo não irrompeu invisivelmente, pois foi logo percebido. Não seria o caso, pois, de poupar as residências existentes, ainda que precárias, mas utilizáveis? As questões do trânsito e embelezamento foram adiadas. Acima delas se alçava uma questão mais ponderável, porque dizia respeito ao abrigo de milhares de pessoas. O sr. Prestes Maia, talvez sacrificasse, aos olhos da massa míope seus créditos urbanistas, (...), porém, entendeu que era preferível prosseguir seu plano realmente grandioso. No entanto, poderá o ilustre ex-prefeito negar que as suas demolições havidas durante sua administração, se não determinaram propriamente a crise predial, pelo menos contribuíram para agravar-lhe os efeitos? (Correio Paulistano,1946, p.4)

Além disso, evidenciou-se aqueles que mais se prejudicaram com as desapropriações de imóveis e demolições em massa previstas no Plano de Avenidas, como visto em: "os mais sacrificados são, por consequente, as pessoas de poucos haveres. Os chamados 'cortiços', casa de habitações coletivas são os mais visados" (Correio Paulistano,1946, p.1); e: "substituição de casas de residência individual por prédios de apartamentos foi uma das defesas do sr. Prestes Maia", prosseguindo assim, com a frase: "a verdade, em que pese a grande autoridade do ilustre urbanista, é que o apartamento não substitui a casa de residência" (Correio Paulistano, 1946, p.1). O despejo e as desapropriações tornaram-se frequentes, e a crise de aluguel foi um dos agravantes. A Lei do Inquilinato de 1942, ao estreitar a relação proprietário-inquilino, apresen-

tava brechas contratuais que beneficiaram o proprietário em detrimento do inquilino, que poderia ser forçado a se retirar do imóvel alugado caso fosse desejo do proprietário.

O que ocorria frequentemente neste período era a retirada dos inquilinos - principalmente os de baixa renda - visando a venda da antiga habitação para demolições futuras (BONDUKI, 1994). Outro ponto importante, é que este mesmo decreto-lei congelava o valor de aluguéis da cidade de São Paulo por dois anos, a partir de dezembro de 1941, o que pode ter sido um efeito potencializador da crise do valor dos aluguéis, cada vez mais altos na cidade. Outro ponto importante, é que este mesmo decreto-lei congelava o valor de aluguéis da cidade de São Paulo por dois anos, a partir de dezembro de 1941[10], o que pode ter sido um efeito potencializador da crise do valor dos aluguéis, cada vez mais altos na cidade.

Ao longo dos anos, o aumento dos despejos tornou-se um problema cada vez mais incômodo para os proprietários de imóveis devido ao o processo de mudança na valorização dos solos, visando assim, a obtenção de lucro a partir de investimentos realizados sobre um determinado terreno, e ao aumento dos preços de lotes, principalmente nas áreas centrais. Esse aumento no valor dos imóveis ocorreu principalmente devido aos altos índices de inflação, ao crescimento econômico e às mudanças urbanas (BONDUKI, 1994).

Os avanços urbanos em andamento, as demolições frequentes e o processo de substituição de habitações acessíveis por imóveis comerciais e de luxo causaram um aumento significativo nos preços dos terrenos nas áreas centrais da cidade, impulsionados pelos interesses do setor imobiliário. A Lei do Inquilinato contribuiu para a disparidade entre os valores dos terrenos e os valores dos aluguéis, fazendo com que o terreno valesse muito mais do que um imóvel. Como resultado, vender o terreno ou demolir uma casa existente se tornou mais lucrativo do que alugá-lo novamente. Essa disparidade também foi um dos fatores que impulsionam a verticalização na cidade, levando os proprietários de imóveis a romperem com os inquilinos e

[10] Informações do Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de Agosto de 1942, disponíveis no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados de São Paulo em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4598-20-agosto-1942-414411-publicacaooriginal-1-pe.html, acesso em 17/09/2023.

revista hydra

demolirem suas casas para liberar os lotes para a construção de prédios de apartamentos (BONDUKI, 1994)

A década de 1940 foi marcada pela falta de moradias, a escassez de construções novas, o aumento populacional e o aumento do custo de vida, que, em linhas gerais, resultaram no aumento das casas de cortiços e na construção de casas próprias pelos trabalhadores em bairros periféricos. Essa conjuntura não estava prevista no Plano de Avenidas e foi uma consequência do colapso da produção de habitação popular.

Considerações finais

O processo de demolição permitiu a reconfiguração de áreas da zona central da cidade, incluindo os bairros do Bexiga e da Liberdade, para a construção de corredores nas antigas áreas situadas nos vales dos ribeirões Saracura e Itororó. Essa reconfiguração era necessária para implementar parte do traçado viário do Perímetro de Irradiação no local, a fim de possibilitar a expansão da cidade e a conexão entre o centro e as zonas mais afastadas. Esse traçado viário inclui os viadutos Nove de Julho, Jacareí e Dona Paulina, que estão relacionados com as propostas de Prestes Maia para a reconfiguração do sistema de transporte na cidade em transformação.

A narrativa nos jornais e obras sobre o Plano de Avenidas do período prioriza mostrar os movimentos de urbanização e expansão da cidade, em vez de destacar as injustiças e violências contra a antiga vizinhança de trabalhadores de baixa renda que seriam obrigados a se realocar. A população que habitava os cortiços nas áreas das obras planejadas foi omitida nos discursos sobre Maia e seu projeto de embelezamento progressista em São Paulo na primeira metade do século XX. Após a saída do prefeito, no final dos anos 40, as críticas na imprensa se tornaram mais frequentes e diretas.

Por fim, as transformações na cidade tiveram grandes consequências sociais e econômicas, destacando-se a Crise de Habitações. As demolições em massa afetaram principalmente a população menos favorecida. Discursos de figuras públicas buscavam mobilizar a população, mesmo sendo ela a mais

afetada pelas transformações. Esses efeitos revelam limitações internas no Plano de Avenidas, que causaram também conflitos na cidade.

Fontes primárias

Correio Paulistano. São Paulo, 15 de julho de 1941, p.04.

Correio Paulistano. São Paulo, 03 de fevereiro de 1943, p.05.

Correio Paulistano. São Paulo, 19 de novembro de 1944, p.04.

Correio Paulistano. São Paulo, 30 de janeiro de 1942, p.08.

Correio Paulistano. São Paulo, 01 de julho de 1943, p.05.

Correio Paulistano. São Paulo, 06 de abril de 1946, p.04.

Correio Paulistano. São Paulo, 26 de setembro de 1944, p.04.

Correio Paulistano. São Paulo, 23 de agosto de 1946, p.01.

Correio Paulistano. São Paulo, 06 de abril de 1946, p.04.

Referências bibliográficas

BRITT, Andrew G. *I'll Samba Someplace Else: Constructing Identity and Neighborhood in São Paulo, 1930s-1980s*. 2019. 132 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Laney Graduate School, Atlanta, 2018.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. 3. ed. São Paulo: Análise Social, 1994. 127 v.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 344 p.

CAMPOS, Candido Malta. Os Rumos da Cidade: Urbanismo e Modernização em São Paulo. Senac, 2002.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Tempo e História no Plano de Avenidas. Urbana: Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade.CIEC/UNICAMP, Campinas, v. 2, n. 2, p.1-11, 2007.

DOMINGUES, Carolina Gomes. Da Vila Barros ao edifício Japurá: quando o moderno bate à porta, são paulo 1920-1950. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História do Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LEME, Maria Cristina da Silva. Revisão do Plano de Avenidas: um estudo sobre planejamento urbano em São Paulo, 1930. São Paulo: Fau/usp, 1990. 255 p.

LUCCHESE, Maria Cecilia. "João Florence de Ulhôa Cintra: influências, amizades e profissão". Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU USP), V. 14, n. 1, pp. 99-105, mai. 2016.

MAIA, Francisco Prestes. Os Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1945.

_____. Introdução ao Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1930.

ROLNIK, Raquel. Territórios em conflito – São Paulo: espaço, história e política, 2007.

SOMEKH, Nadia. CAMPOS, Candido Malta (orgs). A cidade que não pode parar. Planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Editora Mackenzie. 2008.

TOLEDO, Benedito Lima de. Preste Maia e as origens do Urbanismo Moderno em São Paulo. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TOPALOV, Christian. A Aventura Das Palavras da Cidade: Através Dos Tempos, Das Línguas e Das Sociedades. 1. ed. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014. p. 281-288.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. pp.170-242.

revista hydra

RESISTÊNCIA E REBELDIA: A PERSPECTIVA ZAPATISTA DIANTE DA LUTA GLOBAL CONTRA A HIDRA CAPITALISTA

GALEANO, Subcomandante Insurgente. *Contra a Hidra Capitalista*. Tradução de Camila de Moura. São Paulo: N-1 Edições, 2021. 192 p.

Rodrigo de Morais Guerra[1]

E se o atual estágio do capitalismo não estiver caminhando em direção a um colapso final do sistema, mas, na verdade, estiver se alimentando, cada vez mais, da própria destruição que ele mesmo provoca? E se o atual estágio do capitalismo, na verdade, não estiver enfraquecendo, mas se tornando cada vez mais dominante e violento? E se o sistema capitalista não representar apenas um modelo econômico, vigente no mundo globalizado, mas uma verdadeira *guerra mundial*, a favor de seu próprio crescimento e contra toda expressão de vida contida no planeta? São essas algumas das provocações suscitadas pelos zapatistas na obra "Contra a Hidra Capitalista" – obra que compõe uma coleção organizada pela n-1 Edições em torno de diferentes aspectos da luta zapatista – e que desafiam o leitor a compreender de maneira profunda as complexidades e transformações do capitalismo, no curso da História.

Trazendo à tona a problemática central do atual estágio do capitalismo enquanto uma *guerra mundial*, o movimento zapatista, caracterizado por Peter Pál Pelbart (2021) como "uma insurgência que reverteu a mercantilização da existência" (p. 07), nos convida a realizar uma reflexão crítica sobre as origens do capitalismo, para que, assim, através do estudo de sua genealogia, possamos saber como lidar com os desafios que esse sistema impõe à realidade – e principalmente à sobrevivência – nos dias de hoje. O conjunto de textos apresentados na obra, consistem em uma série de discursos realizados pelo Subcomandante Insurgente Galeano[2], durante

[1] Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: rodrigo.morais.guerra@gmail.com.

[2] Em 2 de maio de 2014, José Luis Solís López, professor zapatista no território autônomo *Caracol de La Realidad*, mais conhecido por Galeano, foi assassinado. No dia 25 de maio, após uma série de homenagens em memória ao maestro Galeano, o Subcomandante Insurgente Marcos,

o *Seminario El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista*, realizado no ano de 2015, no qual, como o próprio nome do evento ressalta, os zapatistas se propuseram a pensar criticamente o capitalismo, investigando métodos e teorias capazes de aprofundar a compreensão desse sistema e, por conseguinte, originar novas práticas de combate e resistência. Dito isso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar parte do pensamento zapatista frente à conjuntura político-econômica-ideológica neoliberal, no contexto do mundo moderno globalizado e os caminhos que os mesmos buscam desenvolver, em uma escala global de resistência – e sobrevivência – anticapitalista.

Tendo a sua aparição pública na madrugada do dia 1 de janeiro de 1994, no estado mexicano de Chiapas, o movimento zapatista, representado naquele momento pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), perpassou por diferentes etapas ao longo dessas mais de duas décadas desde a sua insurgência, fazendo deste um movimento que, hoje, tem na dimensão global uma de suas principais vertentes de suas lutas. Situando-se como um movimento de combate ao colonialismo de longa duração, ou, como os próprios zapatistas manifestam, a *larga noche de los 500 años*, o zapatismo vem se manifestando enquanto um movimento que não almeja propor uma *revolução*, mas, sim, a criação de uma ampla rede de diálogos e resistências que ensejem um novo mundo, como os mesmos colocam, "um mundo onde caibam muitos mundos": "*El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la rían, que la amanezcan todos*" (C.C.R.I. C-G del EZLN, 1996).

Ao analisar a experiência dos zapatistas, Jérôme Baschet nos mostra que as suas lutas constituem em uma grande teia, uma grande rede que tece, sem cessar, "conexões de interconhecimento, cruzando e interpenetrando geografias distantes, constituindo relações de troca e ajuda mútua entre lutas diversas e, entretanto, interdependentes", constituindo, assim,

principal porta-voz do zapatismo nas etapas iniciais do movimento, anunciou a sua "morte" para dar a vida ao Subcomandante Insurgente Galeano. Ver SUBCOMANDANTE INSURGENTE GALEANO. ENTRE LA LUZ Y LA SOMBRA. México, 2014. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/>. Acesso em 17 de jul. de 2023.

uma "rede planetária de lutas, a fim de defender a vida, tão gravemente ameaçada pela loucura de um sistema capitalista cada vez mais destruidor" (BASCHET, 2021, p. 21-22). Compreendendo o caráter global do movimento, podemos situar o zapatismo enquanto uma luta que abarca demandas plurais associadas à problemáticas históricas centrais mais densas, como a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e a própria noção de *modernidade*, e que, hoje, se traduzem no atual estágio do capitalismo: uma guerra mundial contra tudo o que se opõe ao desenvolvimento, ao *progresso*, do próprio sistema.

No texto inicial da obra, intitulado de "O muro e a fenda – primeira nota sobre o método zapatista", percebemos dois elementos centrais na práxis zapatista desde a sua insurgência: a *rebeldia* e a *resistência*. Podemos observar que a luta zapatista consiste em uma luta pautada, sumamente, pela resistência "de não se render, de não se vender, de não fraquejar" (GALEANO, 2021, p. 18), e pela rebeldia, abrindo fendas no muro da história: "e se não há fenda, pois bem, fazemos uma – raspando, mordendo, chutando, golpeando com as mãos e a cabeça, com o corpo todo, até causar na história a exata ferida que somos" (p. 28). Neste sentido, a luta dos zapatistas diante da Hidra Capitalista, caracterizada pela Menina Defensa Zapatista como o "capitalismo cabeçudo", um sistema que "engole tudo, e, quando fica gordo demais, vomita e volta para a comilança" (GALEANO, 2021, p. 36), está alicerçada nestes dois pilares (resistência e rebeldia) de tal modo que, conforme o próprio sistema capitalista foi se transformando ao longo do tempo, os modos de resistência e rebeldia também o foram. Logo, esta dinâmica revela um outro método muito intrínseco ao movimento, o método do *perguntando caminhamos*: "O pensamento crítico tem por motor o questionamento. Por que isto e não outra coisa? Por que assim e não de outro modo? Por que aqui e não em outro lugar? Perguntando se caminha, dizemos os zapatistas, as zapatistas" (GALEANO, 2021, p. 49).

Desde o seu levante, na madrugada do dia 1 de janeiro de 1994, os zapatistas demonstraram representar um movimento que parte da realidade concreta para determinar os caminhos de seus próximos passos, de tal forma que o movimento, ao longo dos anos, passou por diversas transformações

e reinvenções, descartando qualquer resolução abstrata, ou *a priori* – o que, inclusive, os fez se posicionarem nos embates ideológicos mais como "rebeldes sociais" do que como "revolucionários". O método zapatista consiste no de "perguntar e caminhar", ou seja, não reduzir os objetivos finais de sua luta a um passo a passo já pré-estabelecido, mas a compreender a conjuntura que está associada aos desafios cotidianos e, no próprio cotidiano, nutrir a resistência e a rebeldia que lhes fornecerão as respostas. Se trata de uma experimentação constante, um caminho que se faz caminhando, aliando teoria e prática. Daí a importância da compreensão da luta zapatista em uma escala global e do próprio *Seminário* que deu origem a esta obra: se o capitalismo vem se desenvolvendo e atacando a humanidade a partir de diferentes frentes (ou cabeças da Hidra), é necessário também um movimento amplo e aberto às diversas contribuições para lidar com este desafio que aflige toda a humanidade. Por isso, defende o Subcomandante Insurgente Galeano:

> Pois não se trata aqui de conquistar adeptos para essa ou aquela corrente de análise ou da forma como cada uma se expressa, mas sim de provocar ideias, pensamentos, discussões, debates. O objetivo não é vencer um suposto oponente ideológico, mas responder à pergunta que todas, todos, *todoas* faremos cedo ou tarde: o que vem depois? (GALEANO, 2021, p. 45).

Isto posto, propõe o zapatismo que seja feita uma genealogia do capitalismo para que sejam desenvolvidos novos conceitos e teorias voltadas para o pensamento crítico e propositivo que permitam entender não apenas a multiplicidade das cabeças da Hidra Capitalista, mas também sua persistência, sua transformação contínua e sua capacidade de regeneração (GALEANO, 2021, p. 128). Assim, defende o Subcomandante:

> Se pudermos reconstituir a gênese e determinar o modus operandi do criminoso, poderemos prendê-lo e eliminá-lo. Poderemos encontrar uma maneira de derrotar a Hidra se a entendermos, se a conhecermos. E conhecê-la é saber como ela chegou a ser o que é. Em suma: precisamos de um Iolau. Precisamos de teorias e conceitos. E precisamos da lógica e da confrontação com a realidade. E, sobretudo, precisamos do pensamento crítico para manter o nosso conhecimento a respeito da Hidra em constante crise, isto é, em movimento (GALEANO, 2021, p. 134).

revista hydra

Nesta tarefa de investigar qual seria a genealogia da Hidra, surge com bastante ênfase o materialismo histórico proposto por Karl Marx. Apesar das transformações pelas quais o sistema capitalista passou – e continua passando – ao longo da história, o discurso zapatista chama a atenção para as continuidades de alguns dos conceitos fundamentais propostos por essa teoria crítica, como, por exemplo, a ideia contida na obra de Marx acerca da acumulação primitiva do capital, ao se referir sobre a espoliação e violência pela qual os povos originários passam até os dias de hoje. O Subcomandante Galeano destaca que essa empreitada intelectual no campo da teoria política e econômica faz parte de um movimento no sentido da sobrevivência dos povos indígenas e demais minorias no mundo globalizado. Não se trata, portanto, no discurso zapatista, de validar academicamente uma teoria em detrimento de outra, mas de buscar nas teorias desenvolvidas ao longo da história alicerces que sustentem de maneira ainda mais firme a luta cotidiana desses povos. Diz o Subcomandante:

> O que nos motiva não é um interesse acadêmico (legítimo, diga-se de passagem). É uma questão de sobrevivência. E não enquanto organização (nossa data de validade não nos tira o sono), mas enquanto povos originários. E mais, embora isso não seja compreendido aqui e agora: enquanto humanidade (GALEANO, 2021, p. 136).

E complementa:

> Com esses dados, podemos ensaiar uma análise, e nos daremos conta de que, ao que parece, uma das cabeças da Hidra (talvez a cabeça-mãe?) está se regenerando por meio de um retorno à sua história primitiva: a espoliação violenta. Como se a Hidra dissesse: "Não concluí o trabalho que comecei. Preciso voltar para terminá-lo". Como se o capitalismo tentasse agora algo que parecia impossível: fazer voltar o relógio da história. Voltar ao ponto em que ele nasceu como sistema, "escorrendo sangue e lama" (GALEANO, 2021, p. 139).

Nesta busca de uma compreensão mais aprofundada acerca das complexidades do capitalismo que tem se proliferado no mundo globalizado e ameaçado a existência de povos e culturas que confrontam a sua lógica, o discurso zapatista identifica o processo atrelado à *modernidade* como uma das chaves para o desenvolvimento do sistema: "o nome dado no lado de cima a esse processo de espoliação é PROGRESSO, e é um dos sinônimos

da modernidade" (GALEANO, 2021, p. 148). Nesta busca incessante pelo *progresso*, pelo *desenvolvimento*, apontam os zapatistas que não serão apenas os povos indígenas e a natureza que irão sofrer com as consequências do avanço da Hidra, mas toda a humanidade, classificando, portanto, o atual estágio do capitalismo como uma guerra mundial:

> A tormenta já ameaça a cidade e o campo. Não é algo nacional, dizem. Em diferentes pontos do planeta encontramos os mesmos sintomas. O zapatismo "captura", como se diz, acho, a essência e sentencia: uma guerra, uma guerra mundial, uma guerra cujo único inimigo é a humanidade (GALEANO, 2021, p. 150).

Assim, chegamos ao último eixo temático da obra que é intitulada justamente como "UMA GUERRA MUNDIAL". Neste ponto, a ênfase do discurso zapatista é a de que o capitalismo e a guerra estão em uma relação umbilical de produto e produtor – e vice-versa –, logo, constituindo uma "destruição propositiva" (GALEANO, 2021, p. 159) e um "caos administrado para depois reordenar" (GALEANO, 2021, p. 161). Chegando à conclusão nefrálgica de que o desenvolvimento da Hidra Capitalista não está somente atrelado à destruição do homem e da natureza, mas que reside exatamente neste aspecto o seu próprio desenvolvimento. Outrossim, resgatando, então, a história do capitalismo a partir da sua genealogia, se chegaria a uma linha de tensão principal: a guerra. E da mesma maneira como, ao longo do processo histórico, o capitalismo se nutriu a partir da guerra fomentada por ele próprio, hoje permanece esta lógica de destruição e reconstrução, articulada pelo próprio sistema, e ainda mais complexa e desafiadora, a partir do momento em que a Hidra tem multiplicado suas cabeças, ou seja, seus pontos de alcance na vida social. Citando mais uma vez o Subcomandante Insurgente Galeano: "O tempo todo e em todos os lugares o sistema destrói e mata. Não é que a sua existência provoque guerras: ele existe por meio da guerra. [...] desordenar para reordenar. Sim, o capitalismo provoca o caos e dele se nutre" (GALEANO, 2021, p. 168).

Neste ponto, podemos salientar que a interpretação do atual estágio do capitalismo enquanto uma guerra mundial, proposta pelos zapatistas, encontra diálogos possíveis também em outras análises sociais, em relação

ao mundo globalizado. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos compreende o atual modelo capitalista como um *capitalismo abissal*, ou seja, como "a forma mais violenta do capitalismo", como "aquela que revela de maneira mais explícita a sua natureza original" e que "se consolida reconfigurando o colonialismo e o patriarcado para os pôr ao seu serviço", promovendo a separação abissal entre a humanidade e a sub-humanidade transformada em população descartável, corpos racializados e sexualizados para mortificação e ocasião de lucro (SANTOS, 2021, p. 81). Neste mesmo sentido, Jérôme Baschet situa o atual estágio do capitalismo como uma guerra, ao perceber que a lógica totalizante da economia se é estendida a todos os aspectos da vida como uma das principais características do capitalismo neoliberal, de tal modo que esse sistema implica a destruição de qualquer expressão de vida que não se adeque a ele, logo, compreendendo uma guerra mundial, na qual os inimigos são qualquer cultura que não contribua para o crescimento descontrolado do próprio sistema (BASCHET, 2021, p. 210). Desta forma, ao conceituar o atual estágio do capitalismo como a *Hidra Capitalista*, os zapatistas propõem uma interpretação crítica que compreende uma diversa gama de problemáticas históricas associadas aos desafios a serem superados na busca de um outro mundo possível: o colonialismo de longa duração, a dissociação entre homem e natureza na concepção da *modernidade*, o tempo histórico linear e direcionado ao irrefreável *progresso*, as monoculturas e supressões de epistemologias outras que não estejam associadas ao eixo europeu-ocidental etc.

Essas diferentes cabeças da Hidra requerem, portanto, diferentes abordagens. Um dos caminhos propostos pelos zapatistas seria a genealogia do capitalismo, como já dito anteriormente, a fim de identificar mecanismos que se adaptaram à realidade e permanecem gerindo a vida da Hidra e de tudo e todos assolados pelo sistema. Todavia, apesar de reconhecer a importância da genealogia do capitalismo e da identificação de suas bases fundamentais, bem como das análises sociais pautadas pelo materialismo histórico, os zapatistas ao problematizarem a Hidra Capitalista também urgem por novos entendimentos e práticas que sejam capazes de combater este monstro de múltiplas cabeças nos seus diferentes contextos sociais. Se a Hidra

Capitalista se reinventou ao longo do tempo e, não apenas sobreviveu, como aumentou o seu alcance sobre diferentes esferas do convívio no mundo globalizado, as armas de combate à Hidra (e aqui também está inclusa a teoria), também devem surgir a partir dos diferentes contextos, associados à esta realidade, fazendo do exercício cotidiano um exercício propositivo que busca na história e nas análises sociais pistas e caminhos de como seguir daqui para frente, fortalecidos pelo caleidoscópio histórico-cultural que ampliam o leque de possibilidades do combate e resistência. Sintetiza o Subcomandante:

> Como zapatistas que somos, pensamos que a tarefa teórica e analítica deve ser um trabalho coletivo. Não só porque muitos olhares compensam o cansaço da sentinela, já que podem perceber coisas que individualmente passam despercebidas. Mas também porque a realidade, sobretudo a realidade social, é muito complexa, e o seu espelho mostra muitas caras. [...] Tanto no conhecimento quanto na luta (mas esse já é outro tema) é mais fácil para a Hidra derrotar e engolir os pensamentos unificados (GALEANO, 2021, p. 181-182).

Em suma, o conjunto de discursos do Subcomandante Insurgente Galeano que compõem a obra aqui apresentada, constitui uma perspectiva do movimento zapatista frente ao capitalismo em escala global. Interpretando este sistema como uma guerra contra a humanidade, como uma Hidra que possui múltiplas cabeças e, assim, amplia o seu poder destrutivo, os zapatistas propõem que a luta contra este sistema que é vasto e diversificado seja, portanto, uma luta vasta e diversificada, recorrendo, também, à teoria e ao pensamento crítico que propulsionem novas atuações práticas na realidade. Ao nos apresentar o atual estágio do capitalismo como uma guerra mundial, um *capitalismo abissal*, no qual o seu fim se confunde com o fim de tudo que vive neste planeta, identificamos no discurso zapatista um único caminho possível para a superação dessa crise final: a construção de um mundo novo. Um mundo que não continue a reproduzir o colonialismo estrutural que constituiu a modernidade ocidental e que se irradiou mundo afora através da globalização; um mundo que resgate epistemologias ancestrais; um mundo que proponha novos modelos de sociabilidades; um mundo que crie uma nova estética política. Para tanto, a emergência desse mundo novo haverá de surgir de fora dos limites da própria modernidade, ou seja, o que os zapatistas pro-

põem consiste na construção de um mundo novo pautado em *diálogos inter-culturais* que promovam uma nova cultura política; uma cultura *transmoderna* (DUSSEL, 2016). Sendo esse, portanto, o grande objetivo que interpretamos que há por trás das iniciativas zapatistas em promover o diálogo com diferentes culturas e teorias críticas da realidade – como, por exemplo, o *Seminario el pensamiento crítico frente a la Hidra Capitalista*, que deu origem a obra aqui resenhada –, assumindo as suas lutas como uma luta global em prol da dignidade: humana e não-humana.

Concluindo, a obra Contra a Hidra Capitalista se mostra como uma importante contribuição para o campo da História na medida em que nos apresenta a perspectiva zapatista diante de uma problemática global e que nutre suas raízes em heranças históricas que permeiam as vidas de diferentes minorias, em diferentes lugares do mundo. Ademais, ao proporem a conceituação do sistema capitalista a partir da alegoria da Hidra, os zapatistas nos provocam a expandir, também, nossos olhares e, por conseguinte, nossas análises, possibilitando diálogos diversos com outras áreas das ciências humanas na busca da produção do saber e interpretação crítica da realidade. Em última instância, ao nos convidarem a aguçar este olhar diante da complexidade do capitalismo em seu estágio atual, os zapatistas propõem não somente que se resista bravamente, mas que se derrote a Hidra e, com isso, outro mundo seja possível, um mundo que não reduza o nosso potencial de humanidade, de vida e de criatividade; um mundo que esteja aberto às possibilidades de utopias e que não se conforme com o fim da história, em outras palavras, *um mundo onde caibam muitos mundos*.

REFERÊNCIAS

BASCHET, Jérôme. *A Experiência Zapatista*: rebeldia, resistência, autonomia. São Paulo: N-1 Edições, 2021. Tradução de: Domingos Nunez.

Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. *Cuarta Declaración de La Selva Lacandona*. México, 1996. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acessado em 17 de jul. de 2023.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, jan. 2016.

GALEANO, Subcomandante Insurgente. Contra a Hidra Capitalista. São Paulo: N-1 Edições, 2021. 192 p. Tradução de: Camila de Moura.

PELBART, Peter Pál. Apresentação. In: GALEANO, Subcomandante Insurgente. *Contra a Hidra Capitalista*. São Paulo: N-1 Edições, 2021. 192 p. Tradução de: Camila de Moura.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber* - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O futuro começa agora*: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE GALEANO. *Entre la Luz y la Sombra*. México, 2014. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/>. Acesso em 17 de jul. de 2023.

revista hydra

JEAN GRAVE E AS REDES DO ANARQUISMO FRANCÊS: 1854 -1939 DE CONSTANCE BANTMAN

BANTMAN, Constance. *Jean Grave and the networks of French Anarchism*, 1854 - 1939. Palgrave Macmillan: Switzerland, 2021.

Kauan Willian dos Santos[1]

Jean Grave foi um ativista, jornalista e militante anarquista, editor de um dos principais periódicos anarquistas da França, o *Le Révolté*, juntamente com Eliseé Reclus, e posteriormente organizando o *Les Temps Nouveaux*. Já na década de 1880, Grave passou de seu socialismo heterodoxo para as fileiras libertárias, principalmente influenciado pelos escritos de Piotr Kropotkin. Uma de suas principais questões era impulsionar o internacionalismo, ou seja, a ideia de que as insurgências e revoluções não podem se restringir a um grupo étnico ou nacional.

Essa perspectiva não era nova, em 1836 a Associação dos Trabalhadores declarava que "os interesses dos trabalhadores de todos os países do mundo estão identificados", devendo os operários "formar, se possível, uma união com os países em sua volta."[2] O nascimento e a emergência dessa classe, assim como sua consciência, foram marcadas também por seus debates sobre a organização no nível local, mas também de forma transnacional e internacionalista. O autor Marcel Van der Linden nos mostra que a "própria criação da Primeira Internacional (a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou AIT) foi, até certo ponto, resultado desses acontecimentos."[3] Antes disso, Marcus Rediker e Peter Linebaugh defendem que pelo menos desde o século XVII, com o avanço da dominação no Atlântico pelas potências europeias do período, as classes populares eram vistas como uma hidra de muitas cabeças,

[1] Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorando no Departamento de História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: kauanwillian09@gmail.com.

[2] "Carta às classes trabalhadoras belgas" citada em VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2013. P.298.

[3] Idem. P. 299.

unindo "marinheiros, plebeus, delinquentes, amantes, tradutores, músicos e trabalhadores itinerantes de todos os tipos".[4]

É interessante notar que as discussões entre o local, o nacional e o global também apareceram nas correntes historiográficas que visam compreender os grupos subalternos e seus movimentos sociais e políticos. Uma delas, a micro-história, principalmente a de matriz italiana, acredita que focar em um objeto mais circunscrito, como um grupo, uma pessoa, ou um acontecimento, pode complexificar um processo social mais amplo - econômico, político ou cultural - observando suas nuances, formas de resistências e especificidades. O historiador Giovanni Levi, por exemplo, defende que a proposta de redução na escala de observação precisa primeiramente esclarecer brechas deixadas pelas análises estruturais e conjunturais, ou seja "compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante"[5]. Em segundo lugar, também pode complexificar tais análises e enredos históricos construídos anteriormente. Não obstante, essa narrativa deve ter cautela em não se apropriar dos exemplos minoritários e transformá-los em generalizações, ou ocultar e negligenciar possíveis experiências.[61] Na verdade, o historiador Jacques Revel revela que "a abordagem micro-histórica [...] afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento."[6]

De outro lado, outra posição descendente das contribuições da História Social, principalmente sob a lente da "história vista de baixo" e sua junção com a "História Global" é a chamada História do Trabalho Global ou Transnacional, que visa compreender processos históricos do chamado "mundos do trabalho". Essa corrente versa a história dos subalternos e sua dialética com as instituições em amplos processos que ultrapassam as fronteiras nacionais.[7] Sendo assim, muitas vezes, essa tendência também trava

[4] LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. P.15.

[5] LEVI, Giovanni. "Usos da biografia." In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. P.175.

[6] REVEL, Jacques. "Microanálise e construção social." In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. P.20.

[7] Ver VAN DER LINDEN, Marcel Van. *Trabalhadores do Mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas – São Paulo, Editora da Unicamp, 2013.

debates intensos com as pesquisas que reduzem seu foco analítico. Não obstante, autores como Henrique Espada Lima e Marcel Van der Linden defendem que as duas correntes podem se beneficiar, construindo um jogo de escalas. Para Lima, "elas correspondem ao impulso necessário de redefinir os contextos relevantes e as categorias analíticas nas quais escrevemos, entre outras, as histórias de homens e mulheres escravizados, trabalhadores forçados e engajados, empregados domésticos."[8] Para Van der Linden, a História Global do Trabalho "não precisa ser feita apenas na grande escala; ela pode incluir também a micro-história". Seria assim possível escrever uma "história global de um lugarejo, de um lugar de trabalho, ou de uma família".[9]

Os estudos sobre o anarquismo foram beneficiados por esses debates, influenciando diversas pesquisas com impacto historiográfico. É nesse contexto que podemos alocar a nova obra de Constance Bantman, "Jean Grave and the Networks of French Anarchism, 1854–1939", publicada em 2021 pela Palgrave Macmillan. Bantman, vinculada ao departamento de Literatura e Linguagens da Universidade de Surrey, no Reino Unido, foca suas pesquisas na história do movimento anarquista francês entre 1870 e 1939, com ênfase nas redes transnacionais e na cultura impressa desses ativistas e militantes. A autora tem contribuições aos estudiosos desse período, investigando como diversas redes anarquistas e sindicalistas eram construídas em meio à formação dos Estados-nacionais. Ela também se debruça às formas de linguagens e experiências libertárias que mudaram e se adaptaram conforme tais transferências e trânsitos. Dentro deles podemos citar a organização da obra "New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism: The Individual, the National and the Transnational" com Dave Berry e da obra "Reassessing the Transnational Turn: Scales of Analysis in Anarchist and Syndicalist Studies" com Bert Altena. Também podemos citar os livros autorais como "The French Anarchists in London (1880-1914): Exile and Transnationalism in the First Globalisation", assim como artigos em diversas revistas espalhadas pelo globo.

[8] LIMA, Henrique Espada. "No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho". *Topoi*, v. 16, n. 31, p. 571-595, 2015. P.584.

[9] VAN DER LINDEN, Marcel. "The Promise and Challenges of Global Labor History." *International Labor and Working Class History*, v. 82, p. 57-76, 2012. P.7

Desta vez, a autora prefere reduzir sua lente em um dos militantes anarquistas, Jean Grave, focando principalmente em suas contradições. Nesse sentido, ele era um jornalista lido por milhares (incluindo a França e outros países), mas era tímido e saía pouco de sua casa. Do mesmo modo, ele tinha escritos sobre a importância da solidariedade internacional e foi um dos primeiros a se deter sobre o anti-imperialismo necessário para a luta contra a dominação francesa sob suas colônias, mas nunca saiu de seu país. Ainda, "ele era um homem da palavra escrita, numa época em que o movimento anarquista prosperava através de reuniões, conferências, agitação de rua e ação direta e quando oradores carismáticos ocupavam o centro do palco."[10]

Mesmo assim, ao contrário de ser uma "anomalia", foram suas elaborações e aproximações ideológicas, estratégicas, táticas e de linguagem, assim como seu reconhecimento entre anarquistas e socialistas que alocam o personagem nessa extensa rede construída entre diversos países, possibilitada pelos avanços dos meios de comunicação e pelas migrações em massa do período. Suas características pessoais não impediram seu jornal de ser usado e fazer parte de uma elaboração coletiva, servindo de palco para a comunicação de diversas organizações, sindicatos, militantes e ativistas. Do mesmo modo, sua introspecção não era impedimento para debates que ocorriam principalmente através de escritos nos periódicos operários, divulgando, discutindo e até organizando a classe trabalhadora em diversos lugares. Ou seja, sua experiência, embora com particularidades, não deixava de absorver, e ao mesmo tempo influenciar, os debates anarquistas e socialistas libertários. Tudo isso acaba transformando sua trajetória política numa chance de compreender tais correntes políticas neste processo histórico. Para Stefan Berger, no prefácio da obra, "a biografia de Grave de Bantman implanta a teoria da rede social para destacar uma série de tensões importantes no cerne da escrita e do ativismo de Grave. Estas foram as "tensões que caracterizaram o anarquismo e as redes anarquistas de forma mais geral."[11]

[10] BANTMAN, Constance. *Jean Grave and the networks of French Anarchism*, 1854 - 1939. Palgrave Macmillan: Switzerland, 2021. P.1. Tradução nossa.

[11] BERGER, Stefan. "Preface". In: BANTMAN, Constance. *Jean Grave and the networks of French Anarchism*, 1854 - 1939. Palgrave Macmillan: Switzerland, 2021. P.viii. Tradução nossa.

Para o historiador Davide Turcato, o anarquismo foi muito mais uma "uma Hidra de muitas cabeças, e não uma Fênix que morria e renascia como nova".[12] Portanto, analisar tal corrente política circunscrita apenas numa fronteira nacional enfraquece o entendimento desse fenômeno. Muitas vezes os militantes políticos radicais migraram em razão de exílios ou repressões, quando enfraquecidos em determinado país ou região, mas logo fortaleciam outro lugar ou rede, criando outras táticas, estratégias e novas ferramentas comunicacionais. Essa intensa mobilidade também fazia tais anarquistas ou socialistas absorverem as pautas de cada localidade, ajudando o anarquismo a ser internacionalista na própria prática. Evidentemente, isso não cancelou a contradição de mobilizarem o trânsito de ideias etnocêntricas ou nacionalistas implícitas dos ativistas viajantes.[13]

O livro de Constance Batman está dividido em oito capítulos. No primeiro, a autora discorre sobre as redes anarquistas, principalmente ancorada em um debate historiográfico e sociológico atual e realocando a experiência de Jean Greve neste contexto. Em seguida, no segundo capítulo, a autora adentra a história do anarquismo francês entre 1854 e 1885, juntamente com a trajetória política de Grave em meio aos seus esforços de comunicação e jornalismo, da tradição da Comuna de Paris e da brutal repressão que se seguiu no país. No terceiro capítulo, Bantman foca no "transnacionalismo sedentário" de Grave, possível graças à construção de redes a partir da participação do personagem em jornais, periódicos, opúsculos, livros e cartas, que eram também ferramentas imprescindíveis para a construção e conformação do anarquismo.

Entre 1892 e 1894, o anarquismo atingiu o ápice da "propaganda pelo fato" com ações insurrecionais violentas de ação direta, e a França é

[12] TURCATO, Davide. "Italian Anarchism as a Transnational Movement, 1885–1915." *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis*, vol.52, p. 407–444, 2007. P. 3. Tradução nossa.

[13] Ver ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: Anarquismo e Imaginação anticolonial*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp; Fortaleza – Ceará: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014; TOMCHUCK, Travis. *Transnational Radicals: Italian Anarchists in Canada and the U.S: 1915-1940*. UofmgPress: Canada, 2015; PAOLA, Pietro Di. *The Knights Errant of Anarchy London and the Italian Anarchist Diaspora (1880-1917)*. Liverpool University Press, 2013 e TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: Ideias e Militantes Sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 - 1945)*. *São Paulo - Campinas: Editora da Unicamp, 2004*

um dos palcos desses eventos. No quarto capítulo é analisado como Jean Greve estava inserido neste contexto uma vez que seus jornais foram centrais para as discussões e divulgações das diversas atividades libertárias, entrando no circuito também da repressão.

A autora também analisa, principalmente no quinto capítulo, como Jean Grave e outros anarquistas e libertários também debatiam, divulgavam e tentavam intervir na literatura "mainstream", legitimando sua ideologia também entre classes mais abastadas. No sexto capítulo, no entanto, são evidenciados os limites da propaganda anarquista, criticada inclusive pelos anarquistas que defendiam métodos mais solidificados de organizacionismo. A autora também discorre sobre o "Manifesto dos dezesseis", documento assinado por Grave, Kropotkin, e outros, defendendo os aliados durante a Primeira Guerra Mundial, e intensamente criticado por outras organizações e redes anarquistas, que defendiam majoritariamente o antimilitarismo. Nesta parte talvez esteja uma das principais limitações da obra, uma vez que ao focar em apenas um personagem, mesmo que inserido nessa rede mais ampla, não consegue adentrar muito as posições majoritárias do anarquismo no período, como no caso da posição contra a guerra, e do "anarquismo de massas"[14], que tinha na estratégia sindicalista revolucionária seu principal vetor.

No sétimo capítulo e em sua conclusão, Bantman foca nos esforços de reorganização do anarquismo e de Grave após 1918, e principalmente sobre a "escrita de si", tanto do militante, mas também do próprio anarquismo sobre seu período áureo. Ela fala sobre o apagamento das narrativas nacionais em se apropriarem das lutas anarquistas tratando-as como meros avanços republicanos nacionais. Além disso, é também abordado como os próprios libertários mostraram que suas lutas e esforços, acidentalmente ou não, longe de apenas construírem uma ponte para a sociedade libertária que desejavam, também foi imprescindível para a elaboração de uma so-

[14] O autor Felipe Corrêa mostra o "anarquismo de massas" como a estratégia anarquista majoritária no século XX de construir ou adentrar órgãos sindicais (também disputados e construídos por outras correntes políticas) a fim de massificar as lutas de curto prazo (salários, melhores condições de trabalho) e radicalizá-las, transformando-as possivelmente em eventos revolucionários. Corrêa, Felipe. *Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. P.243-247.

ciedade mais igualitária e democrática. Nesse sentido, a partir da defesa de direitos trabalhistas e até humanos, não só edificaram valores republicanos atuais, de fato, mas valores internacionais, humanitários e antissistêmicos.

Nesse quesito, mais do que ressaltar suas ações de destruição, o foco passa para suas defesas de construção como nas uniões de diferentes povos e etnias, de uma sociedade que todos podem se representar politicamente e socialmente, numa educação pública e gratuita, numa organização sem o trabalho árduo e imposto a partir da concentração de renda e da propriedade dos meios de produção em uma minoria privilegiada, entre outros. Todos esses fatores contribuem para projetos que exatamente transparecem a falência dos Estados-nacionais usuais em garantirem uma cidadania plena.

Este livro, assim como muitas obras que tratam o anarquismo ou o movimento operário além do marxismo e da social-democracia, portanto, é uma boa dica para ser lido e traduzido. A não tradução de diversas obras citadas no debate bibliográfico sobre tal tema revela uma tendência, na realidade, da continuação da narrativa liberal e nacional, acabando por esconder a própria trajetória de trabalhadores e oprimidos que edificaram não só muitos dos nossos sonhos de liberdade, mas também de nossos direitos e visões mais cidadãs e humanas.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: Anarquismo e Imaginação anticolonial*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp; Fortaleza – Ceará: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.

BANTMAN, Constance. *Jean Grave and the networks of French Anarchism*, 1854 - 1939. Palgrave Macmillan: Switzerland, 2021.

CONRAD, Christoph; BERGER, Stefan. *The Past as History: National Identity and Historical Consciousness in Modern Europe*. Basingstoke: Palgrave Mcmillan, 2015.

Corrêa, Felipe. *Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LEVI, Giovanni. "Usos da biografia." In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LIMA, Henrique Espada. "No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho". *Topoi*, v. 16, n. 31, p. 571-595, 2015.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PAOLA, Pietro Di. *The Knights Errant of Anarchy London and the Italian Anarchist Diaspora (1880-1917)*. Liverpool University Press, 2013.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: Ideias e Militantes Sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 - 1945). São Paulo - Campinas: Editora da Unicamp, 2004.*

TOMCHUCK, Travis. *Transnational Radicals: Italian Anarchists in Canada and the U.S: 1915-1940*. UofmgPress: Canada, 2015.

TURCATO, Davide. "Italian Anarchism as a Transnational Movement, 1885–1915." *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis*, vol.52, p. 407–444, 2007.

VAN DER LINDEN, Marcel Van. *Trabalhadores do Mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas – São Paulo, Editora da Unicamp, 2013.

VAN DER LINDEN, Marcel. "The Promise and Challenges of Global Labor History." *International Labor and Working Class History*, v. 82, p. 57-76, 2012.

revista hydra

POTENCIALIDADES E LIMITES DE UMA HISTÓRIA TRANSNACIONAL DA EDUCAÇÃO

VIDAL, Diana (Org.). *Sujeitos e artefatos*: territórios de uma História Transnacional da Educação. 1ªed. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2020. 192p.

João Gabriel da Silva[1]

Há cerca de quatro décadas – ao menos na visão de Weinstein (2013) –, observa-se uma ascensão de perspectivas históricas que se reivindicam como transnacionais e se propõem a ocupar o vácuo deixado pela decadência do Estado-Nação enquanto principal categoria interpretativa da História. Acusadas de teleológicas e artificiais, as historiografias que partiam do pressuposto de unidades nacionais fechadas (como a história comparada) foram perdendo espaço diante da abordagem transnacional e sua capacidade de "mostrar a alta permeabilidade das fronteiras (nacionais, regionais etc.) e da intensa circulação de corpos, ideias e objetos de consumo [...]" (Idem, p. 19).

As observações de Weinstein são resultado de sua leitura do mundo acadêmico dos Estados Unidos da América (EUA), sobretudo na área de *latin americanists*[2]. No entanto, os estudos transnacionais têm se multiplicado em outras localidades e áreas. Nesse sentido, o livro *Sujeitos e artefatos: territórios de uma história transnacional da educação*, organizado por Diana Vidal, é um importante indício da consolidação do paradigma transnacional entre os estudiosos de História da Educação na academia brasileira.

A obra faz parte da Coleção Estudos Brasileiros da editora Fino Traço, e está disponível em versão impressa e também em e-book, cujo download é gratuito no site da editora[3]. A versão em e-book foi a utilizada na elaboração desta resenha, a qual contém 192 páginas, divididas em seis

[1] Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: joao.gabriel23@unifesp.br.

[2] Nome dado pela autora aos historiadores estadunidenses que se dedicam ao estudo da América Latina.

[3] https://www.finotracoeditora.com.br/e-book-sujeitos-e-artefatos-territorios-de-uma-historia-transnacional-da-educacao (acesso em 12/06/2023)

capítulos, além de uma apresentação da organizadora e de uma seção "sobre os autores".

Todos os capítulos possuem de 25 a 30 páginas, o que faz com que a leitura seja bastante fluida. A diagramação é feita com amplas margens e espaçamentos entre títulos, subtítulos e o início do texto, fornecendo espaços para anotações do leitor.[4] Além disso, o livro é repleto de fontes imagéticas cuja reprodução no e-book é de bastante qualidade.

A heterogeneidade dos autores - em termos de área do conhecimento[5] - indica que a perspectiva transnacional ganha amplitude acadêmica. A capilaridade deste tipo de abordagem nos mecanismos de financiamento à pesquisa no Brasil também é evidenciada pelo fato de que todos os autores são membros do Projeto Temático FAPESP (n. 2018/26699-4), intitulado "Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)", coordenado por Vidal, que define a abordagem transacional como aquela que "guarda, no seu próprio nome, a remissão à Nação e, por conseguinte, à delimitação das fronteiras e à territorialização plana historicamente construída." (VIDAL, p. 11)

Os seis capítulos do livro estão divididos em duas partes. Na primeira, intitulada "sujeitos em viagem", são reunidos quatro textos que abordam circulações de pessoas. De maneira geral, os três primeiros capítulos, escritos respectivamente por Vinicius Monção, Vivian Batista da Silva e Keila da Silva Vieira, e Diana Gonçalves Vidal, analisam trajetórias de educadores e educadoras brasileiras que tiveram experiências profissionais nos Estados Unidos da América. Já o quarto, elaborado por Rafaela Rabelo, dá conta das viagens

[4] O resenhista realizou a leitura do livro pela ferramenta "Foxit PDF reader", disponível para Windows e que possui recursos de destaque de texto e anotações nas margens.

[5] A partir de informações coletadas no próprio livro e na plataforma Lattes, pode-se observar os autores participam do mesmo grupo de pesquisa da FEUSP, mas possuem trajetórias acadêmicas que envolvem diferentes áreas como História, Educação, Letras, Ciências e Matemática. A saber: Diana Gonçalves Vidal, doutora em educação pela FEUSP e professora de História da Educação no IEB-USP; Keila da Silva Vieira, Licenciada em Letras pela USP; Rachel Duarte Abdala, mestre e doutora em educação pela FEUSP, docente do curso de História da UNITAU e professora colaboradora da FEUSP; Rafaela Rebelo, professora da FEUSP, doutora pela mesma instituição, e mestre em ensino de Ciências e matemática, pela UFG; Vinicius Monção, doutor e mestre em educação pela UFRJ, pós-doutorando na FEUSP. Vivian Batista da Silva: doutora em educação, professora da FEUSP e Wiara Rosa Alcântara, doutora em educação pela FEUSP e professora das licenciaturas em ciências biológicas e químicas da UNIFESP-Diadema.

revista hydra

de um educador estadunidense que, a serviço do governo norte americano, passou por Equador, Chile, Paraguai e Brasil.

Já a segunda parte, nomeada "circulação de artefatos", é constituída pelo capítulo cinco, no qual Wiara Rosa Alcântara analisa a difusão de carteiras escolares e seus modelos de construção por Estados Unidos, América Latina e Europa; além do sexto e último capítulo, escrito por Rachel Duarte Abdala, que examina a circulação de ideais fotográficos do movimento pictorialista, do qual fazia parte Nicolas Alagemovits, contratado por Fernando de Azevedo para fotografar a reforma da Instrução Pública no Distrito Federal, ao final da década de 1920.

A coletânea será aqui analisada de modo geral, visto que os capítulos compartilham temas e propostas semelhantes. A título de exemplificação das abordagens que estruturam o livro, alguns capítulos serão citados individualmente, não necessariamente na ordem em que estão dispostos no livro.

O livro propõe uma contribuição interessante no sentido de pensar os sistemas educacionais a partir da importância dos processos de internacionalização de sujeitos e objetos que são imbuídos de práticas e saberes pedagógicos. No segundo capítulo, Silva e Vieira (2020) argumentam que as análises que se restringem ao paradigma nacional como principal edificante da narrativa histórica deixaram de apreender aspectos de extrema valia para a compreensão da História dos sistemas escolares. De acordo com as autoras: "A consolidação da escola moderna aponta para o fortalecimento das trocas de modelos e influências para além das fronteiras locais" (Idem, p. 67).

Outra contribuição significativa do livro advém do fato de que todos os textos analisam mais as ações dos sujeitos em suas redes de sociabilidade do que as ações do Estado, alertando-nos para a relevância de se considerar a multipolaridade dos processos históricos, uma vez que se dão em diferentes ritmos e direções, defendendo que as políticas governamentais não bastam por si só para a pesquisa histórica.

A abordagem apresenta, assim, uma grande novidade em relação a trabalhos clássicos da historiografia da educação brasileira, como o de

Clarice Nunes (1980), que analisa a política externa estadunidense e sua influência nas políticas educacionais brasileiras (principalmente a partir da década de 1950) como uma tentativa de manter as relações desiguais entre centro e periferia do capitalismo, construindo uma relação de dependência cultural entre EUA e países da América Latina como o Brasil.

Todos os capítulos do livro abordam em algum momento circulações de sujeitos e artefatos justamente entre os EUA, o Brasil e outros países da América Latina, em um recorte temporal quase sempre anterior ao de Nunes. Sendo assim, compreende-se que, ainda que se assuma uma relação de imposição/dominação cultural por parte dos EUA na política educacional brasileira, as relações educacionais entre os dois países se deram não somente por meio dos grandes acordos de política externa, mas envolvendo também, em alguns casos, mais trocas e circulações do que imposições.

No primeiro capítulo, Monção (2020) argumenta que a perspectiva transnacional contribui no sentido de "rever as relações sociais constituídas ao longo dos séculos, variando os pontos de vistas, misturando 'centro' e 'periferia', na busca por simetrias e anomalias" (Idem, p. 24). Em contrapartida, ressalta-se que todas as circulações abordadas nos textos parecem reproduzir uma certa relação política e/ou cultural entre Brasil e EUA que, em termos de força, sempre pende mais para o lado norte americano.

No capítulo 4, por exemplo, Rabelo (2020) discute as viagens de Charleton Washburn, que recebeu financiamento do departamento de Estado para produzir relatórios sobre o panorama educacional de Equador, Chile, Paraguai e Brasil. Dentre os poucos aspectos que teriam empolgado o estadunidense no Brasil, a autora destaca "as lideranças educacionais existentes, compostas em sua maioria por pessoas que já estiveram nos EUA ou que, no mínimo, se mantenham atualizadas acerca das propostas estadunidenses. (Idem, p. 114)"

Desde o primeiro capítulo, percebe-se a forma com que a viagem aos EUA era um elemento bastante agregador na reputação das professoras abordadas. O mesmo acontece no segundo capítulo, que analisa a trajetória do educador Luiz Alves de Mattos (1917 - 1990), que teve cargos importantes na Fundação Getúlio Vargas (FGV), obras traduzidas para o espanhol e pu-

blicadas em outros países latinoamericanos, bem como ligações com órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e fundação Ford. Tal proeminência profissional teria sido muito influenciada pela reputação adquirida em razão de um período de estudos nos EUA, "(entre 1929 e 1931) para aprender lições do mundo dito moderno e civilizado [...]" (SILVA e VIEIRA, p. 61).

Em sua célebre análise do eurocentrismo e de seus "avatares" arraigados nas ciências sociais, Wallerstein (2003) aponta a existência de um discurso que define "civilização" como um conjunto de comportamentos que servem de justificativa para colonialismos e interferências políticas no mundo "não civilizado". Em certos momentos - como os aqui referidos - a obra organizada por Vidal parece apontar a existência concreta de um "eurocentrismo americanizado'' que produzia um discurso de oposição entre a civilização estadunidense e a barbárie educacional brasileira.

Por outro lado, o livro também parece estar em consonância com o afirmado por Weinstein (2013), para quem as perspectivas transnacionais:

> rejeitam o modelo de difusão/disseminação que identifica um único ponto de origem de uma ideia (política, científica, tecnológica, econômica) e indica um processo de irradiação desse ponto de origem, de onde ela começa a penetrar novas zonas por vários meios. Em vez desse conceito, que corresponde às noções mais convencionais do "imperialismo cultural", eles preferem o conceito ou a imagem de "circulação cultural" e frisam a constante reformulação de ideias, de propostas e de práticas culturais de um contexto para outro. (WEINSTEIN, 2013, p. 17)

Sendo assim, cabe questionar se, em vez de serem considerados universos distintos, a "política governamental/internacional" as circulações e difusões culturais não podem ser pensados a partir de uma inter-relação. O capítulo quatro, de Rafaela Rabelo (2020), é o que mais caminha nessa direção ao associar, de forma não determinista, a trajetória de Charles Washburn à política da boa vizinhança exercida pelo governo estadunidense. Em outros momentos, no entanto, a leitura da obra pode perceber possibilidades bastante fecundas, porém não exploradas, sobre as implicações político-educacionais das circulações culturais - e vice-versa.

Exemplifica-se: quais seriam as implicações socioeducacionais da alta circulação de livros didáticos estadunidenses no Brasil, traduzidos por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, educadora cuja estadia profissional nos EUA

fora abordada no primeiro capítulo? Ou ainda: a consolidação no âmbito mundial do modelo de carteira escolar estadunidense (relatado no capítulo cinco) não pode ser interpretada como parte das causas e/ou consequências de um processo maior de imposição da política educacional estadunidense? E quais seriam as implicações pedagógicas da adoção desse modelo, ainda mais se considerarmos que a organização do espaço escolar também pode ser considerada como um elemento do currículo (VINÃO FRAGO e ESCOLANO, 2001)?

Essas questões podem ser interpretadas como lacunas nos textos, ou então como aspectos que estão, por definição, fora do escopo da perspectiva metodológica adotada, que vale ressaltar, ainda se encontra em estado relativamente inicial quando comparado a outras perspectivas teóricas mais longevas.

Mostrou-se bastante interessante também a comparação da obra resenhada com outras, como a de Clarice Nunes. Vale lembrar que a própria Nunes, em estudos mais recentes, aproximou-se da perspectiva transnacional e da circulação cultural, como em "*Anísio Teixeira na América (1927-1929): Democracia, diversidade cultural e políticas públicas de educação*", publicado na coletânea "*Viagens pedagógicas*", organizada por Gondra e Mignot (2007).

No entanto, para a análise aqui realizada foi escolhida a obra mais clássica de Nunes, com o intuito de evidenciar que o diálogo entre as abordagens mais consolidadas e as mais recentes é bastante profícuo quando feito não no sentido de contraposição, mas sim de enriquecimento do debate.

De uma forma ou de outra, a leitura é bastante auspiciosa na medida em que nos instiga à reflexão, seja sobre a possibilidade de novos caminhos interpretativos para a constituição histórica do sistema escolar, seja sobre as potencialidades e limites da própria perspectiva transnacional.

Bibliografia

ABDALA, Raquel Duarte. Mundos conectados pelo movimento pictorialista: a fotografia como artefato. In *Sujeitos e artefatos:* territórios de uma História Transnacional da Educação, org. Diana Vidal, 1ªed, Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2020.

GONDRA, José Alves (orgs.). Viagens pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2007.

NUNES, Clarice. *Escola e Dependência:* o ensino secundário e a manutenção da ordem. 1ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

revista hydra

MONÇÃO, Vinicius. Trajetórias da família Loureiro de Andrade na educação da infância: um debate transnacional. In In *Sujeitos e artefatos:* territórios de uma História Transnacional da Educação, org. Diana Vidal, 1ªed, Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2020.

RABELO, Rafaela. A educação sul-americana nas narrativas de Carleton Washburne: uma análise sob a lente da política de boa vizinhança. In In *Sujeitos e artefatos:* territórios de uma História Transnacional da Educação, org. Diana Vidal, 1ªed, Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2020.

SILVA e VIEIRA, Vivian Batista e Keila da Silva. Luiz Alves de Mattos e suas redes: viagens e conexões no campo educacional. In *Sujeitos e artefatos:* territórios de uma História Transnacional da Educação, org. Diana Vidal, 1ªed, Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2020.

VIDAL, Diana (Org.). *Sujeitos e artefatos:* territórios de uma História Transnacional da Educação. 1ªed, Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2020.

VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Agustín. *Currículo, Espaço e Subjetividade:* a arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga Neto. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WALLERSTEIN, Emmanuel. Eurocentrismo e seus Avatares: Os dilemas das Ciências Sociais. *O fim do mundo como o concebemos:* Ciência social para o século XXI, Rio de Janeiro: Revan, 2003, pp. 205-221.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC,* 14 (2015): 10-31.

revista hydra

NOTA INFORMATIVA A RESPEITO DO 1º CONCURSO DE CAPAS

Fundada por iniciativa dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em História da UNIFESP, em 2016, a Revista Hydra tem como propósito ser um meio para interlocução com a pluralidade da produção acadêmica discente do programa e espaço aberto às contribuições externas de pesquisadores de outras instituições no âmbito das Humanidades. É laboratório para vários pesquisadores que iniciam sua jornada na vida acadêmica.

Em 2023, seu conselho editorial lançou o 1º concurso para capa da Revista Hydra com o objetivo de mobilizar a comunidade universitária e pessoas externas a participar da construção da revista, seja por meio da elaboração e envio de propostas gráficas para o tema do dossiê, seja participando do debate gerado a partir da escolha de uma das propostas.

O concurso de propostas gráficas para a capa da revista, portanto, é uma possibilidade de mobilizar as várias ideias, entendimentos e visões que circulam socialmente sobre um tema, sintetizadas graficamente. No caso, o tema do dossiê desta edição, "Rotas de fuga e caminhos forçados: migrações ao longo da História", é sintetizado na proposta de Thiago Costa, vencedora da votação aberta, um mapa marcado por pegadas humanas, em cor vermelha, que seguem acorrentadas em um sentido e retornam, com as correntes já partidas, noutro. Em segundo lugar na votação, a proposta de Laura Finesso Chalegre é a imagem de uma mulher palestina que chora o vulto de pessoas e uma criança interrompida pela linha vermelha. Em terceiro lugar, a proposta de Sergio de Simone é o desenho de uma embarcação marítima, durante muito tempo o principal meio de transporte da humanidade para longas distâncias, e aberto a diversas interpretações, desde meio para as navegações no início da Era Moderna até meio para as populações de países africanos que têm buscado melhores oportunidades desembarcando clandestinamente na Europa nos últimos anos.

Nesta primeira edição, o conselho editorial se deparou com a submissão de trabalhos elaborados com GenAIs (generative artificial intelligence) por seus proponentes, caso não previsto inicialmente no edital. Em vista disso, comunicamos que as próximas edições do concurso serão aperfeiçoadas a fim de considerar a submissão de trabalhos elaborados com GenAIs.

Por fim, o concurso de propostas gráficas para a capa tem como efeito mobilizar, reciprocamente, o próprio conselho editorial a rever seu entendimento sobre o tema lançado para o dossiê. Torna-se ferramenta para um debate sobre problemáticas que importam para a produção historiográfica atual. O 1º concurso foi oportunidade para compreender melhor as dinâmicas e contribuições que a ferramenta traz para o trabalho editorial.

Ata geral do concurso

Em uma reunião geral da equipe editorial da Hydra, realizada no dia 06 de julho de 2023, o concurso de capas surgiu, a princípio, como uma atividade interna para o público leitor da Universidade Federal de São Paulo. Contudo, durante a maturação da ideia, foi encarada a possibilidade de expandir a proposta para além dos muros da universidade e abraçar todas as pessoas interessadas em contribuir diretamente com o processo de construção desta edição.

Para tanto, as inscrições para o concurso puderam ser realizadas no período do dia 20/07/2023 até 18/08/2023, por meio de formulário online, anexado no site oficial da Revista Hydra. Das condições de participação, as propostas gráficas poderiam ser elaboradas de forma individual ou coletivamente, desde que seguissem as regras estabelecidas no edital do concurso.

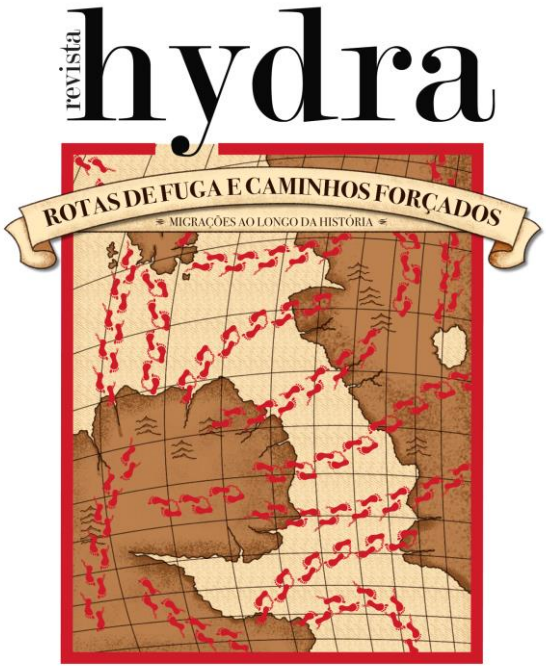
Ao todo, foram submetidas seis propostas gráficas que seguiram para a votação, efetuada em dois momentos. A primeira etapa foi realizada internamente pelos membros da Revista, elegendo três propostas para a

votação final, que, por sua vez, foi aberta ao público e contou com a divulgação das submissões nas redes sociais da Revista Hydra, por onde a comunidade poderia votar através de um formulário. Ao total, a fase final contou com 149 votos, e resultou na seguinte classificação: 1º Tiago Costa (73 votos); 2º Laura Finesso Chalegre (72 votos); 3º Sergio de Simone (4 votos).

A equipe editorial da Revista Hydra agradece aos autores e autoras das propostas gráficas pela contribuição artística, e também à comunidade que participou através da votação popular.

Propostas Gráficas

Imagem 01: Thiago Costa[1]



[1] E-mail: thiagografico@gmail.com. Instagram: @thiagografik.

Imagem 02: Laura Finesso Chalegre[2]

Imagem 03: Sergio de Simone[3]

[2] E-mail: laura.finesso@unifesp.br. Instagram: @laurafchalegre.
[3] E-mail: sergio.simone@unifesp.br. Instagram: @Sergiolletodesimone.